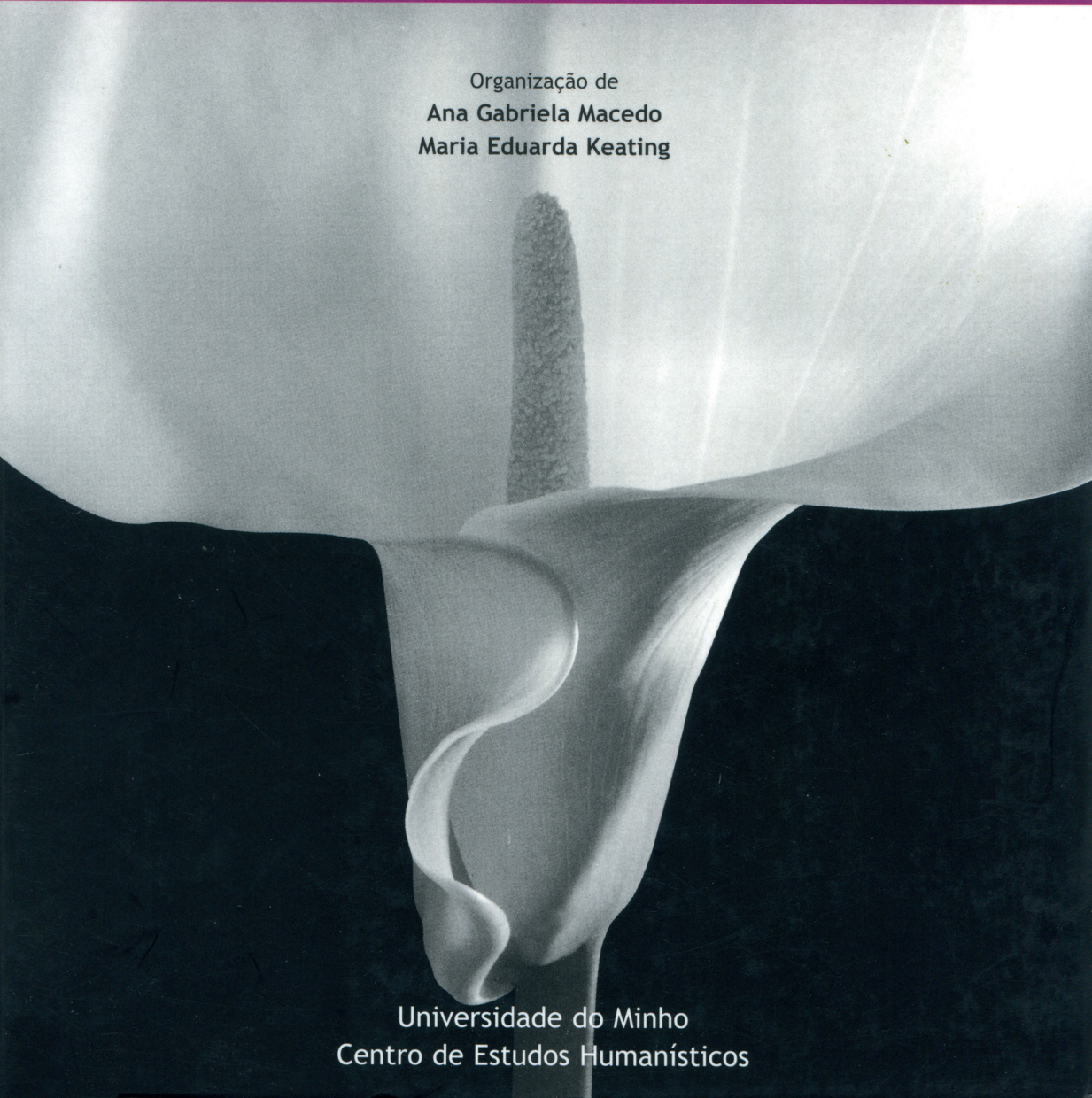


COLÓQUIO DE OUTONO

NOVOS COSMOPOLITISMOS. IDENTIDADES HÍBRIDAS

Organização de
Ana Gabriela Macedo
Maria Eduarda Keating



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

Colóquio de Outono

Novos cosmopolitismos. Identidades híbridas

Colóquio de Outono

Novos cosmopolitismos. Identidades híbridas

Organização de

ANA GABRIELA MACEDO

MARIA EDUARDA KEATING

UNIVERSIDADE DO MINHO
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS

BRAGA • 2006

Título: Colóquio de Outono
Novos cosmopolitismos. Identidades híbridas

Editor: Centro de Estudos Humanísticos
Universidade do Minho

ISBN: 972-8063-46-6

Depósito legal: 250192/06

Tiragem: 300 exemplares

Data de saída: 20 de Novembro 2006

Composição e impressão: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Lda.
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A e C
4700-385 BRAGA
Tels. 253 263 063-253 618 916 • Fax 253 615 350
e-mail: barbosa.xavier@sapo.pt

Índice Geral

INTRODUÇÃO – ANA GABRIELA MACEDO e MARIA EDUARDA KEATING	9
MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA – Em louvor de um Universitário	13
JOSÉ M. GONZÁLEZ GARCÍA – <i>Tente en el aire y No te entiendo</i> : Mestizaje, hibridación y complejidad de la identidad	21
CARLOS M. F. DA CUNHA – Identidades plurais	37
FERNANDO CLARA – Híbridos e outras impurezas: das identidades das Ciências	45
GUDRUN-AXELI KNAPP – Race, Class Gender: Reclaiming baggage in fast traveling theories	61
STELLA WITTENBERG – El sujeto cosmopolita en Peter Handke	81
ADRIANA BEBIANO – The Irish Cosmopolitan writes Home.....	91
REBECCA HARWOOD – British Women Travellers Abroad: (Re) writing and (Re) translating the feminine in colonial discourse. The case of Isabella Bird and Marie Stopes in Japan	105
FERNANDO FERREIRA ALVES – «A handful of luminous details»: Tradução e hibridismo em Ezra Pound	115
MÁRIO MATOS – Figurações da viagem e do viajante: do «maldito turista» ao «cosmopolita doméstico».....	131

M. DOLORES LERMA SANCHIS – Dialectos, sotaques e marcas de identidade em <i>Tudo sobre a minha mãe</i>	149
JOSÉ TEIXEIRA – Globalização, novos cosmopolitismos e a anunciada morte das línguas	169
VIRGÍNIA SOARES PEREIRA – A Roma grega e a Grécia romana: encontros e desencontros	187

Introdução

Novos *Cosmopolitismos/Identities Híbridas* foi o tema proposto à análise e debate no âmbito do **VI Colóquio de Outono** organizado pelo *Centro de Estudos Humanísticos* da Universidade do Minho, em Novembro de 2004. O presente volume reúne os textos que os palestrantes do referido Colóquio quiseram amavelmente disponibilizar para esta publicação. Na sequência dos anteriores cinco Colóquios organizados pelo *CEHUM*, foi nossa intenção propor à discussão, em primeiro lugar, um tema de actualidade premente e, por outro lado, suficientemente amplo e abrangente de modo a permitir uma diversidade de reflexões e análises críticas, vindas das diferentes áreas do saber que encontram confluência neste Centro de Investigação – da Literatura à Filosofia, da Linguística à Cultura.

O Colóquio de 2004 revestiu-se ainda de um particular significado para todos quantos nele participaram e para a Universidade do Minho em geral, já que nele tiveram lugar duas homenagens: ao Professor Vítor Aguiar e Silva, fundador deste Centro de Investigação em 1980, então sob a designação de *Centro de Estudos Portugueses*, criando assim os pilares de um trabalho de investigação com base na interdisciplinaridade, que viria a coordenar com o rigor e a sabedoria que lhe são apanágio, durante cerca de duas décadas; e uma outra homenagem, ao Professor Lúcio Craveiro da Silva, primeiro Reitor eleito desta Universidade e força vital inspiradora, comemorando o seu nonagésimo aniversário. Para comemorar esta efeméride foi lançado o livro de autoria do Professor Lúcio Craveiro da Silva: *Biobibliografia. Sobre a Universidade*.

No seu elogio do Professor Aguiar e Silva, a Professora Maria Helena da Rocha Pereira – cuja comunicação é o texto de abertura deste volume – sublinhou o rigor intelectual e a excelência académica do homenageado, para além da sua exigência e do seu empenhamento

na reflexão sobre o papel das Humanidades, face aos desafios colocados pelas profundas transformações em curso no mundo contemporâneo.

O tema deste colóquio – *Novos Cosmopolitismos/Identities Híbridas* – pretendeu dar continuidade a essa reflexão e a esse empenhamento, podendo considerar-se que tanto o número, a qualidade e a diversidade das intervenções de investigadores nacionais e estrangeiros durante o Colóquio, como os trabalhos escritos a que deram origem, demonstram com clareza o carácter transdisciplinar da reflexão contemporânea sobre o mundo, assim como a fecundidade desta abordagem plural.

O conceito de «cosmopolitismo» encerra, tal como Kwame Anthony Appiah afirmou, um «universalismo dialógico», que reconhece a diferença¹. Contudo, apesar da aura de abertura e generosidade que o conceito sustenta, importa hoje questionar, tal como afirma Vinay Dharwadker na introdução ao volume *Cosmopolitan Geographies: New Locations in Literature and Culture*, se: «Saberá o cosmopolitismo sobreviver à compressão omnívora da globalização de distintos espaços e tempos culturais, e resistir à obliteração das diferenças? Saberá ele manter firme os ideais de «humanidade» enquanto (com)unidade, e de terra como casa/pátria de cada um?»²

Ao conceito de cosmopolitismo, como diversas vozes críticas fazem notar, é fundamental a noção de comunidade, a qual, por sua vez, se radica na noção de «experiência partilhada» (Berman, 2001)³. Segundo Jessica Berman, esta adquire historicamente um significado particular com o Modernismo, no sentido da criação de uma comunidade intelectual (a partilha de pensamento, de estéticas, de filosofias).

¹ «Cosmopolitanism is, to reach a formula, universalism plus difference. It is thus one of the two possible poles of humanism: it thinks nothing human alien, but not because it imagines all humanity in its own image». K. Antony Appiah, «Cosmopolitan Reading», in Dharwadker Vinay's *Cosmopolitan Geographies* (2001) 197-227 (p. 202).

² «Will cosmopolitanism survive globalization's omnivorous compression of cultural space-time and erasure of differences? Can it hold on to its ideals of 'humanity' as a single (comm)unity, and the earth as a home for everyone?» Dharwadker Vinay, ed., *Cosmopolitan Geographies: New Locations in Literature and Cultures*, Routledge, New York and London, 2001 (pp. 10-11). Tradução nossa.

³ Berman, Jessica, *Modernist Fiction, Cosmopolitanism, and the Politics of Community*, Cambridge, 2001. Veja-se neste contexto o capítulo I deste volume, intitulado, «Cosmopolitan Communities» (pp. 1-27).

Veja-se Henry James, Proust, Woolf, Stein, Pound ou Eliot, cujas narrativas (em sentido amplo), expressam visões do mundo de modo algum homológicas ou unitárias, mas que, indubitavelmente, revelam, tal como Berman nota, as ansiedades prementes ao longo de todo o século XX: questões de raça, etnia, classe, sexualidade, género, identidade.

O conceito de cosmopolitismo e o questionamento envolvente «viajou» até aos nossos dias, insinuando-se ainda com total pertinência nos debates emergentes no limiar do século XXI. Assim, a noção dupla de «comunidade cosmopolita» prende-se, segundo um outro importante pensador contemporâneo, Homi Bhabha, com a questão da «localização da cultura» ou, talvez mais correctamente, com a «des-localização» da cultura (Bhabha, 1994)⁴, no sentido em que se aponta para uma «localização sem fronteiras» (Appadurai, 1996)⁵, implicando simultaneamente uma relação íntima com o local, e uma distância em relação ao local. Tal como escreve Boaventura de Sousa Santos, «o cosmopolitismo não é mais do que o cruzamento de lutas progressistas locais com o objectivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in loco* através das ligações translocais/locais»⁶.

Assim, os temas da itinerância, da viagem (entre línguas, entre culturas), da translação e da tradução, do nomadismo e das migrações, são uma constante na discussão do cosmopolitismo nos nossos dias. De igual modo o é também a busca da identidade enquanto «mediação, inter-subjectividade e acto performativo, que recusa a divisão entre o público e o privado, o psíquico e o social, e se fundamenta numa tomada de consciência dos mecanismos e processos simbólicos que a constroem – a linguagem, o sistema social, o inconsciente», parafraseando Homi Bhabha no ensaio «Unpacking my Library ... Again»⁷.

Assim sendo, a «condição cosmopolita», se implica um processo, um movimento do sujeito, implica necessariamente também uma

⁴ Bhabha, Homi, *The Location of Culture*, Routledge, London and New York, 1994.

⁵ Appadurai, Arjun, *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Univ. of Minnesota Press, Minneapolis, 1996.

⁶ «Os processos da globalização», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Afrontamento, Porto, 2001 (31-106), p. 74. (Vol. 1 da Coleção *A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização*).

⁷ Bhabha, Homi, «Unpacking my Library ... Again», in *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*, eds. Ian Chambers and Lidia Curti, Routledge, London and New York, 1998 (199-211), p. 206.

transacção entre culturas, conceitos e visões do mundo. As noções de nomadismo, de migração e de «des-localização», fundamentam-se assim, simultaneamente, numa translação e numa tradução cultural.

Os textos aqui reunidos, e que agora passaremos sucintamente a apresentar, abordam toda esta panóplia de questões sob distintas perspectivas.

Como recordou Virgínia Soares Pereira (U.M.) a propósito das relações entre as culturas grega e romana, a cultura europeia é desde os primórdios uma cultura híbrida e cosmopolita, em que as questões da identidade e da alteridade sempre se foram colocando ao longo da História, constituindo uma das suas marcas fundadoras.

José Maria González García (Conselho Superior de Investigação Científica, Madrid), no ensaio «*Tente en el aire y No te entiendo: Mestizaje, hibridación y complejidad de la identidad*», propõe-se fazer uma indagação em torno da questão social e política das identidades colectivas, partindo de um conjunto de hipóteses de trabalho. De entre estas salientamos as seguintes: a identidade é sempre uma narração; é necessário proceder a uma análise multidisciplinar das identidades, já que só na conjugação das tradições artísticas, literárias e de filosofia política é possível entender as formas colectivas de identidade.

Gudrun Axeli Knapp (Univ. de Hannover), em «Race, Class, Gender: Reclaiming baggage in fast travelling theories», analisa as interconexões dos conceitos de raça, classe e género, no seio do debate feminista anglo-americano. Partindo da metáfora *traveling theories* («teorias itinerantes», ou «viajantes»), que é simultaneamente um conceito fundamental nos Estudos Culturais e Pós-Coloniais contemporâneos (e recorrendo nomeadamente à obra de James Clifford), Knapp propõe a fusão desta tríade num conceito operacional e instrumento analítico único, que denomina *raceclassgender*. Assim concebido, este conceito transcende a análise estrita da realidade cultural e transforma-se num acutilante instrumento de crítica política, susceptível de causar «crispações» de vários tipos, segundo a autora.

Em «Identidades plurais», Carlos Cunha (U.M.) reflecte sobre a relatividade do próprio conceito de identidade, tal como é desenvolvido tanto pelas correntes historicistas como pelo pós-modernismo, mostrando como as abordagens do conceito de identidade acabam por ter motivações similares, independentemente da diferença radical dos discursos que as integram. É também esta relatividade que Fernando Clara (FCSH, U.N.L.) analisa, desta vez em relação à questão da «iden-

tidade» das chamadas Ciências Naturais, salientando, através da análise dos modos de relacionamento entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas (discursos identitários, zonas históricas de contacto, influências recíprocas), o carácter crescentemente híbrido e transdisciplinar da reflexão científica contemporânea («Híbridos e outras impurezas: das identidades das Ciências»).

Stella Wittenberg (Univ. Complutense de Madrid), por seu lado, analisa na narrativa de Peter Handke os modos de representação do homem contemporâneo procurando situar-se e redefinir-se como sujeito no mundo instável e cosmopolita do século XX-XXI («La búsqueda de un sujeto cosmopolita en la obra de Peter Handke»), enquanto que Adriana Bebiani (F.L.U.C.) interroga, na ficção irlandesa contemporânea, as tentativas de redefinição de uma identidade colectiva («The Irish Cosmopolitan writes Home»). Tradicionalmente vista como identidade «pura» pela ligação à nacionalidade, ao território e à religião, esta «identidade irlandesa» começa, em certos casos (como se verifica na obra de Colm Tóibín), a integrar a experiência de alteridade da «diáspora» irlandesa, com o hibridismo que daí advém, assumindo a «deslocação» como processo de reinvenção identitária.

A literatura de viagens constitui um espaço privilegiado de expressão destas questões, uma vez que materializa nos próprios conteúdos narrativos a descoberta e as dificuldades do sujeito na sua relação com *o outro*, com *o estrangeiro*. Em «British Women Travellers Abroad: (Re)writing and (Re)translating the feminine in colonial discourse», Rebecca Harwood (U.M.) estuda as imagens sobre o Japão – *o estrangeiro* por excelência no imaginário europeu – apresentadas em dois relatos de viagem vitorianos, de Isabella Bird e Mary Stopes, analisando o papel das mulheres viajantes na constituição e reforço do discurso colonial inglês. É também sobre literatura de viagens o texto de Mário Matos (U.M.) – «Figurações da viagem e do viajante: do *maldito turista* ao *cosmopolita doméstico*» – que analisa o impacto do desenvolvimento tecnológico das comunicações no imaginário contemporâneo sobre a viagem e reavalia a retórica dos discursos críticos sobre o «fim da viagem» que percorre este género desde o século XVIII.

Uma das áreas mais permeáveis tanto à pluralidade e instabilidade cosmopolitas como à complexidade e ambiguidade identitárias é a da tradução. Texto híbrido por natureza (por isso já Ortega y Gasset falava da tradução como um «género literário» de pleno direito), o texto traduzido transporta inevitavelmente as questões, contradições

e convicções do seu tempo, por vezes radicalmente, quando se trata de tradução poética. Num estudo detalhado sobre a teoria e prática de tradução de Ezra Pound, «A Handful of Luminous Details: tradução e hibridismo em Ezra Pound», Fernando Ferreira Alves (U.M.) estuda o «hibridismo translatório modernista», salientando os processos de deslocação e estranhamento conscientemente utilizados pelo poeta – a tradução como «máscara» – na «procura do real». Também sobre tradução, numa óptica mais estritamente linguística, Dolores Sanchís Lerma (U.M.) analisa os processos de transformação da identidade linguística no caso da tradução para legendagem na filmografia de Pedro Almodóvar, enquanto que José Teixeira (U.M.) se interroga sobre o futuro da diversidade linguística no mundo globalizado e dominado pelo inglês, através da abordagem do hibridismo linguístico presente nas mensagens SMS trocadas entre os jovens de hoje.

*

* *

Em nome do *Centro de Estudos Humanísticos*, da sua Direcção, dos seus investigadores e docentes do Instituto de Letras e Ciências Humanas, queremos deixar aqui expresso o nosso profundo reconhecimento a todos quantos participaram neste Colóquio e o tornaram um verdadeiro fórum de debate intelectual. O nosso agradecimento ainda a todo o apoio e colaboração prestada pela Presidência do Instituto de Letras e Ciências Humanas para a realização deste evento, e, finalmente, à Fundação para a Ciência e Tecnologia, principal patrocinadora deste *VI Colóquio de Outono*.

Braga, 12 de Novembro de 2006

ANA GABRIELA MACEDO
MARIA EDUARDA KEATING

Em louvor de um Universitário

MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA
Universidade de Coimbra

Em Outubro de 1957 – há quase meio século, portanto – entrou em vigor uma reforma das Faculdades de Letras que, embora com alguns defeitos (não há reformas perfeitas, como é sabido), é geralmente considerada como a melhor das muitas que se têm sucedido ao longo dos anos. Foi ela que inaugurou os estudos de História da Cultura, a Introdução aos Estudos Linguísticos, a Teoria da Literatura, os Seminários para a preparação das teses de licenciatura. Dir-se-ia que este frémite de novidade atraiu um grupo de estudantes excepcional. Pelo menos, é essa a impressão que tenho quando revejo mentalmente aquele primeiro curso de História da Cultura Clássica que fui encarregada de reger e que, sendo comum a todos os grupos, excepto Geografia, alcançava o então elevado número de 167 alunos (digo assim porque, muitos anos mais tarde, chegou a ultrapassar a meta dos seiscentos). Sabiam esses alunos que, no fim da aula, podiam sempre esclarecer dúvidas. Ora, um dia, veio ter comigo um deles, para me perguntar em que obra de Hegel é que vinha a interpretação da *Antígona* que eu apontara como a melhor, segundo a qual o grande tema dessa tragédia de Sófocles era o confronto entre a lei natural e a lei positiva. Ele fora à Biblioteca Geral consultar a obra do filósofo e não conseguira encontrar o passo. Disse-lhe que procurasse no Vol. II da *Estética* – e fiquei, até hoje, maravilhada com o que esta pergunta revelava de maturidade intelectual, de procura de rigor, de seriedade. Escuso de acrescentar que esse estudante, a quem tive a sorte de ter por aluno em mais três cadeiras e de ser um dos arguentes da tese de licenciatura – a primeira, nos moldes da nova reforma, a ser defendida na Faculdade de Letras de Coimbra – era o nosso homenageado de hoje.

A tese, que foi classificada com vinte valores e publicada, intitulava-se *Para uma Interpretação do Classicismo*. Com este difícil tema ficava marcada uma das suas principais vias futuras de investigação, que haveria de prosseguir na dissertação de doutoramento, editada e defendida em 1971, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Aí, para além da sempre complexa questão de delimitar as fronteiras da periodização literária, sobressai um intenso labor de pesquisa em cancioneiros de mão, quase sempre de difícil acesso, mas muitas vezes decisivos na atribuição de autoria.

Entretanto, já o jovem assistente, encarregado, logo após ter-se licenciado, de reger a cadeira de Teoria da Literatura, publicara, em 1967, e com esse mesmo título, um livro a que chamara modestamente, no prefácio, «a presente aventura icárica», livro em que definia com clareza a atitude crítica que iria assumir perante a avalanche de desconstruídas doutrinas que já entre nós tinham começado a entrecocar-se, sob o impulso do fascínio da novidade. Estas são as suas palavras: «Demos intencionalmente à obra um carácter descritivo – e para nós a descrição implica obrigatoriamente a diacronia –, de modo a apresentar ao leitor alguns aspectos da riquíssima problemática do fenómeno literário, mas fugindo das atitudes dogmáticas e normativistas.»

O livro teria um destino brilhante. Tirado aos milhares, adoptado em muitas Universidades portuguesas e brasileiras e traduzido para espanhol poucos anos depois, foi sempre sendo actualizado em sucessivas edições, dentro dos mesmos princípios de objectividade e independência, tão difíceis de conseguir num domínio em que não raro se faziam sentir vassalagens ideológicas e monolitismos a que poucos escapavam. O autor tinha plena consciência dessa situação e enfrentava-a com serena objectividade.

Mais tarde, em 1990, viria a compor uma obra no mesmo âmbito, mas mais marcadamente didáctica, *Teoria e Metodologia Literárias*, esta destinada aos alunos da Universidade Aberta.

Entre os ensinamentos proporcionados logo na primeira edição da *Teoria da Literatura*, não queria deixar de mencionar que já lá se encontram as noções básicas de crítica textual e de ecdótica. E, se o faço, é para dar o devido relevo ao contraste entre a presença de tais ensinamentos em obra tão divulgada e a incapacidade que continua a evidenciar-se no nosso meio para os assimilar e pôr em prática.

Voltaremos a este ponto. Entretanto, e dentro do mesmo âmbito, não queria deixar de referir um livro expressamente preparado para o concurso para professor extraordinário da Faculdade de Letras de

Coimbra. Trata-se de *Competência Linguística e Competência Literária. Sobre a Possibilidade de uma Poética Gerativa*, publicado em 1977 e não muito depois traduzido para espanhol (Madrid 1980) e para japonês (Osaka 1981). Não admira que assim sucedesse, dada a difusão do gerativismo de Chomsky, contra o qual aqui se erguiam algumas objecções, como seja o carácter histórico e social dos produtos linguísticos e literários, porquanto, como sustenta Aguiar e Silva, «não existe criatividade humana atópica e acrónica».

A articulação entre filologia (palavra grega de matriz platónica, auspiciosamente reposta em voga por Wolf e quae totalmente excluída do uso hodierno) e literatura, em que os dois ramos do saber se enriquecem mutuamente, é uma prática que está subjacente a esta e a outras obras do nosso autor. Lembremos apenas como na já citada tese *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa* tanto se podem encontrar minuciosos dados codicológicos como, num capítulo sobre «A temática da lírica maneirista», uma análise literária insuperável do soneto camoniano «O céu, a terra, o vento sossegado». Mas penso sobretudo nos seus numerosos trabalhos na área dos estudos camonianos, muitos dos quais se encontram reunidos no excelente e justamente premiado volume a que pôs o sugestivo título de *Camões: Labirintos e Fascínios* (Lisboa 1994). Aí ocupam lugar de relevo os estudos sobre o cânon da lírica, mas não faltam ensaios acerca de assuntos puramente literários, de que destacamos, pelo fino equilíbrio entre sensibilidade e saber que revelam, o artigo sobre as duas mais belas e mais difíceis canções, a IX e a X, artigo esse que designa por «As canções da melancolia: Aspectos do maneirismo em Camões». De resto, o próprio Aguiar e Silva, nas considerações com que encerra a colectânea, apropriadamente rotuladas de «Epilegómenas», destaca as duas linhas de orientação seguidas: a filológica e a hermenêutica. E acentua: «Esta operação filológica deve preceder toda a operação hermenêutica, pois que só conduzirá a desvios e transvios de interpretação uma leitura da lírica de Carnões que não se orientar por critérios filologicamente rigorosos». E, mais adiante: «A razão filológica deve conduzir aos caminhos e aos horizontes da razão hermenêutica. As relações, tanto históricas como teoréticas, entre as duas razões não são todavia pacíficas e translúcidas. A razão filológica, apoiada na história literária positivista, tende a subordinar, autoritariamente, se não mesmo a anular, a razão hermenêutica. A razão hermenêutica, sobretudo nalgumas das suas orientações pós-gadamerianas, frequentemente assaltada pela tentação de se desembaraçar da disciplina e das constringências impostas pela razão filológica. Só uma filologia não-

-fundamentalista e só uma hermenêutica aberta às razões de tal razão filológica poderão tornar consistente, rigorosa e fecunda a interpretação dos textos literários.»

Um destes trabalhos, «A edição de 1598 das Rimas de Camões e a fixação do cânone da lírica camoniana», tinha constituído a introdução à reprodução fac-símile (Aguiar e Silva, não esquecido do seu latim, prefere geralmente esta forma ao habitual híbrido facsimilado) das *Rimas*, a primeira de uma série de quatro desse teor publicadas pela Universidade do Minho. A mais recente do grupo, editada este ano, não já sob a sua égide, mas igualmente enriquecida com um longo prefácio de sua autoria, é consagrada a *Os Lusíadas*. Num campo em que se têm evidenciado tão ilustres cultores da nossa história literária, pode desde já afirmar-se que este novo estudo dificilmente será ultrapassado. Efectivamente, aqui se historia, com grande objectividade e riqueza de informação, a questão textológica camoniana, aquilata-se o alcance das intervenções dos diversos estudiosos, com a inesperada consequência de reabilitar a sempre tão denegrida figura de Faria e Sousa, e confirma-se a necessidade de analisar e comparar em pormenor os diversos exemplares da *editio princeps* que ainda se conservam. A este propósito, rectificam-se algumas afirmações contidas no CD-ROM editado por K. David Jackson no ano transacto, formado por uma introdução e pelo texto de vinte e nove exemplares (a que haveria que acrescentar mais cinco) mas que, de qualquer modo, põe em causa a tradicional distinção entre as edições *E* e *Ee*.

Em 1994, para comemorar os vinte anos da Universidade do Minho, o nosso homenageado de hoje promoveu uma edição fac-símile de Sá de Miranda, para a qual escreveu um importante estudo introdutório, tal como viria a fazer depois para celebrar o vigésimo quinto aniversário da criação do mesmo estabelecimento de Ensino Superior com outra edição fac-símile, desta vez dos *Poemas Lusitanos* de António Ferreira, em cuja introdução incluiu, além do seu próprio contributo, o de mais dois grandes especialistas: Thomas F. Earle e Aníbal Pinto de Castro.

Esta faceta da sua actividade compreende outras iniciativas que nem todos conhecem. Refiro-me à direcção de colecções como *Hespérides/Literatura e Hespérides/Linguística*, uma e outra pertencentes ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, e a uma terceira, editada em Coimbra, com o título de *Cultura e Literatura Portuguesa do século XX*. Trata-se de teses de mestrado de boa ou mesmo de excelente qualidade, preparadas, geralmente, em seminários por ele orientados. E aqui é de salientar o papel inovador do seu

magistério na Faculdade de Letras de Coimbra, onde introduziu no programa de Literatura Portuguesa o estudo de Fernando Pessoa (o que não era ainda pática corrente nos já recuados anos da década de sessenta). E, no seminário que veio a dirigir na mesma Faculdade, já na década de oitenta, foram temas de teses obras de contemporâneos, como Herberto Helder, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena, Vergílio Ferreira, Maria Velho da Costa. Ele mesmo escreveu sobre poetas como José Manuel Mendes, Albano Martins e Vítor de Oliveira Jorge e prefaciou um dos livros mais famosos de Manuel Alegre, *Senhora das Tempestades*, com um ensaio que ficou célebre, «A hora de Elsenor no canto de Manuel Alegre». Tão-pouco é de esquecer a sua muito anterior participação no ciclo de conferências sobre o escritor brasileiro Guimarães Rosa: «Visão do Mundo: o Estilo em Grande Sertão: Veredas».

Se é importante a publicação de colecções de monografias como as que enumerámos há pouco, não o é menos a criação de uma revista que dê a conhecer os trabalhos dos docentes, criação essa que sob o nome de *Diacrítica* principiou a ser anualmente editada desde 1986, primeiro com o sub-título de «Revista do Centro de Estudos Portugueses», e, a partir de 1994, como «Revista do Centro de Estudos Humanísticos», na sequência do alargamento do âmbito dessa unidade de investigação.

Ora foi precisamente num dos números mais recentes dessa revista que o seu fundador e director publicou uma comunicação que apresentara num Encontro de Educação realizado em Lisboa e Porto. Teve esse seu trabalho por título «Teses sobre o ensino do texto literário na aula de Português», e, como o próprio autor esclarece, estruturado em dez teses sinteticamente enunciadas, de maneira a não exceder o tempo concedido a cada orador. Todas as teses que se seguem continuam a ser de uma actualidade flagrante. Dou como exemplo a primeira de todas:

«O texto literário – mais propriamente, o texto poético desempenhou, ao longo de toda a história do Ocidente, um papel proeminente na formação escolar, educativa e cultural dos jovens e não existem razões substantivas para que se altere significativamente, e muito menos para que se abandone, essa herança multissecular.»

Numerosos são já os seus ensaios no âmbito da Didáctica do Português, considerada, para usar as suas próprias palavras, «como uma disciplina integradora de uma componente gramatical e linguística e

de uma componente literária». Tal interesse tem-se manifestado também na sua participação na Comissão de Reforma do Sistema Educativo, que apresentou ao governo diversos estudos sobre a reforma do ensino básico e do ensino secundário e elaborou a proposta que esteve na origem da criação do Instituto Camões, de cujo Conselho Geral veio a fazer parte (1992-1995), em representação do Ministro da Educação. O lugar de membro do Conselho Nacional de Cultura, que exerceu entre 1992 e 1999, situa-se igualmente no âmbito das suas preocupações com a necessidade de uma política da Língua Portuguesa, quer no plano nacional quer no plano transnacional.

A esta série de actividades há que acrescentar as que tem exercido, também a nível do País, nas Comissões de Avaliação Externa das Universidades para os cursos de Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas, em que por três vezes pude usufruir da sua sempre inteligente e pronta colaboração, até que ele mesmo passou a desempenhar o papel de coordenador.

Mas é altura de volvermos o olhar para a sua carreira universitária, da qual, aliás, já perpassaram vários momentos ao longo desta exposição. Principiada em Coimbra, em 1962, aí presta provas de doutoramento e de concurso para professor extraordinário, até que ascende à cátedra em 1979. Entretanto, entre 1977 e 1980, dera a sua colaboração, em regime de comissão de serviço, à recém-criada Universidade do Minho, pelo que só em Outubro de 1980 regressa à de Coimbra, embora autorizado a acumular as suas novas funções com as que exercia em Braga. E, pelo meio ficavam honrosos convites, como o que o levou, em 1981-82, a ser «Fulbright Visiting Professor» do Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos da América, onde voltaria a preleccionar, na mesma qualidade, o segundo semestre de 1984 – isto, para já não falar da regência de cursos de curta duração e de conferências em diversas Universidades do Brasil e da Espanha.

Ao referir-se à primeira fase da sua docência em Braga, o Doutor Aguiar e Silva classificara-a como «uma experiência académica enriquecedora, que o ligou duradouramente, sob todos os pontos de vista, à Universidade do Minho». Que assim era, comprova-o a sua atitude subsequente, quando, depois de uma época em que ensinava nas duas Universidades, deu conhecimento à Faculdade de Letras de Coimbra do seu desejo de obter transferência, para o Minho. Em dois anos sucessivos, o Conselho Científico da minha Faculdade solicitou àquele que há muito era um dos membros mais ilustres do seu corpo docente que reconsiderasse. Essa prorrogação de dois anos foi quanto pude-

mos obter. Em 1 de Outubro de 1989, mediante votação unânime do Conselho Científico da Universidade do Minho, toma posse do lugar de professor catedrático, por transferência, dessa mesma Universidade. Poucos meses depois, é aí eleito Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas, e, em Junho desse mesmo ano, nomeado Vice-Reitor. Nesse cargo se manteve por doze anos, com uma dedicação e clarividência a que dificilmente se encontrará par. Esses anos exaltantes resume-os o próprio, ao terminar a sua introdução ao fac-simile da edição princeps de *Os Lusíadas* a que já anteriormente aludimos, com estas palavras emocionadas:

«Escevemos com profundo gosto – e até com alguma paixão este Prefácio, porque é o nosso contributo científico-cultural para a comemoração do trigésimo aniversário da Universidade do Minho, à qual nos ligam laços de muito afecto. Acompanhamos o seu desenvolvimento, com preocupação, esperança e júbilo, desde os seus incertos anos iniciais até à sua afirmação como grande e moderna Universidade e servimo-la ao longo de um quarto de século, desde a primavera de 1977 até à data da nossa apresentação, em Julho de 2002».

Sabemos, por observação directa e indirecta, como as suas iniciativas se multiplicaram, quer na área que lhe é própria – como a criação, a que já fizemos referência, do Centro de Estudos Humanístico, dotado de uma biblioteca especializada, sempre em expansão, em que ganham prioridade as obras necessárias à investigação dos doutorandos, e de uma revista própria, além da edição de teses de qualidade; com a organização e participação em congressos –, quer nos domínios que dizem respeito a toda a Universidade, nos quais há que salientar a construção de raiz e a grande funcionalidade da Biblioteca Geral (sem esquecer que a antiga e riquíssima Biblioteca Pública de Braga lhe pertencia desde 1975, como também o não menos rico Arquivo Municipal).

Em todos estes actos, de que apenas traçámos um esboço, podemos dizer que se reflecte o seu conceito de Universidade, lapidadamente expresso nesta frase tirada da apresentação da revista *Diacrítica*:

«Uma Universidade tem de ser, no ensino e na investigação, um diálogo e uma polifonia de saberes – e nessa construção polilocal devem ocupar um lugar preeminente as ciências do homem».

Seja-me permitido juntar a esta frase uma outra que se encontra no prefácio da 5.^a edição de *Teoria da Literatura*:

«O conhecimento científico progride e consolida-se através da elaboração, da discussão e da eventual convalidação de novas teorias e não por idolatria da novidade, mas por uma exigência inderrogável da própria racionalidade científica».

São estes os campos de actuação em que se distingue o verdadeiro universitário: ensino, investigação, prática da interdisciplinaridade, actualização constante. Se dissermos que o Doutor Aguiar e Silva cumpriu exemplarmente este padrão, não fazemos mais do que reconhecer uma evidência de clareza meridiana.

Tente en el aire y No te entiendo: Mestizaje, hibridación y complejidad de la identidad

JOSÉ M. GONZÁLEZ GARCÍA
Instituto de Filosofía, CSIC, Madrid

1. Hipótesis de trabajo

Quisiera comenzar exponiendo simplemente algunas de las hipótesis con las que estoy intentando desarrollar actualmente una investigación acerca de la construcción social y política de las identidades colectivas. No voy a explicar más detenidamente estas hipótesis, para centrarme a continuación en algunos elementos de la identidad barroca. Estas hipótesis de trabajo son las siguientes:

1. La identidad es siempre una narración.
2. Esa narración se vertebra en torno a metáforas centrales del yo y de la sociedad.
3. En el tema de la identidad colectiva se suele contraponer el cosmopolitismo ilustrado frente a los particularismos románticos. Pienso que la contraposición más interesante se da entre el Barroco y el Romanticismo.
4. La metáfora central de la identidad barroca es el teatro, la apariencia, el disimulo. En torno a la categoría de *Theatrum mundi* se engarzan toda otra serie de ideas que componen un campo metafórico muy rico. La identidad barroca se define por la complejidad del yo y corresponde típicamente a los imperios o Estados plurinacionales.
5. La metáfora central de la identidad romántica es la autenticidad. En torno a ella se compone otro campo metafórico en el

que encontramos otras metáforas como las «fuentes del yo» (Taylor), la búsqueda de los orígenes o la transparencia del individuo. La identidad romántica busca la transparencia frente a la postulación barroca del disimulo, se constituye como elemento constructor de nuevas nacionalidades – muchas veces fruto de la disolución de imperios o Estados plurinacionales preexistentes – y apuesta por identidades individuales fuertemente identificadas con lo nacional. Frente a la complejidad del yo barroco nos encontramos aquí con un proceso de reducción del yo a una de sus facetas.

6. Es necesario un análisis multidisciplinar de las identidades, pues sólo en la conjunción de las tradiciones artísticas, literarias y de filosofía política es posible entender las formas colectivas de identidad.

Sólo dos breves aclaraciones: una sobre Kant y otra acerca de la autenticidad de Charles Taylor. Con respecto a Kant, creo que es necesario recordar que sus planteamientos cosmopolitas surgen en una sociedad cortesana en la que los principios barrocos todavía están vigentes. No estaría de más interpretar bastantes apartados de la *Antropología* de Kant desde su vivencia ambivalente de una sociedad cortesana en la que la apariencia bella es uno de los principios básicos, pero con las exigencias típicas de la burguesía ascendente sobre la primacía del cultivo del hombre interior; si bien a veces, en ciertas afirmaciones, más parece compartir las prescripciones de la corte:

La atención a uno mismo, cuando hay que tratar con otros hombres, es ciertamente necesaria, pero no debe ser visible en el trato; pues esto hace a los hombres vergonzosos o afectados. Lo contrario de ambos es la falta de afectación, una confianza en sí mismo, en no ser juzgado desfavorablemente en sus modales. Aquel que se presenta a sí mismo como si quisiera ser juzgado ante el *espejo*, o habla de tal manera como si se oyera a sí mismo (y no simplemente como si otro le escuchara), es un tipo de *actor* (Kant, 1977:414).

Kant aboga por la moralidad de las apariencias, de la *politesse*, de los cumplidos, de la cortesía galante: aunque estas palabras de amistad no son siempre verdad («Mi querido amigo», y no hay ningún amigo), sin embargo no engañan a nadie; pues todo el mundo sabe cómo hay que tomar dichas frases. «Toda virtud humana en el trato es moneda falsa y un niño quien la toma por oro puro. Pero es mejor

tener monedas falsas que no tener ninguno de estos medios en circulación; y finalmente, aunque con considerables pérdidas, pueden ser transformadas en oro verdadero» (Kant, 1977: 444).

Esta visión positiva de las apariencias, del hombre como actor, llevará a Kant a escribir también en su *Antropología* lo siguiente:

Los hombres son, por lo general, cuanto más civilizados, más comediantes. Aceptan la apariencia de afecto, respeto hacia los otros, decencia, desinterés, sin engañar a nadie por ello; porque todos y cada uno estarían de acuerdo en la cordial intención de tan buenos propósitos y en que es, además, muy positivo que tales cosas pasen en el mundo. Pues por el hecho de que los hombres representen tal papel, esas virtudes que han cultivado de manera aparente y ficticia acabarán despertándose poco a poco y se transformarán en convicciones (Kant, 1977: 442443)¹.

Por otro lado, Charles Taylor viene repitiendo machaconamente en sus libros *The Sources of the Self* y *The Malaise of Modernity* – o en el artículo «The Politics of Recognition» el mismo análisis de las fuentes y del desarrollo de lo que él considera el núcleo de la identidad moderna y de la actual ética de la autenticidad. Taylor describe el desarrollo de la autenticidad a partir del romanticismo como la búsqueda de la voz interior de la conciencia o de un sentimiento intuitivo que nos dice lo que está bien y lo que está mal. Y en su análisis histórico se basa en dos «héroes»: Rousseau y Herder. Rousseau por su reivindicación de la libertad del individuo para decidir por sí mismo y por su insistencia en recuperar la autenticidad y la transparencia del yo, basando las decisiones morales en el descubrimiento de la voz de la naturaleza que surge en nuestro interior y que frecuentemente es ahogada bien por nuestras pasiones o bien por la artificiosidad de la vida social. Y Herder es reivindicado por su idea de que cada ser

¹ Debo la cita y la traducción al libro de E. Lledó, 1992: 148., p. 148. Dicho sea de paso, no es el único texto en el que Kant compara la vida humana con el teatro. En «Ueber den Gemeinspruch: Das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht ifir die Praxis», reflexiona Kant sobre el espectáculo que ofrece periódicamente el género humano en su ascensión hacia la virtud para volver a caer poco después en el vicio y la miseria. Y es bueno que caiga el telón para evitar que esta tragedia se convierta en una farsa, cansando además al espectador con la repetición de la misma pieza a la que los incansables actores – los hombres –, debido a su locura, son incapaces de poner un final.

humano es único, original e irremplazable y debe realizar su vida de una manera original y propia, sin imitar a los demás:

Existe cierta forma de ser humano que constituye mi propia forma. Estoy destinado a vivir mi vida de esta forma, y no a imitación de la de ningún otro. Pero con ello se concede nueva importancia al hecho de ser fiel a uno mismo. Si no lo soy pierdo de vista la clave de mi vida, y lo que significa ser humano para mi (Taylor, 1994a: 64-65).

Pero no se trata sólo de que cada individuo sea fiel o auténtico consigo mismo en medio de otros individuos, sino también de que cada pueblo lo sea entre los demás pueblos: «Just like individuals, a Volk should be true to itself, that is, its own culture» (Taylor, 1994: 31).

Taylor recupera acríticamente ciertos postulados de Herder sin analizar de una manera seria lo que ha llovido desde entonces en el análisis del nacionalismo y efectúa esta recuperación como una forma de justificar la nueva «política del reconocimiento» dirigida a comprender y a preservar las diferencias culturales. Pero a mí se me antoja excesivamente problemática la traslación de la autenticidad individual a la colectiva y he de confesar que me pone muy nervioso ese lenguaje de una misión colectiva del propio pueblo, o la idea de *Volk* o de *Volkgeist*, de originalidad de la propia colectividad, etc... por todas las connotaciones que la historia de los nacionalismos en los dos últimos siglos han ido superponiendo sobre dichos conceptos. Si la política del reconocimiento de la pluralidad cultural tiene algo importante que decir hoy ha de saber expresarlo racionalmente y no recurriendo una vez más al lenguaje del sentimiento de pertenencia al propio pueblo o de la especial vocación que ha de cumplir en el conjunto de la humanidad.

Por otro lado, creo que es importante ser conscientes de las reinterpretaciones autoritarias de la autenticidad tanto individual como colectiva. La autenticidad se interpretaba en la Alemania guillermina como fidelidad al propio yo, a la familia y a la nación como si fuera una nueva versión del viejo adagio latino *Dulce et decorum est pro patria mori*. En la cultura alemana – y no sólo en la Alemania imperial de Guillermo II – la búsqueda de la interioridad del yo ha sido una buena compañera de viaje del autoritarismo político, porque ha considerado como algo ajeno el campo de lo público, encerrándose en el caracol del propio yo y haciendo oídos sordos a los problemas políticos considerados como externos. Pero esto tal vez no haya sido sólo una exclusividad alemana. Quizá también, y a pesar de la dificultad de

interpretar a Rousseau de una manera unívoca, tenga razón Richard Sennet al afirmar que la tiranía política de la pequeña ciudad de Ginebra y la búsqueda rousseauiana de la autenticidad individual hayan ido de la mano (Sennet, 1978: 146175).

En mi libro *Metáforas del poder* defendí una tesis doble respecto a Taylor. Por un lado, consideré que su descripción de las fuentes del yo era unilateral en el diagnóstico de lo romántico y lo expresivo como el núcleo del yo moderno. Y en segundo lugar, sugerí que, una vez hecha esta reducción del yo moderno a la versión romántica, Taylor procedía a la invención de una tradición, a un recorrido histórico que le conducía al sitio donde quería llegar de antemano. Pero no voy a volver aquí sobre este tema, sino que más bien quisiera centrar el resto de mi exposición en algunos elementos de la identidad barroca.

2. La estrategia del disimulo barroco

En las sociedades cortesanas del Barroco – y en nuestras sociedades actuales perviven muchos elementos de aquella época – se va construyendo poco a poco un tipo de individuo calculador, gran observador de sí mismo y de los demás para mantenerse o ascender en la jerarquía móvil del poder político, represor de sus reacciones emotivas espontáneas y buen actor en el «gran teatro del mundo», pues no en vano la metáfora de la vida social como teatro ocupó un lugar preeminente. La Bruyère definió así la situación:

Un hombre que conoce la corte es dueño de sus gestos, de sus ojos y de su expresión; es profundo e impenetrable; disimula sus malas intenciones, sonrío a sus enemigos, reprime su estado de ánimo, oculta sus pasiones, desmiente a su corazón y actúa contra sus sentimientos².

Así pues, en la sociedad cortesana reina el disimulo, la apariencia, la persona en su significado etimológico de máscara de teatro, la doblez y, en su caracterización más peyorativa, la hipocresía. En sendos libros

² Véase el análisis hecho por Norbert Elias (1982 y 1993). Sobre Norbert Elias he escrito más detenidamente en el capítulo 18 de E. Lamo de Espinosa et al., 1994: 431-454. Una visión más global sobre la idea del *Theatrum mundi* puede verse en el capítulo 4 de González García, 1998: 97-143.

dedicados al príncipe Baltasar Carlos, Saavedra y Gracián coinciden en la necesidad del disimulo. Diego de Saavedra Fajardo concibe todo su libro de las *Empresas políticas* como un gran *Theatrum mundi*, en el que el príncipe entra en la escena de la vida al nacer y sale de ella con la muerte. La Empresa 43 lleva por título «Para saber reinar sepa disimular» y en ella aconseja Saavedra al príncipe que no funde su poder sobre el engaño y la mentira, pero sí sobre el disimulo ya que en éste se resume toda la ciencia del reinar. Hay ocasiones en que ha de revestirse con la piel del león para que los vasallos y enemigos le vean con garras y tan severo el rostro que nadie se atreva a engañarle con las palabras halagüeñas con que suele ser domesticado el ánimo de los príncipes:

Pero, porque alguna vez conviene cubrir la fuerza con la astucia, y la indignación con la benignidad, disimulando y acomodándose al tiempo y a las personas, se corona en esta Empresa la frente del león, no con las artes de la raposa, viles y fraudulentas, indignas de la generosidad y corazón magnánimo del príncipe, sino con las serpientes, símbolo del Imperio y de la majestad prudente y vigilante, y jeroglífico en las Sagradas Letras de la prudencia; porque su astucia en defender la cabeza, en cerrar las orejas al encanto, y en las demás cosas, mira a su defensa propia, no al daño ajeno (Saavedra Fajardo, 1988: 276).

EMPRESA 43 *

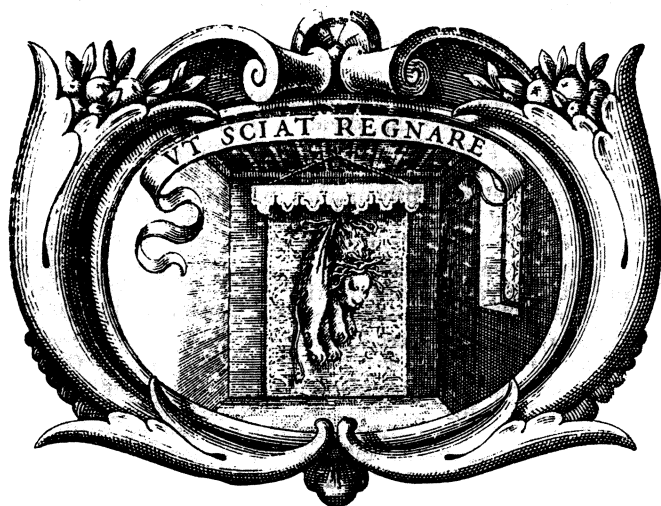


Figura 1 – Saavedra Fajardo, Empresa 43: «Ut sciat regnare»

Constantes son los consejos de Saavedra para que el príncipe aprenda correctamente el oficio de actor, pues ha de representar bien su papel en el teatro de la vida y en la política concebida también como un gran espectáculo teatral, en el que el pueblo se mueve más con los ojos que con el entendimiento. Y sin embargo debe saber el príncipe ocultarse y mostrarse públicamente sólo en el momento oportuno, pues perdería el respeto si le tuviéramos siempre ante la vista. Se trata, pues, de un juego de presencia y ocultamiento, de cercanía y de dejarse ver de lejos, juego en el que es básico también el secreto ya que «las grandezas que se conciben con la opinión, se pierden con la vista» y «desde lexos es mayor la reverencia».

Por otro lado, la preocupación visual de Saavedra se encuentra ya en la elección de las empresas para exponer su pensamiento político, ya que cada uno de los grabados puede ser entendido como **concepto para los ojos**. La mirada del lector se ve reduplicada con los dibujos en que aparecen ojos y con el texto escrito en el que «se suceden las alusiones a los ojos, a lo visual, a todo aquello que por su brillo, fuego, luminosidad, reflejos, parece estar reclamando y aun exigiendo la presencia de la mirada humana; puesto que sólo ella (y no cualquier otro sentido) es susceptible de captarlo»(Baquero Goyanes, 1984: 95).

EMPRESA 51 *



Figura 2 – Saavedra Fajardo, Empresa 51: «Fide et diffide»

La primacía de la vista sobre el oído como medio de conocimiento político se expresa claramente en varias empresas. La *Empresa 51* que lleva por título «*Fide et diffide*», «Fíate y desconfía», o traduciendo libremente como lo hace el propio Saavedra en el sumario del libro, «Siempre con ojos la confianza» (**figura 2**). En el grabado o cuerpo de la empresa podemos ver dos manos que se van a estrechar apareciendo entre nubes –recuérdese que una de las condiciones de las empresas es evitar la aparición de la figura humana – pero una de las manos lleva seis ojos, uno en cada dedo y otro en la palma, para ver claramente lo que se va a pactar. Tan importante en el príncipe es la confianza como la «difidencia», y su mirada ha de saber atravesar las apariencias para penetrar al corazón humano, ese corazón cuyos designios son encubiertos por la lengua, desmentidos por los ojos y disimulados por los demás movimientos del cuerpo. Huyendo del extremo de aconsejar al príncipe que no se fíe de nadie, pues todos en su presencia componen el rostro, ajustan sus acciones, aparentan amor, celo y fidelidad, Saavedra afirma la necesidad de conjugar confianza y desconfianza:

No fiarse de alguno es recelo de tirano. Fiarse de todos, facilidad de príncipe imprudente. [...] Quien no duda no puede conocer la verdad. Confíe como si creyese las cosas, y desconfíe como si no las creyese. Mezcladas así la creencia y la difidencia, y gobernadas con la razón y prudencia, obrarán maravillosos efectos (Saavedra Fajardo, 1998: 345)³.

Disimulo, ser buen actor en el teatro de la corte, fiarse y desconfiar, el secreto o los arcanos del poder son principios elementales de la política barroca que Saavedra conoce de primera mano, gracias a su gran experiencia en la diplomacia española al servicio de la Casa de Austria.

Los consejos de Saavedra sobre el disimulo, dirigidos al príncipe, serán ampliados poco después por Baltasar Gracián a todos los cortesanos y, en último término, a todos los individuos, pues –según él – cada uno «es la razón de estado de sí mismo». En efecto, Gracián recomienda el «disimulo honesto» como norma de supervivencia en la corte y enseña a su *Discreto* cómo ser un hombre juicioso capaz de comprender la realidad profunda de los otros, bajo la capa del más doblado disimulo:

³ He desarrollado este tema más ampliamente en el capítulo II de González García, 1998: 4375.

El varón juicioso y flotante (hállanse pocos, y por eso más singulares) luego se hace señor de cualquier sujeto y objeto. Argos al atender y lince al entender. Sonda atento los fondos de la mayor profundidad, registra cauto los senos del más doblado disimulo y mide juicioso los ensanches de toda capacidad. No le vale ya a la necedad el sagrado de su silencio, ni a la hipocresía la blancura del sepulcro. Todo lo descubre, nota, advierte, alcanza y comprende, definiendo cada cosa por su esencia (Gracián, 1993: 161).

Pero estaría reservado a un oscuro secretario de los duques de Carafa la elaboración del mejor tratado político del siglo XVII centrado en la importancia del disimulo. El libro de Torquato Accetto ha sufrido largos períodos de olvido, pero también momentos de recuperación, como los representados de la mano de Benedetto Croce a comienzos del siglo XX y de la mano de Claudio Magris a finales del mismo siglo. Magris comienza su breve artículo «Disimulo y verdad» con las siguientes palabras:

En el año 1641 un reservado y elusivo secretario de un príncipe publicó en Nápoles un pequeño tratado que, casi tres siglos más tarde, sería desempolvado y arrebatado a las zarpas del olvido por Benedetto Croce. Aquel breve texto, que oculta su densidad tras un tono breve y afable – con la discreción de la verdadera inteligencia, que se siente en desajuste con la ambigüedad de lo real y la complejidad de toda existencia – se titula *Della dissimulazione honesta (Del honesto disimulo)*; su autor, Torquato Accetto, se había puesto a escribir movido por la nostalgia de una vida sencilla e inocente y la melancólica conciencia de la inevitable malicia de la existencia, que torna precaria cualquier sencillez y tan indefensa cualquier inocencia (Magris, 2001: 118).

3. Una barroca ironía sobre la identidad

Quisiera referirme brevemente a dos de los nombres de aquella vieja clasificación del sistema de castas desarrollada de modo especial en México y Perú, clasificación que podría haber hecho las delicias de un Borges o de un Foucault. Siempre me han llamado la atención las múltiples denominaciones y combinaciones que van generando las sucesivas mezclas de españoles, indios, mestizos y negros: «Salta atrás», «Lobo», «Jíbaro», «Albarazado», «Calpamulato», «Zambaigo», «Torna atrás», etc... A pesar de que la clasificación se hizo en el siglo XVIII, el

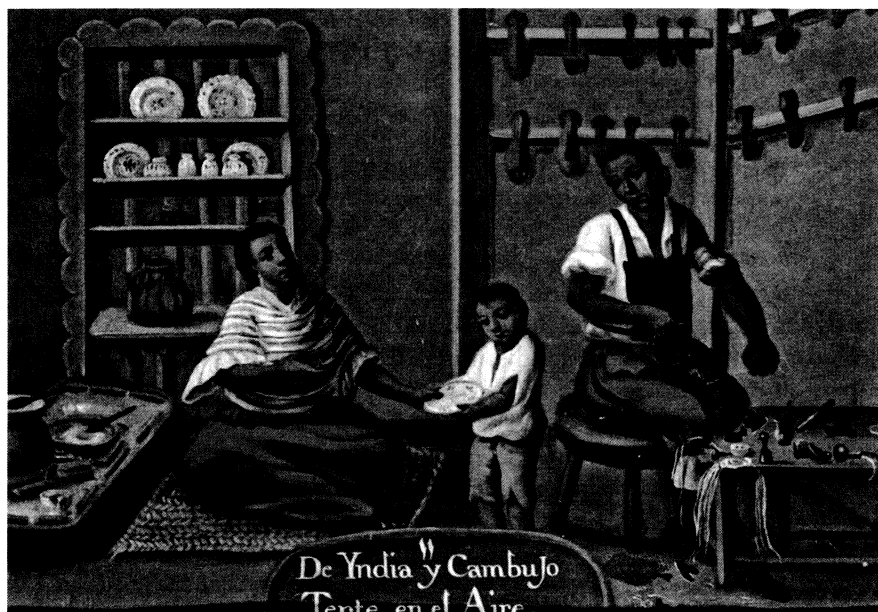


Figura 5. - «Tente en el aire». Cobre anónimo del s. XVIII perteneciente a la «Serie de mestizajes».

espíritu del barroco pervive en ella. Nuestra identidad moderna se puede definir con dos nombres de las viejas castas: «Tente en el aire» y «No te entiendo», nombres ambos con una gran actualidad simbólica. Hijo de india y cambujo, «Tente en el aire» puede servir también para nombrar una de las características de la identidad contemporánea, que parece no tener raíces fuertes y sostenerse en el aire, sin ligazones de tipo comunitario. En gran medida, hoy muchas personas nos podemos definir como *Tente en el aire*.

Quisiera recordar también que en la clasificación de las castas o «Serie de mestizajes», al menos en alguna de sus versiones, el hijo de «Tente en el Aire» se llama «No te entiendo». Sirvan los dos nombres de símbolos de nuestra identidad contemporánea: hoy todos somos mestizos de múltiples culturas sin fuertes raíces identitarias, obligados a elegir y construir nuestra propia identidad. Somos a la vez «Tente en el aire» y podemos referirnos a nosotros mismos como «No te entiendo», pues nadie es capaz de comprender las diferentes formas de un yo que se mantiene en el aire y sin raíces. Volvamos por un

momento a esa época todavía renacentista y ya prebarroca en la que Cervantes se pregunta por la identidad de Alonso Quijano, el Bueno. Los múltiples nombres del personaje de la Mancha – Quijada, Quijana, Quesada, D. Quijote, el caballero de la Triste Figura – bien pueden ser un ejemplo de la pluralidad del yo. Pero lo que me interesa recalcar no es tanto la multiplicidad de nombres, sino la quijetada de la identidad, de ese intento de ser fieles y auténticos con nosotros mismos, de entendernos completamente, pues sólo D. Quijote, en su locura, es capaz de saber quién es y lo que puede llegar a ser.

4. Una mirada al presente: algunos problemas planteados por la posible admisión de Turquía en la Unión Europea

En los últimos años se está planteando un debate acerca de la conveniencia o no de que Turquía sea admitida como un miembro de pleno derecho de la Unión Europea, un debate ligado a veces con una especie de ofensiva confesional para conseguir que la Constitución europea hiciera una mención especial de la tradición cristiana. En este contexto hay que interpretar, por ejemplo, las declaraciones de Giscard sobre Turquía a comienzos de noviembre de 2002, en las que afirmaba que la entrada de Turquía en la Unión Europea supondría el final de esta última. Pienso que en torno a la admisión o no de Turquía en la UE se están planteando tres problemas importantes, a nivel territorial, a nivel religioso y a nivel de identidad colectiva:

A *nivel territorial* cabe preguntarse: ¿Cuáles deben ser los límites de Europa? Sólo una parte muy pequeña de Turquía pertenece geográficamente a Europa. Si se admite a Turquía, la lógica llevaría a aceptar también a Israel, a Palestina (cuando sea Estado reconocido), a Marruecos... Teniendo en cuenta que también deberán ser admitidos (¿cuándo?) Rusia y los países de la antigua Yugoslavia, la UE se convertiría en una realidad imposible de gobernar. Puede tener razón Giscard al señalar las dificultades: cuanto más extensa y heterogénea sea la UE más difícil será buscar los intereses comunes y delinear políticas comunes de integración, de justicia o de política exterior. Sí, pero tal vez la UE debería transformarse en otro tipo de organización más regional y basar su ampliación no tanto en criterios geográficos como políticos. Según señalaba Timothy Garton Ash, lo que está en juego con la admisión de Turquía es la necesidad de extender el respeto a los derechos humanos más allá de nuestras estrechas fronteras, ayudar al

islam a adaptarse al mundo moderno y evitar lo que ha dado en llamarse un «choque de civilizaciones». Desde esta lógica de la paz es necesario ver a Europa no como un «club cristiano», sino como una compleja realidad de convivencia multicultural, multiétnica y plurirreligiosa. En palabras de Timothy Garton Ash:

En las puertas del Bósforo se enfrentan dos lógicas poderosas: la lógica de la unidad y la lógica de la paz. Si Europa consiste, sobre todo, en crear una comunidad política coherente, con ciertas aspiraciones de ser una superpotencia, podemos permanecer a este lado del Bósforo al menos durante otra década. Si creemos que es más urgente fomentar la democracia, el respeto a los derechos humanos, la prosperidad y, por tanto, las posibilidades de paz en la región más peligrosa del mundo, atrevámonos a cruzar el puente Garton Ash, 2002:15).

El artículo prosigue definiendo más despacio la lógica de la paz y termina afirmando que muy posiblemente la entrada de Turquía transformara la Unión Europea en algo más parecido a una «comunidad de democracias contiguas», siendo por otro lado, «muy posible llegar a la conclusión de que Turquía no es un país europeo, pero debería entrar en la Unión». Por mi parte, quiero dejar aquí únicamente planteado un problema sobre el que conviene reflexionar en el contexto de cualquier pregunta sobre el futuro de Europa.

Nivel religioso: En el fondo del rechazo a Turquía late lo que algunos han definido como un «integrista cristiano», que piensa que la Unión Europea es un club cristiano (y además, de cristianos ricos). Pero en esta postura suele darse un doble rasero para medir a las diferentes sociedades: se rechaza a Turquía porque no es suficientemente laica y se olvida que muchos países europeos tampoco son «suficientemente laicos». Según recordaba Rosa Masagué, la Unión Europea también es un club muy poco laico en el que los elementos confesionales de diversas creencias cristianas están demasiado presentes en símbolos y en decisiones que condicionan nuestra vida cotidiana. Sin ir más lejos, en Inglaterra, la reina es también la cabeza de la iglesia anglicana, la Constitución griega comienza «En nombre de la Santa y Consustancial e Indivisible Trinidad» y establece en uno de sus primeros artículos que la religión del estado es la ortodoxa, en toda Europa existen partidos llamados cristianos o socialcristianos como el de Helmut Kohl que han gobernado durante décadas y, además, el Partido Popular Europeo exige que en la Constitución euro-

pea se reconozca textualmente la tradición cristiana de Europa (Masagué, 2002). No parece válido argumentar el rechazo de Turquía alegando su escasa laicidad, sino que parece más bien deseable que los países europeos hagan realidad en la práctica la separación existente en la teoría entre política y religión.

El problema de la identidad europea. Creo que existe una urgente necesidad de revisar nuestras concepciones de la identidad personal y colectiva. La identidad europea es básicamente plural y compleja, fruto de muchas tradiciones históricas, mezcla de grupos étnicos, religiones, en la que ningún grupo puede tratar de imponer una determinada visión religiosa de la sociedad.

Como decía al principio, la identidad es siempre una narración. En este sentido, una de las narraciones contemporáneas en las que mejor se refleja la pluralidad del yo y de la cultura europea es en la obra de Claudio Magris, *El Danubio*, un libro de identidad compleja, medio libro de viajes, medio novela, también ensayo y, en último término, un libro de enorme sabiduría. La identidad como «río de la vida» es una metáfora importante en la tradición occidental de la que hace uso Magris en su libro. El Danubio atraviesa toda Europa central de occidente a oriente, regando una pluralidad de culturas y recibiendo afluentes de muchas otras más, desde Alemania al mar Negro, pasando por Austria, Hungría, la antigua Yugoslavia, Rumanía o Bulgaria. Además, hay momentos en que el Danubio mezcla sus aguas con el otro gran río centroeuropeo: el Rhin, un río de frontera que simboliza la rivalidad histórica entre Alemania y Francia, hoy felizmente superada, esperemos que para siempre.

Magris se refiere a ese Danubio y a su identidad en ese momento de desaparición y cruce de aguas con el Rhin como «*Noteentiendo*», haciendo suya y aplicando a la identidad europea uno de los nombres ideados en el siglo XVIII para nombrar una de las castas de la Nueva España. «*Noteentiendo*» se convierte en un símbolo de la identidad europea contemporánea y de su complejidad: cada uno de nosotros es fruto de muchas culturas entremezcladas, de diversas tradiciones religiosas, que en su mezcla hacen imposible la pregunta por una identidad pura e incontaminada:

También el Danubio, al igual que cada uno de nosotros, es un *Noteentiendo*, como la figura dibujada en una de las dieciséis viñetas de la tabla «Las Castas», una especie de juego de la oca del amor y de las estirpes que recuerdo haber visto colgado en una pared del Museo de

la Ciudad de México. (...) En la penúltima viñeta, el fruto de los amores de *Tente en el aire* y de la *Mulata* deja perplejo el talento nomenclatorio del anónimo clasificador, que, en efecto, lo define como *Noteentiendo*. Ese Danubio que es y que no es, que nace en varias partes y de varios padres, nos recuerda que cada uno de nosotros, gracias a la múltiple y oculta trama a la que debe su existencia, es un *Noteentiendo*, como los praguenses de apellido alemán o los vieneses de apellido checo» (Magris, 1988: 30-31).

Todos y cada uno de nosotros somos «Noteentiendo», fruto de tantas mezclas históricas y de tradiciones que se cruzan y se entrecruzan, también de tradiciones religiosas plurales y diversas. Y también la identidad europea es una compleja mezcla de historias, religiones y tradiciones con las que hemos de aprender a convivir.

Bibliografía

- BAQUERO GOYANES, Manuel (1984), «Visualidad y perspectivismo en las *Empresas de Saavedra Fajardo*», en su libro *Literatura de Murcia*, Murcia, Academia Alfonso el Sabio.
- ELIAS, Norbert (1982), *La sociedad cortesana*, México, FCE.
- ELIAS, Norbert (1993), *El proceso de la civilización*, (trad. R. García Cotarelo) México, FCE.
- GARTON ASH, Thimoty (2002), «¿Un puente lejano? (Pros y contras de la incorporación de Turquía a la UE)», in *El País*, suplemento del domingo 24 de noviembre de 2002.
- GONZÁLEZ GARCÍA, José M. (1998), *Metáforas del poder*, Madrid, Alianza.
- GRACIÁN, Baltasar (1993), *El Discreto*, en la edición de las *Obras completas* de la Biblioteca Castro, Turner, Madrid, vol. II.
- KANT, Immanuel (1977), *Anthropologie*, en la edición de W. Weischedel, Frankfurt, Suhrkamp, vol. XII.
- LAMO DE ESPINOSA, Emilio / GONZÁLEZ GARCÍA, José M. / Torres Albero, Cristóbal (1994), *Sociología del conocimiento y de la ciencia*, Madrid, Alianza.
- LLEDÓ, Emilio (1992), *El surco del tiempo. Meditaciones sobre el mito platónico de la escritura y la memoria*, Barcelona, Crítica.
- MAGRIS, Claudio (1988), *El Danubio*, (trad. J. Jordá), Barcelona, Anagrama.
- MAGRIS, Claudio (2001), «Disimulo y verdad», en su libro *Utopía y desencanto. Historias, esperanzas e ilusiones de la modernidad*, (trad. J. A. González Sáinz), Barcelona, Anagrama.
- MASSAGUÉ, Ramón (2002), «El club poco laico de la UE», *El Periódico*, 11 de noviembre de 2002.

- SAAVEDRA FAJARDO, Diego de (1998), *Empresas políticas*, Barcelona, Planeta.
- SENNET, Richard (1978), *El declive del hombre público*, (trad. G. di Masso), Barcelona, Península.
- TAYLOR, Charles (1994a), *La ética de la autenticidad*, (trad. P. Carbajosa Pérez), Barcelona, Paidós.
- TAYLOR, Charles (1994b), «The Politics of Recognition», in A. Gutman (ed.), *Multiculturalism. Examining the politics of recognition*, Princeton University Press.

Identidades plurais

CARLOS M. F. DA CUNHA
Universidade do Minho

Numa das suas reflexões sobre a identidade cultural, Onésimo Teotónio de Almeida coloca a tónica sobre a dimensão individual e contextual inerentes à questão identitária, relativizando qualquer possibilidade essencialista:

«No fundo, a identidade é a identidade de cada um. (...) a açorianidade é a açorianidade de cada um. Termos assim vagos têm força porque são preenchidos pela experiência pessoal sentida pela memória e coração de cada indivíduo. Mas nem esse sentimento é fixo ou isolado, nem deixa de se modificar face a contextos diferentes. Foi por isso que, como também já escrevi, me senti micaense quando fui para a Terceira nos meus treze anos, mas senti-me açoriano no Continente e na Espanha senti-me português. Mais tarde, na América, senti-me europeu e, na China, senti-me Ocidental. Mas, se fosse a Marte, sentir-me-ia terrestre.»¹

Esta perspectiva está em sintonia com uma perspectiva pluralista que acompanha o desenvolvimento dos estudos literários contemporâneos. Assiste-se hoje, na era da globalização, apesar dos ideais universalistas e comparatistas, a par da emergência de novos e antigos

¹ «Em busca da clarificação do conceito de identidade cultural. O caso açoriano como cobaia», *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, pp. 65-89; <http://web.ipn.pt/literatura/letras/ensaio60.htm>

nacionalismos², a uma crescente fragmentação e singularização do objecto dos estudos literários, à eclosão do que Alain Liu designou como o «detalhismo» da crítica cultural pós-estruturalista e pós-moderna, que liga a cultura e a história ao «particularism, localism, regionalism, relative autonomism, incommensurabilism, accidentalism (or contingency), anedoctalism ... and 'micro-', 'hetero', and 'poly'-ism» (*apud* Perkins, 1992: 108)³. Estas repartições tornaram-se ainda mais sensíveis devido a alguma preponderância dos Estudos Culturais, da teorização pós-colonial, do multiculturalismo, da desconstrução do cânone e do debate sobre o género, raça e classe, questões com forte ressonância nos E.U.A, país multicultural e multirracial por excelência.

Num primeiro momento, os estudos culturais centravam-se, em termos binários, na fixação de identidades em contraposição com uma

² Daí a desilusão nostálgica de George Steiner: «The present moment in Europe is hardly consoling. The ideals, the pragmatic dreams abroad in 1945 have faded into rancorous bureaucracy. Almost incomprehensibly, after the massacres, after the devastation of 1914 to 1945, crazed nationalism, tribal hatreds, religious and ethnic intolerance blaze again: in the Balkans, in Northern Ireland, in the Basque country, and our inner cities.» (1995: 18). A questão articula-se ainda com o desmembramento da U.R.S.S. e a queda dos impérios coloniais europeus, particularmente na Ásia e em África e, de um modo mais geral, com a problemática da «globalização». Segundo Tomlinson, a necessidade de um «imaginário social» (Castoriadis) não se pode realizar num mundo global, porque ele não é «conceptualizável», o que conduz a um certo retorno (refúgio) ao «imaginário nacional» (1991: 179). No entender de Segers, o actual «paradox between nationalization and globalization can be found in many parts of the world and in many different ways», e pode ser visto como um modo positivo de assumir o relativismo cultural e o diálogo com o «outro» (1996: 205).

³ Bertens salienta que o multiculturalismo se opõe, em certa medida ao projecto comparatista: «This new multicultural awareness that has sprung up all over the West is emphatically multicultural rather than inter-or cross-cultural. Its segregationism is deeply anti-comparatist on both social and theoretical grounds. Where comparatism assumes an underlying common identity for all human beings, multiculturalism assumes irreconcilable differences, and assumption that puts an awkward spoke in the comparatist wheel.» (1996: 10). David Kaiser considera que a celebração do local em nome da emancipação política tornou-se uma parte do sistema, o que na prática se traduz no domínio do processo globalizante. Deste modo, Kaiser pensa que a recusa de qualquer unificação em nome do local e da diversidade, facilita a globalização, na medida em nega à «esfera pública» uma estrutura para lhe resistir ou para a regular (1999: 10). Para J. Beyrie, na sociedade global, as fronteiras do Estado-nação funcionam «Au nom, entre autres choses, d' une fondamentale quête d' identité.» (1994: 228). Também na Europa «romântica» as «barreiras identitárias» foram uma espécie de defesa face à industrialização e à homogeneização (planetarização) que esta acarretava (*id.*: 227-8).

alteridade de referência, v.g., o universo do feminino em oposição ao discurso patriarcal (falocêntrico), ou os espaços pós-coloniais face ao imperialismo colonizador. Porém, quando as referências identitárias procuram estabelecer-se em relação à sua especificidade, verifica-se que as heterogeneidades de cada uma das suas dimensões e das suas inter-relações conduzem aporeticamente à sua multiplicação disseminativa, em função das múltiplas equações passíveis de serem estabelecidas em torno destes factores identitários. Verificou-se mesmo que muitas identidades só se sustentam pela oposição ao conjunto das respectivas alteridades, supostamente também elas homogêneas. Mas num mundo em que as fronteiras culturais e identitárias parecem cada vez mais permeáveis e habitadas por seres dotados de identidades plurais, o que em última instância é posto em causa é a própria validade dos modelos identitários tradicionais, centrados na singularidade e num certo monologismo essencialista.

É o que sucede de modo intenso na esfera da teoria e da crítica literárias feministas, a que Elaine Showalter deu voz na conclusão do seu texto sobre «A Crítica Feminista no Deserto»:

«Podemos nunca sequer chegar à terra prometida; pois quando, como críticas feministas, virmos que a nossa tarefa é o estudo da escrita das mulheres, aperceber-nos-emos de que a terra que nos fora prometida não é a universalidade serena de textos indiferenciados, mas o deserto tumultuoso e intrigante da própria diferença.» (2002: 74).

Do mesmo modo, no âmbito dos estudos pós-coloniais, algumas das principais vozes críticas pertencem à geração dos fundadores, como Gayatri Spivak, que na sua *Critique of Postcolonial Reason* (1999) não deixa de censurar o dogmatismo acrítico presente nesta área de estudos, salientando a necessidade de se operar um recuo teórico-crítico: «It is time to retrace our steps, to do what should have been done initially» (1999: 11).

Um dos temas centrais do debate contemporâneo consiste mesmo na necessidade de redesenhar o mapa dos estudos literários, reelaborando e superando as suas fronteiras tradicionais. *Redrawing the Boundaries*, de Stephen Greenblatt e Giles Gunn (ed.s, 1992) é, a este nível, uma obra paradigmática, que há cerca de uma década procurava sintetizar o ponto da situação em relação aos estudos literários anglo-americanos:

«The boundaries to be reckoned with in literary studies range from national, linguistic, historical, generational, and geographical to racial, ethnic, social, sexual, political, ethical, and religious. Moreover, literary studies have many demarcation lines that are less visible but no less determinative, boundaries that differentiate reading from writing, print cultures from oral, canonical traditions from heretical, elite cultures from vernacular, high art from popular. These boundaries can be crossed, confused, consolidated, and collapsed; they can also be revised, reconceived, redesigned, or replaced. The one thing they cannot be in literary studies is entirely abolished.» (1993: 4).

Esta necessidade de redesenhar as fronteiras implica um modo diferente de cartografar e, parafraseando o título sugestivo de uma obra coordenada por Herald Hendrix, *The Search For a New Alphabet* (Hendrix *et alii*, eds., 1996), exige um novo olhar. Neil Larsen, por exemplo, na sua obra *Reading North by South* (1995), propõe uma inversão de perspectiva a fim de se superar um modo habitual de conceber o «outro»:

«Colonizer and colonized, 'North' and 'South', figure not only on a spatial map but (...) on a 'hermeneutic map' as well, a 'map' that already plots the South as intrinsically meaningful but beyond whose coordinates all possibility of meaning is canceled.» (1995: 2).

A troca de olhares entre o Norte e o Sul foi, como vimos em estudo anterior, uma questão central e fundadora no discurso da história literária oitocentista (Cunha, 2002). Os irmãos Schlegel e M.^{me} de Staël elaboraram uma cartografia das literaturas europeias com base na ideia de que as literaturas do Norte da Europa (românticas) eram originais e as literaturas do Sul se pautavam pelo seu carácter imitativo relativamente às literaturas grega e latina. Relativamente a Portugal, quando Teófilo Braga encarou a literatura portuguesa pelo ângulo do Norte (do romantismo alemão) concluiu que não tinha originalidade. No entanto, quando adoptou uma perspectiva meridional (a ideia da latinidade ocidental, de origem comtiana), passou a defender que afinal a literatura nacional era fecunda e original, porque se inseria numa tradição secular e autónoma.

Hoje, é no domínio dos estudos pós-coloniais, com a sua heterogeneidade, que a descentralização dos pontos cardeais (norte/sul, este/oeste) se verifica com mais acuidade, mas é preciso não esquecer, como realça Bart Moore-Gilbert, a dimensão histórica da questão:

«This provides the salutary reminder that postcolonial societies, cultural formations and movements emerge at different times, in different forms and in different places around the globe. Because colonialism has taken many forms and has many histories, and is accompanied by a plethora of at times internally and mutually contradictory discourses, decolonization has been similarly multiform and complex – and its discourse may therefore at times be incommensurable with each other – as well as complementary.»; «Because postcolonial histories, and their presents, are so varied, no one definition of the ‘post colonial’ can claim to be correct at the expense of all others, and consequently a variety of interrelated models of identity, positionality and cultural/critical practice are both possible and necessary.» (1997: 203).

A estas fronteiras externas somam-se outras divisões internas, que se sobrepõem, traduzindo-se no que se poderia chamar «pós-colonialismo interno», e que é evidenciado em particular nos Estudos Culturais, na questão da raça e do gênero. Depois da fase da negação de um centro, assiste-se a uma crescente multiplicação das «margens»:

«each new ‘margin’ comes to voice in the first instance through a double process which involves defining itself not just against an oppressive centre, but against the ‘margins’ immediately adjacent to it. These in the process can become essentialized and reified, even at times identified as a new kind of centre. In the context which Gates addresses, African-American women’s criticism has mobilized just as fiercely against what it sees as the patriarchal assumptions of male African-American critics like Gates himself as against either white feminism or white patriarchy. Lesbian African-American criticism in turn begins by defining itself in the first instance against the heterosexist assumptions of many of those feminist critics who attacked Gates. The same process is observable in almost every development in the postcolonial field that I can think of.» (Moore-Gilbert, 1997: 188)⁴.

Esta perspectiva histórica é ainda necessária para atravessar, nas palavras de Henry Wonham, «the Color Line»:

«The point, in other words, is not to erase the color line, but to historicize a mutually constitutive relationship between African and European cultures in America.» (1996: 14).

⁴ A referência central neste excerto é a obra de Henry Louis Gates, destacado teorizador da área dos *post-colonial cultural studies*.

Shelley Fishkin sintetiza assim este processo: «In the early 1990s, our ideas of 'whiteness' were interrogated, our ideas of 'blackness' were complicated, and the terrain we call 'American culture' began to be remapped.» (1996: 251-2). Neil Larsen mostra-se convicto de que apesar de recusarem o eurocentrismo cultural, os «post-colonial studies» revelam também «its objective incapacity to go beyond the bounds of cultural nationalism as a political practice.» (1995: 135). Peter Carafiol denuncia similar contradição nos estudos culturais norte-americanos, nomeadamente nos estudos feministas e no *New Historicism*, na medida em que criticam os discursos tradicionais sobre a identidade (americana), mas continuam a mover-se no mesmo «terreno», embora com fins revisionistas (1996: 46).

A problemática identitária é assim perspectivada cada vez mais de acordo com a errância e do nomadismo que impregnam desde sempre as questões identitárias, o que nos obriga, como no passado, a regressar à dimensão histórica que impregna os fenómenos literários e culturais e a aceitar a noção de que as identidades são de natureza plural, não só devido à pluralidade das teorias identitárias, mas sobretudo porque a identidade é pluridimensional, em função dos contextos histórico, geográfico, cultural e da própria vontade ou do desejo individuais. Assim, talvez seja pertinente falarmos em singularidades que se identificam em função de um feixe de elementos identitários, combinando de forma plural, e por vezes conflituante, a nacionalidade ou o cosmopolitismo, o género, a raça, a classe social e toda uma pleiade de factores culturais e sociais.

Aparentemente, há uma grande diferença entre a ênfase conferida à heterogeneidade e à diferença por parte do discurso crítico pós-moderno, em contraposição com um discurso historicista anterior, que privilegiava a continuidade e a identidade, mas na realidade, identidade e alteridade, inclusão e exclusão são duas faces da mesma problemática, em constante oscilação e conflito, em que se joga uma «função identitária», ou a hegeliana necessidade de «reconhecimento».

Na realidade, o que une a tendência fragmentária dos românticos e das correntes pós-modernas é o facto de se socorrerem da história literária e dos textos literários com funções e motivações identitárias similares⁵, o que implica obviamente uma diferenciação do «outro»,

⁵ Com efeito, como observa Marc Angenot, «Quand on fera l'histoire intellectuelle de notre temps, on devra faire une place centrale au noeud de polémiques autour des questions d'identité.»; «on a vu naître e renaître de partout de l'identitaire, des dispositifs d'inclusion collective dans un 'nous' chéri ou revendiqué» (1995: 7).

não obstante as diferenças significativas que se podem assinalar entre a história literária oitocentista e o actual momento de «retorno da história».

Referências bibliográficas

- ANGENOT, Marc (1995) – «Préface» a BERND Zilà (1995) – *Littérature Brésilienne et Identité Nationale (Dispositifs d'exclusion de l'Autre)*. Paris: L' Harmattan.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio de (1998) – «Em busca da clarificação do conceito de identidade cultural. O caso açoriano como cobaia», *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, pp. 65-89;
<http://web.ipn.pt/literatura/letras/ensaio60.htm>
- BERTENS, Hans (1996) – «From Over-Confidence to Clear and Present Danger. Comparative Literature and Intellectual Fashion», in HENDRIX, Arald *et alii* (ed.s) (1996), pp. 7-12.
- BEYRIE, Jacques (1994) – *Qu' est-ce qu' une littérature nationale? Écriture, Identité, Pouvoir en Espagne*. Toulouse: P. U. du Mirail.
- CARAFIOL, Peter (1996) – «'Who I Was': Ethnic Identity and American Literary Ethnocentrism», in WONHAM, Henry B. (ed.) (1996), pp. 43-62.
- CUNHA, Carlos M. F. da (2002) – *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos.
- FISHKIN, Shelley F. (1996) – «Interrogating 'Whiteness', Complicating 'Blackness': Remapping American Culture», in WONHAM, Henry B. (ed.) (1996), pp. 251-90.

Segundo Boaventura Sousa Santos, a preocupação com a identidade caracteriza mesmo a modernidade: «Podemos dizer até que a modernidade nasce dela e com ela. (...) O colapso da cosmovisão teocrática medieval trouxe consigo a questão da autoria do mundo e o indivíduo constitui a primeira resposta.» (1994: 120). Não obstante, esta subjectividade constrói-se no seio das tensões entre o individual e o colectivo e entre uma concepção concreta e outra abstracta da individualidade, traduzindo-se em projectos diferentes, que instauram equilíbrios diversos entre a regulação e a emancipação social (*id.*: 120-1).

É esta dimensão identitária que, segundo José Mattoso, explica a grande atracção que a História sempre exerceu: «sobretudo, talvez, nas épocas de uma certa dissolução dos sistemas de valores, como acontece no nosso tempo. Serve, então, como espelho das superações que foram sendo alcançadas pelo próprio Homem e como um instintivo antídoto da crise. Através do texto da História perpassa, portanto, a comunicação de um mistério que é do foro mais directo da poesia. Os leitores das obras de História buscam instintivamente uma resposta para as interrogações do Homem acerca de si mesmo» (1988: 42).

- GREENBLATT, Stephen e GUNN, Giles (eds.) (1992) – *Redrawing the Boundaries. The Transformation of English and American Literary Studies*. New York: The Modern Language Association of America.
- HENDRIX, Harald *et alii* (eds.) (1996) – *The Search For a New Alphabet Literary Studies in a Changing World*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KAISER, David Aram (1999) – *Romanticism, Aesthetics, and Nationalism*. Cambridge / New York / Melbourne: Cambridge U. P.
- LARSEN, Neil (1995) – *Reading North by South. On Latin American Literature, Culture, and Politics*. Minneapolis/London: U. of Minnesota P.
- MACEDO, Ana Gabriela (ed.) (2002) – *Género, identidade e desejo. Antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia.
- MATTOSE, José (1988) – *A Escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa: Estampa.
- MOORE-GILBERT, Bart (1997) – *Postcolonial Theory. Contexts, Practices, Politics*. London / New York: Verso.
- PERKINS, David (1992) – *Is Literary History Possible ?* Baltimore/London: The Johns Hopkins U. P.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1994) – *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, 3.^a ed. Porto: Afrontamento.
- SEGRS, Rien T. (1996) – «Cultural and Literary Identity: Disease or Medicine? A Dialogue with Douwe Fokkema», in HENDRIX, Arald *et alii* (ed.s) (1996), pp. 7-12; 202-7.
- SHOWALTER, Elaine (2002) – «A Crítica Feminista no Deserto», in MACEDO, Ana Gabriela (ed.)(2002), pp. 37-74 [1981].
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1999) – *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, Massachussets, London: Harvard U. P.
- STEINER, George (1995) – *What is Comparative Literature ? An inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 11 October 1994*. Oxford: Clarendon Press.
- TOMLINSON, John (1991) – *Cultural Imperialism. A Critical Intoduction*. London: Printer Publishers.
- WONHAM, Henry B. (ed.) (1996) – *Criticism and the Color Line. Desegregating American Literary Studies*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers U. P.

Híbridos e outras impurezas: das identidades das Ciências*

FERNANDO CLARA
Universidade Nova de Lisboa

0. Silêncios

No quadro daquela actividade humana a que, na sequência dos trabalhos de Thomas S. Kuhn (1970 e 1977 entre outros), se conveniou chamar «ciência normal», a questão da própria identidade das Ciências só se coloca numa fase muito inicial da aprendizagem ou da formação. Definem-se aí de uma forma frequentemente positivista e liminar os fundamentos, os princípios, os objectos de estudo, a metodologia, os objectivos. Da Retórica à Física a questão da própria identidade disciplinar não se volta a levantar a não ser em momentos de crise ou de «mudança de paradigma» dos saberes (para utilizar de novo uma expressão de Kuhn entretanto consagrada).

Ora quando olhadas exclusivamente a partir destas assépticas e preliminares definições identitárias as Ciências revelam-se como ilhas, estranhamente isoladas, rodeadas de um vasto mar de silêncios. Efectivamente, cumprindo a sua habitual função, as definições delimitam os contornos do objecto, mas ao mesmo tempo que o fazem mitigam ou mitificam (o que vem a dar no mesmo) a sua história e o momento da sua génese, os pontos de contacto com os outros saberes, as seme-

* Estas páginas retomam, ao mesmo tempo que pretendem dar alguma continuidade, a uma tentativa de reflexão publicada em língua alemã sob o título de «Paradigmas, Parasitas, Híbridos e Clones. Ciência e Interdisciplinaridade» (cf. Clara 2001).

lhanças e as diferenças metodológicas, os debates, as rupturas, as lutas ou até mesmo as guerras que estiveram na sua origem.

Estas definições calam pois, muito mais do que dizem, e nessa medida não deixam de poder ser vistas como *pedras tumulares das disciplinas*, paradoxalmente erigidas num momento delicado: o do início da formação do indivíduo, o momento sensível e determinante da iniciação.

Por seu turno, o reagrupamento destas identidades disciplinares em áreas de maior dimensão, como sejam por exemplo as Ciências Humanas e as Ciências Naturais, se bem que deixando entrever inúmeros pontos de contacto entre cada uma das disciplinas que as constituem, acaba por recapitular a mesma insularidade identitária e a mesma preocupação asséptica. Dito de outro modo: o isolamento específico de cada disciplina reflecte e reflecte-se no isolamento mais global a que estas áreas científicas mutuamente se votam ¹.

É certo que os silêncios característicos do relacionamento entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais são ciclicamente abalados por ruidosos gritos de guerra, tal como sucedeu no passado recente com o episódio protagonizado pelo físico norte-americano Alain Sokal (1996a e 1996b), que acabou por despoletar as chamadas «Guerras das Ciências», mas a verdade é que o monólogo parece ser a regra, em ambos os casos.

Não surpreende que assim seja, já que o discurso monologal iterativo favorece a construção daquelas que se afiguram as primeiras características de qualquer identidade, nomeadamente a sua congruência e coesão, por um lado, e a sua permanência e duração por outro.

1. Contactos influentes

Em todo o caso, no entanto, um olhar mais atento sobre o relacionamento entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais não poderia igualmente deixar de registar outro tipo de fenómenos comunicacionais e de contactos entre ambas as áreas, diversos daqueles

¹ Olhada a partir desta perspectiva, a conhecida tese das *Duas Culturas* (Snow 1993) mais não faz do que traduzir ou *transportar* para contextos mais alargados um certo 'isolacionismo identitário' que é já característico das disciplinas.

que os silêncios ou as episódicas declarações guerra constituem (estas últimas, de resto, quase sempre motivadas por questões que têm a ver com o financiamento da respectiva área).

Claro que entre estes outros contactos se encontram as teorias, mitos, religiões que defendem, profetizam ou almejam (conforme o caso) a fundamental unidade do saber, mas também se encontram outro tipo de contactos, bem mais prosaicos, mas nem por isso menos importantes, nomeadamente aqueles que dão testemunho de uma certa *presença* das Ciências Humanas nas Ciências Naturais e vice-versa.

A título meramente ilustrativo registem-se aqui apenas dois exemplos.

Em primeiro lugar, as palavras de Karl Popper, por vezes irónicas, por vezes provocatórias, sobre a questão das «duas culturas» (Popper 1989: 183ss.): apesar de entender que «labouring the difference between science and the humanities has long been a fashion, and has become a bore», o autor acaba, no entanto, por decidir-se a considerar o problema, concluindo: «the method of problem solving, the method of conjecture and refutation, is practised by both. It is practised in reconstructing a text as well as in constructing a theory of radioactivity» (*Id.*: 185); tudo isto depois de ter criticado o cientismo positivista («scientism») a que alguns cientistas parecem ter aderido e depois, também, de ter peremptoriamente afirmado: «Science, after all, is a branch of literature» (*ibid.*).

Em segundo lugar recordem-se os conhecidos dois versos do poeta – engenheiro e futurista – Álvaro de Campos (Pessoa 1986: 409):

O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo.
O que há é pouca gente para dar por isso².

2. Metáforas

Apesar da «pouca gente para dar por isso», a verdade é que estas presenças deixam e deixaram importantes marcas e vestígios nos discursos das Ciências. As diversas metáforas de cariz científico que

² Neste contexto valerá a pena recordar ainda o conjunto de poemas de Vitorino Nemésio (s/d), reunidos sob o título de *Limite de Idade*, e aí sobretudo a dedicatória a Aurélio Quintanilha, bem como as duas citações, respectivamente de Max Planck e André Lwoff, que o abrem.

as Humanidades com frequência adoptam a partir do Século XVIII – a metáfora mecânica, a orgânica, a evolucionista etc. – constituem testemunho incontestável de um relacionamento nem sempre directo, mas sempre persistente entre as duas áreas (cf. Blumenberg 1999).

Particularmente interessante, contudo, é quando a metáfora transcende o seu valor estético para se transformar numa metonímia, como sucede num passo do prefácio de uma obra reconhecidamente central para o Romantismo Europeu: *Lyrical Ballads* de Wordsworth e Coleridge. Com efeito, no prefácio da terceira edição da obra (de 1802) surge, a par da figura do Poeta, uma outra a que se chama «The Man of Science», cuja frequente e inusitada presença não pode deixar de ser considerada significativa. Ambas as figuras se vêem (re)unidas em torno de um certo tipo de prazer: «[...] the pleasure» – tal como Wordsworth o havia já programaticamente definido em 1800, no prefácio da segunda edição da obra – «which the mind derives from the perception of similitude in dissimilitude» (Wordsworth/Coleridge 1981: 265). E é sobretudo num longo passo acrescentado ao prefácio de 1802, no qual se procura responder à questão «What is a Poet?», que este conjunto de questões e princípios programáticos se vêem então tematizados e explicitados com maior detalhe (*ibid.*: 258):

We have no knowledge, that is, no general principles drawn from the contemplation of particular facts, but what has been built up by pleasure, and exists in us by pleasure alone. The Man of Science, the Chemist and Mathematician, whatever difficulties and disgusts they may have had to struggle with, know and feel this. However painful may be the objects with which the Anatomist's knowledge is connected, he feels that his knowledge is pleasure; and where he has no pleasure he has no knowledge.

Ora é dentro desta lógica de raciocínio – partindo por conseguinte do princípio que, quer o método de trabalho do «Poeta» (i.e., o modo como também ele deduz «princípios gerais a partir da contemplação de factos particulares»), quer o «conhecimento» e o «prazer» daí resultantes, não diferem substancialmente dos do «Homem da Ciência» – que Wordsworth acaba por concluir peremptório: «The knowledge both of the Poet and the Man of Science is pleasure» (*ibid.*: 259).

Do Século XVIII até à actualidade a presença e influência das Ciências Naturais nas Ciências Humanas conhece um crescendo notório. Os próprios trabalhos de Kuhn (e em parte também os de Feyerabend) acabam por ter uma repercussão nas Humanidades que ultrapassa já em larga medida o uso metafórico da sua terminologia.

De facto ao longo das três últimas décadas do Século XX assiste-se a uma proliferação dos termos «paradigma», «incomensurabilidade» ou «revolução científica» no quadro das Ciências Humanas (cf. por exemplo, e entre muitos outros, Prado Coelho 1987). Situação, aliás, que não pode ser considerada fora do normal já que, como se tem vindo a procurar demonstrar, estas «duas culturas» quase sempre evidenciaram ao longo da sua história um apreciável grau de *permeabilidade*, não obstante os votos de assepticidade científica que parecem caracterizar cada um dos discursos.

Mas diferentemente do que foi tido como usual (e normal) durante pelo menos dois séculos, essa repercussão – leia-se fundamentalmente: essa *influência* das Ciências Naturais sobre as Humanidades – conhece a partir de meados dos anos 60, com os trabalhos dos autores acima referidos, novas formas e, principalmente, uma nova dinâmica:

1. Por um lado, e à semelhança do que sucedera anteriormente com alguma regularidade, a terminologia chave das novas teorias oriundas das Ciências Naturais era, por assim dizer, ‘importada’, ‘traduzida’ ou (re)adaptada às Ciências Humanas; a iniciativa desta aproximação era tradicional e normalmente tomada por parte das Ciências Humanas, que assim procuravam os benefícios práticos e utilitários que o alegado rigor metodológico, discursivo e formal das Ciências Naturais lhes poderia proporcionar³.

³ Esta aproximação conhece naturalmente ao longo da história diversos graus de intensidade. De acordo com Cassirer (1993b e 1994) a influência e o peso das Ciências Naturais sobre as Humanidades são particularmente notórios durante o Iluminismo e na segunda metade do século XIX, influência e peso esses a que não são alheios, respectivamente, os progressos taxonómicos da botânica naturalista e o surgimento da teoria de evolução das espécies de Darwin. A proliferação, nos textos de pendor humanístico publicados durante aquelas duas épocas, das metáforas directamente ligadas à botânica e à biologia são disso um indício claro e ineludível. Que maioritariamente se tratava, no entanto e apenas, de uma adaptação ou ‘importação’ terminológica por parte das Humanidades (sem a correspondente preocupação em adoptar ou, pelo menos, problematizar *de facto* os métodos das Ciências Naturais) e que mesmo essa adaptação terminológica não se fazia sem dificuldades, prova-o, p.ex., uma análise mais atenta do discurso de Taine; como refere Cassirer (1994: 80-81), «Taine começa por falar a linguagem do cientista [Naturforscher]; mas apercebemo-nos que ele não se sente à vontade nessa linguagem. Quanto mais avança e quanto mais se aproxima dos problemas concretos,

2. Mas, por outro lado, e porventura diferentemente do que sucedera antes, assiste-se também, a partir de meados dos anos 60, a uma aproximação entre as Ciências Naturais e as Humanidades de cariz e sentido inversos: trata-se, em primeiro lugar, de uma aproximação que radica nas características intrínsecas das novas teorias oriundas das Ciências Naturais (e já não tanto motivada por um desejo de proximidade resultante, directa ou indirectamente, das estratégias de legitimação por parte das Humanidades); e trata-se, em segundo lugar, de um movimento de aproximação de sentido inverso ao habitual, i.e., em que a iniciativa dessa aproximação é tomada, muitas das vezes, pelas próprias Ciências Naturais.

3. Aproximações

Muito embora não tenha sido essa a intenção imediata e directa de Kuhn ou Feyerabend⁴, a verdade é que *a posteriori* ambos se dão conta que algumas das suas teses apresentam uma contiguidade assinalável em relação a um tipo de saber que era habitualmente considerado como característico das Ciências Humanas e, de uma forma ou de outra, exploram essa contiguidade (Feyerabend, em todo o caso, mais radicalmente do que Kuhn; cf. p. ex. Feyerabend 1984 e Kuhn 1977 e 1991).

Em termos gerais poder-se-ia afirmar que a proximidade resulta em grande parte do papel central que a *historicidade* tem nas teses de Kuhn e Feyerabend: ao sublinharem insistentemente as descontinuidades – e portanto a não-linearidade cumulativa, evolutiva e temporal – que fazem parte do processo de aquisição de conhecimento nas Ciências Naturais (cf. Stengers 1995: 49 e Wallerstein *et al.* 1996:

mais se percebe que ele se vê obrigado a pensar e a falar numa outra linguagem. Taine parte de conceitos e *Termini* das Ciências Naturais, mas ao longo do seu trabalho ambos são submetidos a uma característica transformação de sentido [Bedeutungswandel].

⁴ Cf. Hoyningen-Huene (1993: 4): «It is misleading even to say, as we have, that the issue of Kuhn's theory is 'scientific development', for 'the sciences' encompass more than the 'hard science' with which Kuhn is actually concerned. This domain includes the natural sciences and the systematic social sciences; history and philosophy, including the philosophy of science, are explicitly excluded»; cf. também Kuhn (1991). Sobre as diferentes reacções às teses de Kuhn por parte dos cientistas, dos filósofos e historiadores da ciência, assim como por parte das Humanidades, veja-se Stengers (1995: 13).

61ss.) o que ambos os autores estão, também, a fazer é a colocar as Ciências Naturais dentro do fluir do tempo (histórico). Como Feyerabend explicitamente refere: «o saber é sempre um processo histórico» [Erkenntnis ist stets ein historischer Prozeß] (*apud* Schmidt 1998: 42).

A viragem que aqui se desenha é não só inédita, em termos do percurso das Ciências Naturais, como também particularmente importante para as Humanidades, já que a «mudança de paradigma» anunciada vai claramente no sentido da aproximação a umas Ciências Humanas então ainda profundamente dominadas pelos postulados de W. Dilthey. Com efeito ao historicizarem a Natureza (ou o estudo da Natureza), Kuhn e Feyerabend estavam também a colocar sob a dependência da História o estudo da Natureza ou, dito de outro modo: estavam a fazer depender as Ciências Naturais das Ciências Humanas.

Paralelamente, o que a introdução do factor tempo e esta mudança de perspectiva ainda acarretam e, de algum modo provocam, é uma certa *perda*, se não do objecto, pelo menos da característica nitidez dos contornos e da estabilidade material que habitualmente eram atribuídas ao objecto de estudo nas Ciências Naturais⁵.

4. Fusões

A lógica e a prática metafóricas que até então pareciam dominar os contactos entre Ciências Naturais e Humanidades não servem já, portanto, para caracterizar as zonas de contiguidade mais profunda que os trabalhos de Kuhn e Feyerabend deixam entrever.

O caminho para formas, teorias e identidades híbridas estava assim aberto.

É precisamente isso que sucede a partir de finais dos anos 70 e mais consistentemente durante as décadas de 80 e 90: as novas perspectivas teóricas que surgem no âmbito das Humanidades e das Ciências Naturais parecem ceder, quase todas elas, aos crescentes apelos

⁵ A esta perda do objecto não é também, naturalmente, alheia a situação de crise em que as ciências exactas se encontravam desde a viragem do século (Janich 1996: 21). Aliás, já em 1913 Cassirer, no diagnóstico que faz da situação crítica em que se encontra a Filosofia da Ciência, se refere justamente a uma «dissolução [Auflösung] do 'objecto' das Ciências Naturais» (Cassirer 1993a: 59). Não surpreende pois que a 'objectividade' da Ciência se veja de novo reconsiderada neste contexto, ganhando um protagonismo temático, no âmbito da reflexão científica, que até aí lhe era desconhecido (cf. Daston/Galison 1992, Daston 1998 e Galison 1998 entre outros).

académicos à interdisciplinaridade, numa primeira fase, ao mesmo tempo que se apresentam extraordinariamente receptivas às teses fundamentais de Kuhn (menos, em todo o caso, ao proposto 'anarquismo epistemológico' de Feyerabend).

Fundamental, para a constituição destas novas teorias, parece ter sido aquilo a que acima se chamou a «perda do objecto» ou, porventura mais exactamente, uma certa perda de nitidez [Auflösung] dos contornos do objecto de estudo nas Ciências Naturais.

Uma das consequências imediatas dessa perda foi, por um lado, a valorização ou a maior atenção prestada aos elementos constitutivos do processo cognitivo situados a montante do objecto, nomeadamente aqueles que mais de perto têm a ver com a produção e recepção do conhecimento, como é, p.ex., o caso do observador.

Ora é precisamente em torno (da importância consensual) do papel do observador no processo cognitivo que as Ciências Cognitivas se constituem (cf. Luhmann *et al.* 1992) como um verdadeiro conglomerado epistemológico, agrupando uma pluralidade de (ex?)disciplinas académicas que vão desde a cibernética (Foerster 1993) à linguística (Schwarz 1992), passando pela psicologia e pela psiquiatria (Watzlawik 1990).

Central, neste processo de verdadeira rearrumação inter- e agora já declaradamente *transdisciplinar*, parece ter sido o papel desempenhado pela Biologia, em especial as teses desenvolvidas pelos biólogos chilenos Maturana e Varela a partir de meados dos anos 70 (cf. Maturana/Varela 1980 e 1990), por um lado, bem como a investigação de contornos e interesses ambientais desenvolvida pelo biólogo alemão Jacob v. Uexküll nos primeiros anos do século XX, por outro. Sustentadas em grande parte pelas primeiras surgem, p.ex., as diversas teorias de inspiração construtivista (cf. Foerster *et al.* 1992), como sejam a Teoria Sistemática de Luhmann, a Ciência Empírica da Literatura [Empirische Literaturwissenschaft] de S. J. Schmidt ou, mais recentemente, o construtivismo radical (cf. entre outros Luhmann *et al.* 1992, Schmidt 1987 e 1991 ou Foerster *et al.* 1992). Por seu turno, tomando como base fundadora as perspectivas de Uexküll, partindo de um conceito alargado de «comunicação» e da fundamental indistinção entre natureza e cultura⁶, Thomas Sebeok (entre outros) propõe já, desde

⁶ Cf. Sebeok (1994): «All living things – whole organisms as well as their parts – are interlinked in a highly ordered fashion. Such order, or organization, is maintained by communication. Therefore, communication is that criterial attribute of life which

meados dos anos 60, aquilo a que bem se poderia chamar uma «viragem semiótica» da Biologia (e, concomitantemente, uma «viragem biológica» da semiótica), concretizada em disciplinas declaradamente híbridas como sejam a Zoosemiótica ou a Biosemiótica⁷. Numa direcção muito semelhante apontam também as teses de Lumsden/Wilson (1981): em ambos os casos, sob a égide de uma desejada teoria unificada da biologia, se está perante claras propostas de fusão das Ciências Naturais e das Ciências Humanas⁸. Para qualquer destas perspectivas a tradicional distinção entre aqueles agrupamentos ou conglomerados disciplinares é, como facilmente se depreenderá, totalmente falha de sentido; tornara-se, em suma, «obsoleta» (Luhmann *apud* Schmidt 1998: 118).

Mas a perda de nitidez dos contornos do objecto de estudo nas Ciências Naturais tem ainda outras importantes consequências que

retards the disorganizing effects of the Second Law of Thermodynamics. [...] The process of message exchanges, or semiosis, is an indispensable characteristic of all terrestrial life forms. It is this capacity for containing, replicating, and expressing messages, of extracting their signification, that, in fact, distinguishes them more from the nonliving – except for human agents, such as computers and robots, that can be programmed to simulate communication – than any other traits often cited. The study of the twin processes of communication and signification can be regarded as ultimately a branch of the life science, or as belonging in large part to nature, in some part to culture, which is, of course, also a part of nature»; no mesmo sentido, veja-se também Sebeok (1999).

⁷ Para um historial do desenvolvimento destas perspectivas veja-se especialmente Hoffmeyer (1997) e o número especial da revista *Semiotica*, precisamente dedicado à Biosemiótica (Semiotica 1999). Biosemiótica que, significativamente e de acordo com o mesmo Sebeok, se encontra particularmente próxima das Ciências Cognitivas: «When viewed as a ‘teaching manoeuvre combined with a learning stratagem’ [...], semiotics is found to be at least as richly infused with content as what is today practised under the label ‘cognitive sciences’, the domain of which is in fact essentially conterminous in gist and problematic, if not necessarily in methodology, with that of semiotics» (Sebeok 1999: 386).

⁸ Cf. Lumsden/Wilson (1981: IX): «This book contains the first attempt to trace development all the way from genes through the mind to culture. Many have sought the grail of a unifying theory of biology and the social sciences. In recent years the present authors have come to appreciate the probable existence of some form of coupling between genetic and cultural evolution, and we have undertaken our effort with the conviction that the time is ripe for the discovery of its nature»; veja-se também no mesmo sentido Hoffmeyer (1997). Particularmente interessante de notar é o facto de a iniciativa ser, tanto no caso de Lumsden/Wilson como no de Hoffmeyer, tomada por parte de cientistas. À Ciência – dir-se-ia – falta explicar a Consciência, de modo que o elo (as pontes e os pontos de contacto) com as Humanidades se torna absolutamente fundamental para uma teoria unificada da Biologia.

acabam igualmente por se reflectir internamente nas Humanidades de uma forma mais complexa.

Sujeitas à tradicional pressão da Sociologia, que desde as primeiras décadas do século XX se procura afirmar como «Terceira Cultura» entre as Humanidades e as Ciências Naturais (cf. Lepenies 1985 e Wallerstein *et al.* 1996: 18 e segs.), conscientes, também, da crescente instabilidade das tradicionais fronteiras disciplinares e cientes, agora, das fragilidades metodológicas dos modelos que outrora as Ciências Naturais lhes proporcionavam⁹, as Humanidades assistem no início dos anos 80 – não sem alguma perplexidade crítica¹⁰ – à emergência de um outro conglomerado disciplinar e temático que se afirma, primeiro, no espaço académico anglo-saxónico e americano sob o nome de «*Cultural Studies*», fixando-se posteriormente no espaço europeu sob designações diversas que coincidem, no entanto, na centralidade programática e auto-definitória que atribuem ao conceito de «Cultura»¹¹.

⁹ Sublinhe-se que tanto as fragilidades metodológicas, já atrás referidas, como essa instabilidade das fronteiras disciplinares se sentem também no contexto mais específico das Ciências Naturais, o que, de novo, constitui um motivo de aproximação (e de comparação) entre as Humanidades e as Ciências Naturais. Knorr-Cetina fala a este respeito de uma «fragmentação da ciência contemporânea» (Knorr-Cetina 1999: 3); de acordo com a mesma autora – que usa, significativa e conscientemente, o termo «epistemic culture» em vez dos tradicionais «discipline» ou «speciality» –, essa fragmentação «[...] displays different architectures of empirical approaches, specific constructions of the referent, particular ontologies of instruments, and different social machines. In other words, it brings out the *diversity* of epistemic cultures» (*ibid.*, sublinhados no original).

¹⁰ Essa perplexidade – de resto também notória no processo de afirmação (académica) das Ciência Cognitivas – resulta fundamentalmente do facto de estas teses porem em causa a estabilidade identitária com/em que as Humanidades viviam desde finais do século XIX., altura em que Dilthey propõe (com argumentos que parecem satisfazer a grande maioria da comunidade científica da época e que, por isso mesmo, rapidamente se impõem) uma diferenciação entre *Naturwissenschaften* e *Geisteswissenschaften* que se revela decisiva para a constituição de um espaço, identidade e autonomia próprios para as Ciências Humanas. Sublinhe-se, no entanto, que essa estabilidade das Humanidades é relativa, na medida em que tanto o termo 'Geisteswissenschaften', como os métodos propostos por Dilthey são objecto de críticas pontuais logo na fase inicial da sua implantação (cf. a este respeito Rickert 1986, 1.^a ed.: 1899).

¹¹ Para um breve historial do surgimento (e das condições de surgimento) dos «*Cultural Studies*» ou das «*Kulturwissenschaften*» nos espaços anglo-americano, alemão ou, mais genericamente, europeu ocidental vejam-se, por exemplo e entre muitos outros, Grossberg (1993), Lee (1996), Böhme *et al.* (2000) ou Sanches (1999); no que diz respeito à importante distinção, feita no espaço de língua alemã, entre «Kultur-

A perda de nitidez dos contornos do objecto de estudo é aqui preferencialmente entendida e interpretada como uma fundamental alteração (das características) do próprio objecto de estudo, alteração essa para a qual as antigas fronteiras e métodos disciplinares das Humanidades se revelam claramente ineficazes (cf. Gumbrecht/Pfeiffer 1994 e Böhme 1989). É assim que, no espaço de língua alemã, o termo «Kulturwissenschaften», p. ex., é usado como sinónimo – e cada vez mais como «Ersatz» – de «Geisteswissenschaften» e, sobretudo, como marca da internacionalização e da modernização, tanto das disciplinas como dos métodos (cf. Böhme *et al.* 2000: 19ss.).

Um dos aspectos que se afiguram merecedores de uma reflexão mais aprofundada nesta viragem das Humanidades é o modo como o conceito de Cultura se articula com o conceito de Natureza. Com efeito, nestes trabalhos parece notar-se uma tendência para o regresso a uma oposição tipicamente aristotélica entre Natureza / Cultura. No entanto, uma visão deste género revelar-se-ia decerto precipitada, já que o que as Ciências Culturais de facto propõem está muito para além daquela aparentemente simples dualidade aristotélica, na medida em que o conceito de Cultura é entendido aqui como um conceito mais lato e abrangente, nomeadamente porque nele se *incorpora* o próprio conceito de Natureza.

I.e.: o conceito de Natureza – e portanto também o estudo da Natureza – é parte, faz parte, da Cultura.

Os Estudos Culturais ou as Ciências da Cultura ocupam assim um território diverso daquele que anteriormente as Humanidades ocupavam, um território que é, simultaneamente, *mais global* em termos científicos e teóricos, e *mais local* em termos dos objectos que tomam para análise. Importa sublinhar que esta mudança de perspectiva não favorece apenas o surgimento de novas áreas temáticas de interesse (como é o caso dos «Gender» ou dos «Postcolonial Studies»), como também parece revelar-se mais eficaz no tratamento das novas realidades tecnológicas ou, melhor, dos novos espaços, modos e meios

wissenschaften» (plural) e «Kulturwissenschaft» (singular) cf. especialmente Böhme *et al.* (2000). Sobre a tradição que o termo «Kulturwissenschaften» tem no espaço alemão veja-se ainda Oexle (1998), Rickert (1986) e Cassirer (1994); não deixa de ser curioso e, de algum modo, significativo que neste último trabalho Cassirer se refira também à Biologia, em termos gerais, e às teses de Jacob von Uexküll, em especial, como momentos fundadores e determinantes das Ciências Culturais (cf. Cassirer 1994: 20 e segs.).

técnicos de produção do discurso (como é o caso do ciberespaço ou da realidade virtual). Dito ainda de outro modo: as Ciências Naturais constituem-se *também* como objecto de estudo da(s) Ciência(s) da Cultura.

Em suma, estes novos espaços em que o saber humano e nomeadamente as Humanidades se movem, apresentam características e potencialidades consideravelmente diferentes daquelas que lhes eram proporcionadas pelas suas anteriores existências insulares. Desde logo porque nestas verdadeiras nebulosas inter- e transdisciplinares é agora, naturalmente, difícil discernir fronteiras. E centros.

Desse facto resulta, então, uma primeira diferença qualitativa que se afigura característica destes novos espaços do saber: *o território disciplinar – quando existe – é agora muitas vezes (de)marcado pelos pontos de (inter/trans)passagem e de comunicação*. O território – uma espécie de «Não-Lugar» (histórico) (Augé 1994) – é portanto marcado por pontos de permeabilidade e não, como era tradicional, pela impermeabilidade temática, pela exclusividade metodológica e pela rígida diferenciação dos objectos de estudo.

Os apelos à interdisciplinaridade, assim como as propostas teóricas acima brevemente referenciadas, foram (e têm sido, em todo o caso) entendidos de formas bem diferentes, quer por força de um manifesto conservadorismo que oferece total resistência à ideia de dissolução da lógica disciplinar¹², quer por força de um manifesto desinteresse por questões teórico-epistemológicas de ordem mais global, quer ainda por força de interesses disciplinares localmente estabelecidos.

Mas independentemente das especificidades e dos interesses mais ou menos locais, independentemente da surdez (ou da cegueira) relativa(s) que em alguns casos parecem persistir, estas verdadeiras nebulosas apresentam ainda, em comum, uma segunda diferença qualitativa fundamental (relativamente a espaços anteriormente imaginados ou experimentados): *paradoxalmente é a quantidade, i.e., a pluralidade de perspectivas que se envolvem na comunicação que assegura estabilidade, congruência e (em grande parte também) qualidade ao espaço em que se desenvolve o processo cognitivo*.

¹² Conservadorismo particularmente evidente nos episódios das chamadas «Guerras das Ciências»; cf. Griem (1999), Böhme *et al.* (2000: 32 e segs.) e Sokal (1996a e 1996b) relativamente às críticas e objecções feitas contra as Ciências Culturais (pós-modernas), bem como Searle (1994) ou Putnam (1992) no que respeita à crítica às Ciências Cognitivas.

Um espaço que é agora de trânsito, de troca e de comunicação, simultaneamente híbrido e cosmopolita, daí lhe advindo justamente a sua riqueza.

Bibliografia

- AUGÉ, Marc (1994), *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Tradução de Lúcia Mucznik, Venda Nova: Bertrand.
- BLUMENBERG, Hans (1999): *Paradigmen zu einer Metaphorologie*. 2. Auflage. Frankfurt am Main, Suhrkamp [pub. originalmente in: *Archiv für Begriffsgeschichte*, 6, Bonn 1960 (pp. 7-142; 301-305)].
- BÖHME, Hartmut (1989), *Über das gegenwärtige Selbstbewußtsein der Geisteswissenschaften*. Oldenburg: bis [on-line: Maio/2004: <<http://docserver.bis.uni-oldenburg.de/publikationen/bisverlag/unireden/ur22/urede22.html>>; última actualização: 1989].
- BÖHME, Hartmut/MATUSSEK, Peter/MÜLLER, Lothar (2000), *Orientierung Kulturwissenschaft. Was sie kann, was sie will*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt.
- CASSIRER, Ernst (1993a), «Erkenntnistheorie nebst den Grenzfragen der Logik». In: *Erkenntnis, Begriff, Kultur*. Hrsg., eingeleitet sowie mit Anm. und Reg. versehen v. Rainer A. Bast. Hamburg: Felix Meiner (pp. 3-76) [1.ª ed.: 1913].
- (1993b), «Naturalistische und humanistische Begründung der Kulturphilosophie». In: —, *Erkenntnis, Begriff, Kultur*. Hrsg., eingeleitet sowie mit Anm. und Reg. versehen v. Rainer A. Bast. Hamburg: Felix Meiner (pp. 231-261) [1.ª ed.: 1939].
- (1994), *Zur Logik der Kulturwissenschaften. Fünf Studien*, 6. unveränd. Aufl., Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft [1.ª ed.: 1942].
- CLARA, Fernando (2001), «Paradigmen, Parasiten, Hybriden und Klone. Wissenschaft und Interdisziplinarität». In: Alfred Opatz (Hg.), *Erfahrung und Form: Zur kulturwissenschaftlichen Perspektivierung eines transdisziplinären Problemkomplexes*. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier (pp. 59-78).
- DASTON, Lorraine (1998), «Die Kultur der wissenschaftlichen Objektivität». In: O. G. Oexle (Hg.), *Naturwissenschaft, Geisteswissenschaft, Kulturwissenschaft: Einheit – Gegensatz – Komplementarität?*, Göttingen: Wallstein (pp. 11-39).
- DASTON, Lorraine/GALISON, Peter (1992), «The Image of Objectivity». *Representations*. No. 40 (Fall). Berkeley (pp. 81-128).
- FEYERABEND, Paul (1984), *Wissenschaft als Kunst*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- (1993), *Against Method*. Third Edition. London/New York: Verso [1.ª ed.: 1975].
- (1995), «Consolations for the Specialist». In: I. Lakatos/A. Musgrave (Eds.), *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge/London: Cambridge University Press (pp. 197-230) [1.ª ed.: 1970].

- FOERSTER, Heinz von (1993), *Wissen und Gewissen. Versuch einer Brücke*. Hg. v. Siegfried J. Schmidt. Autorisierte Übersetzung aus dem Amerikanischen v. Wolfram Karl Köck. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- FOERSTER, Heinz von *et al.* (1992), *Einführung in den Konstruktivismus*. Mit Beiträgen von Heinz von Foerster, Ernst von Glasersfeld, Peter M. Hejl, Siegfried J. Schmidt und Paul Watzlawick. München/Zürich: Piper [1.^a ed.: 1985].
- GALISON, Peter (1998), «Judgment against Objectivity». In: C. A. Jones/P. Galison (Eds.), *Picturing Science, Producing Art*. London/New York: Routledge (pp. 327-359).
- GRIEM, Julika (1999), «Bittere Pillen und Placebos. Über einige Frontlinien zwischen Natur- und Kulturwissenschaften». In: J. Engelmann (Hg.), *Die kleinen Unterschiede. Der Cultural Studies Reader*. Frankfurt a.M./New York: Campus (pp. 244-255).
- GROSSBERG, Lawrence (1993), «The Formations of Cultural Studies. An American in Birmingham». In: V. Blundell/J. Shepherd/I. Taylor (Eds.), *Relocating Cultural Studies. Developments in Theory and Research*. London/New York: Routledge (pp. 21-66).
- GUMBRECHT, Hans Ulrich/PFEIFFER, K. Ludwig (Eds.) (1994), *Materialities of Communication*. Stanford: Stanford University Press.
- HOFFMEYER, Jesper (1997), «Biosemiotics: Towards a New Synthesis in Biology». In: *European Journal for Semiotic Studies*, Vol. 9, No. 2/1997 (pp. 355-376) [on-line: Dez./2000: <http://cogweb.english.ucsb.edu/Abstracts/Hoffmeyer_97.html>; última actualização: 1997].
- HOYNINGEN-HUENE, Paul (1993), *Reconstructing Scientific Revolutions. Thomas S. Kuhn's Philosophy of Science*. Transl. by Alexander T. Levine. With a foreword by Thomas S. Kuhn. Chicago/London: Chicago University Press.
- JANICH, Peter (1996), *Konstruktivismus und Naturerkenntnis. Auf dem Weg zum Kulturalismus*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- KNORR-CETINA, Karin (1999), *Epistemic Cultures. How the Sciences Make Knowledge*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- KUHN, Thomas S. (1970), *The Structure of Scientific Revolutions*. Second Edition, Enlarged. Chicago: University of Chicago Press [1.^a ed.: 1962].
- (1977), *The Essential Tension. Selected Studies in Scientific Tradition and Change*. Chicago/London: University of Chicago Press.
- (1991), «The Natural and the Human Sciences». In: David R. Hiley *et al.* (Eds.), *The Interpretive Turn. Philosophy, Science, Culture*. Ithaca: Cornell University Press (pp. 17-24).
- (1997), «The Road Since Structure». In: Alfred I. Tauber (Ed.), *Science and the Quest for Reality*. London: Macmillan (pp. 231-245).
- LEE, Richard E. (1996), «Cultural Studies as Geisteswissenschaften? Time, Objectivity, and the Future of Social Science», Paper presented at the American Comparative Literature Association meeting Literature Between Philosophy and Cultural Studies, Notre Dame, IN, 11-13 April, 1996 [on-line: Dez./2000: <<http://fbc.binghamton.edu/rcls-gws.htm>>; última actualização: 1996].

- LEPENIES, Wolf (1985), *Die drei Kulturen. Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft*. München: Hanser.
- LUHMANN, Niklas *et al.* (1992), *Beobachter. Konvergenz der Erkenntnistheorien?*, München: W. Fink (2. Aufl.).
- LUMSDEN, Charles J./WILSON, Edward O. (1981), *Genes, Mind and Culture. The Coevolutionary Process*. Cambridge/London: Harvard University Press.
- MATURANA, Humberto/VARELA, Francisco (1980), *Autopoiesis and Cognition. The Realization of the Living*. Dordrecht: Reidel (Ed. original: *De maquinas y seres vivos. Una caracterización de la organización biológica*. Santiago 1973).
- (1990), *El árbol del conocimiento. Las bases biológicas del conocimiento humano*. Madrid: Debate.
- NEMÉSIO, Vitorino (s/d), *Limite de Idade*. Lisboa: Estúdios Cor.
- OEXLE, O. G. (Hg.) (1998), *Naturwissenschaft, Geisteswissenschaft, Kulturwissenschaft: Einheit – Gegensatz – Komplementarität?* Göttingen: Wallstein.
- PESSOA, Fernando (1986), *Obra Poética*. Hrsg. v. M. Aliete Galhoz, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- POPPER, Karl (1989), *Objective Knowledge. An Evolutionary Approach*. Revised Edition. Oxford: Clarendon Press [1.ª ed.: 1972].
- PRADO COELHO, Eduardo (1987), *Os Universos da Crítica. Paradigmas nos Estudos Literários*. Lisboa: Edições 70.
- PUTNAM, Hilary (1992), *Representation and Reality*. Cambridge, Massachusetts/London, England: MIT Press.
- RICKERT, Heinrich (1986), *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*. Mit einem Nachwort hrsg. v. Friedrich Vollhart, Stuttgart: Reclam (7. durchges. u. erg. Aufl., 1928) [1.ª ed. 1899].
- SANCHES, Manuela Ribeiro (1999), «Nas margens: os estudos culturais e o assalto às fronteiras académicas e disciplinares». *Etnográfica*. Vol. III (1/1999). Lisboa (pp. 193-210) [on-line: Novembro 2004; URL: ↵].
- SCHMIDT, Siegfried J. (1991), *Grundriß der empirischen Literaturwissenschaft*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- (1998), *Die Zählung des Blicks. Konstruktivismus – Empirie – Wissenschaft*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- (Hg.) (1987), *Der Diskurs des Radikalen Konstruktivismus*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- SCHWARZ, Monika (1992), *Einführung in die Kognitive Linguistik*. Tübingen: Franke.
- SEARLE, John R. (1994), *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge/London: MIT Press.
- SEBEOK, Thomas A. (1994), «Communication» in: *SEMA. An Electronic Journal of Semiotic Studies*, ed. Christopher Woodill, Victoria College, University of Toronto [on-line: Dez./2000: <http://www.etext.org/Zines/ASCII/SEMA/sema_seb.txt>; última actualização: 1994].

- (1999), «The Sign Science and the Life Science». In: *AS/SA. Applied Semiotics / Sémiotique appliquée*. A refereed journal of literary research on the World Wide Web. Peter G. Marteinson & Pascal G. Michelucci (Eds.), n.º 6/7, May 1999 (pp. 386-393) [on-line: Dez./2000: <<http://www.chass.utoronto.ca/french/as-sa/ASSA-6-7/TAS1.html>>; última actualização: 1999].
- Semiotica (1999), *Semiotica. Journal of the International Association for Semiotic Studies*. Ed. Thomas Sebeok. Vol. 127, 1-4 (1999), Special Issue: Biosemiotica. Guest Editors: J. Hoffmeyer/C. Emmeche.
- SNOW, C. P. (1993), *The Two Cultures*. With Introduction by Stefan Collini. Cambridge: Cambridge University Press [1.ª ed.: 1959].
- SOKAL, Alan D. (1996a), «A Physicist Experiments With Cultural Studies». In: *Lingua Franca*, May/June 1996 (pp. 62-64) [on-line: Dez./2000: <http://www.physics.nyu.edu/faculty/sokal/lingua_franca_v4/lingua_franca_v4.html>; última actualização: 1996].
- SOKAL, Alan D. (1996b), «Transgressing the Boundaries: An Afterword». In: *Dissent*, 43/4, Fall 1996 (pp. 93-99) [on-line: Dez./2000: <http://www.physics.nyu.edu/faculty/sokal/afterword_v1a/afterword_v1a_singlefile.html>; última actualização: 1996].
- STENGERS, Isabelle (1995), *L'invention des sciences modernes*. Paris: Flammarion.
- WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* (1996), *Open the Social Sciences. Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford: Stanford University Press [trad. portuguesa: *Para Abrir as Ciências Sociais*. Mem-Martins: Europa-América].
- WATZLAWICK, Paul (1990), *Wie wirklich ist die Wirklichkeit? Wahn, Täuschung, Verstehen*. München/ Zürich: Piper [1.ª ed.: 1976; trad. portuguesa: *A realidade é real?*. Lisboa: Relógio d'Água].
- WORDSWORTH, William/COLERIDGE, Samuel T. (1981), *Lyrical Ballads*. The text of the 1798 edition with the additional 1800 poems and the Prefaces edited with introduction, notes and appendices by R. L. Brett and A. R. Jones. London/New York, Methuen.

Race, Class, Gender: Reclaiming baggage in fast traveling theories

GUDRUN-AXELI KNAPP
Universität Hannover

During the past twenty years questions of inequality and difference among women, especially the interconnections of race, class and gender have been at the center of Anglo-American feminist debates. In this article I focus on the specific temporal and epistemic economy connected to the transatlantic travels of the categorical triad of “raceclassgender.” Starting out by taking up the metaphor of “traveling theories”, discussing its scope and limits, I gain the contours of a broader analytical framework. This allows me to focus on some of the changing conditions of traffic in concepts and theories, namely the recent development of a new constellation of knowledge and economy reflected in notions like “cognitive” or “academic” capitalism (Corsani 2004; Slaughter/Leslie 1997). Against this background some of the more specific factors and forces that have fueled the dynamics of the discourse on differences and inequality among women will be looked at. I analyze the aporias and the moral economy of feminist discourse as a particular environment for the travels of theories and follow the changes the triad of “raceclassgender” undergoes on its transatlantic route from the United States to a German-speaking context. In the last sections I consider the irritations that accompany the arrival of “raceclassgender” in Germany and outline the fundamental theoretical challenges connected to the perspective of an intersectional analysis that aims to overcome a theoretical stagnation which itself finds symptomatic expression in the ritual citing of “raceclassgender”.

On Traveling

Since the advent of Edward Said's 1983 essay in "The World, The Text, and The Critic" (1983) the notion of "traveling theory" seems to have become its own exemplary case of a fast moving idea.¹ The diversity of disciplines, contexts and ways in which the metaphor of "traveling theory" has been used suggest that it must have hit a nerve beyond the conventional descriptive usefulness of the figure of "traveling," which looks back to a long tradition in poetical and philosophical writings from (at least) the 16th century onwards. Until recently the notion of "traveling" has mainly been used in reference to traveling subjects or agents to picture their leaving home, moving to unknown places, their experiences, discoveries and learnings. Exemplary figures in this field are the "ethnographer" and the "tourist".

With Edward Said's observations on the traveling of theories some aspects seem to have been added to the focus. In the 1980s, taking "theories" or "concepts" as traveling objects was more than a reminiscence of established academic exercise in the humanities. The new perspective was emphatically connected with a cultural turn, focusing on theories as embedded cultural practices involved in power struggles; and it was also accompanied by calls for a self-reflexive turn that has highly influenced theoretical developments in the interpretative disciplines over the past twenty years. A growing awareness of the ways in which theories are shaped by and charged with the historical contexts of their articulation has inspired reflections on historicity, on cultural difference, on translation and re-articulation of theories that have left home (whatever that meant, before it was – rightly – deconstructed). In the wake of these developments the problematic of treating "theory" as moving object or taxonomic entity has also come to the fore.

The image of traveling, along with a whole set of related notions (journeying, nomadism, trafficking etc.) has also invited more intense

* This text has been previously published in the *European Journal of Women's Studies*, Vol. 12.3, 2005, pp. 249-266.

¹ To name just a few of the numerous variations and contexts in which the metaphor has been taken up: in ethnography James Clifford's traveling theories, theorists and traveling cultures (Clifford 1992); Katie King's "Theory in its feminist travels" (1994); Kathy Davis' fine piece on "Feminist Body/ Politics as World Traveller" (2002); in cultural analysis Mieke Bal's "Travelling Concepts" (2002); also in the Athena European Women's Studies Network project on "Teaching Travelling Concepts in Women's Studies". For an overview on Cultural Studies see Wolff, J (1992) "On the road again: metaphors of travel in cultural criticism", *Cultural Studies*, 7(2): 224-239.

reflection on the changing conditions of traveling. It is this aspect that seems to have gained a lot of attention recently in media theory, cultural and social theory. In this broader horizon analyses confront the far-reaching changes in the spatio-temporal setup of contemporary culture and society as well as the material conditions and power structures determining the traffic in theory.

Whether in frameworks of “postmodernity”, “second modernity”, “globalization”, “world society”, “late capitalism”, the “Empire”, “technocapitalism”, “knowledge-“ or “network society”, phenomena of a condensing temporal economy, connected with processes of disembedding and acceleration, are at the center of the debate. The conditions of traveling have been deeply altered by a globalizing economy and culture, by revolutionary developments in the technical media of exchange and communication and by a growing body of transnational institutions, securing and restricting the conditions of possibility of exchange. People, goods, weapons, risks, information and ideas can move farther and faster than ever.

Simultaneously this renders more visible the uneven, somehow old-fashioned and harmonizing character of the metaphor of traveling itself, which is inherently associated with a contemplative mode, with the privilege of spending and losing time. Trying to understand the fast travelings of theories today thus means moving beyond the familiar set of categories associated with the trope of travel.

In postcolonial studies and transnational feminism notions of exile, displacement and migration have been critically set against the 18th and 19th century images that accompany the metaphor of travel like a shadow of its noble and later bourgeois past. Sometimes “smuggling” may be the word more adequate for describing the moves of theories: a lot of smuggling of books to and fro took place before the Berlin Wall came down. Today notions of the “theoretical parachutists” (Pető 2001) reflect the ambivalent and in parts degrading experiences accompanying the transforming of academies in all Eastern European countries. (Braidotti / Griffin 2002)

Traveling theories will take routes influenced by the stating and defining of knowledge gaps and knowledge divides, which by construction imply an asymmetrical distribution of knowledge that counts. The cultural formation of such “knowledge gaps” or “knowledge divides” can be seen as highly overdetermined processes involving constellations of politico-institutional power and opportunity structures, markets and survival strategies, linguistic hegemonies as well as unevenly distributed phantasies and prejudice about the use – and exchange

value of the works one has not yet read and of the necessity to read them. By defining deficiencies and lacks such “knowledge gaps” can add to the dynamic of traffic in theories, accelerating the travels of some, blocking the distribution of others.

The changing conditions of traveling theories cannot be tackled today without reflecting on the recent development of a highly competitive capitalist world market. In a complex configuration of economy, science, technology, polity and culture it is now obvious that the knowledge and information sectors have become increasingly important domains. Knowledge and reflexive competencies in dealing with it have turned into highly valued commodities. These developments include far-reaching changes on the institutional level in systems of higher education and research that have come to be termed “academic capitalism” (Slaughter/ Leslie 1997). Mediated by evaluation systems, individual profiling, quality assurance and criteria-based funding there is a growing pressure on the academic system, on universities and by now on all disciplines, to produce knowledge that sells: on the markets of invention and innovation, on the diverse expert-markets, on markets of political advice, on the markets of education and last but not least, on the transnational “quotation market” (Derrida 1990: 74).

In “The States of “Theory”” (Carroll 1990), which in some respects offers a California-based perspective on academic capitalism, Jacques Derrida reflects upon the field of forces influencing the states and the interstate travels of theory.

He exemplifies the hasty trafficking in “theory” by looking at the cantankerous lot of “neologisms, newisms, postisms, parasitisms, and other small seismisms” (Derrida 1990:63), describing them as symptoms of a “frenzied competition” under the institutional conditions of the academic system. It is this “frenzied competition” which, as he observes, activates and accelerates the production of titles of “post” and “new” driving the merry-go-round of doxographic discourse. As constituents of this field of forces he points to the general “socio-economic conditions”, explicitly he refers to the politico-institutional arrangements of a state or a country, for example “different teaching and research systems, depending on whether they are predominantly public and state organized, on the one hand, or private and dominated by free enterprise in a capitalist style, on the other” and, besides but not less important than the economy or politico-institutional settings he names “the psycho-historical and phantasmatical-libidinal dimensions” that can drive the markets, the thrust for knowledge and the acceptance or rejection of theories (Derrida 1990:70).

Feminist discourse: a “hot” epistemic culture

Against this background I will now look at the triad of “race-classgender” moving in the medium of *feminist* discourse, which I will describe first as a particular environment for the travels of theories.

Feminist discourse in a broad sense can be sketched as a polyphonic interdiscourse critically focusing on processes and problematics connected with sex, sexuality and gender; a variable network of communications crossing the boundaries of countries, disciplines, theoretical paradigms and diverse fields of academic, political and professional practice. It materializes in manifold forms: in dispersed exchanges of sometimes more local and insular character and then again it can take the shape of broader transversal currents and interconnected discursive *dispositifs* in the Foucauldian sense, often stabilized by forms of institutional governance (e.g. discourse on Gender Mainstreaming in the EU). The attentive cohesion that runs through this multivoiced and dissonant network is something quite unique and still amazing. On numerous occasions and in numerous locations women of different cultural, professional and academic backgrounds, very often strangers, enter communication by obviously presupposing there would be reasons to address each other on the basis of their gender and that there could be something to share.

Much has been said and written about the fragile foundations of feminism. I tend towards a decisively deconstructive view in reflecting on the homogenizing and totalizing presuppositions of feminism, but I also find it indispensable to neither lose interest in the diversity of women’s experiences nor to lose sight of the homogenizing and totalizing dimensions ingrained in the material and symbolic conditions of women’s lives within and across socio-cultural contexts.

The “imagined community” (Anderson) of feminism is of cognitive, emotional, normative and practical significance, in spite of and maybe because of its imaginary dimension. The presupposed generalized “We” functions like a regulative idea: it has substantive effects, but it cannot be positively defined with reference to a collective with a substantial identity of experience and interests. The principal indeterminateness of this generalized “We” on one hand and its practical, operational character on the other hand, hint at a fundamental aporia that distinguishes the field of feminist critique from other traditions of critical theory. The aporia lies in the simultaneous indispensability and impossibility of a foundational reference to an epistemic or political subject. It is the effects of this aporia, repeatedly instigating new

controversies about the proper object (Butler 1994) of theory, which have made feminism such a fidgety, sometimes moralizing and idiosyncratic, vital, controversial, productive “hot” epistemic culture.

One of the most influential debates reflecting this aporia has been the debate on inequality and difference among women. Politically it was driven by the normative but counterfactual inclusiveness of the feminist “We”, disrupted by the factual power differences and lines of exclusion within the feminist community. The political and moral need for feminism to be inclusive in order to be able to keep up its own foundational premises opened up the avenues for dispersion and acceleration of “race/ethnicity, class, gender/sexuality etc.”

The career of the triad of “raceclassgender” started around the late 1970s and early 1980s in the United States when feminists of color voiced vehement criticism of what they saw as a white middle-class bias, an unrecognized self-centeredness in much of feminist theory and politics. Understanding race, class and gender as interrelated structures of oppression, as Patricia Hill Collins named it, was most strongly advocated in the context of Black Feminism with its comparatively marked radical (left) tradition of social theory. (Davis 1981; Hill Collins 1990, 1998, 1999; The Combahee River Collective 1982)

The rhetorical translation of “oppression” into “difference” and the pluralizing of “differences”, which gave rise to much conflict, spread along with paradigmatic shifts and changes in the disciplinary set up of gender studies, with literature, cultural studies and post-modern philosophy taking the lead in theory debates. Their focus on questions of textuality and representation inspired what has come to be termed a linguistic or cultural turn in feminist theory. The large majority of social-science feminists in the US resorted, with some exceptions, to empirical research and more or less micro-level constructionist theorizing rather than pursuing the earlier programmatic of large-scale social and cultural analysis.

Debates on “differences” among women, which have accompanied feminism since its early days, climaxed in the late 1980s and early 1990s in a clash between identitarian articulations of “differences” and radical questionings of the epistemological and political foundations of feminism, ambivalently labeled “postfeminist” theory. In this respect Judith Butler’s *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity* (1990) marks a peak of this development by radically subverting all “theories of feminist identity that elaborate predicates of color, sexuality, ethnicity, class, and ablebodiedness (and) invariably close with an embarrassed ‘etc’, at the end of the list” (Butler 1990: 143).

In spite – but maybe also because – of the diversity of political, disciplinary and theoretical contexts in which questions of “difference” have been articulated and analyzed, the triad of “raceclassgender” which now regularly includes a number of supplements (religion, age, ability) and the unavoidable “etc.” has become a fast and flexible traveler in the English-speaking world of Western feminism, taking different shapes in the USA, Canada, Australia or the United Kingdom.

Traveling the doxographic discourse

Analyzing the conditions of fast traveling theories in the US context one material medium of acceleration is to be seen in the highly developed tradition of a certain genre of scholarly texts: the extended orienting genre of course readers, introductory literature, overviews, theory websites etc. offering shorthand sketches and digestible pieces of theories or debates, sometimes using exaggerated and misleading scenarios in describing controversies, generally accentuating differences between “positions”. The presentation of “postmodernism” in this type of literature is an exemplary case of this fashion like “in” and “out” structuring. It is these kinds of texts that transport a good deal of what Derrida called the “doxographic discourse”.

Doxographic discourses are second-order or meta-theoretical discourses in which theories tend to move as taxonomic entities. A characteristic feature of doxographic discourses is, as Derrida noticed, the “quotation market”. Taking up the speech-act theory distinction of *using* versus *mentioning* he points out a secret imperative underlying doxographic discourse: “don’t use that concept, only mention it” (Derrida 1990:75).

The temporal structures of *using* and *mentioning* differ. Much of the speeding up of “raceclassgenderetc” has to do with its circulation as shorthand for the latest news in feminist theory within doxographic discourse. Its reification into a formula merely to be mentioned, being largely stripped of the baggage of concretion, of context and history, has been a condition of possibility of its acceleration. The simultaneous functioning as moral mantra links it to the particular political economy of feminist discourse sketched above. The dual message it signals is: “I’m well informed” and “I’m politically correct.” By just mentioning other “differences” besides “gender” the work to be done continues to be delegated to the respective “others”.

This mechanism reproduces a division of academic labor and certain specializations along identitarian lines in the field of theory, too. On the one hand the division of labor according to “identities” documents the close interconnection of knowledge and interest and the emotional cathexis of motives driving the legitimate desire to explore specific understudied problematics. On the other hand it is the interplay between mechanisms of delegation and respective claims of competence, authority and authenticity that also keep the mantra going: mention differences – and continue doing what you’ve always done. Against this background the programmatic of “intersectionality” (Crenshaw 1991), pioneered by Black Feminists interest in theorizing race, class and gender as trilogy of oppression and discrimination, can be seen as a revolution in perspective. Although in many ways it reflects the specific social structure and political culture of the United States as multicultural nation torn by a history of racism and inequality, its analytic potential refers beyond this context of origin. It articulates the aporias in feminist theorizing and promises to lead a way out of the impasses of identity politics in theory production while maintaining feminism’s political impetus.

Intersectionality stands for an analytical programmatic in policy contexts focusing on multiple discrimination and also for a more general theoretical programmatic by aiming to relate the study of large-scale societal structures of dominance, the historical and contextual systematics of unevenly distributed power, meso-level institutional arrangements and forms of governance, interactions between individuals and groups as well as individual experiences, including the related symbolic processes of representation, legitimating and meaning production.

Problematic arrivals: Class and Race in a German-speaking context.

It is the programmatic of intersectionality, which only recently arrived in the German-speaking context in company with the doxographic mantra of “raceclassgender,” joined by decontextualized rumors about a lessening social relevance of gender and a crisis of feminist theory altogether. (Hark 2004, Knapp 1990, 2001)

The delayed reception of the triad of “raceclassgender” has to be seen as part of the general late coming of German-speaking feminism when compared with the transnational pacesetters of US-American

feminism. One important reason for this is a linguistic one. The academic market of Germany, Austria and the German-speaking parts of Switzerland is not large, but it has been large enough to function as market of its own. Undoubtedly, the pressure to enter the world of Anglophone discourse has been greater in the smaller linguistic communities. Also the professional need to join the Anglophone discourse varies significantly by discipline. Traffic in Anglophone theories was prompted by departments of English and American literature and the newly established area of cultural studies, which – along with the more disciplinary subject matters – led to a specific selection of theoretical perspectives and debates that were transferred into the German-speaking context along with the discussion on differences among women. In sociology it was mostly a younger generation of feminists, often daughters of immigrants or scholars working in fields of migration studies, which took up and pushed the debate on intersections of gender and ethnicity. (Apitzsch/Jansen 2003; Bednarz-Braun/Heß-Meining 2004; Gümen 1998; Guiterrez Rodriguez 1999)

The arrival of the triad of “raceclassgender” is accompanied by a significant shifting of meanings that affects all of the categories, but especially the notions of *race* and *class*. While the notion of *class* in the US-American context seems to be a common category denoting the differences in social location, be it in the framework of structural functional, Weberian, Marxist or occupational classificatory approaches, the German notion of *Klasse* lately has been almost exclusively used in the context of Marxist theory. One can even say that along with the 1980s crisis of Marxist theory, in sociological theories of inequality the notion of class has largely been replaced by notions of *Schicht* (strata), more cultural notions of horizontal disparities, lifestyle differences or, in the field of systems theory, by the categorical pair of inclusion and exclusion. Among many others, Ulrich Beck, a well-known social theorist influencing much of the scholarly and public debate on Second Modernity and Globalization, had in the 1980s already pointedly stated that notions like class are Zombie-like categories. In his view in an era marked by individualization they have lost their lives as categories of structured inequalities, but still cannot die. (Beck 1983) When German feminists, taking up Anglophone discussions on intersectionality, speak of *Klasse* as one of the central categories of social analysis, they position themselves rhetorically in the past of radical debates of the 1970s. The notion of *Klasse* either suggests feminist theories sticking to yesterday’s analytics, or it locates feminist theory at the fringe of today’s scholarly debates on inequality. Looked at from

within feminist discourse and its currents there is an obvious tension between the line of Gender Mainstreaming, by which practitioners and theorists of Gender or Women's Studies join the forefront of New Public Management and the continued references to *Klasse*, which signals its hang-ups with a seemingly outdated tradition of social criticism. Germany still comes in two parts: For Eastern German eyes and ears the notion of *Klasse* carries yet different connotations. At least those feminists who grew up in the former GDR learned that *Klasse* was something to be overcome in a near communist future leaving class structures as a scandalous property of Western capitalism. In East and West today, the notion of *Klasse* remains charged with the political rhetorics of Cold War. This manifests itself differently in the West, which denied being a class society altogether, and rejected the notion as part of the rhetorical armory of communist propaganda. In a context like this, superimposed by the transnationally strengthened discourse of neoliberalism, one has to reclaim a lot of baggage and enter *Klasse* as a site of construction. While feminist theory never quite forgot to mention *Klasse* as an axis of inequality in the mantra of "race-classgender" it hasn't really engaged in reformulating it. (Acker 2003) It is only very recently that a renewed interest in theorizing social inequalities in terms of class structures can be noticed among sociologists in Germany. (Bader/ Benschop/ Krätke/ Treeck 1998; Geißler 1996; Kohlmorgen 2004; Weiß/Koppetsch/Scharenberg/Schmidtke 2001).

Even more complicated is the landing of the category of *race*. Quotation marks and inverted commas, frequently framing notions of *Rasse*, are symptoms of a deep irritation. Whenever *race* appears without quotation marks one can be sure it is the *English* word being used as a marker of distance in an otherwise German text. *Rasse* is a category that cannot be used in an affirmative way in Germany: it is neither possible to ascribe a *Rasse* to others nor is it acceptable to use *Rasse* as a basis for identity claims, which by comparison is a common practice in the United States. And this holds true not only for scholarly discourse, but also for general public discourse, where even racists tend to avoid notions of *Rasse* and radical right-wing intellectuals take up theoretical debates on acknowledgement of difference in a jargon oscillating between Gramsci and poststructuralism. (Knapp 1999) A public discussion on how to re-define racial categories so they would be better suited to counting and measuring a "mixed" population as has recently taken place in the US would be quite unthinkable in Germany.

It is obvious that the impossibility of the notion of *Rasse* relates back to the history of the racist identity politics of National Socialism.

It was modern scientific systems of racial distinctions and hierarchies, along with the modern mania of unrestricted practicability that legitimated industrialized genocide of millions of “others”, predominantly Jews, from all over Europe, and warfare legitimated by ethnic (translated as *völkisch*) nationalism that aimed at changing the map of the continent.

Thus, scholarly discourses that take up questions of race in Germany very seldom use *race* as a categorical resource, but rather make it the topic of critical analysis. *Race* enters discourse as an almost entirely negative category, but it is exactly the non-fitting of *race* to the context of arrival that poses a challenge. Paradoxically, this becomes visible only by de-centering the focus and situating Germany within the European Union and in its European neighborhood. Countries like the United Kingdom, France and the Netherlands have been urged to deal in more active ways with their colonial and imperialist past and their present as countries of immigration while Germany is again late in acknowledging that it has a history of colonialism and has been a country of immigration for a long time. In neighboring countries like the UK, for example, there seems to exist a diverse handling of notions of *race*: critiques of racial categories are quite common, but so are pragmatic as well as affirmative uses of *race* by minority groups as a category of identity. This configuration of controversial references to *race* invites debates, while in Germany the term is taboo, which leads to a preclusion of the problematic.

Underlying the striking taboos connected to *Rasse* there is a subcutaneous and uncanny continuity in the imaginary of an ethnically homogeneous nation. (Gümen 1996) The effects of this imaginary constellation of taboos on certain categories of difference (*race*) by secretly presupposing ethnic homogeneity seems to be a compromise and a symptom of unresolved conflict with the past. Paradoxically, it is the same constellation that has made affirmative notions of collective “identities” deeply suspect for many German feminists – with or without theoretically resorting to deconstruction or negative dialectics. (Adorno 1973) The grounds for what is being called “identity” have been historically shaken.

Intersectionality: Prospects and challenges of a theoretical programmatic.

While specifics of the historical context seem to preclude taking up the triad of “raceclassgender” in German feminism it is the same

history which – on a more general level – turns the programmatic of intersectional analysis into a significant critical project. I will conclude with a brief look at the theoretical perspectives opened up by this transatlantic traveler.

In an article on “managing the complexity of intersectionality” the American sociologist Leslie McCall states that: “... feminists are perhaps alone in the academy in the extent to which they have embraced intersectionality (the relationship between multiple dimensions of social relations and social identities) as itself a central category of analysis. One could even say that intersectionality is the most important theoretical contribution of women’s studies along with racial and ethnic studies so far.” (McCall 2003:3)

The problematic of inequality and difference has come up politically and epistemologically as a domestic affair of the women’s movement and feminist theory. Yet the questions concerning inequalities among women cannot be answered by looking at *women*. *Race*, *Class* and *Gender* are relational terms: Whom they interconnect and separate, whom they include and exclude how and by what means, and how the respective relationality is composed under specific socio-historical, cultural and economic conditions will not be understood by examining only one category.

In her discussion on intersectional analyses McCall distinguishes three approaches: *anti-categorical* approaches that she mostly sees represented in deconstructionist and poststructuralist theories; *intra-categorical* approaches, which focus on differences and inequalities *within* the frame of one of the respective categories, be it class, race, ethnicity or gender; and thirdly *inter-categorical* approaches, the study of relations between categories.

While McCall takes up questions of methodology, i.e., how to manage the complexities of intersectionality in the field of quantitative empirical sociological research on inequality, I want to comment on the theoretical challenges that have been put on the agenda by this debate.

Although the programmatic associated with intersectionality is supposed to extend from a micro-analytical focus to macro-perspectives aimed at large scale structures in culture and society, most of the actual studies have concentrated more or less on micro-level analyses. The predominant perspective has been looking at how different categories interact in shaping subjective experiences, often experiences of discrimination, how they determine access to resources and options and how they are taken up in constructions of identity.

And most certainly there was and still is much to gain by adopting these perspectives. Yet, for a more comprehensive understanding of structured subject positions it is necessary to extend the analytical range to include social theoretical approaches: How are gender relations and heteronormative sexuality, class relations and configurations of ethnicity and race/ism interwoven in the structural and institutional make-up of a given society and economy, in national as well as transnational contexts? And what happens to these relationalities under conditions of social, political and economic transformation?

The question that emerges is, whether feminist theory is really equipped to take up the debate on race/ethnicity, class, gender/sexuality and intersectionality on this level of analysis. I'm afraid, with few exceptions, feminist voices have been rather absent in much of the recent social theoretical debates. It looks like the programmatic of multidimensional intersectional analysis in feminism has developed and moved faster than feminism's capacity to work it through.

If feminist theory does not supply all of the tools needed for moving within this complexity, one has to look for offers from other experts. But are the participants in non-feminist social theoretical debates any better equipped to take up the programmatic of intersectionality? This is also doubtful. While rhetorically traveling in the repertoires of the General the analytical scope is quite particular, still resting on systematic exclusions: gender relations in particular have hardly been integrated into social theoretical frameworks and in theories of inequality. In spite of much feminist critique there remains a widespread tendency to de-potentialize gender as category of social analysis by systematically locating gender relations in the private sphere or on the micro-levels of social interaction.

Looking at this whole discursive setting from a more abstract view highlights corresponding blind spots: while feminist theory brought up questions of "raceclassgender" and intersectionality via an *internal* critique and self reflection of the imagined community of feminism, it has not really been able to develop more encompassing theoretical frameworks. On the other hand, non-feminist social theorists are engaged in producing terminological fireworks of single aspect societies ("service society", "risk society", "single society", "event society", "multicultural society", "knowledge society", "multioption society" etc.) while systematically leaving out central axes of dominance and inequality that structure contemporary society in spite of and via the changes which – undoubtedly – have to be taken into account. The semantic framework of modernization that has influenced much

contemporary social theory shows systematic difficulties in dealing with inequalities by the very arrangement of its central categories. This has often been noted with respect to postmodern theory, but it also can be related to self-declared critical theories of (Second) Modernity, e.g. for Beck and Giddens. (Aulenbacher 2001) One main source of this difficulty lies in the foundational decision of focusing contemporary capitalist society as a new formation without alternatives, characterized by highly reflexive systems of permanent self-correction and reform, thus overestimating aspects of change and underestimating continuities in the structural relations of power and dominance. (Görg 1999; Negt 2001)

There is an irony of history connected to this configuration of corresponding lopsidedness.

Traveling the transatlantic route the triad of “raceclassgender” – originally designed to reflect an US-American context – has not only contributed to ideological discourses on European diversity, but it has also turned into a radical historical reminder of the dark sides of modernity. Read as a New World Mirror for Old Europe the provocative constellation of “raceclassgender” shows a remarkable potential to shake up the common matrix for understanding European Modernity.

Posed as a systematic perspective of study and research the triad of “raceclassgender” necessitates calls for a radical transdisciplinary re-inspection of European modernity in its historical interdependency with an emerging capitalist economy, including specific androcentric forms of rationality and rationalization it presupposes and enforces. (Adorno/Horkheimer 1995; Kulke/Scheich 1992) A more grounded picture of this history would *center* on the tense and contradictory synchronicity between promises of individual rights and equality on the one hand and politico-scientific as well as economic discourses on the other hand, inventing, establishing, legitimating and exploiting difference and inequality along the lines of gender, class, race and ethnicity. This could help correct the false assumptions, the biases and self-deceptions underlying many theories of modernization and enhance a critical self-reflexivity that turns out to be a basic competence in a globalizing world. An awareness of this uncanny simultaneity of progress and barbarity would not have to deny the gains of modernity yet it would not lend legitimation to hegemonial missions in the name of Western values.

It’s a long way from a fast traveling mantra of “raceclassgender” to the theoretical challenges of intersectional analysis. The metaphor of reclaiming baggage that I posed against the speedy economy of doxo-

graphic mentioning, refers to a time consuming activity, resembling the psychoanalytical process of "*Erinnern, Wiederholen, Durcharbeiten.*" In the field of theory it works by remembering, by historicizing, contextualizing and comparing with respect to both levels: the so-called ontological level dealing with questions of "what is," and the epistemological level of how we look at it. And, in a self-reflexive move, it would take up the question of how both of these levels are interrelated in contemporary culture and society and how they shape one's own conditions of proposing. More specifically "reclaiming baggage" would translate into: Let's work through the critical theoretical traditions again, but starting from present-day problematics and on the basis of insights gained from former controversies. This perspective would help to avoid a relapse into old either-or-positions: cultural versus social, material versus discursive, linguistic versus mentalist paradigm etc.

Past theoretical controversies have themselves at least in part been relativized and de-centered by historical developments. Late capitalism, technology and the new media have produced new configurations of the cultural, the social and the economy; revolutionary developments in the Techno-sciences keep informing a lingering erosion of the ontological grounds for powerful binaries like nature/ culture. (Haraway 1995) Hybrid compositions of material and discursive matters cannot be grasped by using the conventional theoretical devices: they are simultaneously as real as nature, as narrated as discourse and as social as society. (Latour 1995:13)

Some scholars have described these developments in terms of a de-materialization and virtualization transforming the fabric of social reality. Cultural theorist Dietmar Kamper, for example, refers to Marx's notion of "real abstraction" in order to grasp these tendencies: "The progressing real abstraction forms an alliance with abstract analyses in a yet puzzling way. Abstraction is construction which substitutes and substitution which fabricates – which amounts to an almost divine project (my translation, AK)" (Kamper 1998:27). It is obvious, that the processional triad of abstraction, construction and substitution, if it really turns into a powerful socio-cultural tendency, would have enormous epistemological consequences, including consequences for trying to analyze these tendencies themselves. Yet, in order to get a more differentiated picture of the ways in which tendencies of real abstraction work within and across different arenas of economy, science, culture, politics, the private sphere and everyday life have to be more thoroughly studied. The specific weight of forces of real abstraction, and the counter-forces they evoke, can only be deter-

mined within an empirically informed and terminologically complex theoretical framework.

Currently there is much transdisciplinary fast traveling going on of a certain type of theories that seem to interconnect more easily than others. Generally speaking it seems to be types of theories which do not operate on the level of object language, by which they would be tied more to the subject areas and the material matters of disciplines, but move on a meta-linguistic level, sometimes as mathematical or formal analytic models. Here is an example from my own disciplinary context: In a recent evaluation sociologists at my university were advised by peers to give up on critical (so called normative) theories and become more international by taking up the fast travelers of game theory or rational choice theory – traditions which – in my view – terminologically mirror or echo the reduced kind of rationality they presuppose at work in culture and society. Such power-mediated paradigmatic closures and corresponding re-configurations of historical ontology and epistemology have to be taken into account when engaging in intersectional analysis, for the terminological instruments are not indifferent to the intentions of study.

Looking at the complexities of the world, including working conditions in the academy, the theoretical programmatic of intersectionality, taken out of its national context of origin, sounds like a serious case of megalomania. Has the progression of feminist self-critique resulted in a dialectic revocation of aiming at totality in the moment of its impossibility? Has feminism involuntarily produced an overly complex frame by posing questions too big to be answered? Or at least not answered individually? Doesn't the project imply phantasies of joint work, cooperation, knowledge in many subject areas, and doesn't it also presuppose an ability to reflect on the limits of what one can see from ones context and from a specific theoretical perspective?

Maybe again it is kind of an irony of history that a megalomaniacal, *critical* project becomes prominent at a time of a widespread disillusionment and enforced pragmatism. By opening up a space for at least *noticing* discrepancies it points not only to the tasks at hand in feminist theory, but also to unsettled/ unsettling demands for substantial societal change, which cannot be met by gender mainstreaming, diversity management or the symbolic acknowledgement of differences.

References

- ADORNO, Theodor W. (1973): *Negative Dialectics*. London: Routledge.
- ADORNO, Theodor W. and Max Horkheimer (1995): *Dialectics of Enlightenment*. London: Verso.
- ACKER, Joan (2003): "The continuing Necessity of 'Class' in Feminist Thinking" pp. 49-73 in G.A. Knapp and A. Wetterer (eds) *Achsen der Differenz. Gesellschaftstheorie und feministische Kritik II*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- APITZSCH, Ursula and Mechild, M. JANSEN (eds) (2003): *Migration, Biographie und Geschlechterverhältnisse*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- AULENBACHER, Brigitte (2001): 'Die "zweite Moderne", ein herrenloses Konstrukt – Reichweite und Grenzen modernisierungstheoretischer Zeitdiagnosen' pp 188-225 in G.A. Knapp and A. Wetterer (eds): *Soziale Verortung der Geschlechter. Gesellschaftstheorie und feministische Kritik*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- BADER, Veit M./ Albert BENSCHOP/ Michael KRÄTKE and Werner van TREECK (eds) (1998): *Die Wiederentdeckung der Klassen*. Berlin und Hamburg: Das Argument.
- BAL, Mieke (2002): *Travelling Concepts in the Humanities: A Rough Guide*. Toronto: University of Toronto Press.
- BECK, Ulrich (1983): 'Jenseits von Stand und Klasse?' pp. 35-74 in R. Kreckel (ed) *Soziale Ungleichheiten. Soziale Welt, Sonderband 2*. Göttingen.
- BEDNARZ-BRAUN, Iris and Ulrike HEB-MEINING (eds) (2004): *Migration, Ethnie und Geschlecht. Theorieansätze – Forschungsstand – Forschungsperspektiven*. Wiesbaden: VS Verlag.
- BUTLER, Judith (1990): *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*.
- CLIFFORD, James (1992): Traveling cultures pp. 96-116 in L. Grossberg, C. Nelson and P. Treichler (eds) *Cultural Studies*. New York, Londres: Routledge.
- COLLINS, Patricia Hill (1990): *Black Feminist Thought*. London: Routledge.
- COLLINS, Patricia Hill (1998): *Fighting Words: Black Women and the Search for Justice*. Minneapolis: University of Minnesota.
- COLLINS, Patricia Hill (1999): "Moving Beyond Gender: Intersectionality and Scientific Knowledge" pp 261-285 in M. Marx Ferree, J. Lorber and B. Hess (eds) *Revisioning Gender*. London: Sage.
- CORSANI, Antonella (2004): Wissen und Arbeit im kognitiven Kapitalismus. Die Sackgassen der politischen Ökonomie pp. 156-175 in T. Atzert and J. Müller (eds) *Immaterielle Arbeit und imperiale Souveränität*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- CRENSHAW, Kimberle (1991): "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color," *Stanford Law Review* 43 (6): 1241-99.
- DAVIS, Angela Y. (1981): *Women, Race, and Class*. New York: Random House.
- DAVIS, Kathy (2002): "Feminist Body/ Politics as World Traveller. Translating *Our Bodies, Ourselves*", *The European Journal of Women's Studies* 9(3): 223-249.

- DERRIDA, Jaques (1990): 'Some Statements and Truisms about Neologisms, Newisms, Postisms, Parasitisms and other Small Seismisms' pp 63-95 in D. Carroll (ed): *The States of Theory.. History, Art, and Critical Discourse*. Stanford: Stanford University Press.
- GEISLER, Rainer (1996): Kein Abschied von Klasse und Schicht. Ideologische Gefahren der deutschen Sozialstrukturanalyse. In: Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie 48 (1996), S. 319-338.
- GÖRG, Christoph (1999): *Gesellschaftliche Naturverhältnisse*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- GÜMEN, Sedef (1996): 'Die sozialpolitische Konstruktion 'kultureller Differenzen'in der bundesrepublikanischen Frauenforschung', *Beiträge zur feministischen Theorie und Praxis*, 19 (42): 77-89.
- GÜMEN, Sedef (1998): 'Das Soziale des Geschlechts. Frauenforschung und die Kategorie "Ethnizität"'pp. 187-201 in *Das Argument* vol. 224.
- GUTIÉRREZ RODRIGUEZ, Encarnacion (1999): *Intellektuelle Migrantinnen – Subjektivitäten im Zeitalter der Globalisierung*. Opladen: Leske + Budrich.
- HARAWAY, Donna (1995): *Die Neuerfindung der Natur*. Frankfurt a. M. /New York: Campus.
- HARK, Sabine (2004): Dissidente Partizipation. Zur Soziologie einer umstrittenen Wissensformation. Berlin (Habilitation) (forthcoming).
- KAMPER, Dietmar (1998): 'Die Gegenstandslosigkeit der Geisteswissenschaften und die neuen Brennpunkte der Industriegesellschaft'pp. 25-33 in H. Reinalter and R. Benedikter (eds): *Geisteswissenschaften im Spannungsfeld zwischen Moderne und Postmoderne*. Wien: Passagen-Verlag 27.
- KNAPP, Gudrun-Axeli (1998): 'Postmoderne Theorie oder Theorie der Postmoderne? Anmerkungen aus feministischer Sicht' pp. 25-84 in G.A. Knapp (ed): *Kurskorrekturen. Feminismus zwischen Kritischer Theorie und Postmoderne*. Frankfurt am Main / New York: Campus Verlag.
- KNAPP, Gudrun-Axeli (1999): "Fragile Foundations, Strong Traditions, Situated Questioning: Critical Theory in German-speaking Feminism" pp. 119-141 in M. O'Neill (ed): *Adorno Culture and Feminism*. London: Sage.
- KNAPP, Gudrun-Axeli (2001): 'Grundlagenkritik und stille Post: Zur Debatte um einen Bedeutungsverlust der Kategorie "Geschlecht"'pp 53-75 in B. Heintz (ed): *Geschlechtersoziologie. Sonderheft der Köner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie* 41/2001.
- KOHLMORGEN, Lars (2004): *Regulation, Klasse, Geschlecht. Die Konstituierung der Sozialstruktur im Fordismus und Postfordismus*. Münster.
- KULKE, Christine and Elvira Scheid (eds) (1992): *Zwielicht der Vernunft. Die Dialektik der Aufklärung aus der Sicht von Frauen*. Pfaffenweiler: Centaurus.
- LATOUR, Bruno (1995): *Wir sind nie modern gewesen. Versuch einer symmetrischen Anthropologie*. Berlin: Akademie Verlag.

- MC CALL, Leslie (2004): 'Managing the Complexity of Intersectionality' pp. In *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Forthcoming.
- NEGT, Oskar (2001): *Arbeit und menschliche Würde*. Göttingen: Steidl.
- Petö, Andrea (2001): An empress in a new-old dress, *Feminist Theory* 2(1):89-93.
- SAID, Edward (1983): Travelling Theory in *The Words, The Text and The Critic*. Cambridge: Harvard UP.
- SLAUGHTER, Sheila and Larry L. Leslie (1997): *Academic Capitalism: Politics, Policies and the Entrepreneurial University*. Johns Hopkins UP.
- The Combahee River Collective (1982): "A Black Feminist Statement" pp 13-22 in G. T. Hull, P. Bell Scott, B. Smith (eds): *But Some of Us Are Brave*. Old Westbury, NY:Feminist Press.
- WEIß, Anja/ KOPPETSCH, Cornelia/ SCHARENBERG, Albert/ SCHMIDTKE, Oliver (Hrsg.) (2001): *Klasse und Klassifikation. Die symbolische Dimension sozialer Ungleichheit*. Opladen.
- WOLFF, Janet (1992): "On the road again: metaphors of travel in cultural criticism," *Cultural Studies*, 7(2): 224-239.

El sujeto cosmopolita en Peter Handke

STELLA WITTENBERG

Universidad Complutense de Madrid

El literato Peter Handke, nacido en Griffen (Austria) en 1942, es uno de los escritores en lengua alemana de mayor relevancia dentro de la literatura centroeuropea. Autor siempre controvertido desde sus comienzos en los años sesenta con obras como *Insultos al público* y hasta nuestros días debido a la polémica suscitada por su postura ante la guerra de los Balcanes.

Se hace necesario mencionar que las obras de P. Handke tienen como núcleo central al hombre y su mundo. La preocupación que late como hilo conductor a lo largo de toda su literatura es el continuo errar del sujeto por la necesidad de encontrarse a sí mismo. La narrativa handkiana se fundamenta sobre la poética del Ser enraizado en la vida, fuente de donde brota su preocupación por descubrir las latitudes interiores del hombre. No es la suya una literatura de la razón sino de la conciencia y del sentimiento como dialéctica de un proceso interior. Es, en definitiva, el sentimiento de compromiso del poeta con su época el que estimula a Peter Handke a escribir.

La obra de Handke se presenta como un conjunto unitario, tanto por lo que se refiere a los temas elegidos como por el proceder narrativo. No obstante, en su producción literaria se manifiestan dos etapas claramente definidas. La primera recoge la preocupación del autor por la problemática del lenguaje como sistema alienante del hombre. Son representativas de esta época las obras *Kaspar*, *Insultos al público* y *El miedo del portero al penalty*, en las que Handke transmite su inquietud lingüístico-filosófica, situándose dentro de la tradición austriaca de investigación del lenguaje, tradición en la que se

encuentra el mismo Wittgenstein. Esta temática se proyecta sobre otros campos íntimamente relacionados con ella, como son la percepción atenta del mundo exterior y su influencia en el proceso de conocimiento. Handke parte de la mirada como vía mediadora para profundizar en la conciencia del mundo exterior e interior del hombre y a través de este aprendizaje del «saber mirar las cosas», descubrir los recónditos rincones del espíritu y plasmar estas experiencias en el lenguaje escrito.

Es en este punto donde el escritor se enfrenta con la problemática originaria de las limitaciones de la palabra para transmitir la constelación de sensaciones interiores que se despliegan en el encuentro del sujeto con el mundo. El esfuerzo por desarrollar la percepción va evolucionando de manera gradual a lo largo de su trayectoria literaria y adquiere su máxima significación en la obra *Lento Regreso*, definida como la obra poética más significativa de este escritor. Esta obra representa un giro drástico en sus escritos hacia una literatura intimista. El proceso perceptivo va a tener una importancia primordial en este cambio, constituyéndose en fundamento que soporta su propio proyecto existencial como individuo y, en consecuencia, sus narraciones son de perfil autobiográfico. La obra titulada *Lento Regreso* constituye una cosmogonía del retorno y analiza el itinerario hacia el origen del protagonista Valentin Sorger/Peter Handke, ayudándose de la percepción y empatía con las formas del paisaje al tiempo que va descubriendo su Yo interior y restaurando la fragmentación de su identidad. Novela por tanto de un único personaje, ateniéndose al modelo del *Bildungsroman* desarrollado por Goethe.

Su protagonista, Valentin Sorger, geólogo de profesión, vive atrapado por la búsqueda de formas en el paisaje, mediante su diferenciación y posterior descripción, más allá de la propia Naturaleza y de su propia ciencia. La empatía con las formas del paisaje se presenta como el soporte espiritual sobre el que se construye su auto-afianzamiento como sujeto. La realidad se manifiesta ante él como experiencia espacial por medio de la vivencia de la Naturaleza, que se configura en estímulo primordial de su existencia, ofreciéndole la única posibilidad para alcanzar un conocimiento inmediato del Yo. El *Lento Regreso* simboliza el viaje hacia los territorios del propio Ser y su conexión con el mundo.

Desde la aparición de esta narración en 1979, la obra de Peter Handke ha revelado un cambio notable en sus preocupaciones y perspectivas. Hasta esta obra su preocupación fundamental había sido la problemática y la crítica del lenguaje en cuanto éste afecta directa-

mente a la identidad del individuo, tanto en su dimensión íntima como de relación con los demás. En *Lento Regreso* su objetivo es la reconstrucción del sujeto fragmentado en su relación consigo mismo y con el otro. Peter Handke se nutre literariamente en su nueva andadura no sólo de la literatura sino también de la filosofía y de la pintura, en la medida en que le posibilitan nuevos canales para reafirmar y continuar su propio pensar. *Lento Regreso* es la obra donde se manifiesta con más evidencia la influencia filosófica, especialmente de filósofos como Spinoza y Heidegger. También se muestran influencias literarias, por ejemplo de Stifter y Goethe, así como influencias de místicos como Santa Teresa y San Juan de la Cruz.

En el caso concreto de esta obra es la filosofía de Martin Heidegger la que discurre por su contenido: el protagonista lleva el nombre de Sorger, referencia directa a la *Sorge* de Heidegger, quien, a su vez se basa en algunos planteamientos de Goethe. Según Heidegger, el Ser preocupado por su *Dasein* y en su estado de extrañamiento se sitúa en el *un-zu-Hause*. Existe una desarmonía, un desgarramiento ontológico entre el Yo y el mundo, y esta dolencia la acusan todas las criaturas de Handke que se esfuerzan por alcanzar la concordancia entre sus experiencias individuales y el Todo. Este conflicto es característico del mundo moderno, y cada hombre debe emprender su propia aventura, que le conduzca al descubrimiento de un sentido ya fragmentado de la totalidad. Pese a lo utópico de este proyecto, a través de sus obras Handke hace una llamada a la conciencia del hombre, para que éste se esfuerce por recobrar el sentido disperso de su existencia.

El escritor, como Yo escindido de sí mismo y de los otros padece, por tanto, también esta fractura de difícil conciliación, y vierte sus vivencias personales en su obra. Handke sintoniza poéticamente con aquellos rasgos de su sensibilidad afines a la de ciertos individuos que viven también exiliados de su propio Yo en un autoextrañamiento, reflejo de la crónica de un desconcierto. En consecuencia, el autor plantea el problema de su propia identidad como individuo y como escritor a través de una introspección en los contenidos existenciales.

Esta dicotomía vivida por el sujeto respecto a sí mismo y respecto a la sociedad era ya objeto de reflexión poética en el *Hyperion* de Hölderlin, donde alude a la soledad del hombre que se refugia en su mundo interior ante la superficialidad del mundo circundante. También a lo largo del siglo XVIII la inquietud por el aumento continuo de la especialización en el ámbito del trabajo pone en cuestión el planteamiento relativo al carácter múltiple que define la personalidad del individuo. Se experimenta el cosmos como un mundo fatalista donde

el individuo es una marioneta al arbitrio del orden político-social imperante. Al mismo tiempo, el individuo se siente como un sujeto débil, impotente, es más bien un objeto.

En 1835, Georg Büchner en su obra *La muerte de Danton* lo expresaba con absoluta claridad a través del símbolo de la máscara y cómo ésta destruye la identidad del sujeto. El símbolo de la máscara es ejemplificador del doble juego al que se ve sometido el hombre al permitirle escenificar un papel y esconderse tras él. Tal como manifiesta Collot en esta obra, si se arranca la máscara del rostro de alguien, su verdadera identidad queda al desnudo. Sin embargo, Danton afirma que el rostro y la máscara se han convertido en una sola cosa y que ese papel teatral pertenece ya a la propia personalidad del individuo, detrás de la máscara ya no aparece ningún carácter individual.

La proyección del hombre hacia la escena pública conlleva otro cambio más, que se manifiesta en el siglo XIX y cuyo alcance era entonces imprevisible: el fenómeno de las masas. Las formas de comportamiento del individuo empiezan a desvirtuarse en cuanto que es víctima de la masificación, en consecuencia se comienza a dudar del individuo autónomo, libre. Si nos atenemos al sentido literal del término «individuo», lo indivisible, observamos que éste perdió su indivisibilidad en la masa, tal como expone Bertolt Brecht en su obra *Mann ist Mann*.

Con estos simples apuntes histórico-literarios respecto a la evolución del carácter del individuo es posible ver cómo la literatura no recoge nuevos contenidos ideológicos, sino la manera de percibir, ver y experimentar del sujeto. El mundo interior y el mundo exterior, como Peter Handke los describe en su obra *Die Innenwelt der Außenwelt der Innenwelt*, están íntimamente entrelazados.

Quizás el plano donde esta interrelación se expone con mayor evidencia es en el campo del lenguaje. La importancia del lenguaje y su influencia sobre el individuo se ponen de manifiesto ya a principios del siglo XX en la obra de Hugo von Hofmannsthal *Lord Chandos Brief* (1902), donde el autor de la carta expresa su imposibilidad de seguir escribiendo por la influencia destructora que el lenguaje ejerce sobre él. El protagonista representa al sujeto desintegrado por la crisis socio-política de la época. Lord Chandos no cree en la palabra, desconfía de ella, pues expresa solamente significados genéricos y abstractos. Este personaje quisiera captar ese núcleo escondido, que no pierde jamás su unidad originaria, en la búsqueda de una nueva riqueza de sentido para el lenguaje que en palabras de Robert Musil sería «el lenguaje

que no podemos oír» (Törless) y que Lord Chandos definiría como «la lengua en la que hablan las cosas mudas».

El poeta Lord Chandos, con su frágil Yo, representa al individuo moderno dominado por la presión de la organización social y por la contradicción de los estímulos y mensajes que le desconciertan. Las ataduras sociales y políticas vividas por este sujeto potencian que se rebele contra todo lo que amenace su libertad. Así, Lord Chandos sueña con «los espacios libres» y los busca en horizontes fuera del lenguaje, ya que éste representa las principales cadenas que someten al individuo imponiéndole forma, orden y jerarquía. Las palabras, escribe Hofmannsthal, son un mundo en sí y no dicen la vida. En consecuencia, la crisis del signo es ante todo crisis del sujeto, que no sabe ya situarse como centro jerárquico de la frase, como punto de vista desde donde encuadrar y organizar el mundo. Las palabras abstractas necesarias para expresar un juicio son corroídas por una herrumbre que se propaga: «Ya nada se puede retener mediante un concepto». Estas palabras desencantadas de Lord Chandos constituyen el símbolo de la crisis del lenguaje que es también al mismo tiempo crisis del sujeto que habla. El gran estilo, escribe Hofmannsthal, es ante todo el arte de callar. Esta frase encontrará eco años más tarde en la conocida proposición de Wittgenstein: «de lo que no se puede hablar más vale callarse».

Paralelamente a esta disolución del lenguaje en palabras que no guardan una relación con la vida, el Yo también se disocia en experiencias inconexas. Estos dos fenómenos, que lentamente van surgiendo como problema en la conciencia del individuo al final del siglo XIX crean un clímax dominado por un sentimiento «fin-de-siècle» en la Viena de este momento histórico, consciente de una profunda crisis cultural. Ésta es objeto de estudio de todos los intelectuales de la época, siendo Karl Kraus, crítico del lenguaje, el que hace patente a través de sus escritos en *Die Fackel*, cómo hay que luchar contra los abusos del lenguaje y cómo, en consecuencia, hacer crítica a este sistema es hacer crítica moral y social. Igualmente denuncia en su revista la vida como espectáculo, como farsa, las máscaras del individuo, en una palabra el *theatrum mundi* que refleja el contraste entre apariencia y realidad que inundaba todos los territorios de la vida en el comienzo del pasado siglo. Kraus, sagaz observador de la situación histórica que se vivía en la Viena fin de siglo, vaticina con su estilo profético y satírico que los conflictos de nacionalidades y los problemas que pesaban sobre Austria-Hungría sólo tendrían una canalización posible hacia una terrible solución: La Primera Guerra Mundial.

La sociedad austro-húngara arrastraba una carencia de lazos sociales estables y estaba abocada a una desintegración interna. A nivel del individuo en particular, tal situación se vivía en el límite, siendo el suicidio la respuesta a tal falta de fundamentos existenciales. Los escritos de Kraus son augurios del apocalipsis de una civilización que se destruye a sí misma, tal como refleja en su obra *Los últimos días de la humanidad*. Este escenario socio-político queda también reflejado en la obra de Robert Musil *El hombre sin atributos*, obra clave para entender esta época. Con esta misma inquietud escriben Fritz Mauthner y el mismo Ludwig Wittgenstein, quien analiza magistralmente los límites del lenguaje en el aforismo 5.6. del *Tractatus Logico-philosophicus* cuando escribe «Die Grenzen meiner Sprache bedeuten die Grenzen meiner Welt» («Los límites de mi lenguaje significan los límites de mi mundo»).

Esta tradición de crítica del lenguaje hay que señalarla como precedente de la propia inquietud de P. Handke quien, en *Lento Regreso*, define a la lengua en las siguientes palabras del protagonista Sorger: «Lengua, la instauradora de la paz, ella actuaba como el humor ideal que daba vida al observador y a las cosas externas» (Handke, 1985: 78). La constatación de que la crítica del lenguaje tuviera un significado especial en Viena se ha querido entender como un acontecimiento circunscrito y limitado a Austria, dentro del cual también se ha pretendido interpretar el experimento lingüístico de Handke. No obstante, sería mucho más acertado plantear este fenómeno no reduciéndolo a los límites de este país, sino extrapolándolo al territorio europeo, donde la preocupación por la crítica del lenguaje se ha manifestado desde ámbitos que abarcan la literatura, la lingüística, la filosofía y la antropología del siglo XX.

La crisis de identidad anteriormente mencionada otorga al lenguaje el papel de mediador en ese intercambio que se da entre el Sujeto y la sociedad, de manera que se ejerce una forma de dominación por parte de la sociedad sobre el Yo. De igual modo, hoy en día sigue estando vigente la misma dominación del lenguaje sobre el individuo en particular y la sociedad en su conjunto. Son elocuentes las palabras de John Berger a este respecto:

El mecanismo político de la nueva tiranía (el consumo, las multinacionales) , aunque para funcionar requiera una tecnología muy sofisticada, es tremendamente simple. Usurpar las palabras Democracia, Libertad, etc. (...) La nueva tiranía, al igual que otras también recientes, depende en gran medida de la violación sistemática del

lenguaje. Juntos hemos de reclamar las palabras que nos han sido secuestradas y rechazar los nefastos eufemismos de la tiranía, si no lo hacemos, sólo nos quedará la palabra *vergüenza*. (...) La manipulación de los medios de comunicación por parte de cualquier tiranía es un índice de su miedo. (...) Toda forma de protesta contra esta tiranía es comprensible. El diálogo es imposible. Para poder vivir y morir como es debido, hemos de llamar a las cosas como es debido. Reclamemos las palabras que nos han robado (Berger, 2002).

Las menciones anteriores a Karl Kraus, a su crítica furibunda al lenguaje mistificador y sus planteamientos desarrollados en «Die Fackel» y también a Hugo von Hofmannsthal denunciando la tiranía del lenguaje en su obra *Carta de Lord Chandos*, a comienzos del siglo XXI adquieren una nueva actualidad al leer estas palabras de John Berger, y se constata cómo sigue siendo el lenguaje un arma fundamental de dominación.

Uno de los eufemismos más llamativos de nuestro momento actual es el de autonombrarnos como *global citizen* los que somos ciudadanos del llamado primer mundo. Este término incluye una contradicción en sí mismo, ya que en el fondo todo el mundo siente amenazada su identidad frente al poderosísimo rival que es la «globalización». Por un lado, nos queremos beneficiar de todas las ventajas que supone la globalización pero por otro, actuamos de manera profundamente egoísta y xenófoba cuando se trata de incorporar al «otro», a quien no pertenece a nuestro mismo standard de vida, en definitiva a este primer mundo, dominado por la tiranía del consumo, del dinero y del mercado. Parafraseando de nuevo a John Berger, «sin dinero todas las necesidades cotidianas se convierten en un sufrimiento», «el consumidor es sagrado».

Volvamos de nuevo a Peter Handke y su obra *Lento regreso*. Ya he mencionado el giro que experimenta el autor con esta obra hacia una búsqueda de su propia identidad como sujeto, como ser en el mundo. En esta novela se presenta como temática fundamental la introspección del sujeto, con el fin de resituarse en el mundo, encontrar de nuevo su orientación y su lugar, y en este camino adquiere una importancia crucial la relación con los «otros». En el intento de desvelar la esencia del Ser handkiano, previamente se hace necesario adentrarnos en el análisis de las connotaciones míticas inscritas en el nombre del protagonista, Valentin Sorger. Handke no ha bautizado en vano a su héroe con este nombre: Sorger hace referencia al concepto heideggeriano *Sorge*, que significa «preocupación», «cuidado», «inquietud».

El ser humano, según Heidegger, es en el fondo de su esencia «preocupación», ya que es «proyecto arrojado» en el mundo; es un «poder-ser», un intentar actualizar las propias posibilidades. Esta inquietud existencial se aprecia en las palabras de Valentin Sorger:

El proyecto de su vida estaba destruido: en ninguna parte había ya «ámbito»; ni siguiera posibilidad de orientarse por los estratos del terreno que tenía bajo sus pies» (Handke, 1985: 103-104).

El término *Sorge* define el todo estructural del *Dasein* y este planteamiento filosófico es el fundamento que sustenta la personalidad y la existencia de Valentin Sorger como *Dasein*, lo cual se hace patente en sus palabras:

¡Puedo vivir! Siento la fuerza de Decir cómo Es esto y, no obstante, no quisiera ser nada; y no quisiera decir absolutamente nada: ser conocido de todos y de nadie; ser penetrantemente Vivo [...] Y mi tiempo es Ahora; ahora es Nuestro Tiempo. Reclamo, pues, el mundo y este siglo, porque es mi mundo y mi siglo (Handke, 1985: 110).

El cometido existencial del protagonista handkiano se enmarcaría dentro de una moral orientada a la superación de una existencia como vida inauténtica. Valentin Sorger comienza su nuevo proyecto de existencia en el momento en que descubre, a través de un viaje iniciático, su desconocido mundo interior, y se experimenta como sujeto escindido. El viaje le lleva hasta las tierras vírgenes de Alaska, que requiere de una percepción de neutralidad, y de belleza. Resultan singulares los conceptos de frontera y límite en los que se desenvuelven los protagonistas de las obras de Handke, el atractivo del cruce, mezcla de parajes para el tránsito, de paisajes en espera. Para Handke, la frontera, el límite, resultan ser un lugar seductor, de encuentro de culturas. Así lo manifestaba en una conversación conmigo: «Me gusta la experiencia de este territorio de nadie y de todos, donde se condensa el mundo en un pequeño lugar».

En definitiva la frontera no es un lugar donde algo acaba, sino aquello en donde algo comienza a tener esencia. Por esto los espacios reciben su esencia al convertirse en lugares. El lento regreso no es más que el «lento» profundizar en el drama personal que Handke ha simbolizado por medio de un viaje físico recorriendo lugares que evocan la memoria de la existencia de un individuo para llegar, al punto de partida, a la pureza del origen. El lento regreso a casa, en términos de Heidegger, termina con un final positivo. Sorger, viajero, encuentra

su lugar en el mundo, su hogar, culminando de manera positiva su proceso de autoconocimiento:

Pero ¿por qué ahora la fuerza de este anhelo que venía desde lo más íntimo de sí mismo y se alzaba hasta lo más externo del mundo y que quería reunir para siempre a él, individuo, y al conjunto del mundo, era seguido inmediatamente por un relámpago pálido, silencioso en el cual lo que había deseado de un modo tan intenso se apartaba de él casi dulcemente y con ello crecía el vacío de una zona de muerte que envolvía toda la tierra y que le debilitaba y de repente le hacía retroceder hacia sí mismo tambaleándose? Limpio de todo interés personal hasta el punto de no ser más que presencia de espíritu y deseo ardiente de completar el mundo (Handke, 1985: 153).

Esta cita de Handke ejemplifica literariamente *la empatía cosmopolita* según término de Ulrich Beck en su obra *La sociedad del riesgo* y se incluiría en lo que este sociólogo ha estudiado como «la globalización de las emociones». Los espacios de nuestra integración emocional se han ampliado, transnacionalizado. Cuando civiles y niños sufren y mueren en Israel, Palestina, Irak o Africa, y este sufrimiento se presenta en imágenes conmovedoras en los medios de comunicación, surge una compasión cosmopolita que obliga a actuar.

El objetivo aparentemente utópico planteado por Peter Handke en su obra *Lento Regreso* encuentra una justificación sociológica en el pensamiento de Ulrich Beck, para quien ni los Estados, ni las naciones ni las tradiciones tienen fuerza o capacidad para determinar la identidad de los individuos. Queda en las manos de cada persona concreta recomponer su mosaico identitario y sus lazos sociales.

Bibliografía

- BECK, Ulrich (1986), *Risikogesellschaft. Auf den Weg in eme andere Moderne*, Frankfurt, Suhrkamp.
- BERGER, John (2002), «Donde estamos?» *E País Opinión*.
- HANDKE, Peter (1979), *El miedo del portero al penalty*, (trad. P. Fernández-Galiano), Madrid, Alianza.
- HANDKE, Peter (1982), *Gaspar. Insultos al público. El pupilo quiere ser autor*, (trad. J. L. Gómez y E. Fernández), Madrid, Alianza.
- HANDKE, Peter (1985), *Lento regreso*, (trad. E. Barjau), Madrid, Alianza.
- HOFNANNSTHAL, Hugo von (1981), *Carta de Lord Chandos*, (trad. J. Quetglas), Murcia, Consejería de Cultura.
- KRAUS, Karl (1990), *Escritos*, (ed. y trad. de J. L. Arántegui), Madrid, Visor.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1999), *Tractatus Logico-Philosophicus*, (trad. J. Muñoz e I. Reguera), Madrid, Alianza.

The Irish Cosmopolitan writes Home

ADRIANA BEBIANO

Faculdade de Letras e Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

The natives of the rain are rainy men.

WALLACE STEVENS

Wallace Stevens' line articulates in a poetic way the familiar idea of a strong connection between place and identity. It is a common sense perception – which is to say it is “received knowledge” or a hegemonic representation; it is not necessarily true, but has acquired, through repetition, the value of truth. The increasing awareness that our existence now takes place in a global world gives rise to a radical questioning of identities structured around territory (and blood, which comes with it). Identities are identifications in progress (Santos, 1996) and are thought to be for the most part culturally built and largely imagined at least since Benedict Anderson first published *Imagined communities* in 1983. Twenty some years later, this is an idea which has taken root to the point of being common place and the *locus classicus* in discussions of these issues. On the other hand, the call for the acknowledgment of new identities is perceived as being politically necessary and the very theme of this conference – “New Cosmopolitanisms, Hybrid Identities” – can be read as a symptom of the subject's importance. Cosmopolitanism and hybridism are now buzzwords both inside academia – pioneer in such discussions and in thinking up new models for identity – and in the popular discourse of newspapers. At this point an uncomfortable – but necessary – question intrudes itself: can one build an identity independent of territory?

Irishness, like all identities, may very well be largely imagined but it is deeply rooted in the land/ the island and goes back to it; as it goes back to blood – not only the blood lines, who one’s ancestors are, but literary to the *blood* as it was spilled in the fighting – eight hundred years of wars, skirmishes and urban terrorism – and then being rationalized and romanced as part of the identity-building process. It went on until quite recently, and in spite of the still on-going “peace process” there is no guarantee that it is over, given that the island of Ireland is still divided into The Republic of Ireland and Northern Ireland, autonomous but under British sovereignty. Unionists and Nationalists still have different agendas and the number of guns are still in the hands of opponents of the peace process from both sides of the divide is unknown.

In the Republic of Ireland – or “the South”, as it is usually called – since the founding of the Irish Free State in 1922, and throughout the twentieth century, the hegemonic definition of Irishness was grounded on the key concepts of land, language and (catholic) religion. This is an inheritance from nineteenth century nationalism, but one which has proved resilient, despite the radically different present social, political and cultural realities of a country that has gone global in more ways than one.

In fact, at the present Ireland is sexy. In other words, Irish culture sells well worldwide. What sells, of course, is what is perceived as its “difference” and “authenticity”, i.e., the “traditional” Ireland. Being European, it is still represented as “exotic”, from another place and another time, deeply settled in the past, out of time as it were. This fabricated cultural Ireland has become a hot commodity.¹ “Authentic” Irish pubs have become one of the major export successes of the country, along with computer components. The (allegedly) very old and the very new are two sides of the nation: rooted in an “immemorial” past, yet practising pragmatic, money-making politics, well embedded in the present globalized economy. It still remains a fact that computers are not thought to be Irish – i.e., are not part of the way the nation imagines itself or how the rest of the world imagines

¹ It should be noted that this is not an exclusively Irish phenomenon. The invention and selling of “tradition” goes on, in a smaller or larger scale, all over the place, in part as what it seems to me a resistance to globalization (cf Bebiano, 2002), and Portugal is not an exception. The difference with Irish traditions is that they are high in the market.

Ireland— while pubs are, and thus are central to Irish imagination and to the imagined Ireland all over. It stands to reason that one can build an economy but not a sense of national identity around the idea of a computer. This brings us back to the centrality of “time-immemorial” practises, and their connection to place, to the identity building processes.

Along pubs – and its correlate, Guinness – narrative is another Irish product rated high in the international markets. Story-telling is an ancient tradition and one which remains thriving,² and “the gift of the gab” is thought to be a “natural” feature of the natives.³ The pastoral is the predominant mode of the nation’s narratives; nostalgia and sentimentality goes hand in hand with it.⁴ Even violence – so much at the core of Irish history and identity – is given meaning, romanced and glamorized, be it in the nationalist tales of heroism in the nation-building process, be it in the tales of a civilization going, or gone, to pieces, in Anglo-Irish ascendancy version. The stories written in the diaspora suffer the same sentimental influence and the same focus on soil and motherland and the grief of having to live it. The Frank McCourt’s best-seller *Angelas’ Ashes* is a good example of this current. Success, when it comes, happens in America, but is always accompanied by the nostalgia of the exiled and the romancing of the land left behind.⁵ It is no accident that “authentic Ireland”, as it is represented

² Of course other nations have long standing traditions of story-telling. Irish success can be highly explained by the global power of the language in which it is written – ironically, English. Nevertheless, it is remarkable that a population of (currently) 6 million people (north and south) has given birth to four Nobel Prize winners in Literature.

³ A recent novel by Irish-born but American-resident Frank Delaney is built precisely around this cliché. *Ireland* (Harper Collins, 2005) tells the story of the country from the Celtic era to the late twentieth century in the voices of about a dozen characters, from both sides of the political border and of different backgrounds, professions and political outlooks, but all taking up the role of story-teller in honour of and ancient tradition that is made, in the novel, to structure and define national identity.

⁴ I am aware that this is, up to a point, a generalization, but one which stands close scrutiny of the body of published narratives. There is, however, an alternative tradition: one of fabulism, which can be said to go back, in modern times, to Jonathan Swift and Bram Stoker, of Gulliver and Dracula fame, and which finds its present more famous representatives say, in Ciaran Carson or Patrick McCabe. Nonetheless, this tradition was largely abandoned in the long twentieth century and has been picked up again only quite recently, remaining secondary in the global perception and sales-market.

⁵ Even Roddy Doyle, best known for his modern working-class Dublin based novels, has been caught by this mood. See *A Star Called Henry* (Vintage, 2000). But then,

in the postcards and signified in the exported pubs, is very much an Irish-American invention, as Fintan O'Toole claims (O'Toole, 1996). My point is that Ireland written elsewhere still maintains the bond – precarious, yet binding – to the idea of territory and the identity of the exiled is still written around it.

On 'Reflections on Exile' Edward Said discusses the experience of exile as 'the unhealable rift forced between a human being and a native place', a state whose 'essential sadness can never be surmounted', concomitant with a sense of 'the loss of something left forever' (Said, 2001:173). Said is a particular case of the exiled given that his Palestinian origin and the circumstances that surrounded it have to be taken into account in this discussion; yet, taken in a broad sense his words illustrate well the ideology that, as a rule, informs narratives of exile in general, including Irish writing on the diaspora: "loss" and "the rift between the human being and the place" are central to the narrative. These will tend to be transfigured, at a distance, into a romance of the place left behind or dreamt of; healing requiring the return to place, romance on its turn. If identities are plural identifications-in-progress and cultural constructions, it remains that these identifications happen in history – not outside it – and that oral and written narratives play a crucial role in these constructions. This is where the novel comes in.

Big House

Given that it has endured for more than two centuries now and is still going strong, The "Big House" subgenre is a good place in the Irish novel to look into identity negotiations through narrative. Originally, it was a subgenre practiced exclusively by the Anglo-Irish ascendancy, i.e., by those in power, who claimed an English identity. The genre has survived the independence of the country and has indeed bloomed, being now worked on and reconfigured by writers of different blood-lines and allegiances. Back in 1800, in the novel that inaugurated the genre – Maria Edgworth's *Castle Rackrent* – the coming-up-in-the-world catholic gentry were already buying land from the Anglo-Irish Protestants, who, in turn, were already, two hundred

the "rags to riches" may well be the ultimate American plot structure, which can be read as influencing Irish narratives of the diaspora.

years ago, representing themselves as a dying breed under siege from the (Mere Irish) wild men in the bogs.

Conventionally, in such novels we have an Anglo-Irish protestant family that inhabits the Big House and owns the land, which is worked on by Catholics living in cottages in the village. The two cultures are represented as being at odds with each other; communication is impossible, resentments build up, the peasants riot, houses are burnt. The Big House is decadent – alcoholism and madness are current features of one or more of its members – while Catholics are coming into money and power, often wanting to marry into the Big House and, with it, bringing legitimacy to a miscegenation that is going on anyway. Regardless of who writes it, Catholic or Protestant, each community is represented as chained to its identity and heritage, despite attempts to cross over the rift. The underlying question, and one which shows clearly the relevance of this genre for today's political issues in Northern Ireland, is: who is entitled to the land? Each side has its own gallery of heroes and its own version of history to legitimize their claim. The main issue remains the same, even if the details of the plot change according to the historical time it seeks to portrait. If it's "the troubles" – as the "war of independence" is euphemistically called – a burning of the house is sure to happen (as in Farrell, *Troubles*). If it's contemporary Ireland, the house is either going to pieces in the hands of an old and dying spinster (as in Aigins, *Langshire, go down*) or has been converted into a hotel (as in Bolger, *Father's music*) whose owner – a woman, again – still manages to keep detached from the people in the kitchen. In such novels inheritance is a prison, roots define one's identity and there is no option out. This model fits in with what Alain Benoist calls "pathologies of identity" (Benoist, 2004: 59) and Amin Maalouf calls "murderous identities" (Maalouf, 2002, *passim*) I am talking about novels; but novels that represent an identity that, quite literally, kills (or has killed until quite recently).

Religion and language and land owning are the ideas around which identity is defined; if the land has changed hands, and if Gaelic is a language that has virtually died out – despite the efforts of the Free State and of the Republic, which made it compulsory at schools and mandatory for state-jobs – religion is left as the core around which identity is built.

The persistence of the genre is a sign of its usefulness as an allegory to speak about national identity issues; on the other hand, it also brings to light how the national identity issue has occluded other

issues, such as money (new ways of making it), class issues, or sex (sex or pregnancy outside marriage and abortion). It also leaves out other minorities, the long standing ones – as Jews, or Quakers, or tinkers, also called “travellers” – or the new comers. Since immigration became a significant phenomenon in the 1990’s, in a country used to people leaving, or going “across the water”, racist outbursts have made visible a divide other than the catholic/protestant that still makes the news.⁶

Until the 1970s the policy followed by both Fianna Fáil and Fine Gael – the two main parties that alternate in office since independence – was one of isolationism, very much along the lines of the Portuguese New State, and the paranoia about all that was “foreign” – products, ideas, fashion – ran deep in a country with a recent memory of colonialism. “Pure” Irishness was pursued, preached, invented, made real in the laws and cultural practices of the country, busy inventing itself and ruthless in uprooting anything with a scent of being unIrish. As David Lloyd puts it, “the desire of nationalism is to saturate the field of subject formation so that, for every individual, the idea of nationality (...) becomes the central organizing term in relation to which other possible modes of subjectivity – class or gender – are differentiated and subordinated. (Lloyd, 1993: 27) Thus every Irish writer is asked after his identity; thus the exclusion of contemporary issues or themes. Colm Tóibín caricatures this screaming silence: “in Irish fiction instead of sex, we have snow.” (Tóibín: *appud* Nielsen, 1993). The novel, as “the study of the individual and its relations to society needs a stable society to develop” (Tóibín, Letters: 51). In a sense, it needs to be placed after nationalism.

If nationalisms are to work, a pure identity is required; if we are always already hybrid, purity has to be invented. The invention of a pure identity pursued by the Free State and the Republic, well into the 1960’s, stumbled into the failure of the revival of the Gaelic language. Though a couple of novelists and poets still write and publish in Gaelic as a political option, the audience is very small, and in the end such work gets translated into English. English is the first and common language, which makes the Irish already inescapably hybrid, both in language and culture.

⁶ Racist outbreaks have, of course, happened before, a case in point being the Limerick *progrom* in 1904. An ethnic group generally known as “travellers”, nomads of obscure origin who still resist sedentarization, have been the particular target; yet, like Irish Jews, they have remained invisible in the narrative of the nation.

Now, the question is how comfortable is one with the concept of hybridism? When asked “where is home?” can one answer, “I am a hybrid nomad?” Which components come into “hybridity”? Can one transcend, or do without, the concept of “place” when speaking of “home” and “belonging”? Can one *be* outside place, which, up to a point, entails being after and outside history? If a community is people united by shared experience, who belongs to that community? What defines its borders? (Territorial or otherwise defined.) Who decides who to include or exclude from it?

New Island

Among the young generation of Irish writers that acquired an international reputation in the 1990s, Cól m T ib n stands out as an example of the kind of novelist who is trying to write Ireland away from home. A journalist and editor before he became a full-time writer – following the awards given to his novels⁷ – T ib n’s agenda as an editor of *Magill* had been to promote ways of representing the nation other than the mainstream ones. His own novels can be seen as a map of this search for an identity that lies beyond, or rises above, the land, working through it without rejecting it.

Take the away he uses the Big House novel and reconfigures it in his first and award winning novel, *The South* (1990). The novel is set in Catalonia – a possible meaning for “the south” – and Wexford, on the southern coast of Ireland. As both geographical spaces can be read as a possible explanation for the title of the novel, one is tempted from the very beginning to read these overlapping geographies as an invitation to make connections between the social realities each one stands for, or, to make it simpler, the overlapping geographies of the double-meaning of the title creates an expectation of overlapping histories, an expectation that the novel does confirm. Furthermore, in Irish-speak

⁷ Colm Toib n has been the recipient of many prizes and awards, the following ones being perhaps the more significant: *The South*: IrishTimes/ Aer Lingus First Novel Prize; short-listed for Whitbread First Novel Prize; *The Story of The Night* : Ferro-Grumley Prize “Best gay novel” of 1997; *The Master*: Prix du meilleur livre **_anger** for the best foreign novel published in 2005 in France; winner of Los Angeles Times Novel of the **Year**. (aten o a esta nota)

“the south” signifies also the Republic (of Ireland) while “the north” means Ulster, or Northern Ireland. Thus, Catalonia will work throughout as a metaphor for the whole Irish nation or, alternatively, as a screen into which Irish history will (also) be displayed. If to write about Ireland Tóibín goes abroad,⁸ what are the consequences of this displacement? Is the Irish writer breaking free of the shackles of Irishness and locality, which has precluded many writers from being free to pay attention to so called “universal” issues?⁹ Or will place haunt all travellers? A question that Robert Creeley raises in beautiful lines: “Wherever /you are / can you ever / be away from /wherever /you were?”

Take *The South's* protagonist, Katherine Proctor. A protestant and landowning “Big House” wife and mother who chose to leave Ireland, leaving also her husband and her ten-year old-son, to go to Barcelona. The difference between Katherine and the emigrant protagonists of conventional Irish novels as well as the subversion of the traditional plot structures lies in her *choice* for another country. In fact, she does not “emigrate” out of financial necessity; nor is she ever nostalgic for the “old country”; nor does she ever regret having left it. Asked why she had left the country, she makes an unambiguous answer: “I was sick of Ireland. If you knew anything about the country, you wouldn’t ask me why I left.” (*The South*, 74) Another novelty to be found here is that this is a *woman* making this choice, in a country – and a body of fiction – crowded with absent fathers and stay-at-home mothers who hold the fort and mind the brood. One is tempted to read here an inversion of roles – absent mother, stay-at-home-and-mind-the-child father – a symptom of the county’s modernity or, at the very least, the acknowledgement of a shift in the forms that the male/female relationships have been taking. In the novel, however, Katherine is already following a pattern: her own mother had left the country when she herself was a child. Commenting on both their flights, the mother tells her: “You escaped from Ireland just in time. I got out of that place and put it all behind me.” (*The South*, 50-51) When Katherine’s mother left,

⁸ Brian Moore can be read as precursors of this mode of writing home, a minor trend before the 1990’s.

⁹ Seen from the outside, it is difficult to understand this pressure Irish novelists are under. One does not demand of Portuguese or French novelists that they write national identity issues into their novels. This is only an issue for countries whose recent independence, on-going wars or similar historical circumstances, makes this question mandatory. This can be seen as a restriction to the poetic licence of the writer and a policing of imagination.

she forsook her inheritance and her share of the land. But what exactly is this “it all” that she had put behind herself on leaving? It turns out to be history, in the shape of the memory of yet another Big House burnt down by “the locals”.

Unlike her mother, Katherine will not escape history. In Barcelona in the 1950's, she gets involved with an anarchist, Miguel. The memory of the Spanish Civil War hangs like a shadow over the characters and controls their relationship. In many ways, the war is not over: for Miguel, as much as for Katherine – as she will later find out – the past does not go away. Through the character of Miguel, the issues she thought she had left behind re-emerge and the connections between both countries recent histories are piled up. She tries hard to be detached from it all. “I am bored with this obsession with the war” (*The South* 86), she says of Miguel, very much like she had answered her husband's reminders of “the Troubles” and her burnt house: “I want this to stop.” (*The South*, 43) But it never stops and her escape into Catalonia will prove to be not an escape from history, but into history.

From very early in the novel the depictions of the Catalonian landscape merge with the memories of the landscape in Enniscorthy: “a deserted square reached by two narrow alleyways, dimly lit, with a fountain, two trees, a church and some church buildings (...) I thought of Enniscorthy; I thought of the desolation of the place and I stared at this desolation.” (*The South*, 12) The overlapping geographies are followed up even in dreams, deep into the character's inner life. She kept having “vivid dreams which mix up where I am with where I come from, the stream at New Town Barry with the fountain at Plaza San Filipo with the market square at Enniscorthy” (*The South*, 15)

Following the conventions of travel literature, all travels are voyages into self-discovery and knowledge and into one's past and (repressed) memories. In the Catalonia poor Katherine finally comes to know the poor – and the catholic – of her own village back in Wexford. Does this mean that life is the same, everywhere alike, the same landscape, the same gulf between the poor and the rich, the same war? Local differences are apparent and allow for the possibility to look at Irish history from the outside, in many ways problematizing it and questioning its (absolute) received truths. In Catalonia, unlike in Ireland, the Big House owners are catholic; yet the shared religion does not make any difference for the village poor. Class is, after all, the central question, and religion only the pretext or façade. More disturbing for the character, however, is the fact that her lover, Miguel, has been in his past a church and Big House burner, someone that

shot a child who was trying to escape the flames. This episode reminds her of herself as a child, trying to escape the flames of her own burning house. Katherine is sleeping with the enemy; yet, she does not judge him – she loves him. It is as if identity could be transcended; as if one could escape from it in a foreign country; be the *self*, unconnected to inheritance and memory, as if the individual could escape the symbolic order into which she or he was born into. Or, on a more pragmatic and reality-bound level, as if reconciliation between the two sides of (the memory) of war was possible.

On the other hand, while Katherine attempts to be free as an individual, Miguel is stuck in his memories of the war and chained to the place he lives in, and where political territories and allegiances are still well defined.¹⁰ Furthermore, against Katherine's individualism, his choice is for belonging to a community of believers. After having been again (locally) imprisoned and tortured, he collapses mentally, and ends up dying with their girl-child in a car accident that might well have been a suicide. Belonging kills you; being of a place kills you.

The "love-across-the-barriers" plot is a conventional strategy used for dealing with identity divides. This convention – which might, and then again, might not, correspond to the realities that it seeks to portray – also tells us that they often come to a tragic end. One has only to remember *Romeo and Juliet*.

Katherine had never reached Miguel, never understood him fully. Being on the opposite side of the class war and thus having been brought up under quite different expectations and different values, makes understanding and sharing difficult, if not impossible. While Miguel's paintings are political statements, hers are a search for beauty (*The South*: 61), uncontaminated by politics. Or so she thinks – but I will get back to her paintings presently. The love across-the-barricades plot may be a necessary tool for reconstruction, or offer hope for a way out of the characters' historical circumstances, but does it work? In other words, this kind of plot raises the old question: can the individual transcend history?

¹⁰ This is a verisimilar feature. The "Recovery of Memory" movement, which is taking place in Spain right now, and that seeks to record the memories of the Civil War in the voices of those who lived it and are still alive – though very old –, is facing all kinds of difficulties. Almost seventy years after the war was over, emotions still run high and each family still knows which side of the divide it fought; many still carry their colours.

Like all lovers in such plots Katherine claims “she could have loved him anywhere”. (*The South*: 131) But the dream of any place – which is the dream of “no place” – does not hold. Thus, when later in the novel, and after having lost both Miguel and her daughter to death, Katherine goes back to Ireland, her quest will come to a dead end. She finds her son Richard not only married to a Catholic, but converted to Catholicism himself – i.e., he has “gone native”, forgetting his roots – something which she finds difficult to accept or even understand. Not being nostalgic about place, or not belonging to the place, nevertheless when she goes back her roots assert themselves, her blood-memory returns and she even refuses to meet her daughter-in-law’s family: “all that talking. They seem to chatter about nothing.” (*The South*: 202). The Catholics are still “they”, a lumpy collective with no room for the recognition of individual particularities, the Other, the ones whose culture she cannot understand. This happens through Katherine’s point of view but it is reinforced by the portrait of the Catholics and in their own voices. They, too, remember a different time: “we used to look at the house... and now we have our dinners here.” (*The South*, 202) Things have changed: barbarians have taken over the land and the Big House. In Katherine’s son’s marriage to a catholic woman one might be tempted to read a love-across-the barriers story that has succeeded and thus a way out of the trap of history; yet the characters from both sides of the barriers see it as a power-struggle won or lost, not as reconciliation. If warfare is over – has been over for several decades – war is preserved in memory and, in fact, it goes on under a different form. Very much like in Catalonia, after all.

Katherine is a landscape painter. This is used, again, as a way out of history: “in the beginning she had been trying to paint the land as though it had no history, only colours and contours. Had the light changed as the owners changed?” (*The South*: 220) But the fact is that history is inscribed in the landscape – even nature is political. She ends up by “trying to catch the landscape rolling backwards into history, as though horizon was a time as well as a place (...) In the distance the rebels are bleeding. In the distance no one has yet set foot. In the distance, a car is moving. (...) In the distance is the light and the darkness falling, the clouds moving, the full moon rising.” (*The South*: 220-221)

Back in Ireland, she finds herself a Catholic boyfriend, a local man called Michael Graves, and an obviously symmetric character to Miguel. There’s no innocence in names. Names – and accent – betray

one's identity, as seen in their first meeting: "he said "you're Irish (...) You sound English. (...) Proctor, a good Protestant name" (*The South*: 34) The acknowledgment of (past) roots is important to move towards (present and future) options. Michael's memory of Enniscorthy is entirely different from Katherine's: what he remembers is TB, that is, the illness of the poor (*The South*:153), not known in the Big House.

There is, however, another pattern here, one that speaks of history as repetition with a difference. Katherine's mother had been in love with another Michael Graves, a RC – read "Roman Catholic – from town (*The South*: 77), an affair forgotten and shrouded in silence. "Pure" identities need silence to survive as they are: all memories of mixing have to be silenced. Silence, then, becomes a major factor in the survival of self-enclosed communities, and it is still another way of avoiding facing history and working through it.

In the end Katherine finds a kind of balance with Michael, not as a hybrid, but as an Anglo-Irish who can live with a Catholic. They keep a separate social life, thus acknowledging the different territories and cultures each of them comes from. Through the acknowledgement of separate roots and identity, they make options with no need to launder or forget history. They are working through history, not turning their backs on it.

Is this a way out? In Tóibín's fiction the biggest sin is indifference. This is seen in the early Katherine, then still the lady of the manor, ignoring the poor old woman – "one of the Kennys", with no individual name to her – who stood at her door for days under the rain, begging that the landlords drop a complain in court against her family (*The South*: 39-40). This indifference has to be redeemed, if hope is to be found for a common future in the same land.

Indifference as the greatest sin is nowhere better seen than in *The Story of the Night*. Tóibín first "gay" novel, it is set in Argentina during the military dictatorship of ill repute. It is a story about gay love and about AIDS, in a way plunging into the issues that nationalism silenced or pushed aside. But is also a story about indifference and blindness versus commitment and sight: indifference to the ones dying next to you, or to the ones who disappear inside the dictatorship's dungeons. The big issue is illustrated in a little episode: in an empty street, there's an army truck revving up all night yet going nowhere. People stay indoors and ignore the noise and the fumes. We find out that what the truck is doing is generating extra energy for the torture tools being used on someone's body inside the police station. Choosing

blindness, being indifferent to what is happening next to you, whether it is someone dying of AIDS, someone being tortured, or someone dying of TB in the village or an old woman sitting for days outside your door under the rain, is a moral flaw. Tóibín's characters have this flaw, but they learn about it and learn who to reach towards the other, the one not-us, the one suffering. And in this learning process lies the possibility of redemption for the communities involved.

After history

Geography and eight hundred years of common history with England, plus the high rate of immigration, particularly to England and to the United States of America, have created what can be safely called an hybrid culture, local particularities notwithstanding. .

The question is: what kind of hybrid is it? Tóibín himself said in an interview that "we, the Irish, do feel pretty English" (Nielsen, 1998). He also wrote that "I am not an Irish nationalist (or at least I hope I am not)" (Tóibín, 1993). And yet, being a bit English and not being a nationalist – in the atavist sense of the word – he cannot help but go back to the identity he inherited.

Irish historical revisionism asserted itself in the 1980's and was all the rage in the 1990's. It has the merit of denouncing the pieties o nationalist histories and of having made nationalist historians demythologise their own history. Yet both trends of historiography do have an agenda – there's no such thing as a neutral, or politics-free "science". The revisionists claimed a place for the English and the Anglo-Irish in the history and culture of the country – which had been silenced in the post-independence years – and quite rightly. But the multicultural stand that they defend has still to be examined. Thus Tóibín, the non-nationalist, and himself in many ways a revisionist, cannot but reject Roy Foster's – perhaps the most famous Irish historian of revisionist fame – view of history, brilliant that he recognizes it to be at times. (cf. Tóibín, 1993) A multicultural framework can be used to hide or silence power asymmetries and this can also be done through the laundering of past crimes. Ambiguity, much praised by Foster, hybridism or multiculturalism, are not virtues *per se*; certainly not when and if used as a tool to silence differences and history.

The conventional understanding of cosmopolitanism links the concept to ideas of uprooted universalism and individualism, a world citizenship that entails the denial of territorial and cultural frontiers.

This is not Tóibín's cosmopolitanism: his model is closer to Boaventura de Sousa Santos model: a cosmopolitanism consisting of roots and options. (Santos,1996). Also closer to Antony Appiah's "cosmopolitan patriot" (Appiah, 1997): of the world, but also of the place.

Works Cited:

- APPIAH, Kwame Antony (1997), "Cosmopolitan Patriots", *Critical Inquiry*, 23 (3), 617-639.
- BEBIANO, Adriana (2002), "A invenção da raiz. Representações da nação na ficção irlandesa e portuguesa contemporâneas". *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Org: Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro. Porto: Afrontamento, 503-537.
- BENOIST, Alain (2005), "On identity". *Third Text*. Vol. 19, nº 74.
- DELANEY, Frank (2005), *Ireland*. New York, HarperCollins.
- DOYLE, Roddy (2000), *A Star Called Henry*. London: Vintage.
- LOYD, David (1993), *Anomalous States: IRISH Writing and the Post-Colonial Movement*. Durham: Duke University Press.
- MAALOUF, Amin (2002), *As Identidades Assassinas*. Lisboa, Difel. Trad: Susana Serras Pereira. [ed.orig: 1998]
- NIELSEN, Jacob Urup (1998), "An Interview with Colm Tóibín", on-line by Nordic Irish Studies Network (<http://www.hum.au.dk/engelsk/nisn/reviews/toibininterview.html>)
- O'TOOLE, Fintan (1996), *The Ex-Isle of Erin: Images of Global Ireland*. Dublin: New Island Books.
- SAID, Edward (2001), *Reflections on Exile and Other Essays*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1996), "A queda do Angelus Novus. Para além da equação moderna entre raízes e opções". *RCCS*, nº 45
- TÓIBÍN, Colm (1990), *The South*. London: Picador.
- (1996), *The Story of the Night*. London: Picador.

British Women Travellers Abroad: (Re) writing and (Re) translating the feminine in colonial discourse.

The case of Isabella Bird and Marie Stopes in Japan

Rebecca Kirstein Harwood

DEINA

Universidade do Minho

'How seldom descriptions correspond with reality.'

SAMUEL JOHNSON

Imperial Spaces

In this paper, I propose to look at the recreation of the place (or the space) we call Japan in the words of two British women, Isabella Bird and Marie Stopes, and the variety of narrative roles they assume in order to tell their tales.

Isabella Bird is one of the most well-known of women explorers, often described as the archetypal Victorian traveller and Marie Stopes, who at the age of twenty-four became Britain's youngest doctor of science, has become known as the high priestess of married love for her later writings on the topic. Both women (Bird in 1878, and Stopes in 1907) travelled to Japan during what was the heyday of the British Empire and their accounts of the period show the same complicity with imperialism – if not its outright support – that Mary Louise Pratt identifies in her study *Imperial Eyes*.

Japan, like so many other Eastern cultures has largely been conceived of as an exotic location of feminised sexual allure, a place of male fantasy created by male, imperialist discourse. However, in Isabella Bird's *Unbeaten Tracks in Japan: An Account of Travels in the*

Interior Including Visits to the Aborigines of Yezo and the Shrine of Nikko and Marie Stopes' *A Journal from Japan: A Daily Record of Life as Seen By a Scientist*, these two women have consciously or otherwise gone some way to turning the popular assumptions about Japan on their head.

In 1878, when Isabella Bird travelled to Japan, a decade after the Meiji restoration of 1868 had opened the country's doors to the 'civilised' world, Japan was of particular interest to the colonising powers of the West, and Japan, in its turn, was eager to learn the ways of these 'civilising' and 'civilised' nations. In 1907, when Marie Stopes followed in Bird's footsteps, three years after Japan's victory over Russia in the Russo-Japanese war, Japan was increasingly confident of its ability to hold sway in the Western political arena, yet was still curiously hampered by notions of its own inadequacy in the eyes of the other modern nations. Thus, during a period when British colonial interests in other nations were made most apparent, Japan clearly had an important place in what Roy Bridges identifies as Britain's 'informal empire' or 'unofficial imperialism', where 'Trade, diplomacy, missionary endeavour, and scientific exploration might all contribute to the British expansion and each produced its own travel writing.' (Bridges 53)

Traditionally women have not been accredited with having an active role in the formation of Empire. Furthermore, the particularly imperialist gesture of claiming to be able to understand and interpret the land and its people has remained an inherently gendered notion. Sara Mills' *Discourses of Difference*, as she herself said, was the 'first book to set women travellers within the colonial context.' (Mills 3)

The writings of Isabella Bird and Marie Stopes exemplify what Mills identifies as the problematic status of women travellers who were:

caught between the conflicting demands of the discourse of femininity and that of imperialism. The discourses of colonialism demand action and intrepid fearless behaviour from the narrator, and yet the discourses of femininity demand passivity from the narrator and a concern with relationships. (Mills 21)

Although quite different in both style and content, the writing of Bird and Stopes displays precisely those contractions identified by Mills as being specific to women's travel writing of the period. Both books resonate with the confident tone of the British Empire's belief in its intellectual and cultural superiority over other nations; both depict

strong women characters in challenging situations, bent on quests for the type of adventures more commonly sought by men; and both proffer to give an objective account of Japan in what is a distinctly Western voice. Yet, both women are quite insistent in presenting themselves as feminine narrators, and their writing, to varying degrees, is greatly concerned with the details of domestic life and personal relationships.

However, perhaps the most interesting discovery Mills made in her case studies and that can be applied here is that although the texts 'align themselves with colonial practices and traditional feminine values, there is also a constant subversion of these two practices.' (Mills 47)

Colonial Action

In her preface to *Unbeaten Tracks in Japan*, Bird gives us to believe that the reasons for this journey are no different from those that provided the impetus for her previous travels, namely her ill health and the need to seek out 'those sources of novel and sustained interest which conduce so essentially to the enjoyment and restoration of a solitary health-seeker.' (Bird xix)

Although we may perhaps be willing to accept this as a plausible excuse for travel it also reads as a disingenuous apology for the obvious freedom and luxury of being an independent traveller. A flimsy excuse couched in terms easily reconcilable with what would be acceptable behaviour for women at that time. I would suggest that there was perhaps another reason for her choosing Japan – one that would rest less easily with the imperial discourse of the time.

In fact, Bird had already published her accounts of previous travels to great success and was now under pressure from her publisher and her readership to write more. Also, it would be naïve to discount the interest in Japan that was prevalent at the time: people were extremely curious to know more of this up and coming nation and given the strength of confidence of the Empire of the day, knowledge of the country would have been a pre-requisite to some kind of nominal political or economical control over the land and its people. Isabella Bird, it could therefore be said, was answering a call of duty to Empire and lining her own pocket in the process – both distinctly unfeminine activities.

Marie Stopes, in articulating her reasons for travel is no less unreliable. She too begins with an *apologia*:

although I vowed that I would not add to the already excessive number of books written on Japan, I have decided to publish this just because it was not written with a view to publication. It is this which gives it any claim to attention, and guarantees its veracity. (Stopes vii)

Stopes is ostensibly first and foremost a scientist. Just as ill health gives Bird her passport for travel, so Stopes has the white coat of the scientist to secure her passage and deflect any awkward questioning. Indeed the very title of her narrative, *A Journal from Japan – A Daily Record of Life as Seen by a Scientist* immediately reinforces her position of authority. Yet, the heady, schoolgirl-like raptures that characterise the entries in her journal have nothing in common with the measured observations we would expect of a scientist:

Scattered all over the sea are green islands and little cliffs, sometimes with a single tree on them, perched in just the most effectively pretty attitude. These beautiful lands must have been made on the seventh day, when God was resting and dreaming of Paradise. (Stopes 1)

Perhaps the real motive for her journey was to be found in the figure of a Japanese scientist, Kenjiro Fujii, whom she had met and fallen in love with during her doctorate studies in Munich. She was essentially in amorous pursuit of a recently divorced man whose initial ardour for her seemed to have cooled during their time apart. Such an unseemly display of desire would hardly have been acceptable as the behaviour of a respectable lady. Stopes was in many ways a very modern woman, but she was also a woman horrified by any suggestion of feminine impropriety on her part. Thus her journey took the guise of a scientific expedition, properly authorised and funded by the Royal Society.

In 1907, Japan was of no less interest to Europe than it had been twenty years previously when Bird had visited the country, but now the focus of attention had shifted somewhat given Japan's unexpected success against the Russians in the Russo-Japanese war. Japan was now less of a curiosity and more of a threat. The changes then taking place in the world; the shifts in the spread of power, the desperate race for annexation across the globe, are somehow curiously reflected in

Stopes' voyage to the East in her bid to marry an exotic foreign man. Her experience of the foreign 'other' slipping from her hands and thus her control is almost exactly a mirror image of Japan's place in the world arena at the time, slipping beyond the control of the great nations, challenging the *status quo* of their authority. In a sense her pursuit of Fujii is part of the same distinctly imperialist instinct to control and own which directed the adventures of other, male travellers during the same period.

Notably both women were determined in their intentions to travel to the northernmost outposts of the country. At this point the reading of the texts is complicated by the implications of this move towards the interior and the unexplored zones. One possible reading would place this action within the paradigms of imperial discourse. Thus, in the face of an already much westernised Tokyo their attempts to penetrate the interior could be seen as renewed attempts to assert some kind of control over an Other or others.

Certainly, in Stopes' case this attempt is rather more superficial in the extent of its daring and reads rather as an attempt to forget the by now obvious fact that she had been forsaken by the inconsistent Fujii. Unable to control him, her trip to Hokkaido without him appears more as a defiant gesture, a continuation of the pretence that she is still in control. But after only a week or so of fairly dismal digging for fossils, she returns to Tokyo. In fact, Tokyo is truly where things are at for Stopes; 'Tokio is a fine soil for gossip, very good-natured and amusing. I love it, it's such a relaxation after gas-engines and fossils.' (Stopes 107); and ultimately it is the intrigues of ex-patriot life in the metropolis which she so vividly describes that provide some of the greatest delights in her journal.

However, Stopes' description of her journey north could also be seen as a deliberate subversion of colonial practices. Although her writing displays a certain complicity with these practices, her often dismissive descriptions of life on the road belie the greatness of the imperial mission; 'The distance traversed was really very small, but mountains and other things interfered, so that it took a long time to get [here]'. (Stopes 18)

Or, and rather wonderfully; 'Really it is hard work to carry tents and everything along these rivers. Often I alone find it difficult to go, and I have nothing to carry – except my fan and my hammer, both of which are in constant use.' (Stopes 16)

Like Stopes, Bird has adopted the male discourse of discovery and used it to express personal desires which were not only outside the

parameters of what was considered respectable for women, but, also, worked to subvert the idea of Japan as a place of male fantasy. Only consider the transgressive quality of Stopes' posturing as she revels in her traveller's disguise of male attire; or her confession on more than one occasion declaring herself to be quite in love with another woman:

I had dinner out, and then went to a dance in the evening, where the belle of the ball was a girl whose father was English and mother was Japanese. She had such lovely shoulders that I longed to be a man and marry her. (Stopes 66)

Or, that of Bird's quite indecorous delight in the spectacle of an Ainu man named Benri demonstrating the use of the spear:

He looked a truly magnificent savage, stepping well back with the spear in rest, and then springing forward for the attack, his arms and legs turning into iron, the big muscles standing out in knots, his frame quivering with excitement, the thick hair falling back in masses from his brow, and the fire of the chase in his eye. I trembled for my boy, who was the object of the imaginary onslaught, the passion of sport was so admirably acted. (Bird 283)

This taking-charge of your own destiny, seen in the decision to travel away from the centre, was a male prerogative denied to women who were expected to be passive observers of their fate. In adopting the imperial voice, Bird is thus also able to give voice to her own, wholly unfeminine, desires, while simultaneously exposing the myth of the male fantasy of Japan:

But truly this is a new Japan to me, of which no books have given me any idea, and it is not fairyland. The men may be said to wear nothing. Few of the women wear anything but a short petticoat wound tightly round them, or blue cotton trousers very tight in the legs and baggy at the top, with a blue cotton garment open to the waist tucked into the band, and a blue cotton handkerchief knotted around the head. From the dress no notion of the sex of the wearer could be gained, nor from the faces, if it were not for the shaven eyebrows and black teeth. The short petticoat is truly barbarous-looking and when a woman has a nude baby on her back or in her arms, and stands staring vacantly at the foreigner, I can hardly believe myself in "civilised" Japan. (Bird 83)

(Re) writing and (Re) translating the feminine

Both Bird and Stopes chose to present their accounts in forms recognisably determined by discourses of femininity. Like other women writers at the time, they would have felt the pressures to position their accounts within the confessional mode, but this does not mean that all the reader will glean from the text are autobiographical details. As Mills asserts:

There is no sense in which it can be assumed that reading a travel journal gives the reader information about the life of the writer. What should be analysed are the 'various positions of subjectivity' within this confessional field which women writers can occupy and construct for themselves. (Mills 104)

If Bird and Stopes both chose similarly feminine forms in which to frame their narratives, their individual styles of language are markedly different. Bird's incredibly dense, ethnographic details make her seem an expert on almost any subject. Her extensive and extremely valuable descriptions of Ainu life are a great contrast to those made by Stopes, who is rather more concise in her observations; 'At Shiroy I saw all there was to be seen; the little straw homes and boats (it is a fishing village) of the Aino are very different from those of the Japanese.' (Stopes 25)

On the other hand, Bird's precisely detailed ethnographic accounts of Ainu people, life and customs are beautifully written and come accompanied with exquisite sketches:

I have seen two boys whose backs are covered with fur as fine and soft as that of a cat. The heads and faces are very striking. The foreheads are very high, broad, and prominent, and at first sight give one the impression of an unusual capacity for intellectual development; the ears are small and set low; the noses are straight but short, and broad at the nostrils; the mouths are wide but well formed; and the lips rarely show a tendency to fullness. (Bird 256)

Despite the scientific and apparently objective appearance of this description, however, it is not difficult to read here the implicit approval or disapproval of certain aspects of the Ainu physiognomy as dictated by Imperial notions of intelligence or lasciviousness. Stopes too, was not above these kinds of observations; although her attention was turned more to the intrigues of ex-patriot life in Tokyo. If interest

in the condition of human relationships is usually deemed an inherently female preoccupation then Marie Stopes' more prosaic descriptions of domestic encounters with their great detail to clothing and general appearance are certainly wonderful evidence of this. However, despite being the accounts of a self-confessed tourist, I believe they merit the same value awarded the more demanding travels carried out by Bird, the serious traveller. In fact, a closer study of Stopes' text is extremely rewarding in terms of what it can tell us of the way the British Empire saw itself in relation to this foreign Other that was Japan. Through her descriptions of the social whirl in Tokyo she shares a multitude of secrets, such as British opinion of the *parvenu* Americans. Contemporary British attitudes to the Women's Rights movement are properly exposed in another journal entry where she describes the success of her first debate, on the subject of 'Chaperons should be abolished', and ends the entry with the telling statement; 'Of course the motion was lost, only two people wishing to abolish chaperons.' (Stopes 158)

Both texts offer the reader a glimpse of these 'unnatural' or 'eccentric' women moving between the twin shields of protection offered by the dominant discourses with an ease that can only be explained by their sense of empowerment both as women and colonial subjects, rather than objects. Marie Stopes for example, becoming desperate in the face of a shopkeeper's repeated refusal to sell her a tin she needs for her specimens (because it is not for sale!), decides to leave what she thinks is a fair price, take the tin, and run:

So I took the tin under my arm (a huge square biscuit one it was too) and smiling, explained that I must and would have that tin, and put down 30 sen on his table and said I was just going to take it, and off I went. He didn't chase me; I suppose he thought it hopeless, and besides, I had paid a very good price, for the tin was ancient and bent. (Stopes 215)

Perhaps the shopkeeper did not chase her because he had not understood her demands (what language of bartering were they using?), or perhaps it was her gender that prevented him from making a rough grab at the female thief, or, and far more likely, he was quite simply overwhelmed by the power implicit in this imperial gesture. Whatever the reason, the fact remains that this incident reads as a terrible parody of some of the old settlement treaties in the New World, where the land was 'ancient and bent' and thus the colonizers felt they could decide its value for themselves.

Somewhere between the constraints imposed by the discourse of the 'feminine' and that of the 'colonial', these two women have forged a space for self-expression that is uniquely their own. Where this becomes most evident is in their acknowledgements of being both the observing subject and the observed object in their own narratives. How these women see the Other has very much to do with how they see themselves. Bird is quite gruff at the attention she excites, and less than patient with the peeping eyes in the torn *shoji*. Although she recognises that as a woman she will be observed she resents it, while at the same time asserting her own right to observe as an Imperial subject. Stopes shows a greater willingness to comply with the discourse of the 'feminine' and seems to positively court the gaze of the Other, shown here in her bravado at bathing in front of a large audience:

There was no escape from the nearly fifty people forming a cordon but 3 feet away from me; if I fled they would have followed; so I dressed as leisurely and as unconcernedly as if I were at home, and gravely buttoned the little buttons of my bodice and put on my stockings while I returned the compliment and made a searching examination of them. (Stopes 193)

Defining oneself can only be done in terms of how we measure up to others and in this both texts offer wonderfully humorous insights into the nature of this interplay. Bird's interpreter, Ito, we are told, keeps his own travel journey in which he records his own impressions in both Japanese and English. One can only begin to wonder at what a reading of that diary, an example of what Pratt terms 'auto-ethnographic expression', wherein 'colonized subjects undertake to represent themselves in ways that *engage with* the colonizer's own terms' (Pratt 7, 9), would reveal if the following comment by Bird is a true indication of his strength of opinion:

He is intensely Japanese, his patriotism has all the weakness and strength of personal vanity, and he thinks everything inferior that is foreign. Our manners, eyes, and modes of eating appear simply odious to him. He delights in retailing stories of the bad manners of Englishmen, describes them as "roaring out *ohio* to every one on the road," frightening the tea-house nymphs, kicking or slapping their coolies, stamping over white mats in muddy boots, acting generally like ill-bred Satyrs, exciting an ill-concealed hatred in simple country districts, and bringing themselves and their country into contempt and ridicule. (Bird 86)

Ultimately, it is moments like these in the texts that leave their imprint. That we, the reader, share them at all must be put down to the fact that Isabella Bird and Marie Stopes were women; that they are so delightful is because they so effectively subvert the Imperial subject's notion of self. Isabella Bird's *Unbeaten Tracks in Japan* and Marie Stopes *A Journal from Japan* are extremely ambivalent texts, and therein lies their richness. As autobiography they are not to be trusted and as objective knowledge of all things Japanese they are overly influenced by the dominant discursive influence of colonial discourse and the discourse of the 'feminine' to be impartial. How we see ourselves and how the world sees those selves is often very different, but it would seem true to say that travel writing has given many women the opportunity to (re)write themselves as they wished to appear and not how the world wanted them to appear.

Works Cited

- BIRD, Isabella L (2000), *Unbeaten Tracks in Japan: An Account of Travels in the Interior Including Visits to the Aborigines of Yezo and the Shrine of Nikko*, Tokyo, ICG Muse, Inc.
- BRIDGES, Roy (2002), "Exploration and travel outside Europe (1720-1914)", Hulme, Peter, and Tim Youngs (eds.) *The Cambridge Companion to Travel Writing*, Cambridge, CUP, pp. 53-69.
- MILLS, Sara (1991), *Discourses of Difference: An Analysis of Women's Travel Writing and Colonialism*, London, Routledge.
- PRATT, Mary Louise, (1992), *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, London and New York, Routledge.
- STOPES, Marie C, (1910), *A Journal from Japan: A Daily Record of Life as Seen By a Scientist*, Glasgow, Blackie & Son, Ltd.

«A Handful of Luminous Details»: Tradução e Hibridismo em Ezra Pound

FERNANDO FERREIRA ALVES
DEINA – Universidade do Minho

«Seule est possible la transposition créatrice: transposition à l'intérieur d'une langue – d'une forme poétique à une autre –, transposition d'une langue à une autre, ou, finalement transposition intersémiotique – d'un système de signes à un autre, par exemple de l'art du langage à la musique, à la danse, au cinéma ou à la peinture.»

Jakobson, Roman (1963), «Aspects linguistiques de la traduction», in *Essais de Linguistique Générale*, Paris, p. 86.

Esta citação da autoria de Roman Jakobson sobre os vários aspectos e modalidades inerentes à prática da tradução permitir-nos-á direccionar a nossa atenção para o hibridismo translatório modernista, nomeadamente através da aplicação dos conceitos de transposição criativa ou transcrição à complexa teoria de tradução preconizada e praticada por Ezra Pound durante esse mesmo período. Enquanto actividade intra/extra-linguística, a tarefa de tradução ao longo das primeiras décadas do século XX apresenta ligeiras semelhanças com a própria actividade de escrita/redacção de um texto autónomo e original e, como tal, poderá ser encarada como um fenómeno bastante específico e peculiar de reescrita, transformação e transtextualização, conforme sugere Henri Meschonnic na sua obra sobre a poética da tradução, *Pour la Poétique II* (1970). Neste caso específico, e longe de equacionar a mera possibilidade ou impossibilidade de traduzir a própria linguagem, as questões autorais e criativas associadas à produção de um texto traduzido remetem-nos para a

viabilidade da escrita de um texto na nossa própria língua, algo que, partindo de um ponto de vista poético, e conforme sublinha José Augusto Seabra, representará sempre uma invenção contínua e a possibilidade latente de reinventar e transfigurar o objecto traduzido em algo perpetuamente novo:

traduzir um texto é uma actividade translinguística, como a actividade da própria escrita de um texto'. Não se trata de traduzir a língua, mas de 'traduzir um texto na sua língua', a qual é, poeticamente, pelo texto mesmo, uma língua outra. (Seabra, 1996: 14)

Conforme sustenta Stan Smith na sua obra sobre as origens do Modernismo, a figura que melhor personificou este tipo de abordagem criativa ao fenómeno translatório durante o período modernista e que, ainda segundo este crítico, merece o epíteto de verdadeiro «padrinho espiritual» de uma época, será, efectivamente, Ezra Pound, cujo verso era capaz de revelar, como salienta Charles Tomlinson, uma capacidade inata de traduzir '*poesie into poesie*' (Tomlinson, 1983: 88). Poemas como «*Homage to Sextus Propertius*» de 1917, bem como as suas frequentes traduções do chinês publicadas nomeadamente em *Cathay* (1915), entre outras tantas obras, deste Cavalcanti até ao próprio poema/tradução do anglo-saxónico arcaico «*The Seafarer*» (1911), conseguiram direccionar a atenção do público e da crítica para o fenómeno e prática correntes da tradução, permitindo igualmente a abertura do debate em torno da verdadeira natureza do conceito de «fidelidade» no contexto de produção da escrita modernista.

O ambiente profundamente intenso e intelectualmente inovador que marcou o modernismo anglo-americano permite um melhor enquadramento e contextualização do importantíssimo papel que a tradução desempenhou, enquanto genuíno recurso criativo de uma geração, sobretudo graças às suas características implicitamente dinâmicas, transformativas e transformacionais, enquanto exercício de «*adaptação, blending, miscigenação, subversão, recriação e/ou re-criação*» (Smith, 1994:6).

Ao centrar a nossa atenção no Modernismo e na sua vertente translatória, queremos, por um lado, sublinhar a importância da tradução como a chave para a compreensão de um certo processo de escrita dentro do período modernista e, por outro lado, encarar esse exercício como um fenómeno extremamente *sui generis* e específico através do qual todo um relativismo cultural latente acaba por ser, subitamente, revelado, algo que, em última instância, surge consubs-

tanciado nas palavras de Charles Tomlinson, segundo as quais «The pre-war years, in London and Paris, were, like the Renaissance, one of the great phases of cultural translation, of metamorphosis in the widest sense.» (Tomlinson, 1983: 94).

Ao inventar uma tradição intemporal inovadora para um novo século, onde toda a arte coexiste e convive, e ao recorrer à tradução como eco, distorção, palimpsesto, *pastiche*, *collage* e citação permanentes, o texto modernista é percebido como um enorme fragmento à deriva, um corpo estilizado onde todas as suas fracções e partes constituintes são contaminadas e, ao mesmo tempo, agentes contaminadores, espécie de rede relacional onde a descontinuidade e o diálogo intertextual são perpetuamente urdidos e entrecruzados.

Tal como a literatura, também a tradução encerra esse confronto com o fluxo e a mobilidade, já que a deslocação e a fragmentação encenadas pelo gesto do tradutor pressupõem um movimento do original equivalente a um estado de errância em que os textos em trânsito vagueiam sem nunca alcançar verdadeiramente o seu alvo. Gostaríamos, a propósito, de recuperar a própria metáfora da experiência de desintegração a que aludia Walter Benjamin em «The Task of the Translator» (Benjamin 1992, 79), ao identificar traços de uma genealogia comum detectáveis nos fragmentos do original e da tradução, para alicerçar a sua perspectiva translatória, segundo a qual, a partir do momento em que o texto se estiliza, o fragmento passa a ser agente contaminador, encarado não como uma entidade fechada, mas sim como um corpo autónomo e estruturante à deriva.

As a lone ant from a broken ant-hill

From the wreckage of Europe, ego scriptor.

(Ezra Pound, Canto LXXVVI 458)

Sustentada no desígnio de «making it new», esta citação extraída dos *Cantos* é um exemplo adequado e pertinente da forma como a estratégia adoptada por Ezra Pound radica essencialmente na capacidade de construir e estabelecer novas relações e diálogos, através da unificação e criação de uma cultura/linguagem ímpares e globais compostas pelos fragmentos e ruínas de um passado remoto, e no âmbito das quais o poeta/tradutor seria capaz de unificar ou reconstituir essa espécie de «heap of broken images» eliotiana, devolvendo a vida e o significado a poemas antigos oriundos de uma outra tradição, porventura melhor, como se neles fosse possível encontrar algo daquilo que o poeta foi e algo daquilo que ele mais necessita, enquanto

instâncias estruturantes de uma individualidade em confronto/união com o Outro.

As questões inerentes ao simples acto de ressurreição de poemas antigos provenientes de tradições tão dispersas e heterogêneas, aliadas à perspectiva de fusão entre termos simultaneamente tão íntimos e díspares como tradução e tradição, significam a efectiva necessidade de reconhecer essa relação viva entre a escrita do presente e todas as tradições perdidas e negligenciadas do passado. Considerando que, nesse período, a tradução está longe de ser uma mera reprodução servil e subserviente de um trabalho mais antigo, mas antes um processo criativo que, efectivamente, transforma e reinventa uma obra de arte para a nossa era, ao colocar conscientemente a tradução ao serviço da sua estratégia poética, Ezra Pound está, efectivamente, a encontrar um ponto de equilíbrio para a sua própria relação entre tradição e inovação (Schwarz, 1985: 153), ao mesmo tempo que recupera e renova os chamados grandes valores da nossa tradição cultural, incorporando-os numa espécie de *praxis* poética inovadora e dinâmica em perfeita sintonia com o perfil da modernidade (Cunha, 1995: 12). Na verdade, e de acordo com alguns críticos, como por exemplo Hugh Kenner, Ezra Pound nunca traduz para algo já existente na língua inglesa, precisamente porque só ele teria o arrojo, a iniciativa, a destreza, a capacidade e os recursos necessários para criar uma nova forma, semelhante no seu efeito ao original e, desse modo, criar «a newly invented poem in an unrelated language» (Kenner, 1971: 213).

No texto «A Few Don'ts in Poetry» (1913), Pound analisava algumas questões sobre o exercício e a prática da tradução, declarando inclusivamente o facto de que «Translation is good training, if you find that your original 'wobbles' when you try to rewrite it» (Ezra Pound, «A Few Don'ts in Poetry», *Poetry*, Março 1913). Nesta óptica, a teoria da tradução preconizada e praticada por Pound pode ser vista como uma mescla desses conceitos de «memory and desire» subjacentes a um poema como *The Wasteland*, na sequência da qual o autor/poeta/tradutor está, efectivamente, a tentar modernizar uma peça de antiquário com o objectivo específico de recuperar, através de uma espécie de metacomunicação, algo que, eventualmente, estaria perdido para sempre. Veja-se, a propósito, a carta dirigida pelo poeta a H. D. Rouse, na qual Pound procurava sintetizar os principais objectivos da tradução, que seriam, por um lado, a possibilidade de criar um verdadeiro e genuíno discurso na língua inglesa e, por outro, obedecer a uma espécie de fidelidade absoluta ao original, respeitando o sentido, a intencionalidade, a atmosfera e o tom (Pound, 1950: 263):

Don't bother about the WORDS, translate the MEANING (...)
 Don't translate what I wrote, translate what I MEANT to write.
 [Carta a H. D. Rouse (1950)]

«Poetry is what gets lost in translation,» escreveu um dia Robert Frost, a propósito das relações complexas entre poesia e tradução, uma noção que todos, certamente, já teremos escutado. «Poetry is what is gained in translation», contrapunha Joseph Brodsky. Ou, em alternativa, conforme sustenta Octavio Paz, «poetry is what gets transformed.» A este propósito, e retomando essa noção de transformação, o ensaio «How To Read» de Ezra Pound procura sintetizar os três aspectos cruciais da linguagem poética e a sua respectiva articulação com o fenómeno da tradução:

Melopoieia, or its musical property, which seems to be difficult to translate, except half a line at a time; *Phanopoeia*, or the imagistic quality, its visual property, that can be translated, almost, or wholly, intact; and *Logopoeia*, «the dance of the intellect among words.» *Logopoeia* does not translate; though the attitude of mind it expresses may pass through a paraphrase. Or one might say, you can *not* translate it 'locally', but having determined the original author's state of mind, you may or may not be able to find a derivative or an equivalent. (Pound, 1937: 170-171).

Logopeia ou a *implicatura* da palavra... E, na verdade, esta noção operacional será, de acordo com Pound, o único aspecto que, efectivamente, constituirá o cerne e a verdadeira essência de toda a poesia: «Tain't what a man sez, but wot he *means* that the traducer has got to bring over. The *implication* of the word. (Pound, 1950: 271).

Por outro lado, Ezra Pound defendia igualmente que o objectivo final de toda a experiência poética deveria ser, em última instância, o desenvolvimento de um determinado tipo de escrita que, de certa forma, pudesse estabelecer uma relação com o presente análoga à relação com o passado que as grandes obras-primas tiveram na sua época: «all experience aims at a writing that will have a relation to the present analogous to the relation which past masterworks had to the life of its time (...).» (Ezra Pound, *Active Anthology*).

Esta importante questão associada às noções de dádiva e transmissão, resgate, recuperação e apropriação de um legado específico que se encontra histórica e culturalmente circunscrito no tempo e no espaço, bem como a sua respectiva transposição para a actualidade, acabam por colocar o próprio acto de escrita sob um pano de fundo

onde a prática da tradução é simultaneamente vista como um processo dinâmico, um princípio de transformação activo e, ao mesmo tempo, um mecanismo retrospectivo através do qual o autor consegue actualizar, recuperar, reconstruir, reproduzir e re-produzir o passado e, por inerência, escrever-se a si mesmo.

Ao ecoar, revelar e re-criar a atmosfera e o ambiente do texto de partida, esta moderna dicção poética visa, em última análise, atingir um momento de fusão e união de horizontes e expectativas onde seja possível ao leitor sentir essa tensão rígida entre origem e originalidade, entre criatividade e legado, entre homenagem e inovação.

A forma específica como Pound subverte e trabalha no interior do seu próprio cânone, tal como no caso de «Homage to Sextus Propertius», ou, pelo contrário, importa textos estrangeiros que são externos à nossa tradição ocidental (Li Po ou Li Bai, também conhecido como Rihaku), significa que o poeta/artífice pretendia, efectivamente, abalar os gostos de uma elite que se mostrava bem mais interessada em traduções extremamente decoradas e elaboradas, na esteira de uma tradição herdeira das chamadas «belles infidèles», através da criação de um novo discurso doméstico para consumo interno que permitiria, em última análise, recuperar os excluídos e os *outsiders* de forma a afrontar o *status quo* dominante e, ao mesmo tempo, desafiar e alterar as normas literárias subjacentes em vigor à data. Por isso, quando analisamos a forma como a poesia e as traduções de Pound parecem estar unificadas em torno de um objectivo comum, é como se todos estivéssemos unidos sob um mesmo destino através de uma rede invisível de filamentos dispersos e interligados entre si, numa viagem infundável no decurso da qual o indivíduo conseguiria finalmente estabelecer contacto com esses gânglios do passado através da linguagem em estado de energia latente absoluta, conforme aliás teremos oportunidade de ver mais adiante.

Palimpsesto, ou a escrita de um texto sobre outro(s) texto(s), é outra das referências que nos ocorre quando falamos dessa espécie de arqueologia praticada pelo poeta, indicando muito concretamente aquilo que Frank Lentricchia classificava como o enraizamento histórico do impulso lírico e a respectiva revelação das várias camadas que compõem o substrato da tradição:

the fashioning of a poetic discourse out of pastiche, quotation and translation, one of whose effects is to root lyric impulse historically and to draw it through layers of tradition. (Lentricchia, 1994: 209)

Um processo auto-consciente de domesticação do texto estrangeiro, diria Venuti, como se o objectivo da tradução fosse precisamente «bring back a cultural other as the same, the recognizable, even the familiar», recuperando ou devolvendo esse Outro oriundo de uma cultura outra, mas tão familiar, através de um exercício peculiar de domesticação e apropriação das memórias e espaços de terceiros ao serviço das mais variadas agendas culturais, económicas e políticas (Venuti, 1995: 40-41). Por outro lado, para efeitos da presente comunicação, será igualmente útil recuperar as noções de reescrita, manipulação e refracção propostas por André Lefevere no seu artigo «Mother Courage's Cucumbers», a propósito da tradução da peça *Mãe Coragem*. Recuperando a noção de «texto refractado», e aplicando o mesmo conceito ao fenómeno da tradução, os textos de Pound são, de facto, processados e trabalhados e/ou manipulados para um certo público-alvo específico, ou adaptados ao serviço de uma certa poética ou ideologia concretas, assumindo a liberdade e o desígnio fortemente vincados não apenas de variar e alterar as palavras, mas também de as descartar, de acordo com o seu desejo e vontade, consoante a sua adaptação e viabilidade face a uma situação e contexto específicos:

the adaptation of a work of literature to a different audience, with the intention of influencing the way in which that audience reads the work (...) «carrying a work of literature over from one system to another. (Lefevere, 2004)

A propósito, veja-se, por exemplo, a forma como em «Guido's Relations», Pound parece estar plenamente consciente do facto de que existirão, de facto, dois tipos de perspectivas perante a tradução e, nesse sentido, estabelece a distinção entre um determinado tipo de tradução dita mais convencional, e um novo tipo de abordagem mais concreta e específica da qual o autor se apropria e utiliza, classificada como 'other sort' [...] e que ocorre nos casos em que «the 'translator' is making a new poem, (which) fails simply in the domain of original writing [...]» (*apud* Kenner, 2004).

Refira-se, entretanto, que esta observação parece reproduzir outra afirmação produzida também pelo autor em resposta a algumas duras críticas que lhe terão sido tecidas sobre a natureza, o efeito e a recepção da sua tradução de «Sextus Propertius», classificadas pela crítica como «grotesque mistranslations», sugerindo uma aparente confusão conceptual entre as noções de «tradução», «original» e «criatividade» na mente do autor:

No, I have not done a translation of Propertius. That fool in Chicago took the *Homage* for a translation despite the mention of Wordsworth and the parodied line from Yeats. (As if, had one wanted to pretend more Latin than one knew, it wouldn't have been perfectly easy to correct one's divergencies from a Bohn crib. Price 5/-.)

No caso concreto de *Cathay*, por exemplo, cuja colecção de poemas foi descrita por Pound como «instantiations», esta ambivalência entre fusão e/ou fraude é bastante mais óbvia e evidente, dado que somos confrontados com algo que é efectuado sobre um produto ou obra originais que, de facto, parecem nunca ter existido, revelando precisamente essa dificuldade de fixar respectivamente o texto de partida e o texto de chegada. Refira-se, entretanto, que subjaz a esta afirmação a noção *poundiana* segundo a qual o tradutor deveria apenas transmitir e veicular, sem qualquer tipo de deformação, algo que o próprio poeta conseguiu apreender e captar claramente na sua mente (Kenner, 1992: 10)

«I'd like to see a «rewrite» as if you didn't know the words of the original as were telling what happened.» (*apud* Kenner, 1971: 150)

Conforme Hugh Kenner demonstra na sua obra sobre a era de Pound, os poemas de *Cathay* foram, efectivamente, as primeiras traduções em verso livre que não partiram de outras traduções já existentes a partir da língua chinesa, mas antes baseadas essencialmente em notas dispersas e comentários detalhados sobre os textos chineses (Kenner, 1971: 198). Como se sabe, e como aliás é possível inferir a partir da leitura das suas cartas e notas biográficas, Pound era completamente ignorante acerca do Chinês, e o facto é que teria sido incapaz de ler ou compreender os poemas originalmente escritos por Li Bai. No entanto, tal facto não impediu que Ezra Pound conseguisse atingir uma versão de elevada qualidade dos poemas chineses, acabando por revelar uma harmonia e equilíbrio perfeitos entre tom, forma e conteúdo, acabando por criar um efeito que, mais tarde, terá sido caracterizado pelo seu contemporâneo T.S. Eliot como uma espécie de «translucent clearness», e que lhe terá granjeado o epíteto de inventor da poesia chinesa para os nossos dias.

Basicamente, a verdade é que esses poemas foram o resultado da apurada leitura e interpretação das notas, estudos, comentários e interpretações feitos por Ernest Fenollosa com base nos ideogramas de Rihaku (Li Bai) e, ironicamente ou não, é precisamente nesse ponto

criativo que Pound parece atingir o auge das suas potencialidades como poeta e como tradutor. Com efeito, Pound consegue ser extraordinariamente convincente e eficaz na forma como, por um lado, se apropria do mundo e realidade do poeta chinês e, por outro, acaba por transformar e adaptar essa cosmovisão simultaneamente específica e intemporal, dela fazendo a base do seu mundo e da sua própria escrita poética¹.

Conforme sustentado por alguns estudiosos, como por exemplo George Steiner (Steiner, 1980: 412), o volume *Cathay* é, acima de tudo, um livro de guerra, uma elegia à própria ética e poética da guerra, com os seus arqueiros exilados, mulheres solitárias, dinastias depostas, partidas e regressos, memórias, desejos e uma nostalgia latente das glórias passadas, aspectos que, no fundo, aconteceram no passado e que, pela sua contemporaneidade e actualidade, ainda acontecem hoje. Em termos globais, tendo em conta o efeito produzido pelas suas traduções, e tal como defende Gualter Cunha, é possível concluir que Pound consegue criar para o seu público/leitor-alvo uma nova e bem mais eficaz imagem do original (Cunha, 1995: 16).

Ao lermos as suas versões do poeta chinês, elas próprias mediadas pela óptica e interpretação japonesas, o leitor sente, efectivamente, que o texto produzido na língua de chegada parece ter sido completamente apagado e obliterado, conduzindo-nos a toda uma nova reinvenção poética, espécie de transcrição recém-inventada do texto, algo que reflecte uma peculiar estratégia de aculturação reprodutora daquilo que o poeta captou como a *logopoeia*, mais concretamente essa espécie de «modus of thought or feeling» que foi cristalizado no passado por outro poetas e que, pela acção do tradutor, regressa e é devolvido à sua existência. Daí que a leitura dos poemas/traduções que nos são propostos em *Cathay* nos desperte sensações tão peculiares

¹ A título exemplificativo, veja-se o caso do poema «Lament of the Frontier Guard» ou ainda de «Song of the Bowmen of Shu». Aparentemente, a sua alegada ignorância da natureza e significado dos ideogramas chineses não terá constituído uma desvantagem por si só, nem tampouco um handicap para Pound, dado que o próprio trabalho de tradução realizado baseou-se essencialmente nas notas e comentários explicativos da autoria de investigadores de renome, como por exemplo o já citado Ernest Fenollosa, um procedimento característico que terá permitido ao autor produzir poemas fabricados que, na verdade, podem ser considerados como uma espécie de invenção da China pelo Ocidente, ou seja, uma reinvenção estereotipada da cultura chinesa, mediada pelo olhar e perspectiva do tradutor, influenciada pelos valores e preceitos do século XX e, por conseguinte, transferida e revelada para um público-alvo contemporâneo.

fruto dessa atmosfera simultaneamente familiar e intemporal, tão próxima da nossa realidade e da nossa vivência, que nos remete para um sentimento de naturalidade óbvia, no fundo de uma cumplicidade, similitude e familiaridade entre o leitor, o autor e o tradutor.

A abordagem de Pound ao processo e prática da tradução parece radicar numa panóplia de técnicas, competências, valências e aptidões extremamente complexas, misto de labor, mestria e técnica, aliados a uma dose adequada de virtuosismo inato, experimentalismo linguístico e intuição q.b.. Na verdade, o epíteto de «il miglior fabro» (o melhor artifice) que lhe foi conferido por Yeats afigura-se-nos bastante pertinente para classificar a sua postura translatória, designação que, por seu turno, parece, ainda assim, estabelecer diálogo com outro comentário feito pelo poeta irlandês, no qual Pound era descrito como «a brilliant improvisator translating at sight from an unknown great masterpiece» (*apud* Warren, 1989: 220). Não admira, portanto, que seja este o motivo pelo qual Hugh Kenner tenha afirmado que a verdadeira oportunidade de inventar a poesia chinesa para o nosso tempo não recaiu propriamente sobre um qualquer modernista ao acaso, mas precisamente sobre um verdadeiro mestre (Kenner, 1971: 198).

De igual forma, no ensaio intitulado «How to Read», publicado em *Polite Essays* (1937), mais concretamente no capítulo «Language», Pound recuperava a questão da energia da linguagem para especificar algumas das formas segundo as quais a linguagem podia ser «carregada», «dinamizada» ou «energizada». Nessa óptica, os conceitos de energia e «energização» são, cremos, cruciais para melhor contextualizar a sua abordagem face à poesia e à tradução. De facto, a noção de palavras como gânglios e filamentos é indispensável para entendermos a própria relação dinâmica da linguagem ao serviço da tradução. Na verdade, a ideia de que as palavras incorporam e carregam dentro de si toda uma espécie de força e energia protaicas, poderá explicar a profunda admiração de Pound pelo Imagismo e, mais especificamente, pela própria escrita de caracteres chinesa. Por esta ordem de ideias, a tradução perspectiva-se, assim, como uma saída possível e altamente viável que, em última instância, permitirá ao tradutor recapturar toda uma série de padrões de energia acumulada que circulam no interior do poema, algo que Pound associava à noção de fluxo, designando-o como «patterned energy» ou «patterned integrities». Esta abordagem dinâmica e plástica face à criação poética e, em concreto, à tradução radica na noção da essência metamórfica da linguagem, segundo a qual a energia latente acaba por se transformar em energia dinâmica, acabando por ser revelada ao engenheiro-poeta.

Alquimia, transfusão e metamorfose são alguns dos termos que surgem frequentemente associados ao discurso que envolve a prática da tradução no Modernismo. Como se o próprio acto de escrita e leitura fosse associado a uma intensa reacção química produzida por nódulos específicos e interseccionados de energias em fluxo, os quais, através do chamado conceito de *virtu*, espécie de energia individualizante e individualizada, seriam capazes de simular e reproduzir as cadeias orgânicas e relacionais que constituíram as fibras originais do texto.

Assim sendo, ao incorporar com invulgar engenho e mestria a noção de tradução literária na sua própria concepção de um mundo em fluxo constante investido pela metamorfose dos seus elementos (Tomlinson, 1983: 3), a tarefa do tradutor é, muitas vezes, confundida com as noções de metamorfose e revelação através das quais a história é apresentada sob a forma de uma série de «handful of luminous details» que evocam a essência espiritual do passado e da verdadeira alma de um povo. (Longenbach, 1987: 53). Refira-se, entretanto, e a propósito, que o estudo *The Spirit of Romance* sobre a poesia trovadoresca francesa forneceu os alicerces necessários para o desenvolvimento da sua poética comparativa. Impressionado pelas qualidades singulares que ele encontrara nesses poetas, Pound viria a apresentar, na série dos seus ensaios, «I Gather the Limbs of Osiris» (*Selected Prose*, 19-44), dois conceitos principais e absolutamente vitais, em torno dos quais poderemos contextualizar a sua teoria da tradução, respectivamente *virtù* e «luminous detail» ou detalhe luminoso, entidades «auto-explicativas» e potencialmente actualizáveis pelo confronto entre o original e a tradução:

La «*virtù*» is the potency, the efficient property of a substance or person and the artist's *virtù* is a patterned energy, the unique energetic signature of all he does, the knot he alone ties, the radiant node from which, and through which, and into which, ideas are constantly rushing. (Lentricchia, 1994: 67).

Por conseguinte, e como aliás temos vindo a constatar, a tradução encontra-se associada ao próprio conceito de energia protaica da linguagem, bem como à crença na possibilidade de libertação e redenção da palavra face às suas tensões acumuladas. Por entre as várias manifestações da obsessão de Pound por essa espécie de energia protaica e plástica existe a concepção verdadeiramente vanguardista da litera-

tura como 'something living', algo capaz de uma constante transformação e renascimento. (Lentricchia, 1994: 205)².

Esta dicotomia entre vida e morte, esta ambivalência entre morte e ressurreição, bem como o constante retorno a conceitos complementares como, por exemplo, morte e transfusão, é algo que parece atravessar constantemente o discurso crítico acerca da tradução. «A tradução mata o original» é, de facto, um lugar-comum frequentemente escutado. De igual forma, a tradução é comumente associada à transfusão, bem como à tentativa de captar esse «afterlife», momento «pós-vida» ou estado «post-mortem». Por outro lado, a tradução parece igualmente envolver uma espécie de «experiência de desintegração» e dilaceramento, tal como equaciona Charles Tomlinson (Tomlinson, 1953: 75). É frequente afirmar-se que as traduções matam o original, embora, muitas vezes, essa morte sirva apenas para revelar que, afinal, o original já estaria morto. Dentro desta perspectiva tanatológica associada à prática da tradução, Rosanna Warren, por exemplo, define tradução como uma ausência, «merely an afterlife, therefore an absence, a death» (Warren, 1989: 254-256), espécie de exame ou relatório médico-legal através do qual o corpo é declarado morto, se certifica o óbito, autopsia o cadáver e, ao mesmo tempo, é revelada a causa da sua morte (Warren, 1989: 254-256).

No caso concreto de Ezra Pound, a sua constante apropriação e manipulação de textos do passado, estranhos ou não à sua própria cultura e *background*, bem como a sua capacidade inata de misturar e incorporar modelos e discursos poéticos provenientes de outras tradições, tempos, culturas e espaços de outrora, transformando-os num ser poético singularmente novo e genuíno, parece revelar um desejo oculto de devolver a vida a uma língua/corpo mortos e, ao mesmo tempo, demonstrar de que forma é que, através dessa transmutação

² Veja-se, de novo, a forma como a tradução do poema do inglês arcaico «The Seafarer», também conhecido como «A Translation from the Early Anglo-Saxon Text», e um marco decisivo que assinala o início do Vorticism, representa uma tentativa óbvia de energizar um texto original arcaico para o Inglês do século XX. De facto, a grande novidade radical de «The Seafarer» é de que o poema consegue adaptar eficazmente as normas da poesia inglesa face a um original datado no tempo. Conforme sustenta Rosanna Warren, este enfoque na plasticidade, metamorfose e polimorfismo parece encerrar em si uma abordagem híbrida e protaica subjacente à arte do tradutor, como se, de repente, o texto/tradução funcionasse como uma espécie de cavalo de Tróia, sempre latente, inovador, criativo e potencialmente surpreendente: «hiding a Trojan horse approach to the translator's art: once admitted, some harmless-seeming alien entity proceeds to take possession, modify, conquer.» (Warren, 1989: 250)

ou transmigração de sentidos, essa língua/corpo se relaciona e fala hoje de (e para) o momento presente. (Longenbach, 1987: 54)

«My job was to bring a dead man to life, to present a living figure.» (Ezra Pound)

Recuperando a ideia da presentificação e transmissão de um legado ao longo de um *continuum* histórico, esta citação de Pound parece ecoar outro excerto segundo o qual a tarefa do tradutor é comparada a uma tentativa de ressuscitar o passado, através de formulações como «breathing life into a dead ghost» ou «blood brought to ghosts». Esta constante fixação no passado e na tradição encontra-se patente em títulos tão diferentes como o artigo sobre Arnaud Daniel, ou mesmo os artigos publicados na revista *New Age* sob o título «I Gather the Limbs of Osiris» ou «A New Method in Scholarship», e representa uma metáfora real da tradução, como modelo para a sua própria poética, bem como possibilidade latente de renascimento, enquanto fonte genuína de renovação da vida (Gentzler, 1993: 20).

Ao associar a tarefa da tradução aos mitos de Proteu e Odisseu, e ao comparar o acto de traduzir a uma verdadeira descida ao Mundo dos Mortos (Longenbach, 1987: 17), Pound pretende, efectivamente, dar nova vida a um poeta morto, tal como o próprio Odisseu conseguiu também dar vida aos fantasmas, como se, através de uma espécie de fé mística na sua capacidade de dar um novo sopro de vida ao passado, Pound procurasse estabelecer um contacto directo com as origens e com os mortos através de um percurso que é também ele uma reconstrução iniciática dessa «lived experience» do passado (Longenbach, 1978: 48). Por outro lado, em «A Few Dont's», a tradução, enquanto confronto com textos-outros, é igualmente comparada a uma sensação de súbita libertação e desprendimento, descrita como «that sense of freedom from time limits and space limits (...) which we experience in the presence of the greatest works of art». Dessa forma, o já referido poema «Homage to Sextus Propertius» pode constituir, na verdade, uma tentativa de ressuscitar um cadáver e de executar um certo tipo de ressurreição literária com o intuito específico de atingir, em última análise, esse tão desejado «frisson of death», conforme descreve Charles Tomlinson (Tomlinson, 1983: 6), mas também, como defende Hugh Kenner, o estabelecimento de uma espécie de relação não mediada com os mortos, como se o tradutor, espécie de «self-effacing modern voice», conseguisse falar como um ventríloquo através das máscaras das suas diferentes *personae* (Smith, 1994: 7).

A tradução como fenómeno de apropriação do Outro e também como possibilidade de o poeta-tradutor encontrar a sua própria voz, porventura a própria linguagem, permitiu que Pound conseguisse revelar uma série de «complete masks of the self» precisamente através desse processo de reescrita constante (Pound, «Gaudier Brzeska», 85). Assim sendo, a tão famosa máscara poundiana possibilitou que o poeta encontrasse a sua própria dicção através da criação de novas *personae* e, ao mesmo tempo, permitiu o restabelecimento desse «lo ou ligação existencial entre o poeta e as suas palavras» (Ellmann, 1987: 141), no momento preciso em que, pela metamorfose e transfusão, «a alma do autor migra para a alma do tradutor» (Tomlinson, 1983: 72):

In the 'search for oneself', in the search for 'sincere self-expression', one gropes, one finds some seeming verity. One says 'I am' this, that, or the other, and with the words scarcely uttered one ceases to be that thing.

I began this search for the real in a book called *Personae*, casting off, as it were, complete masks of the self in each poem. I continued in a long series of translations, which were but more elaborate masks (...) (Pound, «Vorticism», 1914)

Sempre que o estranhamento e o hibridismo são os percursos escolhidos pelo poeta, a opção pela tradução adquire não só um contorno sólido e fiável de referência, mas também pode significar a oportunidade de realização de uma viagem que, em última instância, permitirá ao poeta atravessar essa espécie de «terra de ninguém», rumo a uma alteridade cúmplice, atingindo esse momento de fusão de horizontes que Maurice Blanchot descreve como a descoberta de «uma identidade própria resultante desse encontro com o outro». Por outras palavras, a tradução permite, de facto, e eficazmente, a abertura à capacidade de «experimentar a diferença, sentir a resistência e a 'materialidade' daquilo que é diferente», ou seja, a possibilidade de «viver uma diferente experiência de identidade» (Steiner 1998: 381). Consequentemente, no âmbito desta relação mediada entre duas entidades ontológicas, enquanto tradutor, Pound procurou acolher o estrangeiro e integrá-lo na sua própria alteridade, permitindo, ao mesmo tempo, a sua própria manipulação e transformação pelo texto-outro, num misto de metamorfose e transfusão, significando com isso que, ao escolher a poesia e a tradução, o poeta terá conseguido encontrar a sua própria dicção e, ao mesmo tempo, cons-

truir espaços dinâmicos de interacção e diálogo ao serviço de uma *praxis* poética ímpar marcada por uma tensão latente, algures ente a estrangeirização e a domesticação.

Bibliografia

- ALBRIGHT, Daniel (1997), *Quantum poetics: Yeats, Pound, Eliot and the science of modernism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BENJAMIN, Walter (1992), «The Task of the Translator», Schulte and Biguenet (eds.), *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*, Chicago, The University of Chicago Press.
- BLANCHOT, Maurice (1997), «Traduzir», Guilhermina Jorge (coordenação editorial) (1997), *Tradutor Dilacerado: Reflexões de Autores Franceses Contemporâneos sobre Tradução*, Lisboa, Coleção Voz de Babel, Edições Colibri.
- ELLMANN, Richard / FEIDELSON, Charles (eds.) (1973), *The modern tradition: backgrounds of modern literature*, New York, Oxford University Press.
- GENTZLER, Edwin (2001), *Contemporary Translation Theories*, Multilingual Matters,
- JAKOBSON, Roman (1963), «Aspects linguistiques de la traduction», *Essais de Linguistique Générale*, Minuit, Paris.
- KENNER, Hugh (ed.) (1953), *The Translations of Ezra Pound*, New York, New Directions.
- KENNER, Hugh (1992), *The Pound Era*, Califórnia, University of California Press, 1992.
- LEFÈVERE, André (2004), «Mother Courage's Cucumbers: Text, System and Refraction in a Theory of Literature», Lawrence Venuti (ed.), *The Translation Studies Reader*, London, Routledge.
- LENTRICCHIA, Frank (1994), *Modernist Quartet*, Cambridge, Cambridge University Press
- LONGENBACH, James (1987), *Modernist poetics of history: Pound, Eliot and the sense of the past*, Princeton, Princeton University Press
- MESCHONNIC, Henri (1970). *Pour la Poétique II*, Paris, Gallimard.
- MESCHONNIC, Henri (1999), *Poétique du traduire*, Paris, Verdier.
- POUND, Ezra (1931), *How to Read*, Harmsworth.
- (1933), *Active Anthology*, London, Faber and Faber.
- (1937), *Polite Essays*, London, Faber and Faber.
- (1973), *ABC of Reading*, London, Faber and Faber.
- (1973), *Selected Prose*, London, Faber and Faber.
- (1974), *Gaudier-Brzeska: A Memoir*, New York, W W Norton & Co Ltd.
- (1995), *Cathay* (Tradução e introdução de Gualter Cunha), Lisboa, Relógio d'Água.

- (2004), «Guido's Relations», Lawrence Venuti (ed.), *The Translation Studies Reader*, London, Routledge.
- SAMPAIO, Maria de Lurdes (1989), «Ezra Pound e o período londrino: Em torno do discurso social da poesia». Dissertação de Mestrado em Línguas e Literaturas Modernas apresentado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SCHWARZ, Daniel (1997), *Reconfiguring modernism: explorations in the relationship between modern art and modern literature*, New York, St. Martin's Press.
- SEABRA, José Augusto (1996), *Tradução Poética e Plurilinguismo*, Lisboa, Nova Renascença.
- SMITH, Stan (1994), *The origins of modernism*, London, Harvester.
- STEINER, George (1998), *After Babel: Aspects of Language & Translation*, Oxford, Oxford University Press.
- TOMLINSON, Charles (1983), *Poetry and Metamorphosis*, New York, Cambridge University Press.
- VENUTI, Lawrence (1995), *The Translator's Invisibility: A History of Translation*, London, Routledge.
- VENUTI, Lawrence (ed.) (1992), *Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology*, London, Routledge.
- WARREN, Rosanna (1989), *The Art of Translation: Voices from the Field*, Boston, Northeastern University Press, 1989.

Figurações da viagem e do viajante: do «maldito turista» ao «cosmopolita doméstico»

MÁRIO MATOS
(Universidade do Minho, DEG)

I

(...) o homem moderno (...) [está] provido de telefones, de telégrafo, de fonógrafos, de aparelhos de radiotelefonía, de cinematógrafos, de lanternas mágicas (...). (...) para um homem assim dotado, o acto de viajar [é] inútil; o nosso século XX transform[ou] a fábula de Maomé e da montanha; as montanhas, agora, converg[em] sobre o moderno Maomé. (Borges, 1998: 639)

Quem o afirma é a personagem fictícia Carlos Argentino Daneri que, na famosa narrativa de Jorge Luis Borges *O Aleph* (1949), se propõe «versificar toda a redondeza do planeta» (*idem*: 641). Olhando a grande panóplia de dispositivos mediáticos e aparelhos telemáticos a que o «homem moderno» poderia recorrer, essa tarefa megalómana parece-lhe perfeitamente realizável. Ainda que o eu-narrador se mostre bastante céptico perante o eufórico discurso do seu interlocutor sobre os maravilhosos avanços tecnológicos que alegadamente lhe permitiriam abraçar o globo inteiro a partir do seu «gabinete de estudo» – ideias e exposição «tão ineptas» e «pomposas» que o levam a relegá-las de imediato para o universo fantástico da literatura (*idem*: 639) –, o desenfreado optimismo subjacente a esse presunçoso projecto revelar-se-á de uma importância cardeal para o processo narrativo, uma vez que anuncia e introduz o objecto-ideia em torno do qual se tece todo o enredo: o «Aleph», que é, segundo a descrição de Argentino, «um dos pontos do espaço que contém todos os pontos», «o lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do mundo, vistos de todos os

ângulos» (*idem*: 644). Face à inverosimilhança dessa descrição, é natural que a figura do narrador a considere o fruto de uma visão alucinatória. Porém, esse seu juízo lógico e racional será surpreendentemente contrariado pela sua própria vivência, quando, na cave da casa de Argentino, também ao narrador se revela, numa espécie de epifania, o «brilho quase intolerável» desse «infinito Aleph», cujo minúsculo «diâmetro de dois ou três centímetros» continha todo «o espaço cósmico (...) sem diminuição de tamanho» (*idem*: 646). Não obstante o seu «desespero de escritor», que resulta da sua consciência de a linguagem intrinsecamente linear ser incapaz de «transmitir aos outros» a extraordinária experiência individual de ter podido visualizar, em simultâneo, todos os possíveis recantos do mundo, ele não resiste à tentação de ensaiar uma descrição desse «gigantesco momento» (*ibidem*):

(...) vi milhões de actos agradáveis ou atroz; nenhum me assombrou mais que o facto de todos ocuparem o mesmo ponto, sem sobreposição e sem transparência. O que os meus olhos viram foi simultâneo; o que transcreverei será sucessivo, pois a linguagem o é.

Partimos desta metaficção de Borges sobre a (im)perceptibilidade e (ir)representabilidade da ubiquidade espacial e temporal, um fenómeno «espiritual» que hoje se parece «materializar» nos meios de comunicação telemáticos, porque nos remete para uma problemática sobre a qual aqui gostaríamos de tecer algumas breves reflexões, a saber: a complexa e inextrincável relação *mobilidade/media*. Essa inter-relação reveste-se, a nosso ver, de uma importância fulcral para uma leitura do «psicograma» da nossa difusa cultura contemporânea que se caracteriza, conforme aludido pelo tema genérico proposto para este colóquio, precisamente pela emergência de «Novos Cosmopolitismos» e «Identidades Híbridas».

A viagem, entendida quer como campo conceptual e semântico quer como prática e experiência sócio-cultural, ocupa, sob esta perspectiva, evidentemente um papel de destaque. No pluridimensional e multifacetado fenómeno da viagem condensam-se e reflectem-se – provavelmente de um modo mais «palpável» do que em qualquer outro domínio – não só as transformações tecnológicas ocorridas ao longo da história, mas também as profundas alterações por elas induzidas ao nível das conceptualizações e representações do mundo, das auto e hetero-percepções sobre as quais assentam as construções de identidades individuais e colectivas. Neste sentido, poder-se-á considerar o

estudo das múltiplas e multiformes representações da viagem uma espécie de «sismografia cultural» que tenta registar os principais traços indicadores das continuidades e descontinuidades que, no seu conjunto, compõem o sinuoso processo civilizacional. O facto de a viagem constituir um dos mais recorrentes objectos de reflexão do pensamento ocidental, assim como o de representar uma das mais persistentes metáforas nos mais diversos discursos e géneros literárias são, por si sós, indícios inequívocos da sua importância capital no que diz respeito a questões epistemológicas e identitárias. Essa relevância manifesta-se numa multissecular tradição discursiva que concebe a viagem como um meio privilegiado da experiência «genuína» da «realidade exterior», cujas coordenadas espaciais e temporais, por se encontrarem durante o acto viático transitoriamente suspensas num estado «deslocado» e «destemporalizado» do familiar, se tornam sobremaneira perceptíveis e apreensíveis ao sujeito viajante. Além dessa concepção, que em última instância poderíamos denominar de epistemologicamente empirista e ontologicamente essencialista, a viagem é também tradicionalmente pensada como um «terceiro espaço» onde se entrecruzam as dimensões do «próprio» e do «outro», constituindo assim um campo simbólico propício à «negociação» da complexa relação identidade/alteridade.

Com as transformações tecnológicas ocorridas durante o século passado, nomeadamente no que concerne à compressão ou, em última instância, mesmo à supressão do espaço e do tempo – primeiro, devido a uma crescente aceleração dos meios de transporte (comboio, navio a vapor, veículos motorizados, avião) e, posteriormente, pela vertiginosa evolução dos *massmedia* telemáticos, como o telégrafo, o telefone, a rádio, a TV e a Internet, que hoje nos trazem o «mundo exterior» pela sala de estar adentro em tempo (quase) real, sem que para tal nos tenhamos sequer de mover, a não ser para executarmos o simples gesto de *cliquear* numa tecla –, essa longa tradição conceptual e discursiva da viagem como «território» experimental e identitário por excelência parece chegar ao seu fim. A afirmação inicialmente citada de que, para o «homem moderno» dotado de todos esses aparelhos, a viagem se teria transformado numa inutilidade – e isso ainda antes das «entradas triunfais» da televisão e da Internet no quotidiano e nas mentes da população mundial – assinala portanto o pressuposto declínio de um ciclo histórico em que as *conditio sine qua non* para a aquisição de saberes sobre o mundo, assim como para o conhecimento de si mesmo e do outro, seriam (para além do sábio recurso à biblioteca) a mobilidade *física* e a experiência *in loco*. Curiosamente,

apesar da vertiginosa evolução do domínio dos meios de transporte e comunicação a que se assistiu sobretudo na segunda metade do século XX, o vaticínio de Argentino, que aqui escolhemos em representação de tantos outros necrólogos que apressadamente profetiz(ar)am «o fim da viagens» (Lévi-Strauss), *não* se realizou. Ainda que os *media* telemáticos (sobretudo a TV e a Internet) tenham transformado a maioria da população mundial em potenciais «cosmopolitas domésticos», é, ainda assim, inquestionável que esses mesmos meios de acesso virtual a qualquer recanto do mundo *não* substituíram a viagem física. O incessante crescimento da segunda maior indústria à escala global, isto é, o ramo do turismo, constitui a irrefutável prova de que, ao invés dos apocalípticos discursos dos profetas da morte da viagem, a experiência virtual, isto é, a percepção explicitamente mediatizada, *não* exclui a necessidade ou a vontade do contacto «imediatado». Mesmo que, devido a um sistema mediático cada vez mais denso, cada vez mais repleto de imagens «realistas», haja na «geografia imaginária», que cunha as nossas percepções e representações do outro e do mundo, cada vez menos espaços livres para o «espanto»¹, ou seja, para a sensação de autenticidade e genuinidade tradicionalmente associados ao fenómeno da viagem, facto é que nunca tanto se viajou – quer em turismo, quer por necessidade económica e/ou política – nem nunca tanto se reflectiu e discursou sobre a viagem como hoje. Face a esse (aparente) paradoxo da «(i)mobilidade total» tão característico da era da globalização em que coexistem e se entrecruzam diversas formas de cosmopolitismo², defendemos que, ao invés da (necro-)lógica da substituição e *desfuncionalização* que sustenta parte significativa da crítica (não só) contemporânea da viagem e sua alegada desvirtuação pelo turismo de massas e pelos *mass media*, se deverá antes considerar uma lógica da *refuncionalização* e *complementaridade*. Dito por outras palavras, as crescentes possibilidades de um acesso físico e virtual a mundos (outrora) distantes que a evolução dos meios de transporte e dos *media* telemáticos nos propiciam, independentemente de se tratar dos velhos meios impressos (como o livro e a fotografia) ou dos novos *hypermedia*, não terão contribuído para

¹ Veja-se, a este propósito, Hennig (1997), pp. 91-1001.

² O tradicional *world traveller*, cuja mundividência remonta, em última instância, aos ideais e valores «burgueses» do *Weltbürgertum*, o *proletarian cosmopolitan*, em busca de trabalho e/ou de refúgio político, e o «cosmopolita doméstico», que imerge nas realidades mediatizadas e compõe a sua cosmovisão de experiências *tele-estéticas*.

saciar em definitivo o apetite da experiência «concreta» de outros espaços culturais, transformando assim a viagem num «atavismo», conforme afirma uma personagem no romance *Homo faber* do escritor suíço Max Frisch (1977: 103) – afirmação essa que é, de resto, contrariada pelo próprio protagonista que representa paradigmaticamente a figura do *globetrotter* pós-moderno –, mas tê-lo-ão, pelo contrário, agudizado ao ponto de transformar a viagem num *hábito* sócio-cultural generalizado, isto é, numa espécie de bem quase que indispensável às populações nas sociedades de bem-estar³.

Não é aqui nosso propósito nem expor, nem, muito menos, explicar as profundas implicações da vertiginosa evolução do domínio dos meios de transporte e comunicação para as concepções e práticas da viagem. Que o turismo de massas, assim como os *media* audiovisuais e digitais influenciam indelevelmente as nossas auto e heteropercepções é, apesar de se tratar de uma problemática extremamente complexa, por de mais evidente⁴. O objecto principal desta nossa reflexão ensaística consiste numa breve análise diacrónica de uma determinada vertente da tradição metadiscursiva relacionada com a viagem que, ao contrário daquele discurso tradicionalmente optimista e concertante em torno do fenómeno viático a que atrás já se fez referência, assenta numa visão intrinsecamente céptica da sua progressiva democratização. Tentaremos demonstrar que o canto do cisne em torno da viagem, cujo coro tem vindo «naturalmente» a engrossar, por um lado, devido à massificação turística e, por outro, graças à generalização da «tele-experiência» do longínquo, se inscreve, por sua vez, numa tradição discursiva igualmente remota que antecede a suposta «liquidação da viagem» (Virilio, 2000: 38s) nos nossos tempos.

³ O facto de um número infindável de livros de viagens publicados na RDA não ter evitado que a exigência colectiva do direito à livre circulação se tenha transformado, durante a «Revolução de Veludo», numa espécie de golpe de misericórdia, numa sentença de morte para um regime que durante quatro décadas se baseara na ideia de que o acesso virtual ao mundo seria suficiente para saciar a enorme «fome de mundo» constitui um exemplo deveras elucidativo do erro de raciocínio que subjaz a essa lógica da substituição ou desfuncionalização. A este respeito, veja-se Matos (2001, 2004).

⁴ Entre um infindável número de publicações relacionadas com essa problemática, vejamos, exemplarmente, Morley (2000), que no seu estudo paradigmaticamente subtítulo de *Media, Mobility and Identity* oferece uma excelente síntese da complexa multidimensionalidade desse fenómeno, e Jansson (2002).

II

Encetemos, portanto, uma brevíssima digressão por essa história menos conhecida do metadiscurso em torno da viagem, começando na chamada «época da dourada» da *Bildungsreise*, ou seja, na segunda metade do século XVIII. Nessa altura, assistiu-se a um primeiro surto de mobilidade fomentado pelos ideais iluministas de uma *Weltbürgertum*, para quem a viagem significava um meio por excelência quer para a formação pessoal, quer para a afirmação colectiva de uma classe (pretensamente culta) em clara ascensão social e política. Penetrando num espaço anteriormente reservado à aristocracia sob a forma da *Grand Tour* ou *Kavalierstour*, essa «burguesia cosmopolita», na sua maioria oriunda da Inglaterra, da França e da Alemanha, desencadearia o que, para a época, se pode considerar um verdadeiro *boom* da viagem de lazer. O reflexo mais visível desse novo frenesim viático é constituído por uma imensa vaga de relatos de viagens, um género literário que rapidamente invadiria o emergente mercado livreiro e conquistaria o gosto dos leitores. Como, modo geral, acontece quando se verificam agitações substanciais na ordem estabelecida, essa (relativa) democratização da viagem como prática que, sendo intrinsecamente transfronteiriça, tendia a esbater a tradicional hierarquia social, assim como a popularização da literatura de viagens, que em conjunto com o romance de formação (*Bildungsroman*), reflectia a nova «sensibilidade» (*Empfindsamkeit*) burguesa, desencadearam profundas desconfianças. É neste contexto reactivo que se deve inserir e entender os seguintes reparos proferidas pelo estudioso Archenholz numa carta de leitor ao editor da influente revista cultural *Teutscher Merkur* publicada em 1784, em que se critica severamente a «epidemia da viagem» e os respectivos relatos alegadamente desprovidos de qualquer qualidade ao nível do conteúdo e da forma:

In keinem Zeitalter der Welt wurde so viel gereist, als in dem unsrigen, wo das Reisen zu einer Art Epidemie geworden ist. (...) Es ist wohl kein Wunder, daß bey so häufigen Reisen in unsern bücherreichen Zeiten der Reisebeschreibungen so viele verfertigt werden. Man schreibt einander aus, wiederholt tausend bis zum Ekel gesagte Dinge [mit] geschwinde[r] Hintansetzung guter Rechtschreibungen (...). Da (...) das Publicum aller Länder und vorzüglich unser Teutsches gerne Reisebeschreibungen ließt, so fehlt es nicht an Schriftstellern in unseren Tagen, die solche Speisen unter allerhand Gestalten aufischen. Unverschämtheit, dummdreiste Urtheile, Satyre, abgeschmackter Witz, Schmähungen verdienter Männer sind

solche Dinge, die vereinigt gewiß das Glück eines Buches machen. Nicht allein der Lesepöbel denkt so, sondern auch sogenannte Gelehrte und seynwollende Kunstrichter.

Como é óbvio, o «vírus» que estaria na base dessa alegada «epidemia da viagem» não operava de um modo socialmente transversal, já que no último quartel do século XVIII viajar sem outro fim senão o da (auto-)formação cultural e/ou do mero prazer ainda era, sem margens para dúvidas, um privilégio da velha aristocracia e de uma nova burguesia em ascensão. Poder-se-á assim considerar que a denúncia de Archenholz – ou melhor, o seu ataque verbalmente bastante violento, uma vez que não se coíbe de recorrer a palavras de cargas conotativas extremamente negativas, tais como «nojo», a ignorância da «plebe dos leitores» e o «descaramento» dos «pseudo-estudiosos» – representa uma espécie de tempestade num copo de água, ou seja, uma desproporcional hiper-reacção a uma alegada vaga da viagem que, na realidade, não passava ainda de um pequeno fio que corria a um ritmo de conta gotas. Dito de outro modo, esta crítica ao crescente fluxo viático e, conseqüentemente, ao inevitável aumento de publicações sobre a viagem constitui um exemplo deveras ilustrativo da longevidade de uma certa tradição discursiva que, ainda muita antes de se ter verificado uma verdadeira democratização social da viagem, tem insistido, desde há pelo menos dois séculos, em denegrir a imagem do viajante comum como *L'Idiot du Voyage*. (Urbain, 2002) Ainda que se trate de um subdiscurso em torno da viagem até ao momento pouco estudado, certo é que a história da literatura é fértil nesse género de insinuações insultuosas à figura do «viajante inculto». Enunciemos, portanto, alguns exemplos desse longo cadastro de defeitos atribuídos à figura do viajante «vulgar» no *medium* literário.

Sensivelmente uma década depois da denúncia de Archenholz, também Johann Gottfried Herder fazia referência a essa nova «espécie de epidemia», o frenesim da viagem tão característico do Iluminismo tardio. Numa das suas célebres *Briefe zur Beförderung der Humanität*, originalmente editadas em dez volumes entre 1793 e 1797, reportando-se ao aumento exponencial de edições de relatos de viagens na segunda metade do século XVIII constata a «fúria filosófica» com que os ociosos europeus palmilhavam o mundo: «(...) alles läuft, was in Europa nichts zu tun hat, mit einer Art philosophischer Wut über die Erde.» (Herder, 1971: Bd. 2, 218)

Para continuarmos a nossa excursão histórica, saltemos duas décadas para a frente, nomeadamente para o ano de 1817, altura em

que Lord Byron descreveu Roma como um local «pestilential with English, – a parcel of staring boobies, who go about gaping and wishing to be at once cheap and magnificent», turistas esses que, além de «inundarem» e «empestarem» as históricas capitais da arte, também «envenenavam toda a cena» natural oferecida pela bela paisagem montanhosa da Suíça: «(...) in Switzerland (...) the most distant glimpse or aspect of [tourists] poisoned the whole scene.» (*apud* Buzard 1998: 84).

E cabe aqui citarmos também um poeta francês da mesma época, em 1826, num dos seus vários relatos das diversas viagens empreendidas a Itália, Stendhal, que alguns anos mais tarde se auto-denominaria como um dos primeiros escritores de «turista» dando a um dos seus textos (semi-) autobiográficos o título de *Mémoires d'un touriste* (1838), e se sente incomodado com o facto de encontrar as avenidas principais de Florença «encombrées de six cents Russes ou Anglais», número aparentemente tão significativo que o leva a afirmar que «Florence n'est qu'un musée plein d'étrangers (...)» (Stendhal, 1973).

Evidentemente, também Goethe, ele próprio se tendo transformado a partir da publicação da sua *Viagem a Itália* no modelo sublime de *Bildungsreise(nder)*, ou seja, da «viagem burguesa» e do «viajante culto», não poderia ter deixado de lançar as suas farpas em relação ao aumento significativo de turistas britânicos, então claramente os «campeões da viagem», nas principais rotas europeias. No seu famoso drama épico *Fausto*, cuja primeira parte foi pela primeira vez publicada em 1808, o contra-protagonista Mefistófeles faz, junto a uma pitoresca paisagem de ruínas situada na mítica serra do Harz, o seguinte reparo:

Sind Briten hier? Sie reisen sonst so viel,
Schlachtfeldern nachzuspüren, Wasserfällen,
Gestürzte Mauern, klassisch dumpfen Stellen;
Das wäre hier für sie ein würdig Ziel.

Em 1897, Gerhart Hauptmann refere-se às «massas inertes» de «barbeiros e carnicheiros» que anualmente «rolam» sobre os Alpes rumo à Itália para ofuscar o esplendor artístico do tradicional e emblemático país da alta cultura:

Da strömen die Leute nach Italien, jeder Barbier und Schlächter tut es: Die ganze träge Masse des deutschen Philistertums walzt sich

über die Berge, jahraus jahrein, und als dieselbe träge Masse wieder zurück. Nichts kann der Philister lernen. Er drückt und lagert wie Schlamm über der Kunst der Zeit. (apud Hennig, 1997: 14)

Conforme se poderá intuir a partir destes poucos exemplos, a crítica ao turismo, entendido como prática da viagem pela viagem, isto é, sem fins pragmáticos de ordem explicitamente económica, política ou religiosa, paradoxalmente, parece anteceder o próprio fenómeno do turismo moderno. Num interessante estudo de 1993 dedicado ao tratamento desse tema na literatura (maioritariamente britânica) entre 1800 e 1918, James Buzard (1993) corrobora esta tese, ao elaborar e analisar uma vasta lista de comentários pejorativos, em parte mesmo insultuosos, proferidos por «distintos» escritores auto-estilizados como «verdadeiros» viajantes que já no século XIX repudiam o *Homo touristicus* e do qual, por isso, se tentam a todo custo diferenciar social e culturalmente. Este tipo de discurso diferenciador insiste falaciosamente numa rígida e clara linha de demarcação entre a figura do *viajante*, sublimemente encenada pelo escritor que vagueia pelo mundo de sentimentos e sentidos bem apurados, e, do outro lado, a caricatura do *turista*, que não só é frequentemente etiquetado de «superficial», «insensível» e «torpe», como é repetidamente evocado, de modo ainda mais ofensivo, com recurso a uma imagética animalesca que o representa, por exemplo, como «cordeiro» ou «insecto» que apenas se sabe mover estúpida e ordeiramente em rebanhos ou manadas. A seguinte crítica devastadora ao «turismo ocidental» como «um dos grandes movimentos niilistas, uma das grandes epidemias» cujos efeitos maléficos poderiam ser comparados aos «males vindos do Leste» (i.e., o Comunismo), crítica essa proferida, num relato de viagens publicado em 1950, pelo escritor alemão Gerhard Nebel, reflecte – pela negativa – o grande empenho de muitos «verdadeiros viajantes» na construção literária do turista como «un «anti-mythe», (...) le doublet maudit du mythe du voyageur.» (Moura 2000: 270)

Der abendländische Tourismus ist eine der großen nihilistischen Bewegungen, eine der großen westlichen Seuchen, die an bösartiger Wirksamkeit kaum hinter den Epidemien der Mitte und des Ostens zurückbleiben (...). Die Schwärme dieser Riesenbakterien, Reisende genannt, überziehen die verschiedensten Substanzen mit dem gleichförmig schillernden Thomas-Cook-Schleim (...). [Es] bricht die europäische Krankheit in einer Kette von Eiterbeulen aus. Ein Land, das touristisch erschlossen wurde, verbirgt sich metaphysisch – es bietet eine Kulisse, aber nicht mehr seine dämonischen Kräfte dar. (Nebel, 1950: 25)

Face à sua extrema radicalidade, é certo que o discurso fascistóide e homofóbico de Nebel, que se manifesta sob a forma de uma impressionante acumulação de lexemas «decadentistas», tais como «bactérias gigantes», «excrementos» ou «abcessos», não pode ser considerado representativo da tradição crítica que temos vindo a expor. A esmagadora maioria dessas críticas expressas pela elite dos escritores-viajantes veste-se, evidentemente, de roupagens mais elegantes, lançando as suas farpas venenosas, conforme já pudemos constatar, de modos mais subtis. O breve texto «Why not stay at home?», com que Aldous Huxley abre a sua compilação *Along the Road. Notes and Essays of a Tourist* (1925), constitui um desses casos exemplares da elegância retórica, do tom irónico e satírico com que muitos «poetas da viagem» se tentam avidamente auto-diferenciar da «gloomy-looking tribe» (3) dos «inexperienced tourists» (5), esses «poor slaves» (9) que durante as suas excursões «desperately do their best to make external reality square with fable», «hanker[ing] after myhtology», cegueira ou ingenuidade essas que alegadamente contrastam com o «genuine traveller [who] is so much interested in real things that he does not find it necessary to believe in fables.» (10)

Contentemo-nos aqui com estes poucos exemplos ilustrativos de uma longa e persistente tradição discursiva de «ferocious denigration of tourists» (Culler 1981: 129), tradição essa que remonta, conforme vimos, pelo menos até finais do século XVIII, se intensificou durante o século XIX, prevaleceu no século passado e resistiu inclusive pelo terceiro milénio adentro⁵.

III

Em 1925, precisamente no mesmo ano em que Huxley lançou o seu volume de textos de viagens citado atrás, textos esses em que, conforme pudemos constatar, o autor se empenha em delimitar-se claramente do «turista vulgar», auto-estilizando-se como «viajante genuíno», o crítico sócio-cultural Siegfried Kracauer publicava no *Frankfurter Zeitung* um importante ensaio sobre a «apetência» e a «paixão» colectivas pela viagem como um fenómeno sócio-cultural

⁵ Sobre o «extenso cadastro dos pecados» atribuídos aos turistas na literatura vejam-se, por exemplo, Buzard (1998), Hennig (1997: 13-19), Urbain (1993: 33 ss), Culler (1981: 128-131) e Fussell (1980: 40 ss).

deveras característico dos «loucos anos vinte». O seu artigo dedicado ao «culto do movimento» (Kracauer, 1977: 41), que também se manifestaria nas modas da dança e dos desportos motorizados, acrescenta uma nova dimensão reflexiva ao metadiscorso crítico relacionado com a viagem. Ultrapassando a dicotomia turista/viajante em torno da qual até aí giravam as reflexões por parte dos nostálgicos defensores da «verdadeira viagem», a perspectiva analítica de Kracauer focaliza as profundas implicações dos (então) novos meios de transporte e comunicação, o «automóvel», o «aeroplano» e o «filme», para a percepção, conceptualização e representação do mundo, isto é, em suma, para os processos de significação simbólica e construções identitárias (*Idem*, 40s):

Je mehr die Welt dank Auto, Film und Aeroplan zusammenschrumpft, um so mehr wird (...) auch der Begriff des Exotischen relativiert (...). Diese Relativierung des Exotischen geht Hand in Hand mit seiner Verbannung aus der Wirklichkeit – so daß romantische Gemüter früher oder später die Anlage umzäunter Naturschutzparks werden anregen müssen, verschlossener, märchenhafter Bereiche, in denen man auf Erlebnisse hoffen darf, die zur Zeit Kalkutta kaum noch gewährt. Bald ist es soweit. Infolge der zivilisatorischen Annehmlichkeiten ist heute bereits nur der geringste Teil der Erdoberfläche terra incognita, die Menschen sind heimisch sowohl zuhause wie anderwärts oder auch nirgends zuhause.

Ao libertar-se da lógica ontologicamente essencialista (e socialmente elitista) sobre a qual assenta «the Semiotics of Nostalgia» (Frow, 1991) que envolve o discurso céptico sobre a alegada desvirtuação da viagem moderna – teia semiótica essa que, paradoxalmente, tanto caracteriza o discurso anti-turista, como sustenta a própria indústria do turismo –, Kracauer é assim capaz de prever, de forma impressionantemente certa, o surgimento de «espaços virtuais», de «parques naturais vedados» e «mundos fantásticos» que, face a uma evidente «relativização do exótico», futuramente se consubstanciarão, independentemente da sua localização físico-geográfica, como territórios em que se poderiam «realizar» ou «materializar» as tradicionais fantasias do exótico longínquo.

Ainda não confrontada com a nossa realidade contemporânea impregnada do «efeito *Disneyland*»⁶ que caracteriza o chamado «pós-

⁶ Vejam-se, exemplarmente, Eco (1986) e Augé (1997).

turismo», a previsão de Kracauer prima pelo seu distanciamento racional, isto é, pela ausência do *pathos* melancólico que, irremediavelmente, paira hoje sobre grande parte das reflexões e representações relacionados com a viagem na «era digital» das simulações. Uma vez que as sociedades contemporâneas se distinguem, pelo fenómeno da *hipermobilidade* turística e migratória, sobretudo também pela *multi, inter e hiper-mediaticidade*, o tradicional cepticismo do discurso sobre o turismo de massas, que se manifesta(va) de forma mais acentuada no género da literatura de viagens, encontra agora na progressiva «de-realização» induzida pela técnicas e mecanismos de construção de «realidades virtuais» um novo argumento. A crescente «nostalgia do autêntico» patente em muitas das actuais narrativas e meta-narrativas de viagem tem assim de ser vista como uma estratégia não só de auto-diferenciação simbólica e social do viajante pretensamente culto e sensível do «turista vulgar», conforme acontece desde há mais de dois séculos, mas, ao mesmo tempo, também como uma estratégia de sobrevivência face à concorrência dos diversos suportes de representação da viagem constituídos pelos média audiovisuais e digitais.

O (quase) monopólio do livro de viagens na sua tradicional função de meio de transporte de informações interculturais tem sido evidentemente abalado pela televisão, pelo CD-ROM e pela Internet. As séries televisivas dedicadas às viagens, assim como os guias de viagem em formato *multimedia* e os milhares de relatos de viagens hipertextuais elaboradas e colocados *online*, já não por escritores (da viagem) profissionais, mas por turistas amadores que publicam as suas experiências pessoais de viagem, são manifestações claras dessa absorção do tema da viagem pelos mais diversos *media* e pelas diferentes camadas sócio-profissionais. Face à democratização – ou, pelo menos, à semi-democratização – da prática da viagem por via do turismo de massas e olhando a esta fortíssima concorrência de novos *media*, não surpreende que muitos viajantes-escritores, representando o paradigma por excelência do estudioso culto sensível, se sintam ameaçados quanto aos seus estatutos privilegiados. Esta insegurança reflecte-se não raramente na adopção de um discurso «auto-necro-gráfico», para aqui adoptarmos um conceito cunhado por Orlando Grossegeesse (1996) num contexto diferente do nosso ⁷, que consiste no paradoxal anúncio da morte da literatura de viagens feito no formato e *medium* da pró-

⁷ Grossegeesse (1996) refere-se a uma estratégia literária da construção identitária no género da autobiografia.

pria literatura de viagens. Conforme afirmam Holland e Huggan num interessante estudo sobre «contemporary travel writing», de facto, «travel and its literary by-product, the travel book, have a habit of justifying their continuation by anticipating their own decline» (Holland/Huggan, 2000: 1).

À semelhança da lógica anti-turística, também esta «auto-necrológica» se insere numa tradição discursiva anterior à «revolução» dos *media telemáticos* do século XX. Um dos casos mais emblemáticos é representado pelo relato de viagem ensaístico *Tristes Trópicos* de Lévi-Strauss, publicado em 1955, cuja parte de abertura se intitula precisamente «O Fim das Viagens». Reportando-se a uma viagem ao Amazonas empreendida nos anos de 1930, o antropólogo confessa odiar viagens porque o que elas nos mostram «em primeiro lugar são os nossos excrementos (do mundo dito civilizado) à face da humanidade» e denuncia «as narrativas de viagens (como oferta de uma mera) ilusão do que não existe e devia ainda existir.» (Lévi-Strauss, 1986: 32) É evidente que esta melancólica lamentação pela perda da aura «genuína» e da «autenticidade» mesmo dos recantos mais longínquos do mundo tenha vindo a intensificar-se e, entretanto, se tenha transformado num verdadeiro coro polifónico engrossado pelas vozes de muitos poetas e pensadores que tentam, a todo o custo, remar contra a aceleração e «de-realização» da viagem. Com o intuito de *recriar* os «bons velhos tempos» – «When going was good!» –, encetam-se assim os mais diversos géneros de «viagens em marcha atrás», por exemplo, um périplo pela Alemanha em cima de um burro (Schröter, 2002), uma viagem pedestre de Berlim a Moscovo (Büscher, 2003) ou a travessia da Rússia no lendário Expresso do Oriente (Drawert, 2001), para aqui citarmos apenas três exemplos de narrativas de viagem recentes de autores alemães.

No entanto, esta teia discursiva tecida em torno da morte anunciada da «verdadeira viagem» não envolve apenas as representações literárias. Pois, não só os próprios escritores de viagem, mas também parte significativa dos «exegetas» das suas produções se têm deixado enredar por esse discurso «necro-gráfico»⁸. Cinjamo-nos aqui a dois exemplos apenas.

Um dos mais proeminentes estudiosos da literatura de viagens em língua alemã, Peter J. Brenner (1990: 666), considera esse género lite-

⁸ Para uma visão crítica mais aprofundada, veja-se Matos (no prelo).

rário, no final prospectivo do seu monumental trabalho sobre a história da literatura de viagens desde a Idade Média à Pós-Modernidade, de forma peremptória, «eine bereits abgestorbene Kunstform», ou seja, «uma forma artística defunta.» Ora, a verdadeira renascença da literatura de viagens, a que durante os últimos anos temos assistido – bastaria, pois, um breve olhar para as listas de *bestsellers* em vários países para se constatar um *boom* de publicações relacionadas com a viagem – contraria claramente esta declaração de óbito subscrita por muitos outros investigadores⁹.

Outro exemplo paradigmático desta perspectiva apocalíptica é constituído pelos ensaios do antropólogo e escritor de viagens suíço Aurel Schmidt. Inscrevendo-se na linha de pensamento de Paul Virilio, cujos estudos «dromológicos» chegam à conclusão de que a aceleração dos meios de transporte desde o século XIX e a posterior revolução das transmissões instantâneas na área das telecomunicações nos conduziu a uma «era da imobilidade e da inércia domiciliária» em que «a chegada generalizada das imagens, da informação, (...) substitui doravante as nossas deslocações contínuas» (Virilio, 1993:39s), o que, em última instância, significaria «a liquidação da viagem» (*Idem*, 2000: 38s), Schmidt – ele próprio, de resto, um ávido viajante –¹⁰ vê na recente evolução dos *media* digitais a irremediável causa de morte da viagem: «Movimento e estagnação já não podem ser vistos como contradições (...) A ficção electrónica tornou qualquer movimento físico em algo de supérfluo e eliminou a viagem analógica.»¹¹ (1998: 81s).

Na verdade, é inquestionável que os «canais mágicos» audiovisuais e os mais recentes *media* digitais nos trazem hoje o mundo pela sala de estar adentro, sem que para tal tenhamos sequer de nos levantar do sofá – e neste sentido somos todos viajantes inertes: «cosmopolitas domésticos». No entanto, temos, conforme tentámos demonstrar neste breve estudo, sérias reservas quanto à sustentabilidade desse género de «neco-lógica» que pressupõe, para aqui citarmos um brilhante jogo de linguagem com que Aurel Schmidt tenta ofuscar o misticismo (ou mesmo obscurantismo) subjacente à retórica «mediafóbica» de certos poetas e pensadores da viagem, que «o *joy stick* subs-

⁹ Para uma exaustiva metacrítica da investigação da literatura de viagens britânica contemporânea, veja-se Holland/Huggan (2000).

¹⁰ Veja-se o seu interessante livro sobre as suas próprias viagens empreendidas pelos diversos continentes *Wege nach unterwegs* (1992).

¹¹ Tradução de nossa autoria.

tituiu o bordão do viajante.» (*Idem*: 37) Facto é que este artefacto já há muito caiu em desuso, sem que, por isso, tenhamos deixado de viajar, seja virtual, mental e/ou fisicamente. Estamos certos que nem o niilista Fernando Pessoa – afinal de contas, um dos mais acérrimos cépticos da viagem «real»¹² – subscreveria estas visões apocalípticas, uma vez que na visão de Álvaro de Campos ...

Nada perdeu a poesia. E agora há mais as máquinas
Com a sua poesia também (...)

Que a era das máquinas veio trazer para as almas.

As viagens agora são tão belas como eram dantes

(...)

Viajar ainda é viajar e o longe está sempre onde estive –

Em parte nenhuma, graças a Deus!

Bibliografia

- ANÓNIMO (Archenholz) (1784), «An den Hrn. Herausgeber des T. M. Ueber das Reisen, und jemand der nach Anticyra reisen sollte». In *Der Teutsche Merkur* 1784 (4. Vierteljahr), pp. 151-160.
- AUGÉ, Marc (1997), *L'Impossible Voyage. Le tourisme et ses images*. Paris, Payot & Rivages.
- BORGES, Jorge Luis (1998), «O Aleph». In *Obras Completas 1923-1949. Vol. I*. Lisboa, Teorema, pp. 638-649.
- BRENNER, Peter J. (1990), *Der Reisebericht in der deutschen Literatur. Ein Vorschungsüberblick als Vorstudie zu einer Gattungsgeschichte*. Tübingen, Niemeyer.
- BÜSCHER, Wolfgang (2003), *Berlin – Moskau. Eine Reise zu Fu_*. Reinbek bei Hamburg, Rowohlt.
- BUZARD, James (1998), *The Beaten Track. European Tourism, Literature, and the Ways to Culture, 1800-1918*. Oxford, Clarendon Press.
- CULLER, Jonathan (1981), «Semiotics of Tourism». In *American Journal of Semiotics*, Vol. 1, No. 1-2 (1981), pp. 127-140.
- DRAWERT, Kurt (2001), «Nach Osten ans Ende der Welt. Eine Eisenbahnreise». In *Rückseiten der Herrlichkeit. Texte und Kontexte*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, pp. 177-240.
- ECO, Umberto (1986), *Viagem na Irrealidade Quotidiana*. Lisboa, Difel. [Ed. original: 1977].

¹² Cf. Perrone-Moisés (1998).

- FRISCH, Max (1977), *Homo faber. Ein Bericht*. Frankfurt am Main, Suhrkamp. [Ed. original: 1957].
- FRON, John (1991), «Tourism and the Semiotics of Nostalgia». In *October*, Vol. 57, (Summer, 1991), pp. 123-151.
- GROSSEGESSE, Orlando (1996), «Para uma teoria da autonecrografia». In: *Literatura Comparada: Os Novos Paradigmas (Actas do 2.º Congresso da APLC 1995)*, (orgs.) Margarida L.Losa, Isménia de Sousa e Gonçalo Vilas-Boas, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 449-456.
- HENNIG, Christoph (1997), *Reiselust. Touristen, Tourismus und Urlaubskultur*. Frankfurt am Main, Leipzig, Insel Verlag.
- HERDER, Johann Gottfried (1971), *Briefe zur Beförderung der Humanität*. Hg. von Hans-Joachim Kruse, Berlin und Weimar.
- HOLLAND, Patrick/HUGGAN, Graham (2000), *Tourists with Typewriters. Critical Reflections on Contemporary Travel Writing*. Michigan, Michigan University Press.
- JANSSON, Andre (2002), «Spatial Phantasmagoria: The Mediatization of Tourism Experience». In *European Journal of Communication*, Vol. 17, No. 4, 429-443.
- KRACAUER, Siegfried (1977), «Die Reise und der Tanz». In *Das Ornament der Masse*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, pp. 40-49.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1986), *Tristes Trópicos*. Lisboa, Edições 70. [Ed. Original: 1955].
- MATOS, Mário (2001), «Reise nach Poetanien». Zur literarischen Kommunikation über die Fremde in der DDR.« In Alfred Opatz (Hg.), *Erfahrung und Form. Zur kulturwissenschaftlichen Perspektivierung eines transdisziplinären Problemkomplexes*. Trier, Wissenschaftlicher Verlag Trier, pp. 175-190.
- (2004), ««Fome de mundo»: reflexões em torno da literatura de viagens na RDA.» In *Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada. Estudos Literários/Estudos Culturais* (Évora, 2001). [CD-Rom]
- (no prelo), «Der joy stick hat den Wanderstab ersetzt»!? Erzählen vom Reisen in der (Post-)Moderne.» In *RUNA – Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos*, n.º 30.
- MORLEY, David (2000), *Home Territories. Media, Mobility and Identity*. London, New York, Routledge.
- MOURA, Jean-Marc (2000), «Mémoire culturelle et voyage touristique. Réflexions sur les figurations littéraires du voyageur et du touriste.» In Maria Alzir Seixo (ed.), *Travel Writing and Cultural Memory/Écriture du voyage et mémoire culturelle*. Amsterdam, Atlanta, Rodopi.
- NEBEL, Gerhard (1950), *Unter Partisanen und Kreuzfahrern*. Stuttgart.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (1998), «Du voyage héroïque (*Message*) au «voyage jamais fait» (*Le Livre de L'Intranquillité*)». In Maria Alzira Seixo/Graça Abreu (orgs.), *Les Récits de Voyages. Typologie, historicité*. Lisboa, Edições Cosmos, pp. 189-195.
- SCHMIDT, Aurel (1992), *Wege nach Unterwegs. Das Ende des Reisens*. Zürich, Benzinger.
- (1998), *Von Raum zu Raum. Versuch über das Reisen*. Berlin, Merve.

SCHRÖTER, Lorenz (2002), *Mein Esel Bella oder Wie ich durch Deutschland zog*. Hamburg, Rotbuch.

STENDHAL (1973) *Voyages en Italie*. Paris, Éditions Gallimard.

URBAIN, Jean-Didier (2002), *L'Idiot du voyage. Histoires de tourists*. Paris, Editions Payot. [Ed. original: 1991].

VIRILIO, Paul (1993), *A Inércia Polar*. Lisboa, Dom Quixote. [Tradução de Ana Luísa Faria; ed. original: 1990].

VIRILIO, Paul (2000), *A Velocidade da Libertação*. Lisboa, Relógio D'Água. [Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro; ed. original: 1995].

Dialectos, sotaques e marcas de identidade em *Tudo sobre a minha mãe*

M. DOLORES LERMA SANCHIS
SEEHA-Universidade do Minho

Introdução

No presente estudo confluem dois âmbitos de análise: em primeiro lugar, a definição e caracterização do texto audiovisual com o objectivo de delimitar a modalidade de tradução audiovisual.

Em segundo lugar, a variação linguística inerente à língua em uso, entendida como reflexo da variedade social e geográfica dos falantes. Pretendemos relacionar este aspecto com a problemática da transposição do discurso oral pré-fabricado dos textos cinematográficos para o discurso escrito nas legendas de modo a criar um novo texto adequado e verosímil.

As reflexões à volta destas duas questões concretizam-se no estudo de alguns exemplos extraídos da tradução para legendagem do filme *Todo sobre mi madre* do realizador espanhol Pedro Almodóvar. Escolhemos este filme dado a relevância assumida pela variação linguística como forma de expressão de identidades individuais e sociais, assim como pela polifonia de vozes, línguas e sotaques que o realizador congrega no espaço urbano de Barcelona.

O texto audiovisual

Frederic Chaume (2004) define a tradução audiovisual como sendo

una variedad de traducción que se caracteriza por la particularidad de los textos objeto de la transferencia lingüística. Estos textos, como su nombre indica, aportan información (traducible) a través de dos

canales de comunicación que transmiten significados codificados de manera simultánea: el canal acústico (las vibraciones acústicas a través de las cuales recibimos las palabras, la información paralingüística, la banda sonora y los efectos especiales) y el canal visual (las ondas luminosas a través de las que recibimos imágenes, pero también carteles o rótulos con textos escritos). En términos semióticos (...), su complejidad reside en un entramado sógnico que conjuga información verbal (escrita y oral) e información no verbal, codificada según diferentes sistemas de significación de manera simultánea. (Chaume, 2004: 30)

Trata-se de um tipo de tradução que inclui os processos de transferência interlinguística e intercultural de textos que transmitem simultaneamente informação acústica e visual. A perspectiva apresentada reúne não só aspectos relativos à transferência entre línguas, mas também à transferência entre culturas, aglutinando assim as diretrizes que, nas últimas décadas, têm vindo a estudar o fenómeno da tradução de uma óptica integradora da língua e da cultura.

De acordo com a classificação clássica de Jakobson (1963), distinguem-se três tipos de tradução:

- intralingual, que consiste em interpretar os signos linguísticos por outros signos na mesma língua;
- interlingual, em que os signos linguísticos se interpretam por meio de uma outra língua;
- intersemiótica, quando os signos linguísticos são interpretados através de sistemas de signos não linguísticos.

Centraremos o trabalho no estudo de aspectos relativos à transferência linguístico-cultural da tradução audiovisual, designadamente na legendagem, ocupando-nos apenas da tradução interlingual. O contributo semiótico transmitido pela imagem permanece sempre presente, não pode ser manipulado; a imagem, no cinema, tem tanto ou mais peso do que a palavra¹, ambas se complementam e são inseparáveis².

¹ Sobre o conhecido estereótipo «Uma imagem vale mais do que mil palavras», ver o interessante trabalho de Tusón (2001) onde contesta este lugar-comum em defesa da ideia da língua como suporte do pensamento e elo de ligação entre a comunidade.

² Relativamente a esta questão note-se as diferenças de peso atribuído à palavra ou à imagem dependendo do género: os filmes de acção e, em geral, o cinema norte-americano sustentam a narração nas imagens enquanto que nos filmes europeus é dada uma maior importância aos diálogos.

A característica fundamental da tradução audiovisual reside no facto de se tratar da tradução de um texto cuja mensagem é transmitida, em simultâneo e em sincronia, através de dois canais o visual e o sonoro veiculados por elementos verbais e não verbais, ambos portadores de significado e com valor comunicativo ou expressivo. Esta peculiaridade acrescenta, ao trabalho do mediador, determinadas dificuldades³ que não se encontram em outro tipo de texto onde o canal é único, designadamente nos casos da tradução escrita ou na interpretação que contam apenas com um único canal: o visual ou o sonoro. A complexidade deste tipo de tradução advém do facto de estarmos perante um texto que comunica uma mensagem através de diversos canais e de diferentes códigos (Delabastita, 1989:116).

Existem, então, dois canais que fornecem simultânea e complementarmente, por vezes até de forma redundante, a mensagem transmitida pelo emissor, ambos agindo em conjunto tanto da perspectiva do(s) emissor(es) como do(s) receptor(es) que os concebe como uma unidade. Pensemos na estranheza que cria o facto de vermos um filme sem som, de ouvirmos o som de um filme sem as imagens ou de lermos o guião de um texto audiovisual sem termos à nossa frente o produto final.

Mayoral, Kelly e Gallardo (1988: 356) adoptam, para este tipo de tradução, o termo tradução subordinada (*constrained translation*)⁴ devido à co-existência de vários sistemas de comunicação e ainda à mudança de canal na transmissão da mensagem que faz com que o texto escrito tenha de se adequar às normas do texto oral. As duas circunstâncias acontecem na legendagem fílmica.

A legendagem

Uma vez definida e caracterizada a tradução audiovisual, passemos às especificidades da legendagem⁵ que, como é sabido, constitui a modalidade de tradução predominante em Portugal.

³ Possivelmente a maior prende-se com a passagem do código oral para o código escrito.

⁴ Termo introduzido por Titford (1982)

⁵ Legendagem, dobragem, vozes sobrepostas, *voice over*, interpretação simultânea de textos audiovisuais, a narração, a dobragem parcial e o comentário livre, são algumas das modalidades agrupadas sob o epígrafe de tradução audiovisual.

Legendar consiste em incorporar, normalmente na zona inferior do ecrã, um texto escrito na língua alvo, onde se lê aquilo que se diz ou se lê na língua original. O resultado será um texto que mantém o código visual e linguístico originais ao qual se acrescenta um novo código linguístico escrito⁶.

Ora, a realização deste tipo de transposição linguística é constrangida por uma multiplicidade de factores como são:

- a necessidade de sincronia aos níveis espacial, temporal e de conteúdo que obrigam a efectuar uma tradução selectiva e sucinta;
- a necessidade de transposição para a linguagem escrita de um texto oral;
- a necessidade de que esse mesmo texto mantenha a característica de verosimilhança contida no original;
- o facto de, no ecrã, o receptor do texto traduzido ter de apreender a mensagem em simultâneo através do canal visual (imagens e legendas) e do canal auditivo (diálogos originais na banda sonora do filme).

Além dos pontos referidos, interessa-nos salientar o conceito de tradução vulnerável (Díaz, 2003) e a ideia da verosimilhança. Ambos se relacionam com o escolha derivado da passagem de um texto pró-

⁶ Outras definições desta modalidade de tradução: Díaz (2001) define a legendagem como sendo

«Una práctica lingüística que consiste en ofrecer, generalmente en la parte inferior de la pantalla, un texto escrito que pretende dar cuenta de los diálogos de los actores, así como de aquellos elementos discursivos que forman parte de la fotografía (cartas, pintadas, leyendas, pancartas...) o la pista sonora (canciones, voces en *off*, etc.)» (2001:23 e 2003: 32).

Marleau (1982), na sua definição acrescenta a tão controversa questão da fidelidade, sem explicitar o valor atribuído ao termo.

«Le mot «sous-titrage» désigne dans un film parlant étranger présenté en version originale, la traduction condensée du dialogue projetée au bas des images. Le sous-titrage consiste à traduire aussi fidèlement que possible un dialogue de film exprimé dans une langue plus ou moins ignorée du public. La traduction s'effectue au moyen d'une brève apparition à l'écran d'une inscription lumineuse rédigée dans la langue réceptrice.» Marleau (1982: 273).

Para Mayoral (1993) «El subtítulado consiste básicamente en la sobreimpresión o sobreprotección en la película de un texto escrito que traduce lo que se oye en la pantalla en la lengua original. La duración de los subtítulos se hace coincidir con la de sus correspondientes palabras pronunciadas.» (1993:50)

ximo da linguagem oral para o modo escrito sem, no entanto, perder alguns dos traços da oralidade em prol da verosimilhança.

O conceito de tradução vulnerável deriva da ocorrência em simultâneo do texto original (percebido pelo receptor através do canal auditivo) e do texto traduzido (através do canal visual); o receptor do texto audiovisual pode compará-los uma vez que é oferecido o *tertium comparationis*. Fica assim aberta a possibilidade de que o consumidor, independentemente dos conhecimentos escassos, médios ou altos que possua da língua original, mas normalmente desconhecedor das especificidades deste modo de tradução, emita juízos sobre a qualidade das soluções adoptadas pelo tradutor. Perante este facto incontornável e atendendo a que a sincronia espacial, temporal e de conteúdo obrigam à realização de uma tradução selectiva e sucinta convém, reforçar a ideia de que a síntese afecta o volume, nunca o conteúdo. A redução tem de ser feita de modo selectivo, sem perder nunca de vista o público a quem é dirigida a tradução.

Em opinião de Ivarsson (1992: 48) os espectadores que percebem, pelo menos parcialmente, a versão original apreciam a coincidência entre a legendagem dos diálogos e aquilo que ouvem na banda sonora original; por isso aconselha os tradutores a não encurtarem o texto além do estritamente necessário e a deixarem as legendas permanecer no ecrã o máximo de tempo permitido. Também Kovačič (1994:245) *Apud* Díaz 2001:124) considera que quanto mais similares e próximas forem as línguas envolvidas, menor será a necessidade de reduzir o material original. A estratégia de corte deve ser selectiva já que uma excessiva escassez de legendas poderia causar tédio no espectador que desconfiaria da tradução em relação ao original, sobretudo nos casos em que o espectador percebe parcialmente a versão original. No entanto, Castro (2001) defende a ideia de que a síntese é o aspecto distintivo da legendagem, na opinião deste tradutor a perda de volume de texto em relação ao original pode atingir até 75% de palavras, uma vez que o labor principal do tradutor para legendagem é «lograr transmitir el mensaje reduciendo notablemente las palabras necesarias para expresarlo» (Castro 2001: 19).

Características do código linguístico usado na legendagem

Interessa-nos em primeiro lugar reflectir sobre a singularidade do código linguístico usado nos filmes que podemos caracterizar por ser

um discurso oral duplamente *falso*: na origem ⁷ – a mente do guionista que o escreve para posteriormente ser dito pelos actores como se não tivesse sido escrito – e seguidamente na tradução para a legendagem – quando o texto, através do tradutor, retoma o modo escrito mas de forma a serem reproduzidas algumas das características da linguagem oral – com a finalidade de parecer verosímil ou natural e imitar a realidade ⁸.

Em termos gerais, legendar implica representar por escrito as variações que acontecem de forma espontânea na língua oral, mas isto apresenta uma série de problemas de ordem linguística. O tradutor defronta-se com a dificuldade de transpor as barreiras da oposição código oral / escrito, com o constrangimento de a língua escrita constituir o principal factor de unificação linguística ⁹ cuja transformação se desenvolve mais lentamente do que a falada. As línguas, do ponto de vista léxico, fraseológico e combinatório evoluem mais rapidamente na sua manifestação oral do que na escrita. Este facto comporta a impossibilidade de transcrição literal que criaria um texto confuso, ineficaz e ilegível.

A verosimilhança é, do ponto de vista da língua usada num acto comunicativo, uma das características dos guiões cinematográficos. Os diálogos, ditos pelos actores num filme e ouvidos ou lidos, quando a tradução é legendada, pelos espectadores, têm de criar esta ilusão, conforme o que Chaume (2003: 214) ¹⁰ denomina acordo tácito entre emissor e receptor. Com efeito, os receptores estão à espera de umas legendas, tão fiéis quanto possível, em relação ao texto falado na língua original, entendendo por fidelidade adequação mais do que literalidade.

⁷ Como demonstra o esquema elaborado por Gregory e Carroll (1978), a divisão dicotómica oralidade/escrita é ultrapassada pela multiplicidade de possibilidades combinatórias. Relativamente à legendagem cinematográfica o esquema regista as peculiaridades dos textos objecto deste tipo de tradução: textos monologados ou dialogados escritos para serem ditos/falados como se não tivessem sido escritos.

⁸ Chaume (2003, 2004) utiliza a metáfora da «oralidad prefabricada», Gambier e Suomela-Salmi (1994) falam de «written discourse imitating the oral».

⁹ Os meios audiovisuais têm reforçado a uniformização e a estandardização linguística tanto no modo oral como no escrito através da legendagem. Este facto pode ser observado a nível fonético, morfológico, sintáctico e léxico. Carroll e Ivarsson (1998) reforçam esta ideia ao afirmar que «The language should be (grammatically) “correct” since subtitles serve as a model for literacy.»

¹⁰ Ainda que as suas reflexões, neste ponto, se destinem à prática da dobragem, em linhas gerais podem ser aplicadas à tradução para a legendagem.

Na legendagem o critério de verosimilhança condiciona as estratégias de tradução que o mediador deve pôr em prática para conservar determinadas características da oralidade quando reproduzida por escrito. Os diálogos lidos/ouvidos num romance, numa peça de teatro ou num filme foram pensados, trabalhados, estruturados com finalidades concretas: caracterização de personagens, progressão da acção, inclusão no espaço e no tempo, etc.¹¹. No caso do teatro e do cinema acrescenta-se que o texto escrito chega ao espectador pela voz/interpretação de um actor que tem de os verbalizar de forma que resultem tão espontâneos quanto possível. Centrando-nos no cinema, os espectadores são certamente conscientes de todo o processo porque faz parte do tal acordo tácito. No entanto, o espectador, cada vez mais exigente, impõe um rigor que passa pelo ajuste, pela conservação da naturalidade do discurso oral quando transferido para as legendas e pela adequação desses mesmos aspectos à língua alvo. O fingimento, a aparência acontecem em duas circunstâncias: na ilusão da oralidade e na sua conservação na escrita através das legendas. O primeiro é da responsabilidade do guionista e do actor do filme, o segundo cabe ao tradutor que deverá estabelecer uma série de prioridades de modo a que o texto seja recebido pelos receptores de forma coerente, garantindo a sua legibilidade.

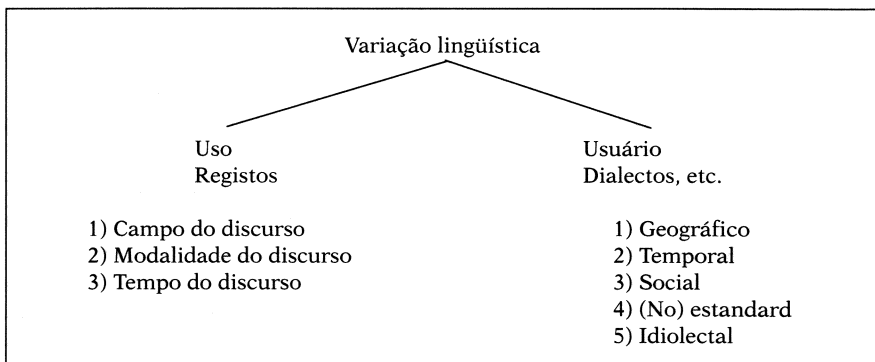
Variação linguística e tradução

Entendemos a variação linguística como a expressão de significados potencialmente similares mediante estratégias diferentes decorrentes de factores temporais, sociais, geográficos ou funcionais¹².

Hatim e Mason (1995), tomando como base as teorias sobre a variação de Halliday, McIntosh e Strevens (1964), elaboram um amplo estudo sobre a variação linguística no âmbito da tradução. O esquema que reproduzimos a seguir resume os elementos constitutivos da variação linguística (Hatim e Mason 1995:64):

¹¹ Os diálogos do cinema, como em qualquer obra de ficção, são *autênticos* apenas no sentido de que «a script-writer is, like a novelist, constructing discourse for the sake of the effect it will have on its receivers» (Hatim / Mason, 1997: 82)

¹² Esta definição reúne a perspectiva de Muñoz (*apud* Mayoral, 1999: 19) com o esquema de Hatim e Mason (1995: 64).



No nosso estudo partimos da classificação apresentada por estes autores para reflectir sobre problemas de tradução derivados da variação lingüística da perspectiva dos usuários. Centrar-nos-emos, em concreto, na variação proveniente das diferenças geográficas (dialecto geográfico), sociais (variação segundo a estratificação social), temporais (derivado das diferenças temporais e de geração), e a variação derivada do uso ou não da variedade standard¹³.

Porém, queremos vincar a ideia de que estas variedades não acontecem de forma discreta, em compartimentos estanques, antes pelo contrário, frequentemente manifestam-se de forma amalgamada, de modo que a sua aplicação na prática da tradução apenas pode ser feita a partir de uma concepção funcional e dinâmica da tradução que contemple aspectos como: a especificidade de cada caso concreto, a função social que determina o aparecimento da variação, as particularidades de cada par de línguas, a forma como cada língua as exprime e o valor atribuído pelas respectivas culturas, o grau de conhecimento que o receptor tem da cultura do texto original, as expectativas dos receptores do texto traduzido, as normas ou os hábitos de tradução que orientam a tarefa dos tradutores na cultura receptora, etc.

¹³ Sobre a noção de standard adoptamos a definição de Mollà (1997)

«Entendré per stàndart aquella varietat lingüística la raó d'existir de la qual és la intercomunicació entre tots els parlants de la comunitat lingüística, amb independència de la seua àrea (dialecte geogràfic), de la seua edat (dialecte històric), de la seua classe social (sociolecte), etcètera. En definitiva, una varietat superadora de la diversitat i de la variació: la varietat de tothom –i de vegades, de ningú.» (Mollà 1997:20)

Consequentemente, concordamos com Mayoral (1999:150) quando indica a necessidade de perspectivar a tradução como um processo de comunicação, utilizando em cada caso as variáveis pertinentes para resolver a tradução de forma eficaz.

A proposta de Mayoral (1999: 157-193) para o estudo da variação linguística em tradução parte de um ponto de vista cognitivista e assenta na perspectiva experiencialista de Lakoff e Johnson (1980), segundo a qual o conhecimento e o uso da linguagem se baseia na experiência, incluindo a mental, e na concepção enciclopédica do significado. Mayoral indica uma série de conceitos chave para o estudo da variação na tradução, entre os quais: as pistas de contextualização, os estereótipos, os marcadores e a encomenda de tradução.

As pistas de contextualização, manifestadas através de marcadores, são os elementos do enunciado que permitem ao receptor atribuir os parâmetros sociolinguísticos do contexto a cada evento comunicativo concreto. Mayoral distingue entre aquelas que podem ser não codificadas ou não convencionalizadas e as codificadas ou convencionalizadas. Ambas devem basear-se em marcadores reconhecíveis pelos destinatários de modo a que estes identifiquem nelas determinados estereótipos, caso contrário a comunicação da variação fracassaria.

Os estereótipos são definidos como constructos mentais simples e estáveis referentes a situações, grupos sociais, etc. e baseados quase exclusivamente no conhecimento comum. Uma vez que são elementos codificados pelo grupo, resultam bastante económicos para representar, por exemplo, as características da linguagem oral espontânea, a origem social ou geográfica, etc. (Mayoral 1999:174).

Língua, cultura, dialectos e sotaques em *Todo sobre mi madre*.

Partimos da existência de um elo indissociável entre os conceitos de língua e cultura manifestados nos seguintes aspectos:

- A língua como elemento configurador da cultura
- A língua como veículo de expressão da cultura
- A língua como sinal de identidade individual e social, de pertença a uma determinada cultura

Pretendemos relacionar esta concepção com uma das múltiplas formas de expressão cultural: o cinema, uma arte que pode ser vista

como a materialização da cultura. O texto fílmico apresenta-se como um texto polissemiótico constituído por dois subtextos: o subtexto visual (as imagens) e o subtexto verbal (os elementos sonoros do filme).

O corpus seleccionado para o estudo pertence ao filme *Todo sobre mi madre* (1999) do realizador espanhol Pedro Almodóvar. Como é sabido, Almodóvar escolhe sempre espaços urbanos para narrar histórias também tipicamente urbanas. As suas personagens, vindas de diferentes contextos geográficos e sociais, têm como ponto de encontro a cidade. Nesta ocasião o espaço urbano escolhido é Barcelona, uma cidade situada geograficamente na periferia da Península Ibérica mas, desde sempre, considerada – por motivos geográficos, económicos, culturais e políticos – uma urbe extraordinariamente cosmopolita, pela sua abertura para integrar a diversidade e a diferença, ou seja, pela capacidade de olhar para fora ao tempo que tem olhado para dentro conseguindo salvaguardar a sua identidade. A escolha de Barcelona contém uma série de implicações relacionadas directamente com o tema genérico deste colóquio, resumido nos termos hibridismo, cosmopolitismo e identidade.

Tudo sobre a minha mãe reúne um largo leque de personagens de variadas profissões: do mundo da saúde, do teatro, da igreja progressista, *profissões* marginais (prostituição, tráfico de estupefacientes) que reflectem uma diversidade de origens sociais (classe média, burguesia autóctone, grupos marginais, etc.), cuja origem geográfica é tão variada como os aspectos atrás referidos: argentinos, catalães, andaluzes, castelhanos, etc.

Toda esta variedade de proveniências não é, de modo nenhum, gratuita, nem pode ser interpretada como um traço para colorir a história uma vez que a maior parte delas se exprime num espanhol próprio do espaço geográfico e social da sua origem e portanto numa língua não estandardizada. Acontecem no filme porque o realizador assim o quer na construção da narrativa; nesse sentido a caracterização linguística das personagens ganha relevo. Não interessa apenas o que dizem mas também como o dizem, isto é, o uso linguístico. Pode-se afirmar que as personagens representam protótipos de diversas tribos que convivem nos palcos urbanos. A sua origem geográfica e social manifesta-se, além de pelas atitudes e comportamentos, pelo uso que fazem da linguagem verbal. Nesta perspectiva, a linguagem usada constitui um elemento essencial na sua caracterização assim como nas situações narradas no filme. É mais um elemento utilizado para criar o painel social que nos quer mostrar.

Escolhemos este filme para estudar os parâmetros da variação linguística porque nele encontramos discursos a várias vozes (as das diversas personagens com variadas origens sociais e geográficas) e ainda porque reúne situações também diversas em que cada personagem adequa a sua fala, o seu registo, à situação concreta. Julgamos que uma parte do público português é capaz de se aperceber desta polifonia graças ao suporte dos diálogos originais, da imagem e dos conhecimentos enciclopédicos prévios da cultura de origem. Os marcadores, tanto do texto original como da tradução, vão activar no receptor as pistas de contextualização que permitam reconhecer os estereótipos representados.

Análise do corpus

Em primeiro lugar apresentamos uma breve caracterização do fragmento seleccionado para a análise no que diz respeito ao espaço, o tempo e a caracterização das personagens que intervêm. Por último, comentaremos os principais marcadores fonéticos, lexicais e fraseológicos.

A cena escolhida decorre no camarim¹⁴ do teatro pouco antes da entrada no palco de Nina para interpretar o papel de Stella na peça de Tennessee Williams *Um eléctrico chamado desejo*. Nela contracenam duas personagens: Agrado (Antonia San Juan) e Nina (Candela Peña).

Em termos profissionais, Nina é uma actriz secundária, na vida privada é uma consumidora habitual de drogas e a amante da actriz principal da peça: Huma (Marisa Paredes). Agrado é um transexual que há pouco tempo deixou a prostituição para trabalhar ao serviço de Huma como uma espécie de ajudante.

Os diálogos da cena tentam reproduzir uma conversa oral *espontânea* sobre temas do quotidiano profissional e pessoal entre duas mulheres que se conhecem bem e que, de certo modo, têm uma relação de suficiente intimidade e igualdade que lhes permite falar sobre questões pessoais, íntimas e quase tabu como o amor, a sexualidade, a adição às drogas e a profissão.

¹⁴ Parece-nos importante indicar que para Almodóvar o camarim representa o espaço das confissões, o berço das verdades onde nunca se mente, «el palco donde se tejen los relatos, los relatos de verdad» (Colmenero, 2001:105).

Pensamos que neste exemplo os aspectos linguísticos relativos a variedades de uso e usuário se sobrepõem e se misturam, de modo que não nos parece nem pertinente nem possível referi-los separadamente. O campo, o modo oral e o tenor interactivo e informal explicam o uso de determinados elementos que funcionam como marcadores do registo e do dialecto social e geográfico manifestando-se na fonética, na sintaxe, na morfologia e no léxico.

Do ponto de vista dos marcadores da variação linguística presentes no diálogo entre Agrado e Nina, podemos constatar que as intervenções de Agrado apresentam uma língua fortemente dialectalizada do ponto de vista geográfico (o espanhol meridional) e social (baixo, por vezes vulgar). A língua usada por Nina apenas apresenta marcadores próprios do dialecto social baixo/vulgar tanto na fonética como no léxico e na fraseologia, aspectos sobre os quais centramos a análise. Não consideramos pertinente estabelecer compartimentos estanques entre os diversos fenómenos envolvidos na variação porque, como veremos, as componentes sociais e geográficas no estudo do léxico, a fonética e a fraseologia se apresentam fortemente intrincadas.

- Marcadores próprios do nível fonético usados por Agrado pertencentes ao dialecto geográfico (espanhol meridional):

1. Perda do -r em posição final de palavra: *mujé* por *mujer*, *mejó* por *mejor*.
2. Aspiração do -s em posição final de sílaba e de palavra: *cré* por *crees*, *debería* por *debertías*, *pué* por *pues*, *epectáculo* por *espectáculos*.
3. Pronúncia fricativa do -ch – africado: *chino*, *chiquitina*.
4. Perda da diferença entre -r e -l: *ar* por *al*.

- Marcadores próprios do nível fonético usados por Agrado pertencentes ao dialecto social caracterizados como vulgarismos fonéticos (Álvarez, 2000: 538-539):

1. Perda de algumas consoantes finais: *Juventú* por *juventud*, *verdá* por *verdad*.
2. Síncopa de sons no interior de uma palavra: perda de todos os -d – entre vogais: *proporcionaita* por *proporcionadita*, *adelgazao* por *adelgazado*, *operá* por *operadas*, *compará* por *camparada*, etc.

3. Apócope de sons ou sílabas em posição final de palavra: *tó* por *todo*, *ná* por *nada*.
4. Casos de fonética sintáctica: *pacá* por *para acá*, *paqué* por *para qué*.

- Marcadores próprios do nível fonético usados por Nina e que pertencem ao dialecto social. Álvarez (2000), os caracteriza como vulgarismos fonéticos:

1. Casos de fonética sintáctica: *paqué* por *para qué*.
2. Síncopa de sons no interior de uma palavra: perda de todos os d dos participios acabados em –ado: *compará* por *camparada*, *preñá* por *preñada* ¹⁵.

- Marcadores do nível lexical próprios do registo popular, vulgar, juvenil ou pertencente à linguagem tabu – quando relativo a referências sexuais – e termos da gíria das drogas:

LÉXICO (coloquial, vulgar, juvenil)	
Relativo ao mundo das drogas	
<i>Texto original em Espanhol</i>	<i>Texto legendado em Português</i>
1- <i>chino</i>	charro
Ainda que dentro do mesmo âmbito temático, os termos se referem a realidades distintas, em espanhol o <i>chino</i> é uma espécie de cigarro feito com cocaína, ao passo que em português o charro é feito normalmente com haxixe ou marijuana.	
2- <i>chino</i>	caracol
Neste caso, as informações recolhidas não permitem identificar o termo português caracol; além disso, a cena onde a frase se insere torna-se difícil de perceber. O mesmo termo foi traduzido de duas maneiras diferentes.	
3- <i>caballo</i>	cavalo
Relativo ao sexo	
1- <i>tetas</i>	mamas
2- <i>polla</i>	picha
3- <i>rabo*</i>	cu
*Termos referidos a realidades diferentes.	
Coloquial	
1- <i>niñata</i>	bebé

¹⁵ A perda do – d – entre vogais encontra-se muito estendida geográfica e socialmente, pelo que muitos falantes associam este fenómeno à oralidade e à informalidade.

2- <i>mona</i>	gira
3- <i>preñada*</i>	grávida
*Ambos são equivalentes quanto ao significado e uso.	
4- <i>tfo</i>	homem
Em português se pode ouvir o termo «gajo» ainda que possa ser percebido como depreciativo.	
5- <i>flipar</i>	flipar
Termo próprio da fala juvenil. Tendo em conta o contexto e a frequência de uso, possivelmente o verbo «passar-se» poderia considerar-se mais adequado.	
6- <i>parir</i>	parir
Em português o termo «parir» é marcado, usa-se principalmente em contextos populares referido a animais e dentro da terminologia médica.	
7- <i>molar</i>	gostar
Atendendo ao tom e ao estilo, pensamos que o termo «curtir» se adequa melhor ao diálogo e ao vocabulário usado por Nina.	
8- <i>complicaciones</i>	complicações
A opção de usar «chatices» permitiria manter o estilo e o registo.	
FRASEOLOGIA	
1- <i>al loro con la puerta</i>	tranca a porta
Na tradução desta expressão idiomática há uma perda de colorido além de uma leve mudança de significado.	
2- <i>esta juventud no le hace ascos a nada</i>	Esta juventude não diz não a nada
Também neste exemplo há uma perda de colorido.	

Algumas conclusões

Em legendagem fílmica, como na literatura, a tentativa de reproduzir uma conversa real, oral e espontânea, não é tarefa fácil. É necessário suprimir os elementos supérfluos que possam resultar repetitivos, redundantes, contraditórios, irrelevantes e ainda evitar introduzir elementos próprios da língua escrita que restam naturalidade à oralidade. Têm de ser escolhidas com cuidado as características da oralidade que irão ser introduzidas no vocabulário e na gramática para que o texto das legendas, sob aparência de naturalidade, contenha as características de clareza, coesão, relevância. Por outro lado, o público receptor está habituado a um modelo de língua nos meios de comunicação escritos e audiovisuais dialectalmente nivelada e, portanto, fortemente estandardizada, uma vez que as soluções linguísticas apresentadas se encontram fortemente codificadas, pelo que raramente o tradutor se permite o uso de soluções «novas» que possam romper com as expectativas do receptor alvo.

Em consequência, como se pôde ver, alguns aspectos configuradores da identidade das duas personagens analisadas, em particular os

veiculados através do sotaque, são esbatidos mediante um processo nivelador e standardizador¹⁶, restando apenas indícios de variação social.

Este excerto mostra a tendência, presente na tradução para legendagem, para converter os elementos marcados no texto original em não marcados na tradução. Normalmente os elementos marcados são aqueles que transgridem a norma e são mais facilmente aceites numa obra original como formando parte do estilo característico do autor.

Na tradução, muitas vezes estes elementos desaparecem. A indústria editorial e cinematográfica tende a oferecer produtos coincidentes com as expectativas do standard ou do dialecto dominante, de modo que a presença de características dialectais acaba por ser sempre conotada. E o problema ganha outro cariz quando num texto concreto os dialectos geográficos são socialmente marcados, isto é, implicam diferenças de estrato social.

O cinema de Pedro Almodóvar caracteriza-se, do ponto de vista linguístico, pelo uso e abuso de um registo muito coloquial, com abundantes termos tabu e com gírias específicas. Da perspectiva da tradução audiovisual pensamos que há uma necessidade de manter esses mesmos registos, tanto quanto possível, para conseguir uma tradução com soluções «naturais» e simples, porém, adequadas à realidade sociolinguística da língua/cultura alvo.

Será, então, possível em tradução audiovisual, em legendagem, realizar uma transferência cultural tão profunda que permita ao destinatário captar os lugares comuns retratados através dos diferentes sotaques? Possivelmente não na totalidade. Contudo, a mesma questão referida à variedade social teria uma resposta afirmativa.

Cabe ao tradutor delimitar as prioridades comunicativas de cada texto em cada caso específico tendo em consideração as formas que o receptor possui para descodificar determinadas mensagens. No fundo, pensamos que toda esta problemática se relaciona com a traduzibilidade ou não das referências culturais próprias do espaço social e cultural ao qual pertencemos.

¹⁶ Confirmando a opinião de Diaz Fouces (2002) quando afirma que «les activitats de mediació lingüística contribueixen a l'anivellament dialectal i, per tant, la configuració de la llengua estàndard» (Diaz Fouces, 2002: 89), uma vez que «Pel tipus de feina que desenvolupen, els mediadors afavoreixen la difusió de les formes codificades i, per tant, l'estandarització.» (*Ibidem*). Cf. No mesmo sentido Gottlieb (2001: 92).

Bibliografía

- ALMODÓVAR, P. (2001), *Tudo sobre a minha mãe*, Atlanta Films (DVD).
- ÁLVAREZ, A. (2000), «Vulgarismos y neologismos», in ALVAR, M. (dir.) *Introducción a la lingüística española*, Barcelona, Ariel, pp. 532-563.
- CASTRO, X. (2001), «El traductor de películas», in DURO, M. (coord.) *La traducción para el doblaje y la subtitulación*. Madrid, Cátedra Signo e Imagen, pp. 267-298.
- CHAUME, F. (1997), «La traducción audiovisual: estado de la cuestión», in VEGA, M. A. / MARTÍN-GAITERO, R. (eds.), *La palabra vertida. Investigaciones en torno a la traducción*, Madrid, Editorial Complutense/ Ediciones del Orto, pp. 339-406.
- (2003), *Doblatge i subtítolació per a la TV*, Vic, Eumo.
- (2004), *Cine y Traducción*, Madrid, Cátedra.
- COLMENERO, S. (2001), *Pedro Almodóvar. Todo sobre mi madre*, Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica S.A.
- DELABASTITIA, D. (1989), «Translation and Mass-Communication: Film and TV Translation as Evidence of Cultural Dynamics», *Babel*, 34, 4, pp. 193-218.
- DÍAZ CINTAS, J. (2001), *La traducción audiovisual. El subtítulado*, Salamanca, Almar.
- (2003), *Teoría y práctica de la subtitulación. Inglés-Español*, Barcelona, Ariel.
- DÍAZ FOUQUES, O. (2002), «La planificació de la mediació lingüística», in DÍAZ FOUQUES, O. et al., (eds.), *Traducció i dinàmica sociolingüística*, Barcelona, Llibres de l'índex, pp. 85-110.
- GAMBIER, I. / SUOMELA-SALMI, E. (1994), «Subtitling: A Type of Transfer», in EGUÍLUZ, F. et al. (eds.), *Transvases culturales: Literatura, Cine, Traducción*, Vitoria, Euskal Erico Unibertsitatea, pp. 243-252.
- GOTTLIEB, H. (2001), «Subtitling: Visualizing Filmic Dialogue», in LORENZO, L. / PEREIRA, A. (eds.), *Traducción subordinada (II)*, Vigo, Publicacións da Universidade de Vigo, pp. 85-110.
- GREGORY, M. / CARROLL, S. (1986), *Lenguaje y situación. Variedades del lenguaje y sus contextos sociales*, México DF, FCE.
- HALLIDAY, M. A. K. / MCINTOSH, A. / STREVEVS, P. (1964), *The Linguistic Sciences and Language Teaching*, London, Longman.
- HATIM, B. / MASON, I. (1995), *Teoría de la traducción*, Barcelona, Ariel, Trad. Peña, S.
- (1997), *The Translator as Communicator*, London, Routledge.
- HOLGUÍN, A. (1999), *Pedro Almodóvar*, Madrid, Cátedra.
- (2001), *Traducción y traductología*, Madrid, Cátedra.
- IVARSSON, J. (1992), *Subtitling for the Media. A Handbook of an Art*, Estocolmo, Transedit.
- IVARSSON, J. / CARROLL, M. (1998), *Subtitling*, Simrishamn, Transedit.

- JAKOBSON, R. (1963), «Aspects Linguistiques de la Traduction», *Essais de Linguistique Générale*, Paris, les Editions de Minuit, Trad. Ruwet N.
- LAKOFF, G. / JOHNSON, M. (1980), *Metáforas de la vida cotidiana*, Madrid, Cátedra, Trad. Millán, J. A. / Narotzky, S.
- MARLEAU, L. (1982), «Les sous-titres... un mal nécessaire» *Meta*, XXVII, 3, pp. 271-285.
- MAYORAL, R. (1993), «La traducción cinematográfica: el subtitulado», *Sendebarr*, 4, pp. 45-68.
- (1999), *La traducción de la variación lingüística*, Monográficos de la revista Hermēneus, Soria, UERTERE.
- MAYORAL, R. *et al.*, (1988), «Concept of constrained translation: non-linguistic perspectives of translation», *Meta*, 33, 3, pp. 356-367.
- MOLLÀ, T. (1997), «El paper dels mitjans de comunicació en la formació de l'estàndard», in MOLLÀ, T. (ed.) *Política i planificació lingüístiques*, València, Edicions Bromera, pp. 17-35.
- TITFORD, C. (1982), «Subtitling: constrained translation», *Lebende Sprachen* 27 (3).
- TUSON, J. (2001), *Una imatge no val més que mil paraules*, Empúries, Barcelona.

Anexo

A seguir reproduzimos o diálogo do fragmento analisado. O texto, em espanhol e português, foi transcrito directamente do DVD comercializado em Portugal.

<i>Texto original em espanhol</i>	<i>Texto legendado em português</i>
Nina: ¿Qué... aprendiéndote el papel tú también?	Também tu estudas o papel?
Agrado: Yo...no, mujer.	Eu ca, não. -Mas aprende, nunca se sabe...
Nina: Pues deberías hacerlo, por si acaso...	
Agrado: ¿Tú crees?	Achas -Deixas-me sozinha?
Nina: ¿Te importa dejarme sola?	
Agrado: ¿Para qué... para fumarte un chino? ¿Ya no puedes esperarte al final?	Porquê, vais fumar um charro? Já nem podes esperar pelo fim?
Nina: Si lo sabes... para qué me lo preguntas...	Se sabes, por que perguntas?
Agrado: Si no quieres que le diga nada a Huma, fúmatelo en el cuarto de baño, donde yo no te vea. No tengo porqué ver estos espectáculos.	Se não queres que diga à Huma fuma no lavabo, onde não veja; Não quero ver certos espectáculos.
Nina: Bueno, al loro con la puerta	Então tranca a porta.
Agrado. Ya sé que cuando se es joven, bueno..., tampoco eres una niñaata, esas cosas no tienen valor. Pero eres mona,... proporcionadita, chiquitina pero mona. Has adelgazado, bueno... ¡Con todo lo que te metes! Pero bueno lo importante es que has adelgazado. Tienes talento, limitadito, pero tienes tu talento, y sobre todo una mujer que te quiere. Y tú lo cambias todo por el caballo. ¿Tú crees que compensa? Pues no te compensa	Bem sei que quando se é nova - apesar de não seres nenhum bebé- essas coisas não têm valor. Mas tu és gira, bem feitinha, para o pequeno mas gira... Estás magra, também com as merdas que ingeres... Mas o importante é estares magra. Tens talento... Limitado, mas algum tens. E sobretudo tens uma mulher que te adora. E trocas tudo pelo cavalo; achas que compensa? Pois não compensa mesmo. Não compensa.
Nina: Lo cambio por un poquito de paz. Anda, ayúdame	Troco-lo por alguma paz... Vá, ajuda-me.
Agrado: Te estás quedando escurrida, eh?	Estás a ficar lisa

Agrado: Te estás quedando escurrida, eh?	Estás a ficar lisa
Nina: Comparada contigo desde luego	Comparada contigo, claro.
Agrado: ¡Ay, qué vicio tan feo tienes!	Que viciosa tu és...
Nina: Agrado, ¿nunca has pensado en operarte del todo?	Nunca pensaste em cortar tudo?
Agrado: Las operadas no tienen trabajo, a los clientes les gustan neumáticas.	As operadas não têm trabalho; os clientes preferem-nos pneumáticas e bem dotadas
Nina: ¿Reumáticas? ¡Qué raros son los tíos!	Reumáticas ? Que esquisitos são os homens.
Agrado: Reumáticas no, neumáticas.	Reumáticas não, pneumáticas;
Agrado: Un par de tetas duras como ruedas recién infladas. Y además un buen rabo	um par de mamas duras como pneus acabados de encher, e um bom cu.
Nina: Agrado, enséñame la polla.	Mostra-me a tua picha. -Que bem te fica o caracol...
Agrado: A ti te ha sentado fatal ese chino, eh.	
Nina: Que a lo mejor a mí también me mola.	Sabe-se lá se também gosto.
Agrado: Con todo lo que te gusta ya tienes bastantes problemas y no necesitas más complicaciones	Os teus gostos já te dão complicações que cheguem, não queiras mais
Agrado: Venga que tienes que salir y cuidado no le vomites a nadie encima.	Anda, põe-te a andar. E vê se não vomitas em cima de ninguém.
Nina: Al público le encanta, no ves que hago de preñada, se creen que es por el papel y flipan.	O público adorava, como faço de grávida julgava que era do papel e flipava.
Agrado: Ya, pero en la próxima escena no estás preñada y ya has parido el muñeco.	Pois, mas na próxima cena já pariste o boneco.
Nina: Es verdad.	
Nina: Me voy pero ¿luego me enseñas la polla?	Eu vou, mas depois mostras-me a picha?
Agrado: Después te enseño la polla y comes una pizca.	Mostro-te a picha e chupa-la um bocadinho.
Agrado: ¡Esta juventud no le hace ascos a nada!	Esta juventude não diz não a nada...

Globalização, novos cosmopolitismos e a anunciada morte das línguas

JOSÉ TEIXEIRA

ILCH – Universidade do Minho
jsteixeira@ilch.uminho.pt

1. A globalização económica, sociológica e a globalização linguística

A chamada «globalização» é um dos dados mais marcantes e mais referidos no início deste novo século. O mundo é cada vez mais uma aldeia gigante (ou minúscula, conforme as perspectivas). Cada vez é mais fácil comunicar onde quer que se esteja. Com um telemóvel ligado a um satélite, em qualquer deserto ou montanha do mundo podemos falar quase com quem quisermos e ver com quem estamos a falar, tirar e enviar fotografias, ler os jornais, escrever e ler o que nos escreveram. Ainda há poucos anos (meses) era necessário um telemóvel ligado a um computador. Hoje com os telemóveis de última geração já é possível fazer tudo.

As mudanças de comunicabilidade realizam-se a um ritmo a que ainda não nos habituámos. A capacidade de manipular e armazenar informação aumenta a um ritmo alucinante. Os sistemas não têm sequer tempo de se substituírem: actualmente (e só para referir os processos vulgares de armazenamento de informação) ainda se usam disquetes de 1,4 Mega bytes quando o vulgar CD-Rom armazena mais de 500 dessas disquetes. No entanto o CD-Rom já está a ser suplantado pelo DVD de 4,7 Giga Bytes (equivalente a 7 CDs, ou seja, mais de 3.500 disquetes) e este mesmo tipo de DVDs já é pequeno, estando actualmente a vulgarizar-se o designado DVD double layer, com o dobro da capacidade, começando simultaneamente a comercializar-se

a tecnologia Blu-ray em que os discos detêm capacidades de armazenamento muitíssimo maiores (25 ou 50 GB).

Esta facilidade tecnológica implica uma cada vez maior facilidade de intercomunicação global a nível planetário, exponenciando a possibilidade e efectividade de contactos e de comunicação. Assim, a globalização, que começou por ser comercial e tecnológica, transformou-se em globalização sociológica e necessariamente linguística.

A Internet permite a visibilidade não só do fenómeno, mas igualmente dos seus resultados. Que podem parecer paradoxais e contraditórios: simultaneamente, a *Net* é o lugar de múltiplas línguas e de todos os assuntos e culturas. Mas é também um poderoso mecanismo unificador de tendências, modas culturais e comportamentais que procura uma comunicabilidade abrangente e eficaz. Para isso, simplifica os códigos de escrita e tende a usar um código o mais universal possível, naturalmente o designado «global English».

2. Globalização e hibridismos

Curiosamente, foi Portugal quem, no passado, verdadeiramente iniciou o processo de percepção e de implantação de uma comunicação globalizante. Para além de ter sido pioneiro ao fornecer à Europa a visão de um mundo em que todas as partes começaram a estar em contacto, a língua portuguesa foi a primeira língua a ser usada globalmente, envolvendo lugares e povos dispersos por todo o planeta, desde a Índia ao Japão, em múltiplos pontos de África e nos então novos mundos da América.

Esse primeiro intercâmbio global ficou registado em trocas linguísticas que levaram palavras portuguesas ao japonês e a outras línguas, tendo o português assimilado termos da Ásia, de línguas africanas e americanas.

Globalização diferente, a da actualidade. À de outrora, constituída por uns poucos barcos e alguns milhares de indivíduos, contrapõe-se a interacção planetária total e global. Um dos resultados deste fenómeno são os hibridismos genéticos, sociais e linguísticos. Cada vez mais, a uma muito maior mobilidade demográfica e comunicacional corresponde um entrecruzar linguístico. Ora estes cruzamentos acarretam inevitavelmente o cruzar de influências e os empréstimos linguísticos. Não apenas no sentido clássico, em que «empréstimos»

linguísticos eram entendidos como os neologismos que entravam na língua por influência das línguas em contacto, mas «empréstimo linguístico» no sentido mais radical e profundo da expressão: usamos uma língua «emprestada», uma língua que não é a nossa primeira língua, para podermos comunicar com o mundo global e com as instâncias que exigem uma comunicação igualmente globalizada.

Como é bem sabido, no entanto, o hibridismo linguístico é substancialmente diferente do social e demográfico. No linguístico não há propriamente mistura: a desigualdade de papéis e de peso da língua global tende a erigi-la como a única para a comunicação a nível planetário. Ou seja, ao cada vez maior hibridismo e miscigenação genética está a corresponder uma progressiva extinção linguística que tende a encaminhar as sociedades híbridas para o unilinguismo.

3. Dilúvio linguístico?

Steven Roger Fischer (Fischer 2002), em *Uma História da Linguagem*, sintetiza aquilo que para muitos parece ser um destino inevitável:

Os dois séculos que se seguirão irão indubitavelmente assistir a uma substituição linguística sem precedentes; à homogeneização e ao nivelamento dos poucos dialectos e línguas que sobrevivem; e, finalmente, em última instância, a toda a gente a falar provavelmente o inglês, como primeira ou como segunda língua, à medida que a sociedade global se torna uma realidade, pelo menos a nível linguístico. (Fischer 2002:197)

Uma língua significa vantagens económicas e culturais, prestígio e domínio. Há imensas razões estratégicas para que as línguas se imponham umas sobre as outras numa guerra em que perder significa, a médio prazo, desaparecer:

Como serão as línguas no futuro? Não podemos prever de modo fiável o futuro linguístico [...]. No entanto, a referência a mudanças linguísticas passadas e o reconhecimento de tendências linguísticas do presente podem revelar-nos cenários linguísticos possíveis, pelo menos para um futuro próximo. Poderemos também querer ter em consideração as actividades de estratégias governamentais e empresariais – falantes sobretudo da língua inglesa – que estão a expandir

energicamente as suas mordomias aumentando a probabilidade de a sua língua (a inglesa) predominar sobre a língua dos não estrategos nas décadas futuras. (Fischer 2002:191)

Ora isto significa que o futuro das línguas se joga nas próximas gerações, dependendo a sobrevivência das mesmas da força e do respectivo prestígio de uso.

As previsões – pode dizer-se, pelo menos, certas previsões – não são nada tranquilizantes. Segundo Fischer «em termos de mero número de falantes, apenas três línguas (e as respectivas linguagens gestuais) irão possivelmente sobreviver daqui a 300 anos: o mandarim, o espanhol e o inglês.» (Fischer 2002:204)

E já se podem ver, prossegue, as tendências para um biliguismo precursor de um possível monolinguismo:

A Escandinávia, a Holanda, Singapura e um pequeno número de outras regiões do globo representam possivelmente já a situação linguística que em breve predominará por todo o mundo: populações adultas bilingues que falam a língua local (metropolitana) e o inglês. Depois disto, talvez lá para o final do século XXIV, só o inglês terá sobrevivido como a única língua do mundo [...].(Fischer 2002:204)

Catastrofismo?

De qualquer forma, há evidências que não se podem negar:

- 1) Nos últimos séculos desapareceram milhares de línguas
- 2) A redução das línguas tem-se acentuando nas últimas décadas
- 3) O inglês caminha para se impor como língua de comunicação global

Isto não implica, necessariamente, que não possa haver uma situação, no futuro, em que haja uma língua para a comunicação global e se conserve um grupo de línguas «regionais». Mas durante quanto tempo isto será possível? A história ensina-nos que em situações de bilinguismo social, as novas gerações procuram a língua de maior prestígio e que lhes ofereça melhores possibilidades de ascensão social e não obrigatoriamente a língua dos pais. Podem (parcialmente) conservá-la, mas nas gerações seguintes a lei do mais forte é inevitável.

Aliás, a ideia de que seria uma «catástrofe» se a diversidade linguística desaparecesse, só é partilhada pelos falantes das línguas «minoritárias». Desaparecer a «língua do outro» não é problema.

E quanto maior for o grupo e o domínio linguístico, menor se torna o «problema», até se transformar mesmo em inevitabilidade.

4. Estratégias de sobrevivência e os tiros no pé

Dado que a sobrevivência de muitas línguas parece ameaçada a longo prazo, podem tomar-se, para línguas como o português, essencialmente, duas atitudes.

Uma será uma atitude estratégica, não apenas na perspectiva cultural e sentimental, mas igualmente económica: ter a constante consciência do problema e por isso fazer os possíveis para que a língua vá resistindo.

Outra será a de considerar que isto não é bem assim, que mesmo na hipótese da generalização do inglês como língua segunda, quem fala português sempre terá «amor» pela sua língua que tem um passado glorioso.

Ora o certo é que a história está cheia de línguas mortas com passados gloriosos, como o latim e o sânscrito. Além disso, numa situação de bilinguismo, facilmente se atinge a fase em que cada falante deixa de ter «a sua língua» para ter «as suas línguas». A acrescentar a isto, numa sintomática ironia, a esmagadora maioria dos falantes do português actual são-no porque o português se impôs fazendo desaparecer as línguas que os seus ascendentes falavam: no Brasil as línguas ameríndias e as línguas originais dos escravos, dos colonos italianos, alemães, holandeses e outros, e em África as línguas locais— processo ainda hoje em pleno funcionamento.

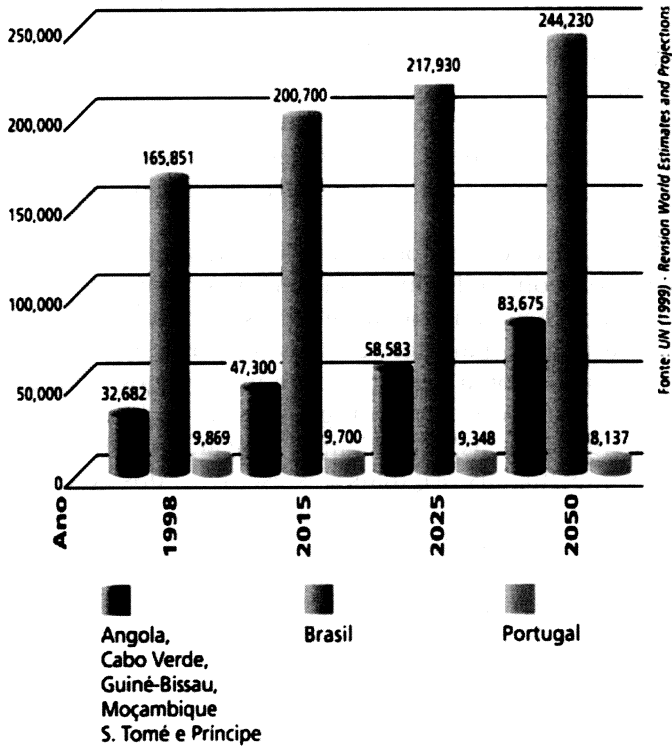
Se o português não se quiser dar por vencido e pretender entrar no jogo da sobrevivência linguística, ter-se-ão que adoptar estratégias de resistência, entre as quais serão de enorme importância:

4.1. A conquista de falantes

O aumento normal dos falantes de uma língua é, obviamente, o demográfico, dependente de factores sócio-económicos e culturais difíceis de alterar. Mas as línguas ganham falantes por outro meio: pela conquista linguística. A língua conquistadora começa por ser língua segunda e nas gerações seguintes pode passar a primeira língua. E neste processo, o português é não só uma das línguas que nos últimos séculos mais cresceu, como uma das que actualmente tem maior margem de crescimento (ver gráfico, na pág. seguinte).

Se no Brasil o português já é praticamente a língua de todos os brasileiros, em África a margem de progressão do português é, a médio e longo prazo, enorme. E como as taxas de natalidade prometem ser aliadas, o crescimento continuado do português no mundo tornará cada vez menor, na globalidade dos falantes, o peso percentual do português europeu:

Projecção da Evolução Demográfica para os Países da CPLP



Estes dados mostram a urgência de uma política de língua que capte para o português sobretudo os falantes que em África estão a começar o processo de bilinguismo. Pode não ser garantido o prato da balança cair para o português. Lembre-se a polémica de quando se falou que Moçambique iria entrar para a Commonwealth.

4.2. O prestígio da língua

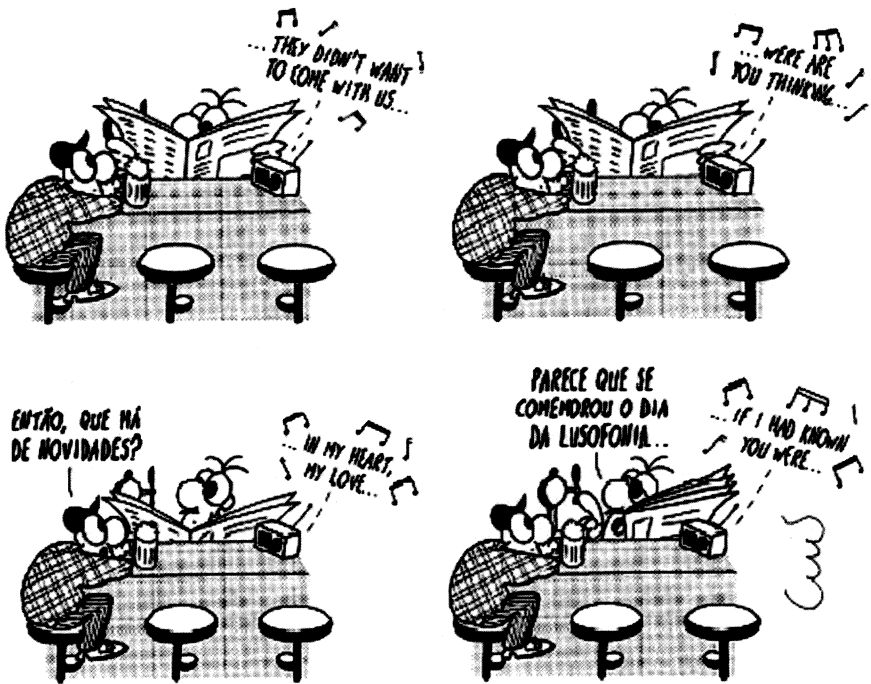
É por demais sabido que em todos os fenómenos de mudança linguística, o prestígio conotado é o principal factor impulsionador.

Que prestígio detém, hoje, o português?

Para a generalidade dos próprios falantes, muito pouco. Enquanto há povos que supervalorizam o lugar da sua língua no mundo¹, os portugueses, em geral, têm uma ideia muito depreciativa do lugar que a sua língua ocupa na escala das línguas. A maior parte dos imigrantes não incentiva os filhos a manterem o português; não compreendem como é que há estrangeiros que querem aprender português; em Portugal, alguns dos grupos musicais mais populares, entre muitas camadas jovens, têm nomes em inglês e cantam em inglês ritmos anglo-saxónicos, dizendo que estão a fazer «música portuguesa». As marcas comerciais (produtos portugueses, nomes de estabelecimentos, marcas de roupa) frequentemente aparecem em inglês.

A situação já faz de tal modo parte do nosso imaginário colectivo que justifica o humor com que frequentemente se assinalam as contradições entre a institucionalização da dita defesa da língua e a realidade da sua desvalorização quotidiana em detrimento doutras, normalmente do inglês:

¹ Em vésperas da abertura da *Expolangues* de 2002 em Paris, o Jornal *Le Monde* (de 28/2/2002) referia uma sondagem segundo a qual mais de metade dos franceses achava que em qualquer lugar do mundo seriam entendidos se falassem apenas francês.



(Bartoon, jornal Público)

E não se diga que é só o «povo simples».

As estruturas de poder dão claros indícios que o tão apregoado «amor à língua» é para consumo caseiro. Há inúmeros episódios de governantes que no estrangeiro evitam falar em português, mesmo quando as situações o permitem ou até aconselham. E que dizer da discriminação, legalmente instituída, de minorizar a investigação científica se feita e publicada em português, mesmo que o tema seja a língua portuguesa? Não se defende que não se deva internacionalizar a investigação e que muitas vezes essa internacionalização implica o uso do inglês. Mas deverá ser sempre? Por que é que um artigo científico publicado em inglês é mais valorizado (por exemplo em concursos oficiais) e portanto considerado melhor, do que o mesmo artigo escrito em português? Isto leva ao ridículo de situações como as que acontecem em congressos feitos em Portugal, por e para portugueses em que a temática é a língua portuguesa, algumas das comunicações serem feitas em língua estrangeira, normalmente o inglês. Ou mesmo de congressos linguísticos realizados em Portugal (e apoiados finan-

ceiramente ou pelo estado ou pelas suas instituições) onde investigadores portugueses irão falar das suas investigações sobre aspectos do português, mas onde não se pode usar outra língua que não seja o inglês.

Será assim que se prestigia e defende a língua portuguesa? Ou não será isto uma forma de equiparar o português a certas línguas mais ou menos exóticas, cujo único «prestígio» é serem utilizadas para ajudar a justificar uns quaisquer universais linguísticos, seja isso o que for?

As línguas só existem plenamente nos corpos, nas mentes e nas interações das pessoas e sociedades que as utilizam. A importância que lhes é atribuída e as probabilidades de sobrevivência que possuem decorrem do peso do seu uso e de serem utilizadas em situações e instâncias de prestígio. E que prestígio, senão negativo, pode advir para uma língua que não «serve» para ser usada num encontro de especialistas de língua, mesmo quando falam dela, no próprio país onde ela é falada?

4.3. *A escrita do polegar e a conversa teclada: osmoses e hibridismos*

A massificação do telemóvel veio alterar substancialmente a relação que as camadas juvenis mantinham com o texto escrito. Este tipo de texto, até aí tido como uma forma de representar a linguagem mais formalizada, contraposta à oralidade quotidiana, é transfigurado pelo telemóvel como instrumento de escrita. São as chamadas mensagens SMS as causadoras deste verdadeiro fenómeno, que leva alguns sociólogos actuais a falar de uma «generation text» que de repente começa a escrever muito mais no telemóvel do que no tradicional papel.

Ora a escrita SMS é radicalmente diferente da escrita tradicional. Não se destina a passar para o papel, possui um carácter muito mais transitório e informal, sendo entendida como a forma o mais próxima possível do discurso oral. Possui um poder de atractividade imenso nas camadas mais jovens, já que a comunicação é instantânea², permite interações com quem se quer (podendo o emissor ficar anónimo e estudar as reacções do receptor) e consegue, quando passa nos meios de comunicação social de grande prestígio, como as televisões,

² No português brasileiro, as mensagens SMS são sintomaticamente designadas como «torpedos» (Dicionário *Aurélio*).

alcançar milhões de receptores, dando aos seus autores os segundos de fama que os compensam.

Por muito que se horrorizem os defensores do purismo clássico das línguas, são estas formas de comunicação que também mantêm a língua viva e que a projectam para o futuro. A sobrevivência futura de uma língua depende mais do facto de ela se tornar necessária à contemporaneidade do que das glórias do passado.

A socialização e normativização linguística que compete à escola fazer, muitas vezes esquece esta vertente dos novos usos da língua e porque os considera não-normativos transmite a ideia que eles são um atentado à «verdadeira» língua, a língua dos escritores consagrados. Seria muito melhor que a escola aprendesse a ver e a trabalhar com estas novas formas de expressão e as contextualizasse no plano das variedades e níveis de linguagem que todas as línguas possuem. Seria uma forma de controlar e orientar as novidades, evitar hibridismos nefastos ou importações desnecessárias e prestigiar os mecanismos internos da própria língua. Não costuma ser essa, no entanto a tradição:

Na continuidade de uma longa tradição em que à língua estudada na aula não interessa a língua da rua, o escrevente juvenil sente que a escola não tem nada a ver com a forma como ele escreve SMS. E então, nesta forma que considera própria, investe os sinais que considera de maior prestígio no acto de comunicar, entre os quais, frequentemente, a informação que domina (muitas vezes mais aparente do que realmente) a língua que está omnipresente nas suas actividades preferidas: o inglês. E assim, enquanto as SMS inglesas são escritas apenas em inglês, muitas das escritas na língua portuguesa acabam por adquirir um hibridismo mais snobe do que criativo e que desfigura qualquer tentativa de uma construção morfo-sintáctica num português aceitável. (Teixeira, 2003:397-398)

Para ilustrar esta temática, permita-se a apresentação de uma pequena recolha de SMSs, que exemplificam os hibridismos a todos os níveis, desde os construídos por estrangeirismos, por simplificação da escrita, pela mistura da escrita formal e da oralidade e por neologismos de criatividade dentro do sistema da própria língua (*teclar=escrever, dizer*, exemplo 51):³

³ Recolha feita em Agosto e Setembro de 2002 em dois canais de televisão por cabo. As reticências (...) indicam que a mensagem não foi totalmente transcrita.

1. Oi Sol. És a melhor companhia. ... Bjo
2. OI SOL! ADORAVA Q ACTUASSEM EM PORTUGAL BRYAN ADAMS E BONJOVI, HÁ MUITO QUE NÃO VEM CÁ.BJOS
3. ... Sou maluka pelo clip e pela musica ...
4. oi ppl!! Eu curtia bue de ver o EMINEM actuar em Portugal.fikem bem!AMO-TE DIANA!
5. GOSTO MUITO DO SOL GOSTARIA QUE FIZESSE UM PROGRAMA DE MUSICA DE DISCOTECA AMO-TE MT VANDA.
6. Oi voces são os melhores ... Um jinho para ...
7. (Kika,Estoril) Nunca tive muito tempo separada de qq namorado meu...
8. Tudo bem pple?passem um special...
9. Oi ppl do sol! Gostava mt k passacem cenas d smoke city! Um bj mt grand pa td o ppl d telheiras!
10. O melhor vidio-clip do momento é korn, pf passem mais sobre eles. Parabéns a sol musica, 1 abraço p/todos vos.Amo-t liliana
11. ... odeio-t zezao, odeio-t duarte! Bedzos
12. Boas ppl do sol, ...
13. UM GRANDE BEIJO PRA TI ... ADORO-TE XAU
14. oi ppl!a minha banda preferida é ... podiam passar mais cenas deles.quero mandar um big kiss pro ANGELBOY e para o ppl do candal
15. ... tou com vontade de ouvir a musica ...
16. (Bé,Guimaraes) boas pobo!! So passei por aki pa mandar um beijinho a todas as girls k kurtem SLIPKNOT.. AMO-TE NOKAS!!
17. ... JINHOS ADORO-TE
18. ...a todos os motards ke estão...
19. ...o vosso canal é muito fixe...Bjos para o Mac
20. Oi ppl de coimbra...
21. GOSTO MT DO VOSSO PROGRAMA.ABRAÇOS PARA A UNIVERSIDADE DA CERVEJA.CURTO BUE DA WEASEL.
22. Oi ppl!o melhor video...
23. ... Bjx para todos os mkos e mkas que conheço!
24. ... jinhos silvy e um ola migos albertina mario
25. Oi malta, td bem, gostava ... Amo-te mt,mt,mt,mt ...
26. p mim a melhor banda ... bjs escaldantes p a catia
27. EI PESSOAS!
28. OI PPL DO SOL MUSIKA. MELHOR KLIP ...
29. APPOCALYPTICA FOI O MELHOR CONCERTO Q VG NA MINHA 1 QUEIMA DAS FITAS EM COIMBRA.MANDEM MSG MULHERES
30. Oi ppl do c 21! por onde anda o ppl do xat, ... ? fikem bem. SLB4EVER
31. FCP 4 EVER. SLBS NÃO FALEM MAL DO FCP ... BJ P FCPS.
32. (CrAzYmAc amo te mtol!jinhos fofos para o ppl da gaf.encarnação.
33. Ois o canal está excelente...

34. kika vê-se mesmo que não pensas. Desde quando é ke 1 jogador ...
35. OI PESSOAL DE PORTUGAL! O MELHOR VIDEO CLIP ..., PA MIM ...
36. Tass, curto mil o vosso canal mas era fixe que passassem bandas como... Abraços po ppl d covas!
37. Olá gosto mt de celin dion, adorava vela em portugal. A sol musica é baril, um beijo pra vos...
38. ... ELES ROKAM MEMO A FORÇA TODA!ABRAÇOS E JINHOX PO PPL DA AMUROSA
39. parabéns granda canal!Bj para o meu mor ...
40. OI PESSOAL DO SOL TD FIXE!GOSTAVA BUE VER UM ESPECIAL «SPLIPKNOT» PLEASE.
41. Oi people do sol, tudo bem?
42. Oi sol, ... adorei ve-los em paredes de coura.Beijos para todo o ppl k lá teve. 1 especial ...
43. OI PPL DO SOL! MANDO ESTA MSG PARA VOS PEDIR K PASSEM ...
44. KERIA DIZER AH FILIPA KE A ADORO!UM OLA PO PPL DE ALMADA
45. Oi ppl do Sol ! curto bués o vosso canal! curtia k passassem ...
46. O vosso canal é altamente...
47. Hail! ... Punk e grunge foreva... Ñ comercializem o punk.
48. ACHO Q ACIMA D QUALQUER SENTIMENTO ESTA A MUSICA POIS ELA ENVOLVE TODOS ELES.JÁ Q FUI INFELIZ N AMOR Ñ M PREOCUPO AINDA TENHO A VOSSA MUSICA
49. (Pika,Braga) oix ppl do Sol!passem... tou mesmo a precisar!passem-na hj.fiko a espera! AMO*TE MARIA JOAO!, 1 grande bj pra ti
50. Quanto aos 4-0 só tenho ama coisa a dizer-SCP 4EVER!!!podia ter levado 20 k eu NNK mudava pa SLB ou FCP!ser SCP é lindo!jinhox pás leoas
51. SLB's, FCP, SLB e SCP jogaram contra o CELTA!e so 1a ekipa ganhou!kem foi?kem havia de ser?SCP RULLEEZZZ!!!fikem bm e parem de tc mal do SCP!

É com certeza o prestígio linguístico que o inglês possui que leva a que, por exemplo, a forma mais frequente de tratamento seja *ppl* (= *people* 16 vezes) ou as variantes *pple* ou por extenso *people*. As formas portuguesas *peçoal* e *malta* surgem apenas duas vezes e uma vez, respectivamente. As criações que usam números em que o valor fonético em inglês corresponde a um jogo homófono são particularmente apreciadas: *SLB4EVER* (=Benfica para sempre, exemplo 30), *FCP 4 EVER* (=Porto para sempre, 31). Mesmo quando o conhecimento da língua inglesa é pequeno, é enorme o desejo de se mostrar a usá-la (*Punk e grunge foreva*, 47).

Exorcizar da sala de aula todo este hibridismo linguístico, não resolve o problema. Leva, antes pelo contrário, a que o processo não

tenha o controlo que poderia ter, como o de tentar adaptar esta forma de escrita à língua portuguesa:

Por que não, para começar, tentar aportuguesar este sistema de escrita? Tal como existe, é uma miscelânea estranha, quer para o inglês quer para o português. O aportuguesamento poderia começar por um grupo de pronomes muito utilizado (*que, quem, qualquer, quando, qual*) e que enxameiam as mensagens de «kk», uma letra ainda um pouco estranha ao nosso alfabeto. Como se pode constatar nas mensagens recolhidas, ainda não há uniformização, chegando a mesma mensagem (35) a apresentar formas diferentes (entre parêntesis o número da mensagem):

que= k (9,16,43,44,46,51), ke (18,35,45), q (29,49,49), que (23,35,37)

qualquer= qq (7)

quem= kem (52,52)

Não seria melhor usar as formas *q=que, qq=qualquer, qm/qem=quem* graficamente muito mais ligadas ao processo normal da escrita? Note-se o «prestígio» do «k» nas palavras *maluka* (3), *kurtem* (16), *Nokas* (16) e *KLIP* (28). Aqui não foi utilizado por uma questão de economia de caracteres, mas apenas para dar um ar mais atractivo (segundo uma determinada perspectiva, claro!) à mensagem. (Teixeira, 2003:401-402)

O abandono à sua sorte destes novos níveis de escrita, torna-se muito mais problemático na medida em que é esta a forma de escrita que frequentemente se usa nas conversas tecladas através dos chates e blogues da internet. E pode-se considerar de menor importância este tipo de uso de uma língua. No entanto é precisamente ele que serve como um dos critérios internacionais para aferir a importância de utilização das línguas modernas. Há sítios na internet que se dedicam a verificar a percentagem que cada língua ocupa na rede, como uma forma de conferir a importância, a vitalidade e as projecções futuras sobre as línguas (http://funredes.org/LC/english/L5/L5results_detail.html):

Languages studied	L5's hypotheses of absolute weighting		L4 Sept 1998	Evolution L4/L5			
ENGLISH	55.00%	50.00%	45.00%	75.00%	-26.67%	-33.33%	-40%
SPANISH	6.02%	5.48%	4.93%	2.53%	137.94%	116.60%	94.86%
FRENCH	4.87%	4.43%	3.99%	2.81%	73.31%	57.65%	41.99%
ITALIAN	3.23%	2.94%	2.65%	1.50%	115.33%	96.00%	76.67%
PORTUGUESE	2.97%	2.70%	2.43%	0.82%	262.20%	229.27%	196.34%
RUMANIAN	0.18%	0.16%	0.14%	0.15%	20.00%	6.67%	-6.67%
Remainder of languages	20.35%	27.59%	34.83%	17.19%	18.38%	60.50%	102.62%

Como se pode comprovar por esta tabela (presente no sítio referido em Novembro de 2004) o português é a língua com a maior percentagem de crescimento. E quer se queira quer não, será a presença e a importância que o português conseguir nos usos que tabelas como esta representam que ditará, em grande medida, o lugar que ocupará entre as línguas do mundo:

Oitenta por cento da informação na Internet é transmitida actualmente em língua inglesa. A julgar pelo índice de crescimento da utilização da Internet, este facto só por si poderá assegurar a posição do inglês como língua mais popular do mundo ao longo de quase todo o século XXI, senão até mais tarde. A população mundial está assim a ser «obrigada» a adoptar o inglês e prosperar, ou a ignorá-lo e declinar. No início do século XXI, a aprendizagem do inglês tornou-se uma questão económica básica: os empregos mais bem pagos do mundo exigem o domínio do inglês. Esta é a tendência que irá possivelmente determinar o perfil linguístico do planeta nos próximos dois séculos, pelo menos. (Fischer 2002:203-204)

Ignorar e desprezar este facto (a importância da presença das línguas nos usos da moderna comunicação global) numa política de língua, poderá ser também dar um tiro no pé.

4.4. *A repulsa pela variabilidade: o purismo e o «português do Entroncamento»*

Qualquer língua tem de defender uma norma culta que funcione como um modelo ideal aglutinador dos falantes que na mesma língua se expressam. O que não pode fazer é coisificar essa norma padrão como um falar específico de uma dada região até aos pormenores mais atómicos, transformando a maioria dos falantes em sacrílegos quando não seguem um qualquer pormenor lexical ou fonético que a norma extraordinariamente particularizada impõe.

Por isso é que muitos dos grandes dicionários das grandes línguas evitam, por exemplo quando pretendem ser um dicionário de referência normativa, a transcrição fonética. O português europeu ainda não se habituou a ser visto como uma parte de uma das grandes línguas mundiais da actualidade, e para muitos que o julgam assim defender de ataques terríveis, só pode ser realizado com a exacta pronúncia da região que consideram a mais pura. E constituiu-se assim miticamente o português «das pessoas bem formadas da região entre Coimbra e Lisboa», como se costumava dizer (e ainda alguns dizem!). Um mito que nunca correspondeu à realidade, já que esta região (cujo epicentro seria o Entroncamento) nunca correspondeu a uma variedade una a nível linguístico. A fórmula servia sobretudo para contentar «as pessoas cultas» de Lisboa que iam ensinar e aprender para a Universidade de Coimbra e que, portanto, levavam consigo a pureza da língua.

A visão e imposição de uma norma excessivamente regulamentada até aos mais ínfimos pormenores é uma forma de fragmentar desnecessariamente uma língua, dando a ideia que falamos de forma «diferente» uns dos outros. Não será por acaso que frequentemente se relevam as diferenças entre o português (europeu) e o chamado «brasileiro» e não se consideram relevantes as diferenças entre o espanhol de Espanha e o «argentino», o «colombiano», o «peruano», o «cubano», etc.

Por isso, para muitos defensores da pureza linguística, tentar que a língua se imponha e estenda a um cada vez maior número de falantes parece ser um aspecto secundário relativamente aos perigos de haver pronúncias como *outro* [ˈowtru] ou *cano* [ˈkanu] em vez dos «correctos» [ˈotru] e [ˈkɛnu].

4.4. *O português como língua global*

Uma língua que aspire a uma presença e uso globalizantes, que possa abarcar não apenas países diferentes mas, como o português, se queira instrumento da constituição de uma comunidade lusófona abarcando os vários continentes tem que aspirar a uma unidade formal que não encalhe nas pequenas diferenças que cada uso necessariamente possui.

Torna-se urgente, a este respeito, a implementação de um acordo de escrita, tantas vezes tentado mas sempre, por uma ou outra razão, não conseguido. Custa ver a pouca importância que é atribuída ao célebre acordo ortográfico, aprovado mas ainda não instituído na prática como mecanismo unificador de uma norma gráfica para o universo da língua portuguesa. Há uns dias apareceu numa mensagem de rodapé de um noticiário televisivo uma notícia segundo a qual o Brasil quereria pôr em prática o referido acordo. O acordo seria, a meu ver, um reforço para a estabilização do português como língua global. O pouco interesse e debate que a notícia despertou é sintomático. Também não se ouve falar de diligências dos organismos governamentais a este propósito.

Há quem diga que mecanismos unificadores como um acordo de escrita só servem para disfarçar divergências que inevitavelmente levarão à separação linguística entre o português europeu, brasileiro, angolano, moçambicano, etc.

Caso isto fosse verdade – estas variedades do português caminharem para se estruturarem como línguas diferentes – mais urgente se tornaria implementar o acordo e não esquecer o problema, aceitando o estilhaçar do português como língua global. No entanto, esta profecia sobre a constituição das variedades em novas línguas se se verificou no passado não quer dizer que se repetirá necessariamente no futuro. Hoje em dia a instantaneidade, a frequência e a globalização das comunicações parecem tender para unificar registos linguísticos falados em regiões muito distantes e não acelerarem o processo inverso de divergência e diferenciação que acontecia em séculos passados:

Antes da rádio e dos filmes, a maior parte dos britânicos não tinha ouvido nunca o inglês americano falado, que muitos consideravam «ordinário» quando o ouviam pela primeira vez, sobretudo a nasação tipicamente americana. A maior parte dos americanos também nunca tinha ouvido o inglês britânica «correcto». Hoje, passadas

três gerações, as duas variedades, em vez de evoluírem para línguas descendentes, como teria sido normal em termos de processos linguísticos, estão a tornar-se cada vez mais próximas. [...] O inglês britânico, o inglês americano-padrão e outras formas de inglês faladas por todo o mundo estão a contribuir para o amálgama linguístico que é o inglês-padrão internacional, uma língua emergente. (Fischer 2002:203)

Relativamente ao português, estudos recentemente realizados⁴ parecem demonstrar que a divergência lexical era maior nos anos cinquenta do século XX do que actualmente. Fenómenos como as migrações do final de século e um muito maior intercâmbio linguístico permitido pela globalização podem ajudar a explicar esta surpreendente tendência, não só para a não divergência progressiva, mas mesmo para alguma convergência.

Por tudo isto, mais urgente, necessário e justificado se torna deixar de continuar a dar tiros no pé como acontece com o desacordo ortográfico e tentar encontrar mecanismos que tornem o português cada vez mais uma língua globalizante, uma língua presente nos pontos estratégicos nas futuras zonas de desenvolvimento mundial como serão, com certeza a América Latina e a África.

5. Conclusão

Costuma dizer-se que os economistas gastam 50% do tempo a fazerem previsões económicas e os outros 50% a justificar por que é que não acertaram. Nada indica que os linguistas sejam melhores nos futurismos com que nos brindam.

No entanto, há evidências que não se podem negar: as línguas têm-se reduzido a um ritmo alucinante nos últimos séculos, sobrevivendo apenas as mais fortes; a globalização leva o inglês a transformar-se de língua, no sentido clássico, em instrumento da comunicação global. Este processo já levou à hibridização de todas as outras línguas. Não será esta uma situação problemática, mas sim caso esta hibridização transforme as línguas, para além do inglês, em produtos geneticamente modificados com morte pré-anunciada. A humanidade

⁴ Ver SILVA, 2006.

pagaria um custo enorme se trocasse a diversidade por possíveis vantagens de uma globalização total a nível linguístico. Muita gente não tem dúvidas que esta uniformização acontecerá, pelo menos a longo prazo.

A acontecer, esta situação seria dramática para a diversidade cultural e cognitiva da espécie humana. O próprio conceito de língua alterar-se-ia.

Uma das soluções que o futuro pode trazer para este problema pode estar na tradução automática. Caso ela se torne viável e fiável, os inconvenientes da diversidade linguística desaparecem. No entanto, para já, a tradução automática simples e acessível, do género telemóvel, ainda é um mito. Até ela existir, as línguas terão que resistir. Nem todas, no espaço de alguns séculos, sobreviverão. Apenas aquelas que se impuserem, que forem usadas por falantes que, usando-as em todas as situações as prestigiem e lhes garantam a sobrevivência. Para que num futuro mais ou menos longínquo seja possível que uma língua como o português possa, como Mark Twain, dizer: «As notícias sobre a minha morte foram muito exageradas».

Bibliografia

- FISCHER, Steven Roger, 2002, *Uma História da Linguagem*, Temas e Debates, Lisboa.
- SILVA, A., 2006, «O léxico do futebol no português europeu e no português brasileiro: convergência ou divergência?», *Diacrítica*, 20-1, Série Ciências da Linguagem, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga.
- TEIXEIRA, José, 2003, «O Q É Q É + IMPORTTT N1 MSG? (Mensagens SMS e novos usos da escrita)», *Diacrítica*, Série Ciências da Linguagem, n.º 17/1, Universidade do Minho, Braga, pp. 387-405.

A Roma grega e a Grécia romana: encontros e desencontros

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA
Universidade do Minho

Num Colóquio subordinado ao tema «Novos cosmopolitismos. Identidades híbridas» soará talvez a despropósito falar da Grécia e de Roma antigas. Mas «novos» pressupõe «antigos» e é difícil não pensar em cosmopolitismo e identidades híbridas quando se olha retrospectivamente para o mundo grego e o mundo romano e se atenta na continuada simbiose das suas culturas, que darão lugar à cultura greco-romana, de que somos herdeiros.

O objectivo da presente comunicação consiste, por isso, em ver como se processou o hibridismo cultural entre Romanos e Gregos, com especial incidência no período que vai desde meados do séc. III a.C. até finais do séc. II d.C., isto é, desde o início das guerras púnicas até ao tempo dos Severos – um período que tão importante foi na consolidação das relações entre Roma e a Grécia¹.

¹ Os contactos de Roma com o Helenismo, sabe-se hoje, remontam às origens da própria cidade, mas o fenómeno da progressiva helenização da cultura romana teve lugar sobretudo a partir de meados do século III, embora se tenha acentuado no final da segunda Guerra Púnica. A respeito da ideia de que Roma terá sido, nos seus inícios, uma cidade grega, como defendeu Dionísio de Halicarnasso, veja-se Alain Chauvot, 1998, pp. 8-10 e interessante bibliografia citada. Vale a pena consultar ainda as circunstanciadas e elucidativas notas de Paulo Famhouse Alberto à sua tradução do Livro I do *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio, 1999: 30-53, nn. 2-56, e ainda, sobre «As origens de Roma», M. Helena da Rocha Pereira, 1984: 11-20.

Os Gregos vistos pelos Romanos

Pertence a Horácio a mais conhecida formulação deste contacto extremamente frutífero que se estabeleceu entre as duas culturas, quando afirma:

A Grécia vencida conquistou o seu feroz vencedor
e no Lácio agreste as artes introduziu; assim perdeu o curso
o áspero metro satúrnio e a elegância expulsou
a pesada sordidez; mas por longo tempo ficaram
e existem ainda hoje vestígios de rusticidade.
Levou tempo a volver o engenho para os escritos dos Gregos
e depois das Guerras Púnicas começou, já tranquilo, a indagar
que lhe trariam de útil Sófocles, Téspis e Ésquilo².

Este famoso passo horaciano tem sido, apesar da sua aparente clareza, objecto de inúmeros comentários e diversificadas exegeses. Para lá da interpretação mais corrente, que entende estes versos como expressão linear da inegável influência literária e artística da Grécia sobre Roma, há quem interprete à letra o meio verso «e no Lácio agreste as artes introduziu» e veja nele uma alusão concreta à actuação do cônsul romano Lúcio Múmio na conquista e saque de Corinto, em 146, quando este general se apoderou de inúmeras obras de arte gregas e as distribuiu pelo Lácio, a pretexto de que as salvava do caos em que se encontrava a cidade saqueada (Ferrary, 1988: 576)³. A ser assim, o gesto constituía um sinal claro do interesse que já então a matéria artística grega despertava junto dos romanos.

Uma outra interpretação, particularmente inovadora e pertinente para o nosso propósito, é a de um professor de Harvard, Michael

² Horácio, *Epist.* 2.1.156-163 (trad. de M. Helena da Rocha Pereira, 2000: 204-205), uma epístola poética dirigida por Horácio a Augusto.

³ Cerca de setenta anos mais tarde, quando Sila saqueou Atenas, o seu gesto foi, segundo testemunho do grego Pausânias, considerado pouco digno de um Romano, como lembra M. Helena da Rocha Pereira, 2005: 823, num artigo que contém observações de grande relevância para o tema da identidade cultural, a par de referências bibliográficas importantes, de que me permito destacar a colectânea de estudos organizada por R. Laurence e J. Berry, em 1998, e a obra de J. Huskinson (ed.), de 2000.

Hendry, que, num artigo muito interessante, interpreta esse passo da epístola a Augusto como uma alegoria que remete para o casamento entre Grécia e Roma, sendo a Grécia o elemento feminino, subjulgado, e Roma o elemento masculino, vencedor. A *Graecia* dos citados versos horacianos é a Grécia tal como os Romanos a viam: mulher da classe alta, rica, requintada; o marido, não especificamente nomeado (mas percebe-se que seria uma espécie de «Rom(an)us», subentendível no *ferus uictor*, ‘feroz vencedor’), corporiza o homem romano como os tradicionais Catões o idealizavam: pequeno rendeiro, pequeno comerciante, forte guerreiro, trabalhador incansável, vulgar, semiculto, e não muito asseado. O Romano deixara-se seduzir pelo encanto e beleza da Grécia, o que o levou a pretendê-la para «esposa». Em contrapartida, ela ensina ao homem romano boas maneiras e trá-lo ao mundo civilizado, embora os seus esforços no sentido do requinte nem sempre sejam bem sucedidos⁴. Esta interpretação, que assenta numa cuidada análise semântica dos termos mais significativos dos vv. 157-163 da epístola horaciana, tem algo de audacioso, mas a verdade é que a linguagem utilizada não é diversa do vocabulário da elegia erótica romana, como cabalmente comprovou o referido autor. E temos de convir: a imagem da Grécia vencida que seduziu o seu vencedor é sedutora. Apesar de persistirem, no dizer de Horácio, sinais de rusticidade, Roma passou a olhar de outra forma para a arte grega e enriqueceu-se do ponto de vista cultural. Na verdade, os Romanos não se limitaram a receber passivamente a influência grega. Percebendo a excelência das luzes que vinham da Grécia, os Romanos caminharam ao seu encontro, numa clara atitude de filo-helenismo. Sirva de exemplo o que aconteceu em 167 a.C., na sequência da vitória de Paulo Emílio sobre Perseu, rei da Macedónia, em Pidna: uma enorme quantidade de livros – a famosa biblioteca de Perseu, cujo início remontava ao grande Aristóteles, professor de Alexandre – deu entrada em Roma. Esses livros, o único espólio que o general romano quis trazer consigo, destinavam-se à educação dos filhos, entre os quais o futuro Cipião Emiliano, um general (sob cujo comando Cartago será destruída) e um homem de grande cultura. Assim a geração que ficará conhecida como a do «Círculo dos Cipiões» ia tomando corpo (Ferrary, 1988:

⁴ HENDRY, 1996. Em comentário aos versos horacianos em apreço, C. A. Louro Fonseca (1987: 381) escreveu: «Horácio, no seu íntimo, devia estar convencido de que a poesia romana nunca lograria alcançar a perfeição grega».

XII)⁵. E o hábito de possuir duas bibliotecas, uma grega, outra latina, não tardaria a surgir.

Para lá do profundo reflexo na criação literária e artística, a que Horácio se refere, o contacto entre as duas culturas teve incidência nas mais diversas esferas da vida romana, provocando uma mudança radical de paradigma no *modus uiuendi* do homem romano. Este, a par das suas obrigações para com o Estado e os concidadãos – aquela actividade que os Romanos designavam de *negotium* –, passa a encarar a possibilidade de dispor de tempo livre para o descanso estudioso – conhecido com a designação de *otium*. Em boa verdade, o termo *otium* diz respeito a ‘inactividade’, ‘descanso’, ‘ócio’, ‘lazer’, independentemente da forma, mais ou menos útil, como era utilizado esse tempo. Mas, entre os homens cultos, o termo significava antes de mais o espaço (de tempo) consagrado ao trabalho intelectual ou à actividade das Letras. Foi sobretudo no decurso e depois das guerras contra Cartago – e recorde-se que o próprio Horácio o afirmou, no passo atrás transcrito –, e depois da vitória romana sobre a Macedónia, que os Romanos sentiram haver espaço para se entregarem ao *otium studiosum*, uma forma de actividade considerada tão útil ao Estado como a do *negotium*. Cícero não se cansará de glosar este tema, seja na Correspondência, seja nos tratados de pendor político e filosófico; mas trata-o de forma especial no seu discurso *Pro Archia Poeta*, no qual, para defender um poeta, para mais um poeta grego, não hesita em confessar abertamente a importância de um *otium* consagrado às Letras, isto é, às *artes humanae*, as artes do espírito que contribuem para a formação do homem, segundo o ideal da *humanitas*⁶.

Nesta mudança, a própria organização do espaço habitacional se modifica, em reflexo da alteração de tantos outros hábitos romanos: a configuração da casa deixa de se limitar à arquitectura etrusco-romana, com o *atrium*, que é o centro da casa e dos afazeres e está

⁵ Sobre a questão da helenização de Roma, veja-se, de M. H. Rocha Pereira, 1984: 37-167. Sobre o período dos Cipíões, não pode deixar de se consultar Grimal, 1975. Importa lembrar que pertence a Terêncio, dramaturgo romano que fez parte deste círculo, a primeira afirmação emblemática do ideal da *humanitas*: «Homo sum: humani nihil a me alienum puto» (*Heaut.* 25).

⁶ Este termo, cunhado por Cícero para equivaler à *paideia* grega, configura um tipo de formação humana – a formação integral do homem livre –, que tem origens no programa educacional da Grécia. Pela mesma época, Salústio afirmava ser tão útil à *res publica* com a sua «inactividade» (*otium*) – consagrada ao trabalho de historiador – como os outros com a sua actividade (vd. *Iug.* IV, 4-5).

voltado para o exterior, e passa à *domus* helenística, que mantém o espaço tradicional (não esquecer que os Romanos foram sempre respeitadores do *mos maiorum*), mas lhe acrescenta uma área de salas de estudo e repouso, peristilo e jardim interior, em suma, um espaço para o *otium* dado ao descanso, ao recolhimento do espírito e à tertúlia, sendo partilhado com um grupo de pessoas com gostos e interesses afins (Grimal. 1974: 49-59).

O primeiro sinal evidente de que algo mudava na cultura romana foi dado no ano de 240 a.C., quando os Romanos quiseram celebrar o final vitorioso da primeira Guerra Púnica e agradecer o apoio dado a Roma por Hierão de Siracusa. Com esse objectivo, incumbiram Lívio Andronico – um nome que por si só espelha bem a mistura Romano/Grego – de representar uma peça de teatro que, em atenção ao referido rei de Siracusa, seria de tema grego. O mesmo Andronico foi encarregado de ensinar os filhos da família romana que o acolhera (quando foi feito refém na conquista de Tarento) e não encontrou melhor forma de o fazer do que traduzir a *Odisseia*, porquanto não havia textos em latim adequados ou interessantes para o ensino. Não muito tempo depois, entra em cena Plauto, que ficará na história da cultura e da literatura romanas como o maior comediógrafo latino. A tradição teatral romana era bastante rudimentar, as peças eram destituídas de argumento ou intriga precisos. Plauto decide então recorrer à comédia grega e adaptá-la a solo romano, conferindo-lhe uma vivacidade e até uma truculência que lhe vinha exactamente da tradição local. Como se sabe, as peças plautinas ostentam, regra geral no prólogo, o nome do autor e da peça grega que serviu de inspiração à comédia latina. Mas importa atentar no tipo de expressão geralmente utilizada para dar essa informação: *Plautus uortit barbare*, isto é, «Plauto traduziu em língua bárbara». Era como se o comediógrafo latino se tivesse deixado imbuir do espírito grego da peça e pensasse: ao traduzir do grego para o latim, estou a traduzir para uma língua bárbara. E de facto assim era considerada a língua do Lácio: para os Gregos, os Romanos dos primeiros tempos eram bárbaros, como eram bárbaros todos os que não falavam grego. Tenha-se, no entanto, em atenção que o termo *uortere* significa mais do que, ‘verter’ ou ‘traduzir’ de uma língua para outra; o termo veicula a ideia de ‘mudar’, ‘transformar’, ‘reelaborar’. E na verdade Plauto não se limitou a traduzir. Ele transformou, recriou, aclimatou ao espaço romano o texto dos comediógrafos gregos; se assim se pode dizer, ele romanizou, ou antes, «plautinizou» a comédia grega de Menandro,

Dífilo e outros⁷. Neste sentido, Plauto – e assim acontecerá com a generalidade dos autores latinos – tomou os escritores gregos como modelos, mas não se limitou a imitá-los, pois recriou-os e «latinizou-os» (Fedeli, 2002: 9). É também inegável que, quando decide *uortere barbare* as comédias gregas, Plauto acaba por dar voz a esse sentimento de que da Grécia vinha o requinte, a elegância, em contraposição à idiosincrasia de um povo inculto e moldado pela guerra ou pelo torrão natal.

Assim foram as primeiras origens da literatura latina, sob a influência grega. E a situação não se altera com o passar do tempo. Como mostrou Alain Deremetz de forma concludente, os poetas e prosadores latinos dos tempos de Cícero e de Augusto continuaram a assinalar com orgulho e sistematicamente a raiz grega da sua obra – como se a produção literária latina não existisse sem esse nobilitante certificado de origem e qualidade. Directa ou indirectamente, a marca grega está lá. Virgílio principia a sua famosa *Bucólica IV* (a chamada bucólica messiânica) com o vocativo *Sicelides Musae*, seguido de uma exortação (*paulo maiora canamus*). Ao fazê-lo, o poeta sugere vários níveis de influência: através de *Sicelides Musae*, duas palavras de raiz e configuração gregas (*Sikelia*, com o sufixo de filiação *-ides*, e *Mousae*), reenvia para o poeta «fundador» do género bucólico, Teócrito de Siracusa (na Sicília), querendo assim dizer que se vai situar nesse campo poético – o que para o leitor culto significava poética helenística ou alexandrina, de grande qualidade e contenção artísticas –, mas que vai elevar o seu tom, de forma a transformar uma bucólica num texto de alta profecia política. Do mesmo modo, quando o Mantuano iniciar a apresentação da *Eneida* com o célebre hemistíquio *Arma uirumque cano*, estará a dizer ao leitor (culto) que subjacentes ao seu poema épico estão os dois modelos gregos de maior fama, a *Iliada*, um poema de guerra, e a *Odisseia*, um poema de viagens. Mais: ao celebrar as origens de Roma, o poeta, paradoxalmente mas simbolicamente, sugerirá as suas afinidades com a Grécia ao atribuir aos heróis Troianos – que serão os futuros Romanos – antepassados Gregos, ou ao apresentar o grego Evandro como o primeiro auxílio que aos Troianos se deparou em solo itálico. Já antes, Lucrécio tinha dado a conhecer, exaltando-a, a filosofia de Epicuro, um *Graius homo*, como lhe chama. Horácio,

⁷ A ideia figura em Eduard Frankel, um notável estudioso da comédia de Plauto, que escreveu uma obra cujo título é já de si muito significativo: «Elementos plautinos em Plauto».

por sua vez, orgulhar-se-á de ter aclimatado em Roma o verso eólico, enquanto Propércio se apresentará como o Calímaco romano. A lista com outros exemplos literários deste teor não acabaria.

Não restam dúvidas: o hibridismo e o bilinguismo são a marca da cultura romana⁸. E os Romanos não escondem os benefícios que colhem do contacto com a língua e cultura gregas⁹. Recorrendo de novo ao testemunho literário de Horácio, lembrem-se os versos em que afirma ter tido a sorte de ter nascido em Roma e de ter aprendido com os Gregos a cólera de Aquiles e o mal que lhes fez, ou a distinguir rectas de curvas... Diz ele:

Coube-me em sorte ser criado em Roma e aprender
quanto mal fez aos Gregos a cólera de Aquiles.
A boa Atenas ampliou um pouco a minha cultura,
A saber, deu-me o desejo de distinguir curvas de rectas
E procurar a verdade nos bosques de Academos¹⁰.

Cícero dirá o mesmo de mil outras formas. O maior orador romano, natural de Arpino, não se cansou de expressar e até mesmo de confessar a sua imensa admiração pela cultura helénica, de que se considerava herdeiro e largamente beneficiário. Disse-o em 62 a.C, no famoso *Pro Archia*, quando teve de defender um poeta grego. Disse-o também quando, no prólogo do livro II do *De Divinatione*, lembra como, nos seus trabalhos filosóficos, teve em mente proporcionar aos cidadãos de Roma a possibilidade de não ficarem privados da literatura grega sobre Filosofia. E ainda na parte final da sua vida, quando compôs o *De Officiis*, continuava a exaltar a Grécia e a afirmar

⁸ Na verdade, e como escreveu Deremetz: «Rome se pense globalement comme un espace de dualité et fait de cette particularité à la fois la cause de son avènement, le principe de son identité culturelle et le fondement de son essor à nul autre pareil» (Deremetz, 1995: 113; veja-se ainda p. 310 e n. 60). Também Balsdon (1979: 117 e 118), afirma: «Do ponto de vista romano, havia duas línguas de civilização, o Latim e o Grego, e, além destas, uma variedade de *barbarae linguae* que inspiravam pouco interesse da parte dos estudiosos romanos, excepto no caso de palavras que se tornaram parte do Latim.» «Enquanto nada fazia para desalojar as línguas nativas, era a política romana a encorajar a sua substituição, sempre que possível, pelo Latim a Ocidente e pelo Grego a Leste.»

⁹ É sabido que os Romanos, com o seu forte pendor pragmático, imitavam os Gregos e outros povos naquilo em que os consideravam superiores, como se vê em Políbio e Salústio: Políbio, VI 25.38 e Salústio, *Catil.*, 51.38 (apud Codoñer (ed.), 1997: 13).

¹⁰ Horácio, *Epist.* II.2.41-45 (tradução de M. H. Rocha Pereira, 2000: 205-206).

a obrigação de Roma em proteger os povos que tinha sob o seu domínio. Vale a pena recordar as suas palavras:

Os nossos antepassados admitiram ao direito de cidadania Tusculanos, Équos, Volscos, Sabinos e Hérnicos, mas arrasaram por completo Cartago e Numância. Desejaria que não tivessem destruído Corinto, mas acredito que tenham tido alguma razão para o fazer – talvez a sua situação privilegiada... É nosso dever não só mostrar consideração para com aqueles que foram conquistados pela força das armas, mas também dar protecção aos que estão sob a alçada de um general, ainda que o aríete tenha destruído as suas muralhas ¹¹.

Anos antes (em 60 a.C.), o orador escrevera ao irmão Quinto – que ia governar como propretor a província da Ásia – uma carta na qual lhe dirigia conselhos avisados sobre como deveria comportar-se um governador romano perante um país de língua e cultura gregas como a Ásia. Dizia ele então:

Se a sorte te tivesse posto à frente de Africanos, Hispanos ou Galeses, povos cruéis e bárbaros, mesmo assim pertenceria à tua cultura (*humanitas*) cuidar do seu bem-estar, utilidade e saúde. Mas quando governamos aquela raça de homens na qual não só existe a cultura, mas da qual se julga que ela se estendeu até aos outros homens, certamente devemos retribuí-la de preferência àqueles mesmos de quem a recebemos. Já não tenho, com efeito, pudor de o afirmar, especialmente quando na minha vida e nos meus actos não pode ter lugar a menor suspeita de inércia ou de futilidade: que aquilo que alcançámos, o conseguimos graças aos estudos e artes que nos foram transmitidos pelos monumentos e ensino da Grécia ¹².

Afirmações deste teor remetem, sem dúvida, para uma visão idealizada e mítica da Grécia. Mesmo perante o *debilitatum Graeciae nomen* ('o nome enfraquecido da Grécia'), como escreve no *Pro Flacco* (§ 62), Cícero continua a defender que, quanto mais não seja em memória dos tempos clássicos, a Grécia continue a ser respeitada (Henrichs, 1995: 260-261).

¹¹ Cícero, *Off.* 1.35. Como já foi referido no início deste trabalho, Corinto fora saqueada, queimada e arrasada por Lúcio Múmio, que perpetrou igualmente um enorme saque de obras de arte.

¹² *Cartas ao irmão Quinto* I.1.9.27-28 (tradução de M. Helena Rocha Pereira, 2000: 67-68).

Quase século e meio depois, nos tempos de Domiciano e de Trajano, Plínio-o-Moço, que muito apreciou o talento e a obra de Cícero e nela se inspirou, retomará o tema da *humanitas* com que a Grécia deve ser tratada por Roma. Escrevendo ao amigo Máximo, que ia governar a província da Acaia, aconselha-o a respeitar uma terra de tão alta e veneranda antiguidade no domínio cultural. É esta uma carta extremamente significativa da admiração que os Romanos, ainda no séc. II d.C., continuavam a tributar à Grécia. Eis alguns dos conselhos de Plínio ao amigo:

Pensa que foste enviado para a província da Acaia, a verdadeira e autêntica Grécia, na qual se crê que pela primeira vez foram descobertas a cultura, as letras e até a agricultura; que foste enviado para governar cidades livres, isto é, que vais para junto de homens verdadeiramente homens, para junto de povos livres verdadeiramente livres (...). Tem diante dos olhos que esta foi a terra que nos enviou o direito, que deu leis não a vencidos mas a quem as procurou, que é na cidade de Atenas que vais entrar, que é a Lacedemónia que vais governar. Roubar-lhes a última sombra e o que lhes ficou do nome de liberdade, é duro, cruel e bárbaro. (...) Lembra-te do que foram essas cidades, mas não as desprezes por já não serem o que foram ¹³.

Assim pensavam os Romanos cultos, que admiravam sinceramente a cultura grega, em particular a da incomparável Grécia Clássica, e consideravam protegê-la protegendo o povo que lhe dera origem.

Mas estamos sempre a falar de uma elite cultural, que se caracteriza por uma base cultural comum que se estende de leste a oeste do Império. Uma elite cultural que aprecia uma outra elite cultural, porventura idealizada ¹⁴. Bem diferente é o que se possa dizer ou intuir a respeito dos Gregos de carne e osso, pois nem mesmo no tempo dos escritores acima referidos, amantes da cultura grega, o consenso relativamente aos Gregos com quem conviviam ou se cruzavam no dia-a-dia era total (Henrichs, 1995: 243-261).

Os costumes e a mentalidade romana tinham-se modificado em contacto com a Grécia. À austeridade tradicional dos *prisci mores* con-

¹³ Plínio-o-Moço, *Epist.* 8.24, 2-7.

¹⁴ J. Huskinson, 2000: 95-121, mostra, concludentemente, que a elite de cultura greco-romana marcou culturalmente o Império, dando-lhe coesão, embora a partir de finais do séc. II d.C. o hibridismo com outras formas de cultura se tenha acentuado.

trapõe-se a busca do bem-estar e o amor do lucro e do luxo, a casa tende a tornar-se mais faustosa, a mulher alcança no seio da família maior autonomia. A antítese entre os dois modelos de vida – admiravelmente representada na peça teatral *Adelphoe* («Os dois irmãos») de Terêncio – explodirá no tempo de Catão e dará origem a um aceso debate entre helenos filorromanos e romanos anti-helenos.

Catão, como é sobejamente conhecido, insurgiu-se contra a greco-mania que no seu tempo parecia subverter o ordenamento moral e social de Roma e não perdoou aos Cipiões a sua desenvoltura de espírito e o seu desapego à tradição¹⁵.

Também Plauto, apesar de beber largamente na fonte grega, se não coíbe de criticar comicamente os *Graeculi palliati*, carregados de livros, que atravancam as ruas da cidade e passam a vida nos *thermopolia* (as tabernas), como faz na peça *O Gorgulho*. E não foi o único. Romanos havia que, num assomo de orgulho, denegriam as letras gregas por pertencerem a um povo vencido. Tal foi o caso do general Mário. Segundo Plutarco (*Mar.* 2.2), «diz-se que (Mário) não estudou os escritores gregos, nem usou a língua grega para nada de sério, afirmando que era ridículo estudar uma literatura cujos mestres estavam sob a dominação de outros.» (apud Zicàri, 1968: 22, notas). Não muito depois, o próprio Cícero, que hauriu na fonte grega a sua formação e sempre expressou pela cultura helénica um profundo apreço, como vimos, parece às vezes comungar da opinião geral que vê nos Gregos seus contemporâneos um povo leviano e traidor, ao comentar, na já referida carta ao irmão Quinto (I, 1. 5.16): «Também dentre os Gregos é preciso ter cuidado com certas intimidades, a não ser de um reduzi-díssimo número de homens, se é que os há, dignos da antiga Grécia: de facto, a maioria é enganadora, de ânimo leve e treinados por uma longa servidão no excesso da complacência.»¹⁶

Com o desfecho da batalha de *Actium*, em 31 a.C., que deu origem a uma nova ordem política assente na figura de Augusto e na correlativa dominação romana do mundo conhecido, Roma e o Império

¹⁵ Segundo Plutarco, foi no final de vida que Catão profetizou os efeitos devastadores da helenização de Roma. Mas não teve razão, acrescenta o biógrafo de Catão: «O tempo mostrou que esta ominosa profecia estava equivocada, pois o momento em que a cidade atingiu o seu alto poder foi quando recebeu a educação e a cultura gregas.» (Plutarco, *Cato maior*, 20.8; apud García Moreno, 1996: 135).

¹⁶ *Cartas ao irmão Quinto* I.1.9.27-28 (tradução de M. Helena Rocha Pereira, 2000: 67). A *Graeca fides* (lembre-se o cavalo de Tróia...) era já proverbial...

viverão um período de paz e prosperidade, até à morte de Marco Aurélio, em 180 d.C. É o tempo da conhecida *Pax Romana*, que permitiu o crescimento económico e promoveu o intercâmbio entre Roma, a Grécia e a Ásia Menor, bem como a integração de Gregos na elite que dirigia o Império. Nero, atraído pela cultura grega, foi o primeiro a instituir, em Roma, «jogos inteiramente segundo os moldes gregos», os *Neronia*, que se celebraram pela primeira vez em 60 d.C.¹⁷. O mesmo Nero visitou a Grécia em 66-68 e inscreveu-se nos Jogos Olímpicos, apesar das leis que proibiam a participação de quem não fosse Grego. Obviamente venceu tudo o que havia para vencer e no ano seguinte, nos Jogos Ístmicos (em Corinto), proclamou a liberdade das cidades gregas (vd. Suetónio, 23). A partir do governo do imperador Vespasiano (69-78), um significativo número de Gregos entrou a fazer parte do Senado Romano. Inversamente, em muitas cidades gregas adoptaram-se comportamentos romanos, surgindo assim uma nova geração de Gregos romanizados (como Herodes Ático, rico financeiro e latifundiário, que foi cônsul em Roma no ano de 143). Esta tendência acentuar-se-á nos tempos de Adriano e Marco Aurélio¹⁸.

Mas tudo tem o seu reverso. No tempo dos Flávios, os Gregos continuam a ser alvo de crítica. Não sem alguns tiques de xenofobia, o poeta satírico Juvenal queixa-se de que o *Graeculus esuriens*, o ‘gregozito esfomeado’, invadiu a cidade, que Roma se tornou uma cidade grega, que já não há lugar para o Romano. Um amigo do poeta afirma mesmo que vai deixar a cidade por não aguentar mais a falta de sossego e a avalanche dos Gregos (3.60-61):

(...) *Non possum ferre, Quirites, / Graecam urbem.* (...):
«Não consigo suportar, Quirites, uma Roma grega.»

Nesta diatribe contra os Gregos que enxameiam a cidade e se apoderam de postos de trabalho que anteriormente pertenciam aos Romanos, Juvenal é mais uma voz que se junta ao coro tradicional das lamentações contra a mudança e a decadência de costumes, denunciando os males da sociedade (Socas, 1996). Nesta mesma sátira III

¹⁷ A respeito da sedução que os jogos gregos exerciam sobre Nero, vd. M. Cristina Pimentel, 2000, 134-140.

¹⁸ Roma e a Itália deixam de ser o centro cultural do mundo e o bilinguismo generaliza-se, em resultado da moda ditada por imperadores amantes da cultura e tradições gregas como Adriano e Marco Aurélio (conforme salientou Fedeli, 2002: 7-18, p. 14).

vemos o Grego comportar-se como *cliens* romano e o Romano sentir-se forasteiro em Roma. A cultura e a civilização que se aprendem na escola identifica-se com a Grécia, diz Juvenal numa outra sátira (15.110). Por toda a parte se ouve o grego. As próprias mulheres romanas, para parecerem mais novas e modernas, falam grego. Mais, fazem amor em grego! (6.185 e sgs.)¹⁹.

Descontando os intuitos políticos de uns e os exageros satíricos de outros, percebe-se que Gregos e Romanos se aproximavam ou repe-liam conforme as circunstâncias do momento.

Os Romanos vistos pelos Gregos

Temos vindo a apreciar a perspectiva romana sobre os Gregos. Quanto aos Gregos, que pensavam eles dos Romanos?

Em meados do séc. II a.C., Políbio, famoso historiador grego que pertenceu ao Círculo dos Cipiões, afirma a impossibilidade de se ficar indiferente ao poderio e aos feitos romanos, ao proferir (opinião de M. H. Rocha Pereira) «estas extraordinárias palavras»:

Quem haverá de tão mesquinho ou frívolo que não queira saber de que modo e com que espécie de governo é que quase todo o mundo habitado, conquistado em menos de cinquenta e três anos, caiu sob um poder único, o dos Romanos?²⁰

Embora o não explicita, Políbio aflora aqui a incontornável questão da fortuna dos Romanos, que desde então será muito discutida entre os historiadores e continuará a ser a pedra de toque do que tem sido designado como «filo» e «misorromanismo» (García Moreno, 2002: 262). Num célebre ensaio intitulado *De Fortuna Romanorum*, o grego Plutarco, que viveu entre 50 e 120 d.C., há-de perguntar-se quais as razões que projectaram Roma, cidade de humildes começos, para dominar a *oekoumene* helénica, acabando por defender que a conquista da Grécia tivera como consequência positiva trazer os gregos à unidade e à paz do império romano, exactamente o contrário do caos resultante das constantes dissensões entre as cidades gregas, divididas

¹⁹ Consulte-se, a este respeito, o interessantíssimo artigo de Jane L. Lightfoot, 2000: 257-284.

²⁰ Tradução de M. H. Rocha Pereira, 2005: 819.

pelo individualismo. Neste e noutros passos, a atitude de Plutarco em relação a Roma é de manifesto entusiasmo. Quando tem que censurar governadores por se terem apoderado de obras de arte gregas, desculpa-os afirmando que o fizeram não por cobiça pessoal, mas para salvarem essas obras de arte. Também o filósofo Epicteto, que censura os que buscam a todo o custo a riqueza e o prestígio em Roma, está longe de pôr em causa a necessidade do governo de Roma sobre o mundo (C. Jones, 1978: 126-129). Assim, no que diz respeito à dominação romana, muitos gregos consideravam-na positiva e necessária, embora houvesse quem a considerasse injustamente favorecida pelos deuses ou pela fortuna.

O posicionamento de Gregos face aos Romanos revela-se também na questão da origem mítico-lendária e histórico-cultural de Roma. Eram os Romanos bárbaros ou helénicos? Desde Isócrates a distinção entre grego e bárbaro convertera-se num facto de civilização, e ele mesmo defendia que a supremacia sobre o mundo heleno só poderia ser exercida por quem possuísse uma *paideia* grega²¹. Também o geógrafo grego Estrabão, pró-augustano, afirmava (9.2.2) que a posse da cultura e formação helénicas era condição indispensável para o exercício da hegemonia universal, como lembra Garcia Moreno (2002: 264). Cícero não ficou alheio a este debate. No diálogo *A República*, põe Cipião e Lélío a discutir se Rómulo foi «rei de bárbaros», afirmando peremptoriamente que não (M. H. Rocha Pereira, 1984: 145).

A opinião do grego Estrabão, que falando de Roma e Romanos chega a usar o pronome pessoal «nós» (J. Lightfoot, 2000: 284), não era isolada. Para Dionísio de Halicarnasso (nas *Antiquitates Romanae*), que viveu em Roma no tempo de Augusto, a Itália foi colonizada por vários grupos de Gregos (Pelásgicos, Arcádios, Peloponésios); os Troianos eram Arcádios de origem; Roma é uma cidade grega e a língua latina é uma espécie de grego barbarizado pelo contacto com os povos aborígenes (Ch. Jones, 1995: 240). Assim, o historiador grego tentou justificar a dominação de Roma sobre o mundo grego arguindo que os próprios Romanos eram, de facto, Gregos. Declarou ainda que, se os Romanos tivessem sido bárbaros, como alguns defendem, então a sociedade helénica da Itália teria sido barbarizada, o que não aconteceu.

²¹ Também Platão terá afirmado no final de vida, segundo se diz, que agradecia ao seu génio e à Fortuna três coisas: ter nascido homem e depois grego, em vez de ter nascido animal irracional e bárbaro, e ainda ter nascido no tempo de Sócrates.

Nessa mesma linha de pensamento surgem os filósofos gregos Díon de Prusa e Plutarco, já referido. Díon de Prusa, que viveu em Roma e foi condenado ao exílio no tempo de Domiciano, não considera a Grécia clássica superior a Roma, pois não tornou os homens melhores. Fala de Roma como cidade dos vícios, mas defende não haver inconsistência nem incoerência entre deplorar a decadência de Roma e desejar a preservação do seu papel como cidade imperial e dominadora. O caso de Plutarco – o educador da Europa, como ficou conhecido – é muito interessante. Quando compõe as *Vidas paralelas* – obra na qual compara Gregos ilustres (generais, estadistas ou oradores) a Romanos homólogos²², com o objectivo de traçar o perfil de homens exemplares –, Plutarco tem em mente uma preocupação política, a saber: «ao pôr em paralelo as biografias dos homens notáveis de Roma e da Grécia, pretende, para facilitar a mútua compreensão, mostrar aos Romanos que os Gregos eram capazes de grandes acções e não merecem o desprezo em que tantas vezes são tidos, e fazer ver aos Gregos que os Romanos não são bárbaros.»²³

A coroar esta visão optimista de Roma e do seu domínio, surge no século II d. C., no tempo dos imperadores Adriano (viajante incansável que percorreu e beneficiou as cidades da parte grega e oriental do Império), Antonino Pio e Marco Aurélio (que compôs em grego as suas *Meditações*), um retor e intelectual grego de nome Élio Aristides, natural da Ásia Menor, que compôs, entre outras obras nas quais o tema é abordado, um discurso, em língua grega, em louvor de Roma e do imperialismo romano. Aí, a capital do Lácio é, para lá de ser a capital do mundo, elogiada a muitos títulos, sendo as principais razões pelas quais Roma alcançou tão vasto poder, na óptica de Aristides, quatro: o papel central e capital da *Vrbs*; a organizada administração das províncias, com o seu grupo de funcionários; o esforço do exército romano, que vigia as fronteiras e afasta os perigos exteriores; o Imperador, que, qual cúpula de um edifício, tudo abrange e tudo dirige. A isto acresce uma particularidade essencial, que, segundo Aristides,

²² Esta tendência para colocar par a par Gregos e Romanos é própria da política de Trajano – diz Hugo Bauzá –, mas Políbio parece ter sido o modelo predilecto de Plutarco. Sobre esta obra e o autor, veja-se Hugo Bauzá, 2002: 181-196. Todo o volume em que está inserido este artigo, e que contém as Actas do Congresso realizado em Coimbra sobre a temática enunciada no título (*Plutarco, Educador da Europa*), é do maior interesse a este respeito.

²³ Jean Defradas, 1965: 204. Consulte-se igualmente Oliver Taplin (ed.), 2000: 259-260.

distingue o Império Romano dos antecessores: a forma humanizada como tratou os seus súbditos, sem os esmagar, antes permitindo a sua total integração, fazendo assim do Império o espaço «comum» e oferecendo a todos, em comum, as mesmas leis²⁴. Este modo de tratar os povos submetidos conhece, nas palavras de M. H. da Rocha Pereira, «a mais famosa expressão num passo célebre do discurso de Élio Aristides (63)», a saber: «Já não dividis hoje as raças entre gregos e bárbaros, substituíste-las pela divisão entre Romanos e não-Romanos.» (apud Pereira, 2005: 822).

Esta diluição de Gregos e Romanos (e outros povos) em Romanos e não-Romanos significaria que a parte grega do Império estava enfraquecida a muitos níveis? É sabido que, sob o domínio romano, extensas regiões da Grécia continental enfrentaram dificuldades económicas, perderam população e empobreceram²⁵. Bem diferente foi a situação das cidades gregas do Oriente, de que se destacam Alexandria, Pérgamo e Antioquia, que se desenvolvem como centros de ensino e comércio²⁶. Concomitantemente, é preciso não esquecer que a romanização das províncias orientais foi muito superficial. «Pode falar-se do carácter necessário e até benéfico do domínio romano, de adaptação das elites a uns marcos de actuação política mais amplos e de sinal romano, de penetração de cultos romanos associados ao culto imperial... e muito pouco mais.»²⁷ No domínio da língua, poucos gregos se preocupariam em saber latim, a menos que desejassem conhecer Roma turisticamente, ingressar no serviço militar imperial ou ocupar algum (alto) cargo na administração central ou local. Como pertinentemente perguntou Balsdon (p. 126): «Quantos Gregos tinham o conhecimento detido pelos Romanos cultos

²⁴ Alguns dos argumentos em favor de Roma procedem já de Políbio, que, em meados do séc. II a.C., destacara o papel do exército e da administração romana como dois elementos fundamentais na consolidação da hegemonia romana. Mas também os outros elementos tinham já longa tradição nos textos relativos a esse domínio (Pernot, 1997: 30).

²⁵ J. Lightfoot, 2000, lembra a este propósito a conhecida carta de um amigo de Cícero, que tenta consolar o orador pela perda da filha com o espectáculo das cidades destruídas e mortas, entre as quais Corinto.

²⁶ Assim o afirma A. Henrichs, 1995: 258-259. Veja-se também Lesky, 1995: 845 e sgs.

²⁷ Patricio Guinea Díaz, 1996: 241. Neste artigo, que se baseia numa bibliografia rica e diversificada sobre a Ásia Menor e o Oriente, em especial sob o ponto de vista epigráfico, o autor sustenta que a cultura grega no oriente mostrou maior vitalidade quando se encontrou sob a autoridade romana.

sobre as duas culturas?» Bastantes, talvez. Mas poucos, se falarmos apenas da língua latina. É que, à parte necessidades decorrentes da administração imperial, o latim nunca se impusera como língua de cultura, e os intelectuais gregos continuavam a sentir a superioridade da sua língua e cultura. As *Noctes Atticae*, de Aulo Gélio, deixam ver como, postas em confronto, as obras em língua latina perdiam sempre em favor das de língua grega. A nação hegemónica do tempo dos Antoninos já não o era do ponto de vista cultural. As posições tinham-se invertido. A cultura latina perdera terreno para a cultura grega, o Ocidente para o Oriente²⁸.

Por estes e outros motivos, os atritos e manifestações de desapeço pelo outro foram inevitáveis entre a Grécia e Roma, ao longo dos tempos²⁹. Christopher Jones, professor da Universidade de Harvard e um dos mais conceituados estudiosos dos temas associados à relação entre Grécia e Roma, foi muito peremptório, ao afirmar: «Roma e a Grécia não se excluía mutuamente, mas, na medida em que eram as duas maiores culturas no interior de um império, não podiam deixar de se atacar e de se repelir uma à outra.»³⁰

Chegados ao final desta viagem panorâmica, forçosamente parcelar, em torno dos seculares contactos, feitos de encontros e desencontros, entre Roma e a Grécia, importa voltar ao princípio e afirmar o carácter cosmopolita e híbrido da cultura do Império Romano, que é romana e é grega, em simultâneo. Quanto a nós, somos herdeiros de ambas, melhor dizendo, do cosmopolitismo e do hibridismo que constituem o cerne da cultura greco-romana.

²⁸ Fedeli, 2002: 15-18, prova-o, procedendo a uma análise circunstanciada de passos significativos das *Noctes Atticae*.

²⁹ No seu contacto diário, os atritos xenófobos entre Gregos e Romanos (para não falar de outros povos) eram inevitáveis. Quando queriam denegrir-se ou insultar-se, Gregos e Romanos invocavam as deslustrantes origens do outro. Aos Romanos, os Gregos lançavam à cara as origens de uma loba, a morte do irmão, a morte do tio, etc. Aos Gregos, os Romanos atiravam com as lendas horríveis dos seus deuses antropomórficos, por exemplo (vd. Balsdon, 1979: 180-181).

³⁰ C. Jones, 1978: 125: «Rome and Greece were not mutually exclusive, but as the two major cultures within a single empire, they could not but attack and repel each other.»

Bibliografia

- ALBERTO, Paulo Famhouse (1999), Tito Lívio, Livro I do *Ab Vrbe Condita*, Introdução, tradução e notas de..., Lisboa, Editorial Inquérito.
- ALCOCK, Susan (1993), *Graecia Capta: The Landscapes of Roman Greece*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BALSDON, J. P. V. D. (1979), *Roman & Aliens*, London, Duckworth.
- BAUZÁ, Hugo (2002), «Humanismo y acciones en las *Vidas de Plutarco*», in J. Ribeiro Ferreira (Org.), *Actas do Congresso «Plutarco Educador da Europa»*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida, pp. 181-196.
- CHAUVOT, Alain (1998), *Opinions romaines face aux Barbares au IV siècle ap. J.-C.*, Paris, De Boccard.
- CODOÑER, Carmen (ed.) (1997), *Historia de la Literatura Latina*, Madrid, Ediciones Cátedra.
- DEFRADAS, Jean (1965), *Literatura Grega*. Tradução de António Freire. Lisboa, Editorial Verbo.
- DEREMETZ, Alain (1995), *Le miroir des Muses: Poétiques de la réflexivité à Rome*, Ville-neuve d'Ascq (Nord), Presses Universitaires du Septentrion.
- FEDELI, Paolo (2002), «Griegos y Romanos frente a frente», in *De Augusto a Adriano. Actas do Colóquio de Literatura Latina*, Lisboa, pp. 7-18.
- FERRARY, Jean-Louis (1988), *Philhellénisme et Impérialisme*, École Française de Rome.
- FONSECA, Carlos Alberto Louro (1987), *Sic itur in Urbem*, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos.
- GARCIA MORENO, Luís A. (1996), «Roma y los protagonistas de la dominación romana en Grecia», in Emma Falque y Fernando Gascó (eds.), *Graecia capta. De la conquista de Grecia a la helenización de Roma*, Universidade de Huelva, pp. 129-146.
- (2002), «Filohelenismo y moderación. Garantías según Plutarco de una dominación estable del mundo griego por Roma», in J. Ribeiro Ferreira (Org.), *Actas do Congresso «Plutarco Educador da Europa»*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida, pp. 261-280.
- GRIMAL, Pierre (1974), *La vie à Rome dans l'Antiquité*, Paris, P.U.F., coll. «Que sais-je?».
- (1975), *Le siècle des Scipions. Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*, Paris, Aubier.
- GUINES DÍAZ, Patricio (1996), «Ciudadanos Romanos en una Ciudad del Asia Menor Griega: Nicea», in Emma Falque y Fernando Gascó (eds.), *Graecia capta. De la conquista de Grecia a la helenización de Roma*, Universidade de Huelva, pp. 241-257.
- HENDRY, M. (1996), «The Marriage of Greece and Rome in Horace *Epistles* 2.1 and *Epodes* 8 and 12», in //A:Hendry on Horace, APA 1996, htm. (A.P.A (New York), December 30).

- HENRICH, Albert (1995), «*Graecia capta: Roman views of Greek Culture*», in *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 97, Harvard University Press.
- HUSKINSON, J. (2000), «Elite Culture and the Identity of Empire», in Huskinson, J. (ed.), *Experiencing Rome. Culture, Identity and Power in the Roman Empire*, London, pp. 95-121.
- JONES, Christopher (1978), *The Roman World of Dio Chrysostom*, Cambridge, Massachusetts and London, Harvard University Press.
- (1995) «*Graia pandetur ab Urbe*», in *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 97, Harvard University Press.
- LAURENCE, R. and BERRY, J. (1998), *Cultural Identity in the Roman Empire*, London, Routledge.
- LESKY, Albin (1995), *História da Literatura Grega*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIGHTFOOD, Jane L. (2000), «Romanized Greeks and Hellenized Romans: Later Greek Literature», in Oliver Taplin (ed.), *Literature in Greek and Roman Worlds: A new Perspective*, Oxford University Press, pp. 257-284.
- PEREIRA, M. Helena da Rocha (1984), «A helenização da cultura romana», in *Estudos de história da cultura clássica*, vol. II (*Cultura Romana*), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2000), *Romana (Antologia da cultura latina)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, (4.^a edição).
- (2005), «Roma: do poder do Império ao poder da Palavra», in *Largo mundo alumiado. Estudos de Homenagem a Vítor Aguiar e Silva*, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, vol. II, pp. 819-827.
- PERNOT, Laurent (1997), *Eloges Grecs de Rome. Traduits et commentés par...* Paris, Les Belles Lettres.
- PIMENTEL, Maria Cristina (2000), «O espírito agónico no Alto Império», in Francisco de Oliveira (Coord.), *O espírito olímpico no novo milénio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 127-151.
- SOCAS, Francisco (1996), «*Graeculus esuriens: la actitud de Juvenal ante los griegos*», in Emma Falque y Fernando Gascó (eds.), *Graecia capta. De la conquista de Grécia a la helenización de Roma*, Universidade de Huelva, pp. 149-169.
- ZICÀRI, Marcello (1968), *Cicerone, La difesa di Archia*, Torino, Loescher Editore.

COMPOSTO, IMPRESSO E BROCHADO
NAS OFICINAS GRÁFICAS DE BARBOSA
& XAVIER, LIMITADA • 4700-385 BRAGA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DO ENSINO SUPERIOR



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas